

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Doutoramento em Ciências da Cultura

**REPRESENTAÇÕES CULTURAIS E PROTAGONISMO
SOCIOCULTURAL: ESTUDO DE CASO NA FUNDAÇÃO
CASA GRANDE**

ADRIANA HELENA SANTOS MOREIRA DA SILVA

Orientadora: Professora Doutora Orquídea Ribeiro



Dezembro de 2020

Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para aquisição do grau de Doutor em Ciências da Cultura orientada pela Professora Doutora Orquídea Moreira Ribeiro.

Para meus pais, Manuel Antônio dos Santos (*in memoriam*) e Valdívnia Fernandes dos Santos, cuja presença em tudo que faço vai muito além do sobrenome, amores eternos e sempre presentes. Obrigada pelos valores ensinados, pelos caminhos apontados a respeito da importância da educação e do conhecimento, e por me mostrarem que a força e a coragem para enfrentar a vida estão em nós, basta saber descobri-los.

Ao meu marido, Wliner Luiz, por todo o estímulo dado ao longo desta caminhada, mostrando-me, com o seu exemplo, que a vida não é feita de caminhos lineares.

Aos meus queridos filhos, Lucas, Lia e Gabriel, presentes que Deus me concedeu, essenciais para descobrir o valor da vida em todas as suas instâncias.

AGRADECIMENTOS

Concluir um trabalho acadêmico requer muita dedicação e determinação. Para que esta caminhada seja realizada, são necessários o apoio e o carinho de todos que estão em nosso entorno. Gostaria, de forma carinhosa, de agradecer a todos que contribuíram para a realização desta Tese de Doutorado:

À minha família, pelo incansável apoio dedicado, especialmente meu marido, Wliner Luiz, meus filhos, Lucas, Lia e Gabriel, e minha sogra, Nair Moreira.

À minha querida orientadora, Orquídea Ribeiro, pela firmeza e rigor em suas considerações, sempre apontado o melhor caminho a ser seguido, com amabilidade e propriedade no saber, demonstrando o melhor percurso no fazer acadêmico.

À Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), por ter me proporcionado saber e conhecimento.

À minha grande amiga Grace Trocolli, que nos momentos de maior angústia, com sua simplicidade, humildade e sabedoria, me impelia a continuar, mostrando-me que a força para continuar estava em mim.

À minha filha Lia, que com sua tranquilidade e carinho colaborou na edição da Tese.

Ao meu filho Gabriel, que com seu talento fez a arte final da edição.

Ao meu filho Lucas, com seu exemplo de autoestima e dedicação.

Ao Vice-Reitor de Extensão e Comunidade Universitária da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Randal Martins Pompeu, pelo estímulo constante desde o início do Doutorado.

À minha irmã e companheira de Doutorado, Helena Cláudia, por todos os momentos de alegria e companheirismo ao longo desta caminhada.

À Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, pela viabilização de informações e acesso irrestrito às suas instalações e informações.

À minha fiel amiga Glória Viana Correa, por ter durante tantas vezes me acompanhado no movimento investigativo da pesquisa, percorrendo muitos km em busca do conhecimento.

À minha amiga Bel Castro, pelos momentos de pura alegria e diversão no nosso Cratinho de açúcar e por me apresentar a força da Chapada do Araripe.

Ao Ivan Shell, que no seu desprendimento me acolheu tantas vezes na sua morada do Cratinho de açúcar.

A todos os amigos e colaboradores que me apoiaram e estimularam durante esta caminhada.

Ninguém pode construir em teu lugar as pontes que precisarás passar, para atravessar o rio da vida – ninguém, exceto tu, só tu. Existem, por certo, atalhos sem números, e pontes, e semideuses que se oferecerão para levar-te além do rio; mas isso te custaria a tua própria pessoa; tu te hipotecarias e te perderias. Existe no mundo um único caminho por onde só tu podes passar. Onde leva? Não perguntes, segue.

(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

A Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri tem como propósito incentivar a formação e a qualificação de crianças e jovens da cidade de Nova Olinda (CE), Brazil, e sua região, por meio da vivência de gestão institucional e da compreensão, registro e disseminação dos conteúdos que envolvem Cultura, Patrimônio Cultural, Arqueologia Social Inclusiva, Gestão Social, Turismo Comunitário, Comunicação Social, Produção Cultural e Meio Ambiente, da pré-história à contemporaneidade. O município de Nova Olinda é localizado na Chapada do Araripe, na região metropolitana do Cariri, conhecido pela sua identidade cultural própria, sentimento de pertença e vocações econômicas complementares.

Assinala-se, portanto, que a acepção ampla acerca das relações entre cultura e desenvolvimento econômico, instrumento de inclusão social, direito do cidadão e ação integrada com potencial transformador foi, em grande medida, preconizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, as Ciências e a Cultura (UNESCO), por meio de seus fóruns, fazendo evidenciar preceitos dessa natureza nas esferas políticas internacionais como segmento protagonista do desenvolvimento humano.

Partindo do pressuposto de que a cultura é o âmbito básico no qual uma sociedade gera valores e os transmite de geração em geração, no qual os indivíduos podem se reconhecer mutuamente, cultivar-se, crescer em conjunto e desenvolver-se, atitudes como a responsabilidade mútua, cuidado com o bem-estar coletivo, melhoria na equidade da região podem colaborar no desenvolvimento, além de contribuir para o perfil final de uma comunidade.

Dessa forma, a proposta desta pesquisa foi investigar as representações sociais de experiências de Cultura e Protagonismo Sociocultural a partir do discurso dos “jovens” da Organização Não-Governamental (ONG) Fundação Casa Grande – Memorial do Homem do Kariri. Para isso, foi realizado um estudo de caso cuja metodologia é de natureza qualitativa, mediante revisão de literatura, análise documental e pesquisa de campo, utilizando as representações culturais e sociais para compreender a atuação do imaginário cultural e social sobre o pensamento e a conduta de pessoas e grupos sociais.

Com intuito de estabelecer classificações e identificar os elementos das representações culturais e sociais dos sujeitos pesquisados, foram identificadas algumas categorias empíricas que apareceram com mais frequência nos discursos dos jovens: Espaço do Brincar, Aprendizagem, Responsabilidade, Protagonismo, Coletividade e Cidadania.

À guisa de conclusão, os resultados do estudo sublinham que a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri impõe-se como campo fértil de múltiplas e ampliadas possibilidades de aprendizado, que todas as atividades propostas e desenvolvidas possuem caráter formativo com a perspectiva de profissionalização; a forte vinculação entre a memória e a identidade possibilitou compreender como decorrem os processos de preservação das heranças simbólicas enraizadas e institucionalizadas. É nelas que as crianças e os jovens se moldam para edificar suas próprias identidades e para pertencer e se afirmar como parte da Fundação Casa Grande. Constatou-se que o desenvolvimento de habilidades nos jovens transcende as questões puramente de formação profissional, mas identificaram-se os sentimentos de autoconfiança, autoestima e visão do futuro. Há um respeito e valorização em ser um menino da Casa Grande na cidade de Nova Olinda, situação que impõe a cada um deles um sentimento de responsabilidade. Existe um estímulo frequente em desenvolver as habilidades de autonomia e protagonismo nos jovens para que estabeleçam relações interpessoais, possibilitando a superação de dificuldades e aprendizagens coletivas, tão importantes para a formação de gestores e líderes reconhecidos pela comunidade.

Palavras-chave: Cultura e Desenvolvimento; Protagonismo Juvenil; Representações Culturais e Sociais; Memória; Patrimônio.

ABSTRACT

The Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri aims to encourage the training and qualification of children and young people in the city of Nova Olinda (CE), Brazil, and the region, through institutional management experience and understanding, recording and disseminating contents that comprise Culture, Cultural Heritage, Inclusive Social Archeology, Social Management, Community Tourism, Social Communication, Cultural Production, and Environment, from prehistory to contemporary times. The municipality of Nova Olinda is located in Chapada do Araripe in the metropolitan region of Cariri, well known for its own cultural identity, sense of belonging, and complementary economic vocations.

A broad meaning of the relationship between culture and economic development, an instrument of social inclusion, citizen's rights and integrated action with transformative potential, to a large extent, advocated by the United Nations Educational Organization Science and Culture (UNESCO), through its forums, showing precepts of this nature in international political spheres as a leading segment of human development is pointed out.

Assuming that culture is the basic environment in which society generates values that transmitted from generation to generation, in which individuals can recognize each other, cultivate, grow together and develop, attitudes such as mutual responsibility, care for the collective well-being and improvement inequity in the region can collaborate in the development, in addition to contributing to the final profile of a community.

Thus, the purpose of this research is to investigate the cultural and sociocultural experience and the protagonism representation of the speech of the “young people” of the NGO Fundação Casa Grande – Memorial do Homem do Kariri. For this, a case study was carried out, using a methodology of a qualitative nature, through literature review, document analysis, and field research, which uses cultural and social representations to understand the performance of the social and cultural imaginary on thought and conduct of people and social groups.

In order to establish classifications and to identify the elements of the cultural and social representations of the researched subjects, some empirical categories appeared more frequently in the young people's speeches were identified: Espaço do Brincar, Learning, Responsibility, Protagonism, Collectivity, and Citizenship.

In the conclusion, the results of the study highlight that the Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri imposes itself as a fertile field of multiple and enriching possibilities of learning, that all the activities proposed and developed have a formative character with the perspective of professionalization; a strong link between memory and identity made it possible to understand how the processes of preserving rooted and institutionalized symbolic inheritances occur. It is with these that children and young people mold themselves to build their own identities and sense of belonging and assert themselves as part of the Fundação Casa Grande. However, skills development in young people goes beyond purely professional training issues, also accommodating feelings of self-confidence, self-esteem and vision of the future. There is respect and appreciation in being a boy from Casa Grande in the city of Nova Olinda, a situation that imposes a sense of responsibility for each of them. There is a frequent incentive to develop in young people the skills of autonomy and protagonism to establish interpersonal relationships, enabling the overcoming of difficulties and collective learning that is so important for the formation of managers and leaders that are recognized by the community.

Keywords: Culture, Development; Youth protagonism; Cultural and Social Representations; Memory; Heritage.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS.....	xv
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	xvii
ÍNDICE DE TABELAS.....	xix
ÍNDICE DE QUADROS.....	xxi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xxiii
INTRODUÇÃO.....	27
CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS DA INVESTIGAÇÃO.....	35
1.1 Objetivos.....	35
1.1.1 Objetivo Geral.....	35
1.1.2 Objetivos Específicos.....	35
1.2 Justificação e Delimitação do Estudo.....	35
1.3 Percurso Metodológico.....	36
CAPÍTULO II – FUNDAÇÃO CASA GRANDE-MEMORIAL DO HOMEM KARIRI: PERCURSOS.....	41
2.1 Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri.....	41
CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO.....	71
3.1 Cultura – uma Categoria Útil para Análise.....	71
3.1.1 Cultura e Desenvolvimento Local.....	82
3.1.2 Os Organismos Internacionais e a Cultura.....	94
3.2 A População Jovem Brasileira.....	104
3.2.1 Retrato da População Jovem Brasileira.....	106
3.2.2 Trajetória dos Principais Documentos Internacionais sobre a População Jovem.....	111
3.2.3 As Leis e Políticas Públicas Brasileiras.....	116
CAPÍTULO IV – MAPEANDO OS CONCEITOS.....	125
4.1 Protagonismo Juvenil.....	125
4.1.1 A Origem do Termo e a Construção Conceitual.....	126
4.1.2 Protagonismo Juvenil e a Hibridização de Conceitos.....	130
4.2 Identidade Cultural.....	133
4.2.1 Crises de Identidade.....	134
4.2.2 Identidade Nacional.....	139
4.3 Memória Individual e Memória Coletiva.....	147
4.3.1 Lugares de Memória.....	153

4.3.2 Memória Cultural e Memória Coletiva	155
4.4 Patrimônio Cultural	158
4.4.1 A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.....	165
4.4.2 Patrimônio Material e Imaterial no Brasil	169
4.4.3 Marco Legal e as Políticas Culturais do Patrimônio Imaterial no Brasil.....	172
4.4.4 Tesouros Vivos da Cultura Cearense.....	182
4.4.5 Educação Patrimonial	188
4.5 Representações Sociais e Culturais	192
4.5.1 A Teoria das Representações Sociais – Reflexões e Perspectivas	193
4.5.2 Representações Coletivas de Durkheim.....	196
4.5.3 Os Processos Formadores das Representações Sociais	198
4.6 Representações na Cultura	204
CAPÍTULO V – FUNDAÇÃO CASA GRANDE MEMORIAL DO HOMEM KARIRI:	
Um Estudo de Caso	209
5.1 As ONG: Origens e Caminhos.....	209
5.2 A Casa Azul: História Tecida de Afetos	214
5.3 O Lugar do Brincar: A Infância como Espaço de Invenções	222
5.4 Formação Cidadã	226
5.5 Parcerias e Conexões	248
CAPÍTULO VI – PESQUISA DE CAMPO.....	253
6.1 Lócus da Pesquisa.....	253
6.2 Sujeitos da Pesquisa	253
6.3 Coleta de Dados	253
6.4 Análise dos Dados Recolhidos: a Fundação Casa Grande como Espaço de Patrimônio, Memória e Identidade	260
6.4.1 Discussão de Resultados da Pesquisa Qualitativa.....	265
6.4.2 Categorias Empíricas	279
6.5 A Fundação Casa Grande e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) – Reflexão	287
CONSIDERAÇÕES FINAIS	297
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	305
APÊNDICES.....	317
ANEXOS	323

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Fachada da Fundação Casa Grande com a meninada.....	41
Figura 2: Fachada da Fundação Casa Grande com os meninos fotografando	125
Figura 3: Fundação Casa Grande e recepcionistas mirins.....	209
Figura 4: Número de OSC por região do Brasil.....	212
Figura 5: Número de OSCs no Estado do Ceará.....	212
Figura 6: Mapa da Região do Cariri.....	214
Figura 7: A Casa Grande em ruínas, em 1992, ano de sua restauração	220
Figura 8: Fachada da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, em 2016	221
Figura 9: Ritual da entrega do Uniforme	224
Figura 10: Bandeira da Fundação Casa Grande	225
Figura 11: Memorial do Homem Kariri – Sala do Sagrado Coração de Jesus.....	231
Figura 12: Sala da Gibiteca	233
Figura 13: Biblioteca de Literatura Infanto-Juvenil.....	234
Figura 14: Dvdteca	235
Figura 15: Comunicação visual da exposição Na Morada.....	236
Figura 16: TV Casa Grande, em 2017.....	237
Figura 17: Rádio FM Casa Grande, em 2017.....	238
Figura 18: Ensaio da Banda de Lata “Os Cabinha” em 2019, durante umas das visitas da pesquisadora à FCG	239
Figura 19: Teatro Violeta Arraes, em 2017.....	240
Figura 20: Laboratório TV Ca+sa Grande	242
Figura 21: D. Irenice e a pesquisadora em julho de 2017 na pesquisa de campo	246
Figura 22: Pousada da D. Irenice	246
Figura 23: Parquinho da FCG	281
Figura 24: Meninada aprendendo a fotografar	282
Figura 25: Jovem mediando visita ao Memorial.....	283
Figura 26: Jovem apresentando cerimonial de evento	285
Figura 27: Compartilhamento de ensinamentos entre a meninada	286
Figura 28: Reunião entre os gestores e os jovens da FCG.....	287

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Juventude e faixa etária.....	107
Gráfico 2: Jovens do campo e da cidade	108
Gráfico 3: Renda mensal domiciliar per capita	109
Gráfico 4: Escolaridade	110
Gráfico 5: Natureza Jurídica das OSCs de Nova Olinda-CE	213
Gráfico 6: Área de atuação das OSC em Nova Olinda-CE.....	213
Gráfico 7: Origem dos turistas por regiões brasileiras ano de 2016	245

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Municipal de Nova Olinda	217
--	-----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Número de visitantes por ano na FCG	229
Quadro 2: Arrecadação por ano das Empresas Sociais – ano 2016	247
Quadro 3: Incursões ao campo e os procedimentos de coleta.....	256
Quadro 4: Entrevistas realizadas	258
Quadro 5: Categorias identificadas nos discursos dos sujeitos pesquisados.....	279
Quadro 6: Categoria Espaço do Brincar – Fragmentos das narrativas dos jovens pesquisados	280
Quadro 7: Categoria Aprendizagem – Fragmentos das narrativas dos jovens pesquisados ..	281
Quadro 8: Categoria Responsabilidade – fragmentos das narrativas dos jovens pesquisados.....	283
Quadro 9: Categoria Protagonismo – fragmentos das narrativas dos jovens pesquisados.....	284
Quadro 10: Categoria Coletividade – fragmentos das narrativas.....	286
Quadro 11: Categoria Cidadania – fragmentos das narrativas	287
Quadro 12: Competências-chave transversais para sustentabilidade previstas na EDS	292
Quadro 13: Objetivos de aprendizagem para o ODS 4 “Educação de qualidade”	293

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não – Governamentais
- ACMP – Associação Cearense do Ministério Público
- AFRICACULT – Conferência Regional da África
- AMERICACULT – Conferência Regional da América Latina e Caribe
- ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
- APA – Área de Proteção Ambiental
- BB – Banco do Brasil
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
- CCCS – Centre for Contemporary Cultural Studies
- CCI – Cooperação Cultural Internacional
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
- CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
- COOPAGRAN – Cooperativa de Pais e Amigos da Casa Grande.
- DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
- DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
- EC – Estudos Culturais
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ECL – Estudos Culturais Latinos Americanos
- EDS – Educação para o Desenvolvimento Sustentável
- ECO – 92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- FAO – Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- FCG – Fundação Casa Grande
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
- HQ – História em Quadrinho
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal
INRC- Inventário Nacional de Referências Culturais
IPA – População em Idade Ativa
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE – Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MinC – Ministério da Cultura do Brasil
MONDIACULT – Conferência Mundial sobre as políticas Culturais
MTur – Ministério do Turismo
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ODM- Objetivos do Milênio
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAS – Organização Pan – Americana da Saúde
OS – Organização Social
OSC – Organização da Sociedade Civil
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PPGCOM – Programa de Pós – Graduação em Comunicação
PIA – População em Idade ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Produto Nacional Bruto
PNJ – Política Nacional da Juventude
PNPI – Programa Nacional de Patrimônio Imaterial
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGE – Programa de Pós – Graduação em Educação
RDH – Relatório do Desenvolvimento Humano
REDpes – Rede Portuguesa de Economia Solidária
SEBRAE – CE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Ceará

SECULT – Secretária da Cultura do Ceará
SESC – Serviço Social do Comércio
SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude
SPHAN – Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUS – Sistema Único de Saúde
TBC – Turismo de Base Comunitária
TRS – Teoria das Representações Sociais
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFCA – Universidade Federal do Cariri
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFOR – Universidade de Fortaleza
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul
URCA – Universidade Regional do Cariri

INTRODUÇÃO

A presente Tese de Doutorado tem como objetivo analisar as representações sociais de experiências de Cultura e Protagonismo Sociocultural a partir do discurso dos “jovens” da Organização Não-Governamental (ONG) Fundação Casa Grande – Memorial do Homem do Cariri (FCG), localizada na cidade de Nova Olinda, sertão do Ceará, no Nordeste brasileiro. A cidade de Nova Olinda está localizada na Chapada do Araripe, que integra um bloco de municípios compondo a região metropolitana do Cariri, conhecido pela sua identidade cultural própria, sentimento de pertença e vocações econômicas complementares.

A Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri vem instigando interesse de estudiosos e pesquisadores das áreas da Cultura, Educação, Turismo, Psicologia, Administração, Geografia, Arqueologia e Comunicação, por ser uma instituição que atua há 28 anos na divulgação e valorização da cultura e dos costumes do povo do Cariri. Fundada pelo casal de músicos e pesquisadores Aemberg Quindins e Rosiane Limaverde, tem como propósito incentivar a formação e a qualificação de crianças e jovens de Nova Olinda (CE) e região, por meio da vivência de gestão institucional e da compreensão, registro e disseminação dos conteúdos que compreendem Arqueologia Social Inclusiva, Gestão Social, Turismo Comunitário, Comunicação Social, Produção Cultural e Meio Ambiente, da pré-história à contemporaneidade.

A cidade de Nova Olinda foi fundada em 14 de abril de 1957 e, de acordo com dados do IBGE¹, até o último Censo em 2010 tinha população de 14.256 pessoas e uma estimativa para população em 2019 de 15.565 pessoas. Possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,625 e um PIB per capita de R\$ 9.136,83, índices que vêm aumentando quando observados desde 1991, quando o município tinha IDHM de 0,313 e PIB per capita em 2010 de R\$ 4.802,85. A sua base econômica está fincada na agricultura familiar (milho, arroz e feijão), na exploração mineral de rochas laminadas para construção civil e cerâmicas e no comércio. Quanto aos aspectos educacionais, ainda de acordo com o IBGE, Nova Olinda possui dados no

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama> (consultado em 22/05/2020).

Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB)² nos anos iniciais do ensino fundamental de 7,0 e nos anos finais do ensino fundamental de 5,4; comparado aos outros 184 municípios do Estado do Ceará, encontra-se na 29^a e na 23^a posições, respectivamente.

No ano de 2013, Nova Olinda foi escolhida pelo Ministério do Turismo do Brasil (MTur) como um dos “Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional no Ceará”, distinção que se deve em grande medida à qualidade do clima, à força da religiosidade com as romarias que se dirigem a Juazeiro do Norte para celebrar o Padre Cícero³, à exuberância do artesanato local, às inúmeras manifestações da cultura popular e ao trabalho que tem sido realizado pela Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri com crianças e jovens ao promover a sua inclusão em distintas esferas da sociedade, com conhecimento e cultura, profissionalização e empreendedorismo.

Contudo, há um cenário de profundas desigualdades sociais em Nova Olinda, como em quase todos os municípios do interior brasileiro, marcadas pelo desemprego, uso excessivo de drogas, violência, prostituição e falta de oportunidades, principalmente pelos jovens. À luz desses dados, a proposta da Fundação Casa Grande (FCG) vem na contramão dessa realidade, pois, de acordo com a sua missão, pretende “levar o mundo ao sertão”. Mas não qualquer mundo, mas um mundo que proporcione a crianças e jovens o empoderamento da cultura e da cidadania.

Rosiane Limaverde (2015: 10) salienta que o maior desafio da FCG foi sistematizar uma ação educativa que possibilitasse a meninas e meninas ferramentas formadoras para a ampliação dos seus repertórios culturais, por meio do acesso e da internalização de novos conhecimentos e saberes de qualidade, tornando-se uma ferramenta de transformação social que favorecesse um futuro digno para as crianças e os jovens.

À FCG as crianças chegam inicialmente atraídas pelas brincadeiras, e logo descobrem, no convívio diário com as outras crianças protagonistas no espaço, que aquela casa azul faz parte de uma história e de uma memória. O Memorial do Homem

² O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 e hoje é o principal indicador de qualidade da educação do Brasil. Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/perguntas-e-respostas-o-que-e-o-ideb-e-para-que-ele-serve> (consultado em 22/05/2020).

³ Padre Cícero, cujo nome completo era Cícero Romão Batista, foi um religioso e também um político brasileiro. Ele nasceu no Crato, no Estado do Ceará, em 1844, e morreu na cidade de Juazeiro do Norte, também no Ceará, em 1934, aos 90 anos. Ficou conhecido como “padim Ciço” e conquistou fama de benfeitor do povo e milagreiro. Disponível em <https://escola.britannica.com.br/artigo/padre-C%ADcero/483179> (consultado em 17/05/2020).

Kariri trabalha a educação patrimonial na formação de recepcionistas mirins, por meio de aulas de arqueologia, mitologia, museologia e conservação do patrimônio, resgatando e preservando a história dos índios kariris. A educação patrimonial, presente em seus saberes e fazeres cotidianos, possibilita às crianças e aos jovens a formação de um sentimento de pertença que, no decorrer de suas vidas, pode-se revelar em práticas de cidadania e na preservação do patrimônio material e imaterial da região na qual estão inseridas.

Limaverde afirma que o trabalho desenvolvido pela FCG pode ser percebido mais do que como uma experiência formadora, mas sim transformadora, em um espaço coletivo de experiências de “protagonismo juvenil que utiliza a arqueologia como processo de inclusão social a partir da infância”, porém estendendo os seus benefícios aos jovens. Limaverde infere que a natureza social e inclusiva do trabalho realizado pela FCG:

Procura demonstrar que ao se fazer o inventário do repertório ideal, herança dos povos da Chapada do Araripe, a cultura de todos os tempos, passado, presente e futuro, intrinsecamente, empodera crianças e jovens a que, com um olhar sobre si mesmas e o mundo, gerem suas próprias oportunidades de inclusão social e, com isso, dignifiquem a vida do povo do lugar (2015: 48).

A partir do exposto, especialmente da realidade educacional de crianças e jovens do município de Nova Olinda, o interesse em abordar esse tema surge para compreender o papel que os programas de formação da Fundação cumprem, que vão muito além de somente informar, contribuindo para desenvolver as competências fundamentais para que os jovens delas possam se beneficiar de forma protagonista nas suas relações sociais: o aprender a ser; o aprender a conviver; o aprender a fazer e o aprender a aprender, postulados do relatório *Educação, um tesouro a descobrir*, produzido por Jacques Delors em 1996 para a UNESCO.

O debate acerca da cultura na contemporaneidade denota, de forma significativa, uma questão indispensável: a sua relevância no desenvolvimento das nações. Para Paulo Miguez, a cultura extrapolou os limites da antropologia e da sociologia, ciências que até então se ocupavam quase que exclusivamente dela, e assumiu um caráter de transversalidade ao interessar pesquisadores e estudos de disciplinas científicas distintas como “a história, a geografia, a ciência política, a demografia, a comunicação, a psicologia, as ciências ambientais, o direito, a economia, a gestão” (2008: 1). Seria oportuno assinalar, ainda segundo Miguez, que, inclusive no campo dos estudos

tecnológicos, como as engenharias e os sistemas de computação, a cultura também tem suscitado interesse como fator de desenvolvimento. Cabe reconhecer que, para além do universo acadêmico, inúmeros países e organismos internacionais empenham-se, de forma decisiva, a compreendê-la como uma atividade de elevado potencial transformador.

O conceito de desenvolvimento que interessa na presente pesquisa é o utilizado por Amartya Sen (2000: 12), visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, que vai muito além do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) ou das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social (2000: 28). Para o autor, o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo, tem de estar relacionado com a melhoria de vida dos indivíduos e com o fortalecimento das liberdades.

De acordo com Sen, o mundo atual nega liberdades fundamentais a um grande número de pessoas e, para que se alcance o desenvolvimento, é necessário remover as principais fontes de privação dessas liberdades, isto é, a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a destruição social sistemática, a negligência dos serviços públicos, a intolerância e a interferência excessiva de Estados repressivos. O conceito de desenvolvimento cunhado por Sen dialoga com o conceito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que considera que, para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população, é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Inscrito nessa discursividade, observa-se que a experiência da Fundação Casa Grande pode possibilitar aos seus participantes, como afirmam os autores já referidos, obter esse desenvolvimento humano. Assim, as vivências nas diferentes esferas culturais e artísticas, quer como participante, quer como criador, podem impulsionar processos individuais e coletivos de ampliar as perspectivas de vida.

A escolha da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri como espaço de investigação justifica-se devido ao reconhecimento e notoriedade que a referida fundação apresenta tanto no Brasil como no exterior por entidades como Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Ministério da Cultura do Brasil (MinC); Time Warner; Secretária da Cultura do Ceará (SECULT); Associação Cearense do Ministério Público (ACMP); Children's World; grupo Cultural Afroreggae, Fundação

Abrinq e Banco do Brasil (BB), pelo trabalho desenvolvido com crianças e jovens nas áreas de educação não formal, cultura e comunicação.

Especificamente, esta pesquisa buscou identificar, a partir das práticas culturais e sociais desenvolvidas na Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, as experiências mais significativas de protagonismo sociocultural; levantar o perfil socioeconômico e delinear os contornos do capital cultural dos jovens e crianças participantes dos programas da referida Fundação, analisar a relevância da instituição na valorização da memória, da identidade e do patrimônio; e identificar, junto aos sujeitos da pesquisa, as implicações dos projetos de formação da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, no mundo vivido (cotidiano) desses sujeitos.

O trabalho ora apresentado está organizado nas seguintes seções: Introdução; Capítulo I, que apresenta os procedimentos da investigação, objetivos, justificção e delimitação do tema, bem como o percurso metodológico; Capítulo II, que apresenta um estudo do estado da arte da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri; Capítulo III, que apresenta uma análise teórico-conceitual dos conceitos cultura, cultura e desenvolvimento e um panorama da população jovem brasileira, bem como as leis e políticas públicas brasileiras voltadas para a população jovem; Capítulo IV, que apresenta uma revisão da literatura acerca das categorias analíticas da pesquisa; Capítulo V, que aborda a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri como lugar de formação, descrevendo os seus percursos históricos-discursivos; Capítulo VI, que trata da metodologia adotada para investigação e discussão dos resultados; por fim, as Considerações Finais da pesquisa. Posteriormente, encontram-se as Referências Bibliográficas, fontes que conduziram a pesquisadora quanto à origem dos conceitos e modelos subjacentes à discussão.

O **Capítulo I**, intitulado “Procedimentos de Investigação”, tem como propósito apresentar o objetivo geral da investigação, isto é, a questão principal da pesquisa, os objetivos específicos, que são as questões secundárias relacionadas à questão principal da investigação em questão, bem como a justificção e a delimitação do tema e a escolha e o percurso metodológico da pesquisa, constituída de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, utilizando metodologia de natureza qualitativa.

O **Capítulo II** tem como propósito realizar um mapeamento das principais produções acadêmicas que tiveram como objeto de pesquisa a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri. Devido à variedade das áreas de conhecimento nas quais esses trabalhos encontram-se inseridos, como critério didático para organização desse

mapeamento acadêmico será utilizada a linha de pesquisa e/ou o programa de pesquisa e/ou área de concentração a que as referidas investigações (teses ou dissertações), encontram-se vinculados. Esse mapeamento visa investigar contribuições relevantes na constituição do campo teórico, apontar restrições e possibilidades sobre a temática e auxiliar em um delineamento propositivo durante a trajetória investigativa da presente pesquisa.

O **Capítulo III**, denominado “Enquadramento da Investigação”, está subdividido em duas seções. Na primeira seção, é desenvolvido o conceito de cultura, que pela sua amplitude pode ser compreendido de diversas formas e a partir de diferentes campos do conhecimento. Estabelecer um único sentido é limitativo devido à carga histórica que o termo traduz. Nesse sentido, são investigados a gênese social da palavra e o conceito científico que dela gerou, assim como as transformações profundas que ocorrem na forma de entender cultura ao longo do tempo, sob o olhar de Clifford Geertz (1989), Denys Cuche (2002), Pierre Bourdieu (1972), (1983), (1995), (1998), (2004), (2007) e Raymond Williams (1992).

Ainda na primeira seção, é abordada a relação entre cultura e desenvolvimento, discorrendo-se sobre a importância da cultura na contemporaneidade, como potencial transformador e como dimensão estratégica do desenvolvimento, sendo, portanto, descrita a evolução da ideia do desenvolvimento nas últimas décadas a partir das contribuições teóricas de Amartya Sen (2000), Celso Furtado (1984), (2000), Ignacy Sachs (2005), Bernardo Kliksberg (2001); em seguida, é contextualizado o papel da UNESCO, que ao longo da sua trajetória vem colaborando para as permanentes atualizações semânticas que o conceito de cultura vem adquirindo, desempenhando grande atuação na definição das políticas culturais, além de conduzir as atuações das organizações não-governamentais e setores da indústria cultural.

A segunda seção apresenta o conceito de juventude, discorrendo sobre os distintos significados que o termo tem adquirido de acordo com o contexto histórico, social, econômico e cultural em que está inserido; apresenta o perfil da população jovem brasileira, as leis e políticas públicas e os principais documentos internacionais de direitos humanos produzidos nas grandes Conferências da ONU para a população jovem.

O **Capítulo IV**, com o título “Mapeando os Conceitos”, tem como propósito aprofundar e contextualizar o estudo do tema, e está subdividido em cinco seções. A primeira seção objetiva aprofundar o referencial teórico de protagonismo juvenil a partir

de distintas abordagens teóricas, que fomentam a construção conceitual da expressão, utilizando as categorias autonomia, responsabilidade, cidadania e participação, a partir das contribuições de autores como Antônio Carlos Gomes da Costa (2000), Helena Wendel Abramo (2008), Juan Ezcámez & Ramón Gil (2003) e Regina Célia Reyes Novaes (2000). Na segunda seção é tratado o conceito de identidade cultural na contemporaneidade a partir de seu conceito expresso por meio de trabalhos de alguns autores que relacionam esta temática em seus percursos teóricos; entre eles destacam-se Stuart Hall (2000), (2014), Denis Cuche (2002), Joel Candau (2006), (2019), Tomás Tadeu da Silva (2014) e Nestor Canclini (2006).

Na terceira seção, busca-se compreender a elaboração do conceito de memória e a investigação de fenômenos e processos culturais relacionados à perspectiva comunicativa e cultural, bem como a relação do homem com o passado em meio a conflitos entre a dimensão individual e a coletiva da memória. Como arcabouço teórico, será utilizada a contribuição dos teóricos Henri Bergson (2006), Jan Assmann (2006), (2008), Maurice Halbwachs (2006), (2019), Michel Pollack (1989), (1992), e Pierre Nora (1993).

Na quarta seção, é tratado o conceito de patrimônio cultural, por meio de um percurso histórico discursivo que compreende o conceito desde a renascença até os dias atuais, apresentando uma dimensão mais expandida do conceito em questão, bem como os esforços empreendidos pela UNESCO para criar instrumentos de proteção ao patrimônio imaterial. É apresentada a história da trajetória brasileira da noção de patrimônio cultural, seus marcos legais e políticas públicas, com ênfase nos Tesouros Vivos da Cultura Cearense, política de apoio aos mestres detentores de saberes tradicionais, inspirada no Sistema Tesouros Humanos Vivos da UNESCO. Como iniciativa que visa salvaguardar e promover o patrimônio cultural, é utilizado o conceito de educação patrimonial com a finalidade de compreender a aproximação dos jovens e crianças da FCG com o patrimônio cultural da sua região, e como são sensibilizados para manter a memória viva, ou seja, em movimento. Como amparo teórico, são utilizadas as contribuições dos teóricos Ana Carvalho (2014), Clara Bertrand Cabral (2011), Francisco Humberto Cunha Filho (2000), Françoise Choay (2001), (2011), Maria Laura Viveiros de Castro (2008) e Maria Cecília Londres (2008).

Por fim, a quinta seção apresenta os conceitos de representação social e cultural. A representação social visa compreender a atuação do imaginário social sobre o pensamento e a conduta das pessoas e dos grupos sociais, desta forma é campo fértil que

favorece a pesquisa da percepção de um grupo sobre a sua realidade, em um dado momento, inserido em um contexto social específico, em consonância com a pesquisa do presente estudo, e, por sua vez, a noção de representação cultural, entendida como parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma mesma cultura; neste entendimento, busca-se dialogar com as contribuições de autores como Émile Durkheim (1978), Serge Moscovici (1995), (2010), Maria Cecília Minayo (1994), (2006), Denise Jodelet (1989), (2006), Jean Claude Abric (2000) Sandra Jovchelovitch (1995), (1998), (2000), (2008), Robert Farr (1995), (2004), Stuart Hall (2006), Kathryn Woodward (2014) e Tomaz Tadeu da Silva (2014).

O **Capítulo V**, com o título “Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri – Estudo de Caso”, apresenta uma análise teórico-reflexiva acerca do papel das Organizações Não-Governamentais (ONG) no contexto brasileiro e em seguida contextualiza o lócus da pesquisa, fazendo uma análise pormenorizada desde a gênese da FCG até os dias atuais, descrevendo a região em que se encontra inserida, seus projetos, atuações, rotinas, parcerias, coletadas durante a trajetória investigativa da pesquisadora, por meio de intensa pesquisa realizada em fontes diversas, a saber: teses, dissertações, artigos de revistas, entrevistas de televisão, pesquisas em redes sociais, entrevistas em campo com gestores, moradores da cidades e sujeitos pesquisados.

O **Capítulo VI**, denominado de “Pesquisa de Campo”, está subdividido em seis seções. A primeira seção apresenta o lócus da pesquisa, a segunda seção define os sujeitos da pesquisa. Em seguida, na terceira, é apresentada a coleta de dados; na quarta, a análise, os resultados e as discussões que dão sustentação à análise e à interpretação do objeto de estudo. Em seguida, é apresentada uma reflexão em torno da Agenda 2030 e dos projetos desenvolvidos na instituição pesquisada do presente estudo.

Por fim, à guisa de conclusão, apresentam-se os resultados conclusivos da análise dos dados e as considerações finais do estudo, a partir de uma síntese dos resultados analisados.

CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS DA INVESTIGAÇÃO

1.1 Objetivos

Neste tópico, esclarecem-se os objetivos gerais e específicos que orientam esta pesquisa.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as representações sociais de experiências de Cultura e Protagonismo Sociocultural a partir do discurso dos jovens da Organização Não-Governamental (ONG) Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri (FCG), localizada na cidade de Nova Olinda, sertão do Ceará, no Nordeste brasileiro.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Investigar as experiências mais significativas de protagonismo sociocultural dos jovens da FCG;
- Levantar o perfil socioeconômico e delinear os contornos do capital cultural dos jovens e crianças participantes dos programas e projetos da referida Fundação;
- Identificar, a partir dos discursos dos sujeitos da pesquisa, as implicações dos projetos de formação da Fundação Casa Grande, no mundo vivido (cotidiano) desses sujeitos;
- Refletir sobre a relevância da FCG para a valorização da memória, da identidade, e do patrimônio cultural.

1.2 Justificação e Delimitação do Estudo

O desejo de se investigar sobre a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri surgiu da necessidade de compreender as ações de protagonismo social no âmbito da instituição, partindo da premissa de que todas as atividades são elaboradas, planejadas, executadas e avaliadas pelas próprias crianças e jovens, desde a conservação do espaço, passando por todos os laboratórios de conteúdo e produção da FCG.

1.3 Percurso Metodológico

Do ponto de vista metodológico, o presente estudo baliza-se, de modo geral, na seguinte proposição de Mirian Goldenberg: “A pesquisa científica exige criatividade, disciplina, organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância” (2011: 13). Para a referida autora, nenhuma pesquisa científica é totalmente controlável, com começo, meio e fim previsíveis; é impossível prever todas as etapas. Ou seja, o pesquisador está sempre em estado de tensão, porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado, não existindo um único modelo de pesquisa.

Assim, quando se trata de Metodologia, a autora refere-se a um caminho possível para a pesquisa científica: “O que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar” (2011: 14). A investigação ora apresentada constitui-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, utilizando metodologia de natureza qualitativa.

Para Uwe Flick, “a pesquisa qualitativa é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seu contextos locais” (2004: 28), o que corresponde à natureza dessa pesquisa, adequada para identificar e analisar as experiências de Cultura e Protagonismo Sociocultural a partir das representações sociais de jovens e crianças no contexto da Organização Não-Governamental Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri (FCG).

As pesquisas em ciências humanas e sociais são frequentemente desenvolvidas a partir de pesquisas qualitativas. Os métodos de investigação científica qualitativa são utilizados quando se objetiva investigar áreas elementares nas quais pouco se conhece sobre, ou áreas já muito difundidas, para que novas competências e novos conhecimentos sejam conquistados.

A pesquisa bibliográfica foi uma etapa crucial no trabalho em questão, na medida em que influenciou todas as etapas da pesquisa que fundamentou teoricamente o trabalho. Para Marina de Andrade Marconi, “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. E reforça: “o estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar duplicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações” (2018: 12). Por sua

vez, Minayo (1994: 33) ressalta que a pesquisa bibliográfica tem de ser ampla, disciplinada e crítica; ampla porque precisa dar conta do estado da arte atualizado sobre o problema; disciplinada, pois deve ter uma prática sistematizada; e crítica porque deve ser estabelecido um diálogo reflexivo entre a teoria e o objeto de investigação escolhido pelo pesquisador.

Nesta perspectiva, foi estabelecido o Estado da Arte, focando sobre as principais produções acadêmicas que tiveram como objeto de pesquisa a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, utilizando as ferramentas de busca do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o próprio site da FCG e um Webinário realizado em agosto de 2020, no período delimitado entre 2015 e 2020. O mapeamento referido teve como finalidade compreender como se encontra o tema ou objeto da investigação, contribuindo para uma visão norteadora acerca da temática escolhida, bem como trazer subsídios bibliográficos para as discussões e análises finais.

Sendo assim, a referida fase consistiu no levantamento, na seleção, no fichamento e no arquivamento de informações pertinentes relacionadas com a pesquisa em livros, periódicos, artigos, teses de doutoramento, dissertações de mestrado, entre outras fontes de natureza semelhante, compreendendo, assim, uma revisão da literatura acerca do objeto de estudo e dos conceitos teóricos fundantes do estudo em questão, como a Cultura e o Desenvolvimento, a Identidade Cultural, a Memória e o Patrimônio, o Protagonismo Sociocultural, a Cultura Contemporânea e a Sociedade, a partir das contribuições dos Organismos Internacionais para Cultura e, por fim, nos pressupostos teóricos das Representações Culturais e Sociais.

Por sua vez, a pesquisa documental caracterizou-se pela identificação de documentos que ainda não haviam recebido nenhum tratamento científico, como relatórios de público; reportagens de revistas; matérias de jornais; reportagens de programas de televisão; vídeos em sites e blogs; gravações; eventos realizados no Teatro Violeta Arraes; fotografias e filmes produzidos pela pesquisadora durante as incursões no campo de pesquisa; sites de organismos governamentais e não-governamentais; entrevistas com fundadores, coordenadores, gestores e jovens envolvidos com a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri.

Marconi (2018) considera necessária, antes de iniciar a pesquisa de campo, uma análise minuciosa de todas as fontes documentais que sirvam de suporte à investigação

projetada, o que deve ser realizado por intermédio de dois recursos: documentos e contatos diretos. Considera que os principais tipos de documentos são:

- a) Fontes primárias: dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc.
- b) Fontes secundárias: imprensa em geral e obras literárias (Marconi 2018: 12).

Já os contatos diretos são realizados com pessoas que podem fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informação úteis, como realizado na pesquisa em questão com o fundador da FCG e todas as pessoas envolvidas no âmbito da referida instituição, como mencionado acima.

Segundo Goldenberg (2011), o estudo de caso, que tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências sociais, não é uma técnica específica mas caracteriza-se como uma análise holística, isto é, considera a unidade estudada como um todo, quer seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, e tem como objetivo compreendê-los em seus próprios termos. Para a autora,

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (Goldenberg 2011: 34).

Por sua vez, Antônio Carlos Gil (2007) conceitua o estudo de caso como um estudo aprofundado sobre objetos que podem ser um indivíduo, uma organização, um grupo ou um fenômeno e que pode ser aplicado nas mais diversas áreas do conhecimento. Para o referido autor, o estudo de caso permite que o objeto estudado mantenha a sua unidade, mesmo que se entrelace com o contexto onde está inserido; que sejam formuladas hipóteses e teorias; e permite a explicação de variáveis em situações ainda que complexas.

O autor aponta algumas características da metodologia de investigação qualitativa:

- a) sua capacidade de estimular novas descobertas, em virtude da flexibilidade do planejamento e da própria técnica;
- b) a possibilidade de visualização do todo, de suas múltiplas facetas;

c) a simplicidade de aplicação dos procedimentos, desde a coleta até a análise de dados (Gil 2007: 59).

Já para Robert Yin (2005: 33), o estudo de caso, designado “estratégia de pesquisa”, compreende “um método que abrange tudo”, em uma investigação em que fenômeno e contexto quase se mimetizam em situações da “vida real”. O autor ainda defende a aplicabilidade do estudo de caso a “fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados” (Yin 2005: 20).

CAPÍTULO II – FUNDAÇÃO CASA GRANDE - MEMORIAL DO HOMEM KARIRI: PERCURSOS

Neste capítulo apresenta-se uma revisão da literatura existente sobre a instituição em estudo, à elaboração do Estado da Arte deste trabalho, com a apresentação da literatura pertinente para o estudo.

2.1 Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri

Esta Casa é tão bonita, quanto a gente que a habita, desde a porta da cozinha até a sala de visita até o fundo do quintal todo mundo acredita num objetivo igual.

Moraes Moreira⁴



*Figura 1: Fachada da Fundação Casa Grande com a meninada
Fonte: Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri*

Para iniciar inscreve-se como epígrafe um fragmento da canção de Moraes Moreira⁵ adotada como o hino da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri que representa o espírito acolhedor e de alegria que se sente logo ao chegar na instituição. A Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri (daqui em diante

⁴Trecho da música “Essa casa” de Moraes Moreira, São Paulo: Ariola, 1982. 1 disco – Adotada como Hino da Casa.

⁵ Antônio Carlos Moraes Pires, mais conhecido como Moraes Moreira, é um cantor, compositor e músico brasileiro.

FCG) desperta interesse de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, entre elas a Educação, a Comunicação, o Direito, a Cultura, a Arqueologia, a Geografia, a Psicologia, a Arqueologia, o Design, entre outros.

Nesta seção foi realizado um mapeamento das principais produções acadêmicas que tiveram como objeto de pesquisa a Fundação Casa Grande Grande – Memorial Homem Kariri. Ciente da necessidade de seguir um caminho metodológico para efetivar a construção do estado de uma temática específica, e diante de tantos estudos já realizados e identificados (artigos científicos, resenhas críticas, monografias, pôster científico, dissertações de mestrados, tese de doutoramento, livro-reportagem e livros) – para realização desse mapeamento foram utilizadas as ferramentas de busca do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁶ e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁷, o próprio site⁸ da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri e um Webinário⁹ Científico da FCG, realizado em agosto de 2020. O arco temporal abrangeu produções publicadas entre os anos de 2005 a 2020.

Inicialmente, ao utilizar os termos “Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri” e/ou “Nova Olinda” foram encontrados catorze dissertações de mestrado e quatro teses de doutoramento de diversas áreas de conhecimento, que apresentavam, de alguma forma, no título, nas palavras-chaves/assunto e/ou no próprio texto do resumo nome da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri e/ou Nova Olinda no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Cabe destacar a variedade das áreas de conhecimento nas quais esses trabalhos encontram-se inseridos. Para tanto, como critério didático para organização desse mapeamento acadêmico foi utilizada a linha de pesquisa e/ou o programa de pesquisa e/ou área de concentração a que as referidas investigações encontram-se vinculadas. Sendo assim, serão apontados os estudos (teses e dissertações), delineando o seguinte

⁶ Catálogos de Teses e Dissertações. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> (consultado em 20/11/2019).

⁷ Biblioteca digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em <https://bdtb.ibict.br/vufind/> (consultado em 20/11/2019).

⁸ Para maior aprofundamento ver: Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri. Disponível em <https://memorialdohomemkaririfcg.wordpress.com/institucional/> (consultado em 20/05/2018).

⁹ Webinário é um seminário on line, transmitido ao vivo ou pé-gravado. A FCG realizou o Webinário Científico Casa Grande, como forma de apresentar a comunidade as pesquisas científicas já desenvolvidas sobre a Fundação. Programação disponível em <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/>

percurso: Programa de Pós-Graduação em Educação, Programa de Pós-graduação em Matemática e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Administração, Programa de Pós-Graduação em Direito, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos.

Nesta perspectiva intenta-se demonstrar que os principais achados nos estudos já realizados nos Programa de Pós-Graduação em Educação, enfatizam, em geral, as práticas educativas da FCG, de forma mais específica à ação educativa não formal. Desse modo, ressalta-se a dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós-graduação em Educação Popular, Comunicação e Cultura, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de Isabelle de Luna Alencar Noronha intitulada “Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri: Cotidiano, Saberes, Fazeres e as Interfaces Com a Educação Patrimonial” apresentada em 2008, que teve como objetivo discutir as práticas educativas da Fundação Casa Grande.

No referido trabalho, Noronha realizou um estudo bibliográfico e etnográfico, tendo por referencial teórico-metodológico a história oral, buscando compreender como uma ONG, que tem por singularidade o fato de ser gerida por crianças, adolescentes e jovens protagonistas dos processos de ensino e de aprendizagem que desenvolvem, conseguiu constituir-se como um sólido projeto educativo, instigando olhares de estudiosos e pesquisadores. Para tanto, foi desenvolvida uma investigação no contexto das ONG e também nas políticas nacionais e estaduais de incentivo à cultura. Ratificou as interfaces da educação não-formal na FCG, com a educação patrimonial, dado que a ONG trabalha com a cultura local, pesquisando, enaltecendo e cuidando da arqueologia da região do Cariri Cearense¹⁰. Neste sentido, constatou-se que a educação patrimonial presente nos saberes e fazeres habituais da Fundação Casa Grande permite aos meninos e meninas o desenvolvimento de um sentimento de pertença que se manifesta em práticas de cidadania e preservação do patrimônio da região do Cariri.

Considera-se relevante mencionar também, na área da educação, a tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), na linha de pesquisa Movimentos

¹⁰ Essa região é, atualmente, composta por nove municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri. A RM do Cariri possui uma área total de 5.456,01 Km². Internet. Disponível em <https://www.cidades.ce.gov.br/regiao-metropolitana-do-cariri/> (consultado em 20/11/2018).

Sociais, Educação Popular e Escola, de José Tancredo Lobo intitulada “A Produção dos Sonhos dos Meninos da Casa Grande” apresentada em 2010, que teve como objetivo demonstrar os contextos (material e subjetivo), o problema, a problematização, os sujeitos, as teorias, o método em que é buscado compreender a produção dos sonhos e seus projetos existenciais dos jovens que fazem a FCG. Lobo infere que, devido à complexidade da temática, o trabalho exigiu uma abordagem construtiva, em que teoria, metodologia e experiência dos envolvidos (pesquisador e sujeitos) foram tecidas juntas numa percepção de totalidade. De acordo com Lobo (2010: 10), a mediação teórica fundamentou-se em intelectuais como “Zygmunt Bauman (2007), Boaventura de Sousa Santos (2003), Marie-Christine Josso (2004), Antonio Nòvoa (2004), Ercilia Braga (2018), Alfonzo Quintás (1993), Peter Singer (2002), Enrique Dussel (2007), Humberto Maturana (2000), José Tavares (2001), Paulo Freire (1983), (1998), (2001), Ernst Bloch (2005), Erich Fromm (19690, (1974) e outros”. Como refere o autor, “a abordagem metodológica foi transdisciplinar utilizando a pesquisa (auto)biográfica, tanto nos fundamentos teóricos quanto no aspecto procedimental” (2010: 12); a trajetória da pesquisa pode ser denominada de qualitativa, colaborativa, formativa e existencial como *modus* de produzir ciência em que a centralidade está na pessoa humana e na vida como fonte maior de toda a existência. Foram usadas técnicas como a entrevista narrativa, círculos reflexivos e observação dos âmbitos da organização pesquisada.

Registra-se também a dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC) de Carmem Débora Lopes Barbosa, intitulada “Experiência de Vida e Formação do Educador Popular Alemberg Quindins da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri”, apresentada em 2010. A referida investigação teve como objetivo compreender a dimensão formadora do educador popular Alemberg Quindins, criador e fundador da FCG no contexto cultural caririense e no âmbito de uma Organização Não-Governamental (ONG), a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, e analisar em que medida as experiências vivenciadas por seu fundador colaboraram para a sua formação como educador popular. A autora coletou dados, por meio da técnica da entrevista narrativa, e os analisou por meio do método (auto)biográfico.

Barbosa salienta em suas considerações finais que, após investigar as ações desenvolvidas pela FCG, caracteriza a educação exercida pela referida ONG como uma práxis de Educação Popular porque suas ações estão completamente voltadas para

classe mais carente da comunidade de Nova Olinda-CE, na qual a metodologia utilizada (mesmo sendo utilizados os mais avançados recursos tecnológicos) está centrada no aprender fazendo e principalmente na valorização do saber popular e nas singularidades do local e do regional; infere ainda que “estas ações podem influenciar a Educação popular hoje como um exemplo de educação que trabalha a formação de crianças e jovens não apenas quanto às habilidades e às competências técnicas, mas quanto à formação humana e à convivência social” (Barbosa 2010: 13).

Por sua vez, identificou-se também a dissertação de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), de Fábio Giorgio Santos Azevedo, intitulada “Tecnologias de Transmissão Cultural: a experiência da Escola de Comunicação Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri” apresentada em 2005. Em sua dissertação, Azevedo (2005) buscou investigar as principais tecnologias de transmissão utilizadas pela FCG na formação de crianças e jovens da cidade de Nova Olinda.

Azevedo desenvolveu a sua metodologia de pesquisa a partir da imersão no campo empírico, utilizando, principalmente, a observação participante e o diário de campo como recursos metodológicos. A narrativa da pesquisa foi desenvolvida pelo referido autor explanando a trajetória do pesquisador, seus impasses na caracterização do objeto, a ampliação dos objetivos, e sua reorientação no percurso de pesquisa.

O estudo assinalou a importância da pertinência temática e metodológica, na constituição de um projeto socioeducativo: a localização da Fundação Casa Grande numa Área de Proteção Ambiental (APA), a Chapada do Araripe¹¹ (um dos mais importantes depósitos paleontológicos do Brasil), bem como a forma gradativa e despretensiosa como o projeto foi sendo implantado na cidade de Nova Olinda, através da utilização da mitologia dos índios Kariris. Por fim, de acordo com Azevedo, “a pesquisa indicou, por meio da descrição interpretativa do percurso instituinte da Fundação Casa Grande, e de seu momento atual, algumas causas do seu êxito como dispositivo socioeducativo, assim como as ambiguidades da institucionalização” (2015: 3). À guisa de conclusão, o autor caracterizou a FCG como um organismo coletivo que

¹¹ A Chapada do Araripe se situa entre os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. Forma um planalto com uma extensão leste-oeste de 160 quilômetros e norte-sul variando entre 30 a 50 quilômetros, e uma altura variando entre 700 a 900 metros. A Chapada do Araripe é parte de uma área bem maior: a bacia do Araripe, que engloba alguns dos principais depósitos de fósseis do Brasil. Disponível em http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/paleontologia/sertao_acervo.html (consultado em 17/11/2019).

utiliza uma série de estratégias, materiais e imateriais, para perenizar no tempo a cultura Kariri, entre elas, o uso das tecnologias de informação e comunicação.

Outra pesquisa analisada que compõem esse panorama acadêmico foi a dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Matemática e Tecnologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de Hainer Bezerra de Farias, intitulada “Educomunicação Radiofônica: Uma Proposta de Formação de Jovens Comunicadores”, apresentada em 2010. A referida dissertação buscou investigar a inter-relação entre comunicação e educação, a partir da análise das metodologias de uso pedagógico do rádio para a formação de jovens em comunicação. Sendo assim, o autor desenvolveu um estudo de caso comparativo com o uso de entrevistas semiestruturadas e análise documental analisando as experiências realizadas na FCG, localizada no município de Nova Olinda-CE, zona rural e a ONG Catavento Comunicação e Educação Ambiental, localizada na cidade de Fortaleza, zona urbana; ambas localizadas em comunidades de baixa renda e que trabalham a educação radiofônica na formação de jovens em comunicação.

Farias tinha como premissa duas questões: 1) Se os projetos de rádio, educação e juventude ainda baseiam suas formações em empirismo; 2) Se estes projetos incentivam a autonomia dos participantes. Como resposta a primeira hipótese, o autor afirma que a FCG se considera um espaço de experimentação de conhecimento a partir das tecnologias, entendendo-se como instrumentos a serviço do aprendizado; já a ONG Catavento estimula a liberdade de criação dos mediadores ao ofertar aportes teóricos, sugestões e acompanhamento constante, e não metodologia pronta. Para responder à segunda premissa, o autor infere que a FCG incentiva a independência em relação à vida, mais do que como profissionais de comunicação: “A proposta fomenta a multiplicação de saberes e o suporte mútuo, gerando o constante aprendizado nas mais diversas áreas. Não é a simples introdução ou participação no cotidiano” (2010: 106). Por sua vez, a ONG Catavento registra, a partir de relatos e observações de campo, que foi possível verificar que às crianças, jovens e educadores possuem um novo olhar sobre si mesmo e sobre as tecnologias de comunicação, com planos para o futuro e perspectivas de ascensão profissional.

Considera-se relevante destacar a tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, de Catarina Teresa Farias de Oliveira, intitulada “Escuta Sonora: educação não-formal. Recepção e Cultura Popular nas Ondas das Rádios Comunitárias”, apresentada em 2002, que teve como

objetivo investigar a trajetória da cultura popular na sociedade brasileira, explicitando o processo de exposição dessas práticas aos contextos institucionais, à indústria cultural e ao consumo a partir da programação das rádios comunitárias.

Na tese, Oliveira realizou uma reflexão sobre as propostas comunicativas das rádios comunitárias, destacando as estratégias que estas emissoras utilizam para realizar processos de educação não-formal. A pesquisa também apresenta uma discussão sobre a segmentação voltada para o consumo, fato evidente nas emissoras comerciais e sobre a segmentação voltada para a diversidade cultural, comum às emissoras comunitárias analisadas. Para constatar a efetividade da proposta comunicativa, a autora realizou uma pesquisa de recepção e uma reflexão em torno das metodologias utilizadas nas pesquisas de recepção para adequá-las ao contexto da investigação com as rádios comunitárias. Por fim, constatou que a recepção não podia ser observada apenas a partir da interpretação que os receptores fazem da mensagem que recebem. Compreendeu que era preciso incluir também as vivências culturais dos receptores no processo de observação dos ouvintes. Assim, a recepção foi ponto fundamental para estudar a diversidade cultural que as emissoras procuram evidenciar na constituição de suas audiências.

No que concerne aos Programas de Pós-Graduação em Comunicação foi identificada a dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM), Área de Concentração Comunicação e Linguagens, da Universidade Federal do Ceará (UFC), de Maria Márcia Ximenes intitulada “Aqui, Tudo se Cria, Nada se Copia: Um Estudo Etnográfico da ONG Fundação Casa Grande e a Formação Cultural de jovens Moradores de Nova Olinda/CE” concluída em 2014.

Ximenes teve como objetivo central “compreender a relação existente entre uma ONG que trabalha com projetos envolvendo a comunicação e a cultura e a comunidade na qual está inserida”, assim, buscou investigar a contribuição da FCG para formação cultural de jovens moradores da cidade de Nova Olinda-CE, investigar qual concepção de cultura que a FCG trabalha nos projetos que desenvolve, identificar como a FCG vê e retrata a cultura local do Cariri e compreender como os jovens da FCG percebem a proposta da instituição na formação cultural deles e da cidade de Nova Olinda-CE. A autora realizou uma pesquisa de campo com observação participante e diário de campo com entrevistas antropológicas e análise de documentos, vídeos e relatos de vida.

Como fundamentação teórica, Ximenes (2014) discutiu os conceitos de ONG, noções de cultura, o diálogo entre cultura popular e cultura de massa, globalização, e Estudos Culturais. Por fim, a autora aponta os resultados da investigação concluindo

que a FCG atua na formação cultural dos jovens moradores de Nova Olinda-CE, reafirmando a importância da cultura local das manifestações tradicionais do Cariri.

No Programa de Pós-Graduação em Psicologia assinala-se a dissertação de mestrado, apresentada à Universidade Federal da Bahia (UFBA), de Ceci de Souza Lacerda Wenceslau intitulada “Brincadeira e Contexto: Um Estudo na Fundação Casa Grande-CE”, defendida em 2014.

Na referida dissertação, a autora teve como objetivo descrever a brincadeira infantil no ambiente da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, localizada em Nova Olinda-CE, relacionando-a com características do contexto específico, buscando elementos indicativos de reprodução interpretativa e da forma de apropriação dos espaços pelas crianças. A pesquisa compreende enfoque qualitativo e os episódios de brincadeira, expressados de forma espontânea pelas crianças frequentadoras da FCG que estabeleceram a unidade de análise do estudo. No processo de coleta de dados utilizou-se a técnica de observação direta do comportamento em ambiente natural, através do protocolo de registro cursivo.

Nesta pesquisa, Wenceslau descreveu um quadro composto pelas diversas formas de brincadeira observadas na Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, propondo-se a pesquisar um lugar com características particulares, em que as crianças, efetivamente, aparecem como agentes do seu próprio contexto social. Com isso, procurou-se conhecer de que forma as crianças conseguem desenvolver e estabelecer atividades cotidianas de maneira autônoma, instigando a pensar novas possibilidades de reflexão e organização social que destaquem essa visão. Nesse sentido, a autora refere no resumo da sua investigação que a Fundação Casa Grande apresenta-se “como um ambiente a ser estudado em seu modelo de gestão, no qual crianças e jovens têm participação social ativa na dinâmica de funcionamento do local”.

Nesse ponto, cabe ressaltar os trabalhos identificados nos Programas de Pós-Graduação em Administração. Inicia-se com a dissertação de mestrado intitulada “Dimensões da Inovação Social: O Caso da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri apresentada no Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da universidade Federal do Ceará (UFC), Faculdade de Economia, Área de concentração: Organizações, Estratégia e Sustentabilidade, de Tainah Pinheiro Moreira, defendida em 2017.

Este estudo investigou como se configuram as dimensões da inovação social na Fundação Casa Grande- Memorial do Homem Kariri. Sendo assim, foi realizado pela

autora um estudo de caso utilizando uma pesquisa documental e de campo, a partir da observação direta, aplicação de entrevistas semiestruturadas à luz do modelo preconizado pelos teóricos Tardif e Harrisson (2005). De acordo com Moreira (2017), os referidos autores desenvolveram um modelo por meio do qual é possível estudar casos de inovação social por meio da análise de cinco dimensões: Transformações, Caráter Inovador, Inovação, Atores e Processos.

Moreira realizou uma análise de conteúdo a partir dos dados e informações coletadas na pesquisa de campo, realizando uma interpretação dos dados relativos a cada um dos cinco objetivos específicos aqui propostos da seguinte forma: na dimensão “Transformações”, investigou os fatores contextuais que motivaram o surgimento da iniciativa em estudo; na dimensão “Caráter Inovador”, pesquisou a ação social desencadeada em busca de soluções para responder aos problemas sociais presentes; na dimensão “Inovação” foram analisados a escala de atuação da iniciativa, o tipo de inovação social desenvolvido e a sua finalidade; na dimensão “Atores”, foram identificados os atores envolvidos na iniciativa e como acontece o processo de miscigenação de identidades, valores e normas entre eles; e, por fim, na dimensão “Processos”, foram verificados os modos de coordenação utilizados na condução das atividades, os meios percorridos para a realização das ações e as restrições enfrentadas ao longo do processo de inovação social.

Moreira também considerou importante ressaltar outras descobertas que merecem destaque nas considerações da pesquisa: o uso do protagonismo infanto-juvenil como mecanismo de participação; a institucionalização de uma “nova economia” social e mista, através da criação de negócios sociais vínculos às ações da Fundação.

Outra pesquisa analisada nesse panorama acadêmico foi a dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Área de Concentração Estratégias, Finanças e Sustentabilidade da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de Luísa Cherém de Araújo Pereira, intitulada “A Participação como dimensão da governança no TBC: O Caso da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri” e apresentada em 2017.

Esta pesquisa analisou a participação dos atores sociais na governança da experiência turística da Fundação Casa Grande: Memorial do Homem Kariri. Para alcançar o referido objetivo, a autora buscou identificar e discutir criticamente a participação da governança em Turismo de Base Comunitária (TBC); mapear os atores

da participação da governança em TBC; constatar empiricamente os elementos constituintes da participação e, por fim, cooperar e contribuir para os avanços das reflexões sobre participação na governança do Turismo de Base Comunitária.

Pereira realizou uma pesquisa qualitativa para coleta e análise de dados aplicando roteiro de entrevista semiestruturado, pesquisa de campo e diário de campo. Por fim, a autora infere que a participação da governança dos atores sociais na FCG é estimulada e a real existência dessa participação empodera os atores sociais e fortalece a experiência.

A dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Área de Concentração Estratégias, Finanças e Sustentabilidade da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de Ítalo Anderson dos Santos Araújo, intitulada “O Impacto da Governança em uma Experiência Turística de Base Comunitária: O Caso da Fundação Casa Grande”, apresentada em 2017. Neste trabalho, o autor apresenta uma análise do impacto da governança na experiência do Turismo de Base Comunitária – TBC na Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri.

Assim, para o desenvolvimento da referida pesquisa, o autor identificou os elementos de análise de impactos da governança em TBC no caso estudado e descreveu os impactos da governança do Turismo de Base Comunitária na FCG. Como percurso metodológico realizou uma pesquisa qualitativa, utilizando o método de estudo de caso, por meio de pesquisa documental, entrevista semiestruturada e observação. Nestes termos, Araújo aponta alguns resultados obtidos na pesquisa como “a descrição da governança na FCG, no tocante aos elementos eficácia, ao descrever como as parcerias são estabelecidas e gerenciadas, assim como entender a esquematização da gestão dos processos organizacionais, e os elementos que compõem sua resiliência organizacional” (2017: 12). Reforça que foi possível visualizar e descrever como são realizadas a comunicação e a prestação de contas.

Aponta-se também, a dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de Ítalo Anderson Taumarturgo dos Santos, intitulada “Próxima parada, Nova Olinda/CE: justiça distributiva no turismo de base comunitária” também em 2017. A referida pesquisa teve como objetivo compreender como a estruturação do Turismo de Base Comunitária contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico de uma cidade (Nova Olinda), e para o estabelecer de um sistema mais justo para os moradores da região.

Como aporte teórico, Santos utilizou teorias referentes aos conceitos do Macromarketing, do Turismo Comunitário e da Justiça Distributiva nos Sistemas de Marketing. Como procedimentos metodológicos, o pesquisador adotou uma abordagem qualitativa, tendo como técnica principal a entrevista semiestruturada, apoiada pela observação participante. Foram realizadas um total de 23 entrevistas com gestores da Fundação Casa Grande, moradores diretamente envolvidos nas atividades da ONG, moradores que não possuíam ligação com a instituição e turistas. Os resultados da investigação apontaram que um modelo de turismo bem planejado, que considera as partes interessadas e que é pautado em valores como a vivência em comunidade, a cooperação e o reconhecimento do espaço cultural e natural do ambiente, é capaz de trazer desenvolvimento à região e estabelecer trocas justas aos que habitam aquele lugar.

Na área jurídica, cabe sublinhar, a dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito-Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Políticas Públicas, Linha de Pesquisa em Políticas Públicas de Inclusão Social, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) de Francisca Carminha de Lima Macêdo intitulada “A Fundação Casa Grande – Memorial Do Homem Kariri: Uma Referência Para o Reordenamento Das Políticas Públicas De Atendimento à Criança e ao Adolescente” (2017). Para o desenvolvimento da pesquisa, a autora buscou estudar os fundamentos epistemológicos e jurídicos da teoria da proteção integral do direito da criança e do adolescente como estratégia de articulação intersetorial de políticas públicas; analisar às políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente; pesquisar a experiência da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri com o propósito de identificar elementos de referência para a qualificação de políticas públicas de atendimento integral à criança e ao adolescente.

Macêdo aborda o “histórico da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, os programas, projetos, gestão e atendimento, suas parcerias e articulações com outros setores, especificamente aqueles ligados à assistência social e educacional” (2017: 10). Destaca as contribuições da Fundação Casa Grande para o reordenamento das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente. Como a própria autora refere, utilizou o “método de abordagem hipotético dedutivo e o método de procedimento monográfico, bem como a técnica de pesquisa da documentação indireta – pesquisa documental e bibliográfica” (2017: 10).

Macedo confirmou as contribuições da FCG para o município de Nova Olinda, tanto no aspecto educacional com a sua escola de gestão cultural e comunicação que atende crianças e adolescentes nos seus programas, através de uma metodologia pautada no protagonismo juvenil, como também no campo do empreendedorismo social sustentável, geração de emprego e renda e inclusão social que proporcionam a melhoria de vida das pessoas como uma das formas de inclusão social.

Percebeu também a existência de um protagonismo infanto-juvenil bem definido, dado que todas as atividades da FCG são elaboradas, planejadas, executadas e avaliadas pelas próprias crianças e adolescentes, desde a conservação do espaço passando por todos os setores da FCG e os laboratórios de conteúdo e produção. Verificou que a participação do adulto tem uma natureza complementar e de apoio ao planejamento e cumprimento das atividades formativas. Identificou, ainda, algumas críticas no que diz respeito à gestão da FCG pelas crianças e adolescentes o que requereu uma análise sobre o trabalho infantil e as diferenças conceituais entre trabalho e atividade. Como refere a autora, ficou claro que, “o fundamento em que repousam as atividades da FCG, situa-se na categoria atividade e se configura como protagonismo juvenil” (Macedo 2017: 132).

No que diz respeito à relação da FCG com os serviços municipais assistenciais, a autora verificou a não existência de articulação com os mesmos. Neste ponto, apresentam-se fragilidades, pois embora a Fundação tenha registro na assistência social e participe do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente¹², não foram identificadas ações significativas neste âmbito.

Por fim, Macedo afirma que a FCG constitui-se como uma escola de referência na área de comunicação e gestão cultural para crianças e adolescentes, porém a autora observou algumas deficiências significativas na relação da FCG com as esferas municipais, o que impossibilita ou dificulta uma articulação com os serviços locais. Verificou-se que a relação que a FCG estabelece com a comunidade, de forma geral, limita-se ao acesso desta aos produtos elaborados pela Fundação na condição de ouvintes, espectadores, plateia ou consumidores. Ressaltam as melhorias de cunho

¹² O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é um órgão paritário que conta com a participação da sociedade civil e do Poder Executivo municipal. Ele propõe, delibera e controla as políticas públicas municipais voltadas para crianças e adolescentes. Também faz o registro de entidades que atuam com crianças e adolescentes e acompanha se os projetos e programas realizados atendem aos requisitos da legislação. Disponível em <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/glossario/cmdca/> (consultado em 30/11/2018).

econômico que chegam a parcelas da comunidade através do turismo comunitário, o que termina por contribuir para geração de emprego e renda no município.

No âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Geografia, destaca-se a tese de doutoramento apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Instituto de Geografia e Ciências Exatas, Área de Concentração: Organização do Espaço, de Maria Lianeide Souto Araújo, intitulada “A Fundação Casa Grande (Nova Olinda/CE) no Mapa do Turismo Regional: Lugar de Memória e Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Povo Kariri” apresentada em 2017.

Na referida tese, Araújo investigou o trabalho realizado pela FCG entre 2006 e 2016, em relação ao patrimônio cultural e ao turismo do lugar, inserido no espaço regional do Cariri. A autora utilizou como procedimento metodológico uma abordagem teórico-metodológico onde articulou a pesquisa bibliográfica com a documental e com a observação participante. A autora relata no resumo da investigação que “os dados primários foram coletados por meio de conversas informais, entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos” e a interpretação e análise do material possibilitou a referida autora inferir os seguintes aspectos da investigação: “a salvaguarda do patrimônio cultural do Cariri é a matriz estruturante do trabalho desenvolvido pela FCG desde sua instalação em Nova Olinda-CE, em 1992; o turismo é delineado de modo comunitária como possibilidade de geração de renda para os familiares dos meninos e meninas vinculadas a FCG; para os residentes-anfitriões da FCG, o turismo implica a interação e a troca de saberes entre turistas e os residentes; predominantemente, os turistas atraídos para Nova Olinda-CE, por meio da FCG, buscam trocas culturais, aprendizado, convivência com os residentes, características, como reforça Araújo “identificadoras do turismo cultural” (2017: 22).

Por fim, a autora afirma que o trabalho desenvolvido pela FCG resulta em benefícios diretos para a melhoria da estrutura urbana da Cidade de Nova Olinda-CE e que a ONG em questão consegue desenvolver um trabalho de elevado valor sociocultural desde a sua origem associando a salvaguarda do patrimônio cultural com a geração de renda para uma parcela significativa de Nova Olinda-CE, constituindo-se “um núcleo de resistência ao modelo hegemônico de distribuição dos resultados econômicos do turismo” (2017: 22).

É importante também ressaltar a tese de doutoramento apresentada à Universidade de Brasília (UnB) – Instituto de Ciências Humanas, Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial, no Programa de Pós-Graduação em

Geografia de Ricardo de Oliveira Rezende, intitulada “Por uma Geografia da Hospitalidade: O Lugar, a Racionalidade e a Hospitalidade em Comunidade que Recebem Visitantes” apresentada em 2016.

Neste estudo, Rezende investiga o fenômeno da hospitalidade comunitária, iniciando pela proposição do ponto de vista da hospitalidade e abdicando do ponto de vista do turismo. Desta forma, o autor verificou algumas abordagens epistemológicas de autores que tratam do tema: “o conceito humanista de lugar de E. Relph e o conceito de genoespaço de P. Gomes; a teoria da dádiva de M. Mauss; a teoria da racionalidade comunitária de J. Habermas e das contra racionalidades de M. Santos bem como a teoria dos movimentos sociais latino americanos de M. G. Gohn” (2016: 10).

Rezende refere que realizou uma pesquisa de campo objetivando verificar como as teorias acima mencionadas “auxiliam no entendimento da realidade de Nova Olinda-CE onde a FCG desenvolve a hospitalidade comunitária por meio de hospedagem domiciliar e familiar” Sendo assim, o referido autor identificou que em Nova Olinda-CE a hospitalidade comunitária é desenvolvida tendo como base o sentimento de pertença ao lugar valorizando a identidade da cultura caririense. Compreendeu também que a hospitalidade comunitária pesquisada possui uma racionalidade comunicativa; a ação comunicativa do grupo de pais e amigos da FCG acontece por meio do debate periódico dos problemas e o estabelecimento de mecanismos de distribuição igualitária – entre as diversas famílias participantes – da oportunidade de hospedar (rodízio) e, conseqüentemente, de obter renda.

Observou ainda que o processo de valorização da hospitalidade na comunidade representada pela FCG não se atém à busca do lucro, mas sim, aos objetivos e fins da própria FCG. Por fim, inferiu que o vínculo da hospitalidade comunitária com FCG possibilita confirmar que esse tipo de hospitalidade tem a sua origem em movimentos sociais. Sendo assim, Rezende afirma que a hospitalidade comunitária é o modo de receber das comunidades excluídas da – ou inseridas precariamente na – modernidade capitalista, que normalmente baseia-se no sentimento de pertença ao lugar.

Destaca-se, também, a dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável, intitulada “A Juventude no Semiárido e o Desenvolvimento Regional Sustentável: O Caso da Fundação Casa Grande” de Maria de Fatima dos Anjos (2013).

Esta dissertação investigou a construção de significados pelos jovens que participam da FCG e suas contribuições para o desenvolvimento dos próprios jovens e para a Região, onde se procura compreender as experiências de aprendizagens nas dimensões do “ser”, do fazer e do conviver. O trabalho se caracteriza como um estudo de caso com abordagem qualitativa e descritiva, a unidade de análise foi um grupo de jovens que participam da Fundação Casa Grande (FCG), em uma área do Sertão Semiárido na Região do Cariri, Estado do Ceará Brasil Os estudos qualitativos, descritivos e analíticos foram compostos pelas observações de atividades cotidianas e depoimentos dos jovens sobre suas experiências na Fundação Casa Grande.

Anjos afirma que a pesquisa teve como orientação teórica “as discussões acerca da construção da identidade humanística, da autonomia, da superação da exclusão social, formação de sujeitos sociais e compromisso com o território onde se vive, discussões fundamentadas em Paulo Freire, Lev Vygotsky e Hassan Zaoual” (2013: 12).

À guisa de conclusão, Anjos (2013) aponta algumas questões pertinentes: o aprendizado na ONG não é regido por um método de ensino específico, a bússola que norteia as ações dos jovens é a cultura raiz da região; o itinerário de aprendizagem é traçado pelo programa de memória que resgata o acervo mitológico e arqueológico da história do homem da região do Cariri, transformado em conteúdo para a formação antropológica dos jovens e da comunidade; na arte se utilizam da pesquisa étnica musical das lendas e dos mitos originados na Chapada do Araripe, da sensibilização e incentivo à produção artística; a comunicação é uma forma de responder à necessidade humana de interagir com a comunidade e com outras realidades.

Nesse ponto, destaca-se uma dissertação de mestrado, do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Área de Concentração: Gestão de Negócios e dos Territórios Terrestres, de Josefa Alves Bezerra, intitulada “A Fundação Casa Grande, Memorial do Homem Kariri e o Turismo Comunitário da Cidade de Nova Olinda – Ceará – Brasil”, apresentada em 2019.

Bezerra investigou o que faz a FCG ter tanta projeção; quais as experiências vivenciadas na FCG; que segmentos de turismo são oferecidos; e como se organiza a hospedagem familiar na cidade de Nova Olinda-CE; e teve como objetivo analisar o turismo da FCG e as hospedagens familiares de base comunitária. Como percurso metodológico, a autora optou pelo método dialético que significa a arte do diálogo, a arte do debate, da persuasão ou raciocínio crítico. Definiu como categorias de análise: o

turismo, a hospitalidade, os eixos do turismo, os segmentos do turismo, o turismo de base comunitária e a cultura.

Por fim, a autora infere que a FCG executa trabalho significativo para a região do Cariri, consolidou-se e mantém atuação para além do Cariri. As práticas turísticas de Nova Olinda acompanham as tendências do turismo voltadas a vivências, valorização de culturas e identidades sendo esse contraponto ao turismo consumista, registrado como preferências dos turistas flexíveis, pesa na valorização do turismo comunitário da cidade e que as experiências demandadas pelos jovens na Casa Grande voltam-se para a capacitação e formação de jovens, além de proporcionarem ganhos econômicos às famílias do lugar.

Identificou-se também a dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará (UECE), de Eder Neif Alves Ribeiro, intitulada “A Hospedagem Familiar no Turismo Comunitário da Fundação Casa Grande, em Nova Olinda-CE” (2019).

Nessa investigação, Ribeiro teve como objetivo analisar a hospedagem familiar da Fundação Casa Grande, compreender a relevância da Fundação Casa Grande no contexto do turismo, o surgimento das hospedagens familiares bem como os impactos dessa atividade. Portanto, para o desenvolvimento da pesquisa, o autor identificou os elementos de análise de impactos da governança em TBC no caso estudado e descreveu os efeitos da governança do TBC na FCG. O resultado da pesquisa demonstrou que o turismo de base comunitária, em Nova Olinda, dinamiza a economia, as relações sociais e possibilita o intercâmbio cultural entre famílias anfitriãs e turistas.

Foi observado pelo autor que a FCG desperta a atenção e o interesse de pesquisadores e investigadores de áreas diversas do conhecimento, destacando-se entre elas a Educação, a Comunicação, o Direito, a Administração, a Psicologia, a Geografia, a Gestão de Negócios Turísticos e o Desenvolvimento Regional Sustentável.

Dos dezoito resumos analisados, seis trabalhos estão vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Educação, como os trabalhos de Noronha (2008), Lobo (2010), Barbosa (2010), Azevedo (2005) e Farias (2010) e Oliveira (2002), sendo uma dissertação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), uma dissertação e uma tese da Universidade Federal do Ceará (UFC), uma dissertação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), uma dissertação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e uma tese da Universidade de Campinas (UNICAMP).

Dentre os aspectos mais ressaltados em comum nas pesquisas em Educação estão as práticas educativas realizadas pelas FCG nas áreas da arte, cultura, comunicação, a interface da educação não formal com a educação patrimonial, presente nos saberes e fazeres cotidianos dos meninos e meninas da FCG propiciando aos mesmos o desenvolvimento do sentimento de pertencimento traduzindo-se em práticas de cidadania consciente e atuante na preservação do patrimônio material e imaterial na região do Cariri cearense; o protagonismo dos processos de ensino e aprendizagem, pelo fato da FCG ser gerida por crianças e jovens; a educomunicação, como uma interface entre comunicação e educação voltado para a construção de ecossistemas comunicacionais em espaços educativos.

No âmbito das investigações realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Administração foram analisados quatro resumos de dissertações. O trabalho de Moreira (2017) versa sobre as dimensões da inovação social e desenvolvimento social na FCG; já nos trabalhos de Araújo (2017), Pereira (2017) e Santos (2017) percebem-se muitas semelhanças, as referidas investigações desenvolvem as suas pesquisas na área da governança do Turismo de Base Comunitária (TBC) foram desenvolvidas em Universidades do Nordeste brasileiro na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), buscando identificar a participação dos atores sociais da FCG na governança em TBC.

No trabalho de Macêdo (2017) foi possível relacionar algumas questões pertinentes do protagonismo juvenil, como já mencionados nas pesquisas de Noronha (2008), Lobo (2010), Barbosa (2010), Azevedo (2005) e Farias (2010); ao empreendedorismo social sustentável e à geração de emprego e renda como um das formas de inclusão social como nas pesquisas de Moreira (2017), Araújo (2017) e Pereira (2017).

Por sua vez, nas duas teses identificadas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia, uma na Universidade de Brasília (UnB) e a outra na Universidade Estadual Paulista (UNESP), foram investigados temas como hospitalidade comunitária, patrimônio cultural e turismo do lugar, contextualizado no espaço regional do Cariri. Em ambas, o turismo é tratado de modo comunitário como alternativa de geração de renda para as famílias das pessoas vinculadas à Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri aliado à salvaguarda do patrimônio cultural.

A pesquisa de Ximenes (2014), realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC), tem como

objetivo geral analisar a contribuição da FCG na formação cultural de jovens moradores da Cidade de Nova Olinda-CE. Nesta perspectiva, a referida investigação traça um percurso conceitual que aborda cultura, formação de jovens, cultura popular e cultura de massa, globalização e o local e o global. Sendo assim, observa-se que mantém permanentes diálogos com os trabalhos de Noronha (2008), Lobo (2010), Barbosa (2010), Azevedo (2005), Farias (2010) e Macêdo (2017), no que se refere à relação entre a Fundação Casa Grande e a comunidade na qual está inserida, a preservação e a divulgação da cultura popular da região do Cariri, o protagonismo juvenil e o brincar, também presentes e propostos como problema central na dissertação de mestrado de Ceci de Souza Lacerda Wenceslau (2014), defendida na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na qual a referida autora vê a criança como construtora de conhecimento, identidade e cultura, buscando identificar a brincadeira infantil no ambiente da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri.

Já a pesquisa de Anjos (2013) realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Cariri (UFCA), apresenta discussões teóricas em torno de construção da identidade humanística, da autonomia, da superação da exclusão social, formação de sujeitos sociais e compromisso com o território onde se vive. Para tanto observa-se também importantes conexões com as pesquisas de Ximenes (2014), Macêdo (2017), Noronha (2008), Lobo (2010), Barbosa (2010), Azevedo (2005), Farias (2010) e Macêdo (2017).

No âmbito das investigações identificadas no site da FCG sistematizou-se quinze publicações científicas, porém sete dessas publicações já se encontram registradas no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tendo sido já mencionadas. Dessa forma, a seguir serão apresentadas oito publicações sendo uma tese, duas monografias, quatro artigos científicos e o Plano Museológico do Memorial do Homem Kariri. Foram identificados também mais de 218 artigos jornalísticos impressos contabilizados no acervo físico da FCG, porém devido à natureza do estudo em questão, apenas as publicações científicas serão consideradas.

Como critério didático para a organização do referido material, será mencionado inicialmente o tipo de trabalho, a linha de pesquisa e/ou o programa de pesquisa e/ou área de concentração a que as referidas investigações encontram-se vinculados.

Na área da arqueologia destaca-se um importante trabalho, uma tese de doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, da fundadora da FCG, Rosiane Limaverde¹³, intitulada “Arqueologia Social Inclusiva: A Fundação Casa Grande e a Gestão do Patrimônio Cultural da Chapada do Araripe”, defendida em 2015. Neste trabalho é apresentado um estudo de caso que “utiliza dos conhecimentos sistematizados da arqueologia, no delineamento de soluções e caminhos” frente aos problemas identificados pelo município de Nova Olinda. Limaverde descreve em pormenores “as ações com bases estabelecidas no patrimônio arqueológico como uma importante ferramenta de inclusão social na experiência de protagonismo juvenil das crianças e jovens da FCG, utilizando como cenário a Chapada do Araripe.

O trabalho se delinea inicialmente apresentando a natureza do trabalho desenvolvido pela FCG por meio da arqueologia tendo como objeto fenomenológico a Casa que, segundo Limaverde, se consubstancia em “Casa, patrimônio e veículo de estímulo à participação, e nesta medida, a inclusão social, a partir do inventário da herança do povo kariri” (2015: 11). Para a autora, a arqueologia por ir além da análise dos vestígios culturais do passado “futurizando esse passado na medida em que vai ganhando novo significado e tornando-se uma ferramenta de transformação social no presente, dignificando o futuro de crianças e jovens pelo empoderamento e aprendizado da gestão do patrimônio cultural e da cidadania” (2015: 7). Em seguida, a autora introduz o conceito de patrimônio material e imaterial que permite: “fazer desses dois patrimônios uma construção sólida e solidária no sentido em que é perceptível pelas comunidades, fazendo com que elas adiram a essa reconstrução da sua herança patrimonial, constituindo, por isso um espaço de vivência ativa no presente de um passado que se reconstitui como herança para o futuro” (2015: 12).

Na segunda parte do trabalho, Limaverde, através de um inventário mitológico e arqueológico, apresenta a Chapada do Araripe com foco no universo dos mitos e das narrativas dos contadores de história do sertão do Cariri, trazendo uma extensa e profunda investigação sobre as coleções arqueológicas do Cariri, nas classificações da arte rupestre do Nordeste brasileiro e análise de alguns sítios arqueológicos da região.

¹³ Doutora em Arqueologia pela Universidade de Coimbra e Integrada do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio, Fundação da Ciência e Tecnologia, (Unidade I&D) Portugal (2015). É a fundadora da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, instituição filantrópica e cultural em nova Olinda-CE, onde realizou atividades de pesquisas arqueológicas e educativas com a participação de crianças e jovens sertanejos abrangendo as áreas de Memória, comunicação, artes e turismo.

Por fim, na última parte do trabalho, Limaverde apresenta a FCG como uma instituição que ao longo dos anos tem feito a gestão da herança da Chapada do Araripe por meio da Arqueologia Social Inclusiva para “transformar a vida do povo do lugar e obter reconhecimento público” (2015: 12). Para a autora, a comunidade de Nova Olinda através de jovens e crianças, pôde legitimar a herança do patrimônio arqueológico como guardiãs da memória local, construindo cidadania e dignificando suas próprias vidas.

Na conclusão, Limaverde infere que a arqueologia possibilita e desenvolve os interesses científicos e sociais de produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural, na cidade de Nova Olinda, inserida em um “macro contexto arqueológico”, como a Chapada do Araripe. Em suas palavras: “A arqueologia inscreve um potencial fundamental de desenvolvimento de uma arqueologia social inclusiva, embasada numa experiência concreta, mas ao mesmo tempo intangível de realidade” (2015: 381).

Registra-se também a monografia apresentada à Universidade Federal do Ceará (UFC), no âmbito do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, de Socorro Acioli intitulada “Fundação Casa Grande: comunicação para a educação” (2002). A referida monografia teve como objetivo discutir a experiência da FCG a partir do conceito de Educomunicação seguindo a definição desenvolvida no Núcleo de Educação e Comunicação da USP¹⁴ e trabalhar com os postulados que definem um fenômeno educacional. Para Acioli, “a Educomunicação pode ser definida como toda ação comunicativa no espaço educativo, realizada com o objetivo de produzir e desenvolver ecossistemas comunicativos” (2002: 32).

Tais ecossistemas comunicativos compreendem quatro postulados, todos eles presentes na Casa Grande, segundo Acioli. O primeiro postulado é o da educação para a comunicação que possibilita aos educandos a capacidade de análise crítica dos meios e mensagens. Este seria o ponto mais relevante da Fundação, uma vez que ocupa a preocupação central do programa de comunicação, seus laboratórios e suas mídias (FM, TV e editora). O segundo postulado refere-se ao uso da tecnologia – computador, equipamentos de rádio e TV, entre outros – como mediadores dos processos educacionais, facilmente constatado na FCG.

Já o terceiro postulado, relaciona-se com a existência de um planejamento, avaliação e condução do processo educativo – com a gestão autônoma do processo em busca de criação de um ecossistema educacional. Para Acioli (2020), este é um

¹⁴ NCE realiza eventos para difundir e debater a educomunicação e temas relacionados na Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.usp.br/nce/> (consultado em 17/11/2019).

ponto que surpreende todos os que visitam a FCG devido à participação dos meninos e meninas no processo. E, por fim, o quarto postulado que diz respeito à reflexão teórica, epistemológica – o que acontece uma vez que uma professora do projeto (a própria Acioli) realiza um trabalho acadêmico sobre a Fundação Casa Grande.

Por fim, a autora conclui que a Fundação Casa Grande pode ser definida como um projeto de educomunicação, por possuir as características de educação para os meios de comunicação; da autogestão, ou gestão de um ecossistema educacional; da intermediação tecnológica no processo educativo e da reflexão epistemológica.

Cabe ressaltar, ainda, na área da Comunicação, a monografia apresentada à Universidade Federal do Ceará, no âmbito do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, de Marcia Maria Ximenes, intitulada “Discurso e Recepção no Rádio: um estudo sobre o programa Submarino Amarelo na Casa Grande FM”(2005). A monografia teve como objetivos compreender se há um diálogo social entre a Fundação Casa Grande e os moradores de Nova Olinda e se caso esse diálogo exista como acontece. A autora realizou uma Análise do Discurso e um Estudo de Recepção do programa de rádio intitulado “Submarino Amarelo” feito por crianças e para crianças, por entender que esse programa é a “porta de entrada das crianças na Fundação Casa Grande”.

Para contextualizar o espaço da pesquisa, Ximenes realizou um panorama que aborda desde a história do reino encantado dos índios Kariris, que habitam as lendas da região do Cariri até os dias atuais, passando pela catequese imposta pelo branco às tribos indígenas da região, chegando até à origem do município de Nova Olinda através da casa que abriga a Fundação Casa Grande e o Memorial do Homem Kariri. Relata também, ainda na história da FCG, os projetos desenvolvidos pela ONG, mas especificamente a Casa Grande FM¹⁵, objeto de estudo da referida pesquisa.

É interessante observar o diálogo existente entre a investigação de Ximenes (2005) e a pesquisa de Acioli (2002), apesar do trabalho de Ximenes realizar uma Análise do Discurso e um Estudo de Recepção do programa de rádio “Submarino Amarelo” e a pesquisa de Acioli (2002) discutir a FCG a partir dos conceitos da Educomunicação, ambas realizam uma contextualização dos primeiros habitantes da região do Cariri, os índios Kariris, reunindo algumas lendas indígenas, que fazem parte do imaginário dos homens, mulheres e principalmente das crianças da região, ademais

¹⁵ No Brasil, os sinais de rádio são modulados em AM (Amplitude Modulada) e FM Frequência Modulada.

as duas pesquisas foram desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal do Ceará (UFC), como conclusão do curso de Jornalismo.

O artigo “Habitar no Tempo: Interações Estéticas na Produção de Arte”, publicado em 2013, de André Magalhães, relata o resultado de uma ação formativa, após dois períodos de residências artísticas vividos pelo referido autor na FCG. O primeiro período com a duração três meses, no ano de 2009, e o segundo período com a duração de seis meses, no ano de 2010. Estes períodos proporcionaram a formação interdisciplinar de crianças e jovens da FCG na sensibilização do ver, escutar, fazer e conviver mediante o acesso à qualidade do conteúdo e ampliação do repertório para produção cultural. Durante o tempo de residência artística foram gerados dois produtos, o primeiro a gravação de um DVD intitulado “Rua do Vídeo” um musical do grupo “A Banda”, criado e produzido de forma participativa por integrantes da FCG, e um filme intitulado “Habitar no Tempo”, proporcionando a interação entre a criação, técnica, poética e a produção nos diversos laboratórios de formação dos meninos da FCG, integrando e fomentando as atividades de criação coletiva e o despertar do jovem para a arte e suas possibilidades de formação.

De acordo com Magalhães , o mencionado projeto possibilitou a construção de um processo de autoconhecimento e de difusão do método participativo de produção cultural, desencadeando procedimentos que viabilizassem aos integrantes da FCG um olhar voltado a um caminho de autoconhecimento e de expansão das ações vividas na instituição e na cidade; um reconhecimento interno e externo das habilidades e potências da “Casa” e seus moradores em criar realidade, em sonhar e fazer arte. O autor afirma ainda que o método adotado facilitou a evidenciação das potencialidades dos jovens em promover a educação artístico-cultural, mediante o usufruto dos contatos com os diversos espaços disponíveis à interlocução artística e à elaboração de modelos de gestão cultural.

Salienta-se também dois artigos de Marcia Maria Ximenes, da Universidade Federal do Ceará (UFC); o primeiro artigo intitulado “TV Casa Grande e as Práticas Comunicativas Audiovisuais: uma análise das diferentes formas de produção do vídeo popular Coco das Batateiras” apresentado no 8º Interprogramas de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero em 2012, e o segundo intitulado “100 Canal – o vídeo como representação da cultura popular” apresentado no 7º Encontro Nacional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2009.

O artigo “TV Casa Grande e as Práticas Comunicativas Audiovisuais: uma análise das diferentes formas de produção do vídeo popular Coco das Batateiras” teve como objetivo analisar as diferentes formas de produção das duas versões do vídeo popular Côco das Batateiras, produzido pela da TV Casa Grande. Para tanto, a autora realizou uma análise de conteúdo dos vídeos, observando as diversas formas de utilização das imagens e dos discursos e o resultado da edição final de cada uma das versões.

Já o artigo “100 Canal – o vídeo como representação da cultura popular”(2009) analisou o vídeo “Mary Help”, produção que mostra a arte e a vida de uma cantora popular da região do Cariri e teve como objetivo investigar as expressões de culturas populares em sua relação com os aspectos de uma cultura de massa ou industrializada. O curta faz parte da série, que retrata o cotidiano de Nova Olinda por meio de entrevistas com artistas da cidade. Sob a ótica da análise de conteúdo, Ximenes refletiu sobre a abordagem dada à cultura popular e aos costumes e sujeitos da região do Cariri.

Ressalta-se também o artigo de Elie Ganhem, intitulado “Inovação Educacional em Pequeno Município – O Caso Fundação Casa Grande (Nova Olinda, CE, Brasil)” publicado em 2012, que buscou compreender que fatores se conjugam na geração de ações de inovação educacional.

Este artigo apresenta os resultados de um estudo de caso de inovação educacional na atuação da Organização Não Governamental Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri junto a crianças e jovens do município de Nova Olinda, CE, Brasil. No artigo são descritos os objetivos e características da atuação da Organização e são apontadas as características de líderes, agentes e equipes. Ganhem confirma a sua hipótese inicial de que os fatores salientes que se conjugam na geração de ações de inovação são o tempo de experiência profissional de educadores (as), a estabilidade de sua equipe, o nível de qualificação e a atuação mobilizadora de líderes da Organização.

Por fim, identificou-se ainda no site da FCG o “Plano Museológico do Memorial do Homem Kariri” elaborado em janeiro de 2016. Este plano foi desenvolvido em parceria com as Universidade Regional do Cariri (URCA) através do Instituto de Arqueologia do Cariri, Geo Park Araripe (UNESCO), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade de Coimbra (Portugal) através do Centro de Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio e visa fornecer subsídios conceituais e técnicos, de natureza museológica, que permitam ao Memorial do Homem Kariri refletir sobre suas

proposições institucionais, re-qualificar as suas ações de médio e longo prazos e, com isso, assumir com maior segurança a execução de seus projetos, bem como garantir a condição de equiparação e destaque frente às demais instituições museológicas da região, do Estado e do país, assumindo através da parceria e abrigo do Instituto de Arqueologia do Cariri (URCA) também um papel de instituição pública.

O Plano contempla, assim, o perfil museológico da instituição, o programa museológico e a interface entre a museologia e a arqueologia social inclusiva, além de apresentar projetos complementares de acessibilidade e segurança, bem como os novos conceitos de avaliação integrada e sustentabilidade. O propósito desse plano museológico foi apresentar os fundamentos básicos do trabalho social desenvolvido na Fundação Casa Grande – Memorial do Home Kariri que utiliza os conhecimentos sistematizados pela arqueologia no delineamento de soluções práticas e caminhos frente aos problemas concretos da comunidade de Nova Olinda, Chapada do Araripe, Brasil.

Outra fonte de pesquisa para compor o Estado da Arte em questão refere-se ao Webinário Científico da Fundação Casa Grande que aconteceu no período de 02 a 26 de Agosto de 2020 e teve como objetivo apresentar à comunidade as pesquisas científicas já desenvolvidas sobre as diversas áreas de atuação da FCG, Arqueologia Social Inclusiva, Turismo, Gestão Cultural, Gestão Social, Música, Comunicação Social, Moda, Empreendedorismo Social e Educação. Foi realizada uma curadoria pelos diretores da FCG tendo sido convidados dezoito pesquisadores que já conceberam trabalhos científicos sobre a instituição e seus processos. Os trabalhos foram apresentados em forma de *lives* (encontros virtuais) a partir da Plataforma Facebook.

Esta ação vai ao encontro dos objetivos da Fundação Casa Grande que se propõe, de acordo com seu Estatuto Social dentro do Capítulo que trata da Natureza e Objetivos, no seu Art. 2º a “pesquisar, preservar, coletar, juntar em acervo, comunicar, exibir e publicar para fins científicos, de estudo e recreação, a cultura material e imaterial do homem Kariri e de seu ambiente”, e vai além quando objetiva “oferecer um ponto de apoio para pesquisadores”.

Cabe sublinhar que dos dezoito pesquisadores convidados para compartilhar suas pesquisas no supramencionado Webinário Científico, nove já se encontram com seus trabalhos registrados no Estado da Arte em questão, identificados inicialmente nas plataformas já referidas. Portanto, serão relatadas nove pesquisas sendo compostas da seguinte forma: duas teses de doutoramento (sendo que uma ainda está em andamento), duas dissertações de mestrado, dois livros-reportagens e três monografias.

Destarte, serão utilizados os mesmos critérios já usados nas fontes anteriores para organização das presentes pesquisas.

A tese “Fundação Casa Grande, Narrativas e Intinerâncias: “oxi vamos caçar essas histórias por aí?” de Patrícia da Silva Pacheco foi apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2019. Teve como objetivo refletir sobre as práticas narrativas dos sujeitos da FCG, sem perder de vista os intercruzamentos espaços-temporais que se evidenciaram na trajetória da pesquisa e as especificidades de cada tempo-espaço do ofício do educador. A investigação utilizou como metodologia de pesquisa uma intinerância narrativa composta de duas rotas, a primeira constituída pelas histórias que a autora escutava no Memorial do Homem Kariri de cunho ancestral e mitológico e as histórias narradas ou vividas nos laboratórios da FCG, e a segunda rota, as narrativas realizadas pelos moradores da cidade de nova Olinda nas pesquisas de campo da investigadora.

Foi apresentado também no referido Webinário, o trabalho desenvolvido no âmbito desta tese de doutoramento em Ciências da Cultura a submeter Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, intitulada “Representações Culturais e Protagonismo Sociocultural: Estudo de Caso na Fundação Casa Grande”.

No âmbito das pesquisas de Dissertações de Mestrado identificou-se a investigação de Heloísa Bitu Ferraz, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), intitulada “O Sítio de Arte Rupestre em Santa Fé, Crato–Ceará: documentação e diagnóstico técnico de conservação” (2017) que objetivou documentar os grafismos e estudar os agentes de degradação do Sítio de Arte Rupestre Santa Fé¹⁶ localizado na Chapada do Araripe. Portanto, de acordo com a autora, foi realizada uma avaliação sobre o estado geral de conservação do Sítio de Arte Rupestre de Santa Fé no Cariri cearense, por meio de registro fotográfico digital e uso de programas que auxiliaram a segregação dos grafismos identificáveis, a documentação das características do suporte rochoso, arte rupestre e dos problemas bio-físico-químicos que ameaçam a integridade dos registros.

¹⁶ Primeiro sítio de arte rupestre catalogado iconograficamente na região do Cariri cearense. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Carolina%20Francisca%20Marchiori%20da%20Luz.pdf> (consultado em 20/04/2020).

A referida pesquisa também realizou um trabalho de formação e treinamento das atividades de campo e de laboratório junto às crianças e jovens da FCG, através da fusão de idéias e das experiências adquiridas por Ferraz nas instituições regulares de ensino e na gerência dos laboratórios de conteúdo: TV Casa Grande, Casa Grande Editora e Gibiteca, e Laboratório de Arqueologia, “contribuindo para estabelecer uma filosofia de respeito e zelo pelo patrimônio pré-histórico e no aprimoramento técnico profissional, antes de tudo a serviço da cidadania e ao encontro dos métodos da Arqueologia Social Inclusiva” (2017: 169).

A Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, de Inês Almeida Martins, intitulada “Valor além do olhar: Fundação Casa Grande e o Valor social” foi defendida em 2016. A autora, por meio de um estudo de caso, buscou investigar a inovação social e o empreendedorismo social como um conceito que produz capital social e bens relacionais na FCG.

A questão principal de Martins foi procurar perceber como é que o relacionamento e significação dos atores sociais, na dinâmica diária das instituições de terceiro setor, podem contribuir para os processos de avaliação de impacto social de instituições e projetos que não tenham estrutura ou cultura de avaliação de impacto social. Investigou também se os projetos desenvolvidos pela FCG são capazes de gerar valor social para as comunidades envolvidas e suas transversalidades nas dimensões sócio-política, econômica e cultural. Como procedimento metodológico a autora realizou uma pesquisa qualitativa, utilizando técnicas mistas como recolha e análise documental, entrevistas, análise de conteúdo e observação participante.

Identificou-se também a Monografia submetida à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Arqueologia, intitulada “Estudo da Decoração Cerâmica da Chapada do Araripe Cearense” (2018) de Isabel Callou de Sá Barreto Sampaio. Na referida pesquisa, a autora analisou a decoração de vasilhas cerâmicas Tupiguarani encontradas na região do Cariri, buscando identificar as suas características e semelhanças com fragmentos provenientes do município de Araripina¹⁷, utilizando o processo de prescritividade, compreendido como fenômeno de perpetuidade cultural.

¹⁷ Cidade localizada no estado de Pernambuco, Mesoregião do sertão pernambucano com uma população de 84 418 habitantes. Disponível em <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-araripina.html> (consultado em 20/03/2020).

A monografia “Agência Turismo Comunitário – um turismo de gente pra gente” (2014), da Universidade Estácio de Sá em Juazeiro do Norte, de Júnior Santos, foi uma investigação que possibilitou as bases para o Turismo de Base Comunitária desenvolvido pela FCG. O referido autor, ex-menino da FCG, constatou que seria possível potencializar o turismo comunitário como uma ferramenta social inclusiva para integração e geração de renda atendendo ao elevado número de visitantes à FCG.

Por fim, refere-se a monografia apresentada à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), intitulada “Design de Superfície como Ferramenta para a Valorização Institucional: Um estudo de Caso da Fundação Casa Grande” (2017), de Safira Maria de Lima Rosa. A autora tinha como propósito criar uma coleção de padrões inspirados na Fundação Casa Grande, tendo desenvolvido uma pesquisa para investigar as técnicas de criação de padrões para designer de superfície, bem como técnicas de estamparia para aplicação destes padrões. A partir de sua pesquisa teórico-metodológica, identificou os elementos conceituais e iconográficos que representavam a FCG e criou uma coleção de padrões que identificassem a mesma, gerando como produto um catálogo de apresentação da coleção.

Registra-se também a tese de doutoramento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em Ciências da Cultura, de Rosi Cristina da Silva, intitulada “Memória e cultura local: estudos de caso sobre os espaços culturais no contexto de ONGs brasileiras” (2016). Na referida investigação, a autora refere que teve como principal objetivo evidenciar as práticas da ação cultural como importantes vetores de desenvolvimento local e como as ONG vêm constituindo espaços de memória que colaboram para a formação cultural de jovens e crianças.

Silva teve como lócus da pesquisa duas ONG situadas no Nordeste do Brasil: Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, em Nova Olinda – Ceará, e ONG Geração Futuro, em Pombos – Pernambuco. Ademais, a autora utilizou, na abordagem metodológica do estudo de caso e da pesquisa de campo etnográfica, as estratégias de observação participante, nas entrevistas, nas atividades de formação com os agentes culturais, bem como nas rodas de diálogo sobre políticas públicas culturais.

Identificaram-se também dois livros reportagens, elaborados como trabalho de conclusão de curso de jornalismo. O primeiro de Maria Vitória Lima, intitulado “Casa azul” apresentado em 2018, na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), que teve como objetivo, por meio de uma pesquisa documental e de campo, reconstruir a narrativa da “Casa Azul” utilizando um ensaio fotográfico e textos que vão tecendo as histórias da

casa e de seus personagens. Já o segundo livro, de Pedro Philippe Ferreira da Silva, intitulado “Memória e Mito”, foi apresentado à Universidade Federal do Cariri em 2019, com uma narrativa poética que conta a história dos fundadores da FCG, suas conquistas, desafios e intinerâncias.

No anexo 1 é apresentado um quadro que resume os diferentes contributos aqui apresentados. Considera-se relevante inferir que a maior parte dos trabalhos aqui analisados apontam para pesquisas tendo como abordagem de investigação o Estudo de Caso baseado na análise das informações de campo, alguns estudos etnográficos e outros biográficos. Isto significa que os estudos de caso realizados investigaram de forma intensiva a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri sob um determinado aspecto, que, como observa Mirian Goldenberg, permite

Reun[ir] maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de aprender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (2011: 33).

Observou-se também o interesse que a FCG instiga junto de pesquisadores de áreas de conhecimento diversos. Porém, no recorte aqui realizado foi evidente um número maior de pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação no entanto, as demais pesquisas, de alguma forma, abordaram nos seus estudos as temáticas da educação não formal e patrimonial e o protagonismo juvenil. Observou-se também uma prevalência maior em trabalhos desenvolvidos em Universidades instaladas no Nordeste brasileiro. Das dezesseis Universidades identificadas (UECE, UFBA, UFC, UFCA, UNIFOR, UFPB, UFPI, UFPE, UnB, UERJ, USP, UNICAMP, UNESP, UNISC, UTAD e Coimbra), oito encontram-se na região do Nordeste brasileiro, uma na região Centro-Oeste, quatro na região Sudeste, uma na região Sul, duas em Portugal.

O Estado da Arte proporcionou um panorama geral das pesquisas realizadas de 2005 a 2020, revelando-se como um sólido ponto de partida para a realização da presente pesquisa de doutoramento. Destarte, é fundamental apropriar-se do conhecimento acumulado para estruturar uma investigação que se revele como uma contribuição realmente válida para o campo da comunicação e da cultura.

À guisa de síntese, pode-se observar que os estudos que compõe o Estado da Arte da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri foram, até ao momento,

produzidos a partir de teses de doutoramento, dissertações de mestrado, monografias, artigos científicos, livros-reportagem publicados nos bancos de Teses, no site da FCG e no Webinário Científico, bem como três livros que sistematizam as teses de Oliveira (2007), Limaverde (2018), e Anjos (2020) mencionadas anteriormente nesta seção.

CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo procede-se ao enquadramento da investigação, realizando uma análise teórico-conceitual dos conceitos basilares para o desenvolvimento do estudo em questão.

3.1 Cultura – uma Categoria Útil para Análise

A cultura é um conceito por demais amplo, utilizado em diferentes campos com sentidos distintos ou até mesmo antagônicos e, por este motivo, é quase sempre inexequível redesenhar a sua história absoluta. Para Vasco Pereira da Silva, em *A Cultura que tenho Direito: direitos fundamentais e cultura* (2007: 8), definir cultura é quase uma “impossibilidade Cultural”. Sem nenhuma pretensão de exaustividade, o que se tentará fazer será investigar a gênese social da palavra e o conceito científico que dela gerou, assim como as transformações profundas que ocorrem na forma de entender cultura ao longo do tempo.

Etimologicamente, a palavra cultura tem origem em *colere* de raiz latina e está associada à transformação da natureza; o seu significado se desdobra desde cultivar até adorar, proteger. No final do século XIII, estava relacionada com o cuidado concedido ao campo ou ao gado, isto é, ao cultivo agrícola, às práticas de arado e à colheita, inicialmente significava mais um estado da coisa cultivada, e em seguida mais uma ação, o ato de cultivar a terra.

Na França, aproximadamente no final do século XIII, os pensadores da época compreenderam a cultura como um caráter distintivo da espécie humana; a cultura é para eles, segundo Denys Cuche, “a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história” (2002: 21).

Trata-se de uma cultura no singular, associada às ideias de progresso, de evolução, de educação, de razão, questões fundantes no pensamento da época, o movimento iluminista.¹⁸ Visto desta maneira, cultura é o que liberta a humanidade da ignorância; neste contexto, cultura passa a ser confundida com civilização remetendo-se cada vez mais para o progresso material compatível com o desenvolvimento técnico e

¹⁸ O Iluminismo foi um movimento intelectual que surgiu durante o século XVIII na Europa, que defendia o uso da razão (luz) contra o antigo regime (trevas) e pregava maior liberdade econômica e política. Este movimento promoveu mudanças políticas, econômicas e sociais, baseadas nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Disponível em <http://www.sohistoria.com.br/resumos/iluminismo.php> (consultado em 18/01/2018).

econômico. Cuche salienta que embora as duas palavras pertençam ao mesmo campo semântico, elas não são equivalentes, enquanto “cultura evoca principalmente os progressos individuais, civilização, os progressos coletivo” (2002: 22).

Por sua vez, na Alemanha na segunda metade do século XVIII, o termo *kultur* é adotado pela burguesia intelectual alemã se opondo à aristocracia da corte, contrariamente ao que acontece na França, a burguesia e a aristocracia não tem laços estreitos na Alemanha, assim a palavra *kultur* vai designar os valores denominados espirituais, alicerçados na ciência, na arte, na filosofia e na religião.

Para tanto, diante de uma nação enfraquecida devido a divisões políticas, é na perspectiva da cultura que a Alemanha vai afirmar a sua existência, fortalecendo sua unidade nacional almejando recuperar a língua e tudo que seja essencialmente alemão. Sem dúvida, esta é a razão para que a noção de *Kultur*, cada vez mais a partir do século XIX, incline-se para o fortalecimento das diferenças sociais em uma visão particularista, na contramão da visão universalista francesa que, como ressalta Cuche em *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais* (2002), “é a expressão de uma nação cuja unidade nacional aparece como conquistada há muito tempo” (2002: 27).

Importa ressaltar, neste ponto, que essas divergências no debate franco-alemão do século XVIII ao século XX, uma particularista e a outra universalista fundamentam o sentido que a palavra cultura vai exprimir nas décadas seguintes.

Cabe ainda sublinhar, nesse contexto, a concepção do escritor e filósofo alemão Johann Gottfried Herder¹⁹ em um fértil e polêmico texto para a época, em nome do “gênio nacional” de cada povo (*Volksgeist*)²⁰, enalteceu a diversidade de culturas em contraponto ao universalismo iluminista francês. Herder, em seu livro *Uma outra filosofia da história* de 1774, citado por Cuche, preconiza que cada povo, através de sua cultura própria, exprime um aspecto da humanidade e tem um destino específico a realizar a sua acepção de cultura é caracterizada pela descontinuidade que, no entanto, não excluía uma possível comunicação entre os povos.

¹⁹ Johann Gottfried Herder foi um dos primeiros pensadores a se opor as Filosofias do Iluminismo, que marcou de forma significativa a ruptura entre a Historiografia produzida no século XVIII e XIX. Disponível em http://www.seminariodehistoria.ufop.br/7snhh/snhh7/media/arquivos/sistema/trabalhos/O_PENSAMENT_O_HISTORICO_DE_HERDER.pdf (consultado em 18/01/2018).

²⁰ Segundo a Escola Histórica, o povo é um ser vivo marcado por forças interiores e silenciosas que segrega uma espécie de consciência popular, o espírito do povo (*Volksgeist*). Disponível em <http://farolpolitico.blogspot.com.br/2007/09/esprito-do-povo-volksgeist.html> (consultado em 18/01/2017).

No entanto, a partir do século XIX, com a reflexão acerca da diversidade da espécie humana, surge a Sociologia e a Etnologia como disciplinas científicas; nessa direção, dois caminhos foram traçados pelos etnólogos: o que privilegia a unidade e minimiza a diversidade apenas como transitória e temporal, baseado no pensamento evolucionista; e o segundo que salienta a diversidade e, simultaneamente, afirma que a mesma não é contraditória com a unidade fundamental da humanidade. É neste ponto de tensão que vai emergir o conceito científico de cultura.

Edward Burnett Tylor (1832 – 1917), aliado às concepções de viés universalista, considerado o fundador da antropologia social britânica, apresenta a primeira definição etnológica de cultura, na obra *The Primitive Culture* (1871). Para Tylor, “Cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (Tylor *apud* Cucho 2002: 35).

Dessa forma, ainda de acordo com Tylor, a cultura é caracterizada por sua dimensão coletiva e expressa a totalidade da vida do homem como se observa em Cucho: “a cultura é a expressão da totalidade da vida social do homem. Ela caracteriza-se por sua dimensão coletiva. Enfim, a cultura é adquirida e não depende da hereditariedade biológica” (2002: 35). Enquanto a palavra civilização se refere “às sociedades primitivas”, a palavra cultura desfaz com esta ideia. Apesar da definição de Tylor ser considerada universalista, é válida por ser a tentativa inaugural de explicação de cultura. Para Cucho, Tylor foi o “primeiro etnólogo a abordar os fatos culturais numa perspectiva geral e sistemática” e o “primeiro a empreender o estudo da cultura em todos os tipos de sociedade e sob todos os seus aspectos” (2002: 37).

O segundo caminho, na contramão da concepção evolucionista, foi apresentado por Franz Boas (1858 – 1942), dedicado a estudar a diversidade humana. Foi nas primeiras décadas do século XX, que Boas escreveu as suas obras mais importantes como *The Mind of Primitive Man*, em 1911, e *Primitive Art*, em 1927, e organiza *Race, Language, and Culture*, em 1940. Para o referido antropólogo, não há diferença natural e biológica entre os povos; Cucho (2002) defende que toda obra de Boas é uma tentativa que visa pensar a diferença e reforça: “Para ele, a diferença fundamental entre os grupos humanos é de ordem cultural e não racial” (2002: 38). Por outro lado, Celso Castro (2010) salienta que para Boas entender as diferenças observáveis entre populações de origens diversas era fundamental observar “não apenas as suas supostas características

raciais e sim o efeito de outras variáveis como o meio ambiente e especialmente as condições sociais que vivem essas populações. Não se podem abstrair essas variáveis da análise antropológica (2010: 16).

O objetivo de Boas era estudar “as culturas mais que a Cultura”. Em *The Mind of Primitive Man* (1911), Boas determinou os princípios para o seu conceito relativista de cultura ao reiterar a sua individualidade. Desta forma, inaugurou uma nova perspectiva a esse conceito, não mais delineado no singular, mas no plural: “culturas”. Evidencia-se assim a especificidade histórica de cada cultura, sendo a sua formação e transformação um transcurso que decorre no tempo e de forma dinâmica e evolutiva, não de acordo com uma concepção semelhante da dimensão temporal como na teoria evolucionista. Para Boas, no livro *A formação da antropologia américa 1883-1911* (2004), “em lugar de uma simples linha de evolução, aparece uma multiplicidade de linhas (convergentes e divergentes) difíceis de serem unidas num sistema. Em vez de uniformidade, a característica notável parece ser a diversidade” (2004: 54). É dentro dessa lógica que George Stocking Júnior, na introdução da supramencionada obra cunha o conceito de cultura “como uma estrutura relativa pluralista, holística, integrada e historicamente condicionada para o estudo da determinação do comportamento humano” (2004: 36).

Por sua vez, Boas também criticava as teses difusionistas baseadas em reconstruções pseudo-históricas, como refere Denys Cuche : “rejeitava qualquer teoria que pretendesse poder explicar tudo. Preocupando-se com o rigor científico, ele recusava qualquer generalização que não pudesse ser demonstrada empiricamente” (Cuche 2002: 42). Celso Castro, no texto de apresentação da obra *Antropologia Cultural* (2010) de Boas, ressalta que a crítica se dava pelo peso explicativo que os difusionistas davam a questão da diversidade cultural:

Ao contrário do evolucionismo, do qual também eram críticos, os autores difusionistas colocavam todo peso explicativo da questão da diversidade cultural humana na idéia de difusão. Ou seja, em vez de supor, como os evolucionistas, que a ocorrência de elementos culturais semelhantes em duas regiões geograficamente afastadas seria prova da existência de um único e mesmo caminho evolutivo, os difusionistas pressupunham que deveria ter ocorrido a difusão de elementos culturais entre esses mesmos lugares (por comércio, guerra, viagens, ou quaisquer outros meios) (2010: 17).

De acordo com Cuche, Boas ficará na história da antropologia como fundador do método indutivo e intensivo de campo, isso significa que Boas compreendia a etnologia como uma ciência de observação direta “no estudo de uma cultura particular, tudo deve

ser anotado, até o detalhe do detalhe” (Cuche 2002: 43). Sobre esse tema Castro ressalta:

Ao contrário do método dedutivo dos evolucionistas, Boas defendia o método da indução empírica, evitando amarrar os fenômenos em uma camisa de força teórica. O novo “método histórico”, por ele defendido em oposição ao comparativo, exigia que se limitasse a comparação a um território restrito e bem definido. A precondição para o estabelecimento de grandes generalizações teóricas e a busca de leis gerais seria, portanto, o estudo de culturas tomadas individualmente e de regiões culturais delimitadas. Apenas após esse longo e árduo trabalho – ainda todo por ser feito –, é que se poderia avançar em terreno mais firme (2010: 17).

A concepção antropológica do relativismo cultural foi uma significativa contribuição de Franz Boas, para quem “cada cultura representa uma totalidade singular e todo seu esforço consistiu em buscar aquilo que forma a sua unidade”. afirma que a sua intenção era não apenas descrever os fatos culturais, mas entendê-los inseridos no seu contexto, produzindo coerência, pois “não se pode analisar um traço cultural independentemente do seu sistema cultural ao qual ele pertence e que lhe dá sentido” Cuche (2002: 41) e explica:

Cada cultura é dotada de um “estilo” particular que se exprime através da língua, das crenças e dos costumes, também da arte, mas não apenas dessa maneira. Este estilo, este “espírito” próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos. Boas pensava que a tarefa do etnólogo consistia também em elucidar o laço que liga um indivíduo a sua cultura (Cuche 2002: 45).

Cuche afirma que, anteriormente a Boas, quase nunca as culturas particulares tinham sido objeto de tratamento autônomo pelos pesquisadores. Sendo assim, Boas estabeleceu o conceito de “relativismo cultural” como princípio metodológico para o estudo de grupos sociais com base na análise de suas manifestações culturais, sem formular juízos de valor ou incentivar comparações entre grupos fundados nos elementos e produtos de suas culturas. Castro complementa:

A concepção boasiana de cultura tem como fundamento um relativismo de fundo metodológico, baseado no reconhecimento de que cada ser humano vê o mundo sob a perspectiva da cultura em que cresceu – em uma expressão que se tornou famosa, ele disse que estamos acorrentados aos ‘grilhões da tradição’. O antropólogo deveria procurar sempre relativizar suas próprias noções, fruto da posição contingente da civilização ocidental e de seus valores (2010: 17-18).

Bronislaw Malinowski (1884 – 1942), antropólogo inglês, aceitou a existência de uma ciência da cultura, propondo uma teoria funcionalista da cultura que se aplicasse a ela. Nas palavras de Lúcia Santaella (2004): “Sua teoria considera a cultura como um aparato instrumental dirigido a um fim. Através desse aparato, as pessoas satisfazem necessidades orgânicas e transmitidas das quais dependem sua existência e bem estar psicológico” (2004: 41).

Cabe destacar que Malinowski se opunha a qualquer tentativa de escrever a história das culturas de tradição oral; para o referido antropólogo, como afirma Cuche, “é preciso se ater à observação direta das culturas em seu estado presente, sem buscar a volta às origens, o que representaria um procedimento ilusório, pois não suscetível de prova científica” (Cuche 2002: 71).

Malinowski acreditava que toda a cultura deveria ser analisada em uma perspectiva sincrônica, exclusivamente a partir da observação dos seus dados contemporâneos, como refere Cuche: “Malinowski propõe então o funcionalismo centrado no presente, único intervalo de tempo em que o antropólogo pode estudar objetivamente as sociedades humanas” (2002: 72).

Por sua vez, Malinowski concebe uma teoria muito controversa, a teoria das “necessidades”, fundamento de *Uma Teoria Científica da Cultura* (título de um livro seu editado em 1944). Cuche explica a teoria de Malinowski:

Os elementos constitutivos de uma cultura teriam como função satisfazer as necessidades essenciais do homem. Ele toma emprestado seu modelo das ciências da natureza, lembrando que os homens constituem uma espécie animal. O indivíduo tem um certo número de necessidades psicológicas (alimentar – se, reproduzir – se, proteger – se, etc.), que determinam imposições fundamentais. A cultura constitui precisamente a resposta funcional a estes imperativos naturais. Esta resposta se dá pela criação de “instituições”, conceito central para Malinowski, que designa as soluções coletivas (organizadas) às necessidades individuais. As instituições são os elementos concretos da cultura, as unidades básicas de qualquer estudo antropológico, e não os “traços” culturais: nenhum traço tem significado se não estiver relacionado com a instituição à qual ele pertence. O objeto da antropologia é o estudo das instituições (econômicas, políticas, jurídicas, educativas...) e das relações entre elas, ligadas ao sistema cultural no qual estão integradas e não o estudo de fatos culturais arbitrariamente isolados (2002: 72-73).

Para Cuche, o grande mérito de Malinowski foi em comprovar que não se pode estudar uma cultura analisando-a do exterior e muito menos ainda à distância. Não satisfeito com a observação direta “em campo”, Malinowski sistematizou a utilização do método etnográfico denominado de “observação participante”, como “único modo de conhecimento em profundidade da alteridade cultural que poderia escapar ao

etnocentrismo” (Cuche 2002: 74). Isso significa que somente por meio da observação participante de um determinado grupo estudado é possível que surjam progressivamente as inter-relações existentes entre todos os fatos observados e seja possível definir a cultura do grupo estudado.

Ainda no que tange à cultura, vale ressaltar, que apesar da antropologia cultural americana não ter muitos discípulos na França, Claude Lévi-Strauss²¹ conhecia bem o trabalho de seus colegas, sobretudo, durante e depois da Segunda Guerra Mundial, de 1941 a 1947, sendo visível a sua visão de cultura fortemente influenciada por Franz Boas. Para Lévi-Strauss, a cultura está baseada em princípios universais como explica Denys Cuche:

A ambição da antropologia estrutural de Lévi-Strauss é localizar e repertoriar as “invariantes”, isto é, os materiais culturais sempre idênticos de uma cultura a outra, necessariamente em número limitado devido à unidade do psiquismo humano. No ponto preciso em que a Cultura substitui a Natureza, isto é, no nível das condições muito gerais de funcionamento da vida social, é possível encontrar regras universais que também são princípios indispensáveis da vida em sociedade. Está na natureza do homem a necessidade de viver em sociedade, mas a organização da vida social depende da Cultura e implica a elaboração de regras sociais (2002: 98).

A definição de cultura de Lévi-Strauss é a de um sistema simbólico resultado da criação cumulativa da mente humana. O seu trabalho guiou-se para a descoberta das estruturas dos domínios culturais – mito, arte, pensamento e linguagem – e dos princípios da mente que produzem essas elaborações culturais. Para Lévi-Strauss,

Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos. No primeiro plano destes sistemas colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros (Lévi-Strauss *apud* Cuche 2002: 95).

Clifford Geertz, em contraposição ao modelo Lévi-straussiano da antropologia estrutural, entende que a cultura pode ser definida como sistemas de signos e significados criados pelos grupos sociais. No livro *A Interpretação das Culturas* (1989), uma coleção de artigos escritos em um período de quinze anos, todos relacionados com

²¹ Claude Lévi-Strauss (1908-2009) foi um grande antropólogo, etnólogo e professor francês. Formado em direito e filosofia na França e produtor de uma vasta obra, Lévi-Strauss foi o criador da antropologia estrutural e um dos maiores pensadores do século XX. Disponível em <http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1276> (consultado em 22/09/2019).

o significado e com a definição de cultura, Geertz afirma que o conceito de cultura que defende é essencialmente semiótico:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto; não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície (1989: 4).

Dessa maneira, interpretar as culturas significa interpretar símbolos, mitos, ritos. A interpretação do que acontece, de acordo com o autor, não pode se distanciar daquilo que acontece. Para Geertz, o trabalho do antropólogo é fazer a etnografia “entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento” (1989: 4). No caso do antropólogo, para o autor, isso ocorreria por meio da chamada “descrição densa”, uma escrita etnográfica sobre esses símbolos, mitos, rituais e o ato de reflexão sobre essa própria escrita antropológica, também inscrita numa determinada cultura” (1989: 4).

No estudo da cultura, ainda de acordo com Geertz, os significantes não são sintomas ou conjunto de sintomas, mas atos simbólicos e o objetivo não é a terapia, mas a análise do discurso social. Segundo Geertz, para o desenvolvimento do estudo não é necessário se tornar um “nativo”, mas conversar com eles. Sob esta perspectiva, o objetivo da antropologia é o alargamento do universo do discurso humano. Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir a sua particularidade.

O sociólogo Pierre Bourdieu, considerado como um dos principais representantes da sociologia da cultura, trouxe para o debate dos temas históricos o conceito de campo, a teoria da prática/habitus, as ideias sobre reprodução cultural, capital cultural e capital simbólico, elaborando uma análise sobre a cultura em termos de bens, de produção, de mercado, de investimento, procurando entender qual a relação que se constitui a partir da perspectiva entre a construção de identidades e as possibilidades de mudança social. De acordo com Cucho (2002), Bourdieu raramente utiliza o conceito antropológico de cultura, sendo comum em seus textos, o uso da palavra cultura “em um sentido mais restrito e mais clássico, que remete às obras culturais, isto é, aos produtos simbólicos socialmente valorizados ligados ao domínio das artes e das letras” (Cucho 2002: 170).

Teixeira Coelho na obra *A Cultura e seu contrário* (2008), afirma que Bourdieu, como sociólogo da cultura, quis investigar os “mecanismos sociais presentes na origem da criação artística e no processo de consumo da cultura nos diferentes grupos sociais” (2008: 27). O fato é que assim fazendo, de acordo com Coelho, o sociólogo procedeu a “uma distinção entre a cultura e, em sua palavra, o *habitus* que se revela particularmente estimulante para os estudos da cultura propriamente dita e da política cultural” (Coelho 2008: 27).

A primeira noção de *habitus* vem da filosofia de Aristóteles na Grécia antiga. A raiz do conceito de *habitus* se encontra na noção aristotélica de *hexis*, desenvolvida a partir do conceito de virtude. A *hexis* constitui-se em um estado atingido e estabelecido firmemente concernente ao caráter moral, que norteia a conduta dos indivíduos. Mais exatamente, *hexis*, de acordo com Bourdieu, significa “uma moral que se tornou *hexis*, gesto, postura” (1983: 104).

Posteriormente, a referida noção foi também usada por Émile Durkheim, no livro *A evolução pedagógica* (1995), obtendo sentido semelhante, mas bem mais explícito. Dessa forma, Durkheim utiliza o conceito para designar um estado geral dos indivíduos, estado interior e profundo, que orienta suas ações de forma durável. No entanto, neste trabalho será apresentada a perspectiva de Bourdieu.

É por meio do conceito de *habitus*, tomado da filosofia escolástica, como já mencionado, que Bourdieu (1972) concebe a mediação indivíduo/sociedade. O conceito de *habitus* é delineado pelo autor como “a aptidão que tem os agentes de se orientarem espontaneamente no espaço social e reagir de modo mais ou menos adaptado aos acontecimentos e situações” (1972: 178). A vivência das similares condições objetivas constrói no indivíduo um sistema de disposições duráveis que propõe a reproduzir as estruturas geradoras. Sendo assim, é um sistema de estruturas, isto é, um princípio gerador de práticas e representações.

A formação do *habitus* processa-se pela interiorização dos determinismos sociais. As experiências pontuais e concretas repetem-se, condensam-se e estruturam-se em disposições coletivas. Indivíduos de um segmento social equivalente, experienciando as condições de vida semelhantes, tendem a incorporar as mesmas disposições, que quando se interiorizam, convertem-se em autênticos traços de personalidade. Nas palavras de Cuche, “o *habitus* é o que caracteriza uma classe ou um grupo social em relação aos outros que não partilham das mesmas condições sociais” (2002: 172), significando isto que “as diferentes posições em um espaço social dado

correspondem estilos de vida que são expressão simbólica das diferenças inscritas objetivamente nas condições de existência” (Cuche 2002: 172). Sendo assim, observa-se que o *habitus* é concebido durante a socialização do indivíduo, a contar de sua convivência no seio familiar, seus relacionamentos na escola, no trabalho – todas as suas relações e vivências sociais irão corroborar para a formação do indivíduo em um contexto social determinado.

Percebe-se também em sua teoria uma crítica ao estruturalismo e a distintas teorias que valem-se de modelos e regras exteriores para explicar a ação individual; Bourdieu explicita que o seu conceito de *habitus* refere-se a um sistema de disposições socialmente construído e ressalta a condição de agente do sujeito social. O *habitus*, para Bourdieu (1990), provê ao mesmo tempo um princípio de sociação e de individuação: sociação devido as categorias de juízo e de ação decorrente da sociedade, foram compartilhadas por todos os indivíduos que foram subordinados a restrições sociais semelhantes (pode-se falar de um *habitus* masculino, de um *habitus* nacional e de um *habitus* burguês, etc.); individuação porque cada indivíduo ao possuir um percurso e uma localização peculiar no mundo incorpora uma combinação singular de esquemas; porque é ao mesmo tempo estruturado (por meios sociais passados) e estruturantes (de ações e representações presentes) o *habitus* atua como “o princípio não escolhido de todas as escolhas” orientando ações que reconhecem o caráter sistemático de estratégias mesmo que não sejam o resultado de propósito estratégico e sejam objetivamente “orquestradas sem serem o produto da atividade organizadora de um maestro” (1990: 256).

A noção de *habitus* compreende assim a de *ethos*, correspondente aos valores interiorizados que conduzirão a conduta do agente, e a *hexis*, relacionada à linguagem e a postura corporal. *Hexis* e *ethos*, dessa forma, conformados dentro de um contexto social estabelecido, denotam nesta ordem as especificidades do indivíduo e da classe social a qual pertencem. Para Cuche,

O *habitus* é também incorporação da memória coletiva, em seu sentido próprio. As disposições duráveis que caracterizam o *habitus* são também disposições corporais que constituem a “*hexis* corporal” (a palavra latina *habitus* é a tradução do grego *hexis*). Estas disposições formam uma relação com o corpo que dá a cada grupo um estilo particular. mas Bourdieu observa que a *hexis* corporal é muito mais que um estilo próprio. Ela é uma concepção de mundo social “incorporada”, uma moral incorporada. Cada pessoa, por seus gestos e suas posturas, revela o *habitus* profundo que o habita, sem se dar conta e sem que os outros tenham necessariamente consciência disso. Pela *hexis* corporal, as características sociais são de certa forma “naturalizadas”: o que parece e o que é vivido como “natural” depende, na realidade de um *habitus*. Esta

“naturalização” do social é um dos mecanismos que garantem mais eficazmente a perenidade do habitus (2002: 173).

Raymond Williams, na obra *Cultura* (1992) designa cultura no sentido de “cultivo ativo da mente”, nos termos de uma terminologia moderna e científica, ou do espírito, para dotar um ângulo mais tradicional, e traça um percurso etimológico através da palavra *culture*, que considera uma das duas ou três palavras mais áridas da língua inglesa. Inicialmente, a acepção original da palavra *culture* (do latim *colere*, que significa cultivar), referia-se ao cultivo da terra e de vegetais para o consumo humano.

Nos séculos XVI ao XVII, ainda segundo Williams (1992), o termo passou a significar, por analogia, o cuidado com desenvolvimento humano e o cultivo da mente. A partir daí observa-se uma diferença entre os que têm cultura e os que não têm, assumindo o termo caráter de civilidade.

A partir do século XVIII, o seu significado ampliou-se passando a significar também conhecimento erudito relacionado com o desenvolvimento e progressos sociais. Percebe-se melhor essa mudança se for associada às transformações econômicas e sociais pela qual a Europa passava, fruto do pensamento iluminista francês; neste contexto, a ideia de cultura juntou-se à de civilização utilizada para designar o próprio estágio civilizatório da humanidade.

No entanto, a partir do século XIX, ainda segundo Williams, a relação entre as ideias de cultura e civilização passam a ser questionadas, e o termo cultura passa a ter um sentido diferente, associado à religião, às artes, à vida pessoal, à família, a significados e valores.

O autor reconhece três abordagens amplas e ativas do termo cultura: o processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético; a referência a um povo, a um período, a um grupo ou da humanidade em geral; a obra e a prática da atividade intelectual, particularmente a artística, sendo este último o seu sentido mais difundido: “cultura é música, literatura, pintura, escultura, teatro e cinema” (Williams 1992: 45).

Para Williams, a palavra cultura, que inicialmente era utilizada em dois sentidos fundamentais – a ideia de comportamento rebuscado e associado às artes –, as discussões acerca da questão passaram a empenhar – se com as relações entre cultura e sociedade. Esta concepção passou a refutar a cultura como sendo exclusiva de um grupo selecionado, privativo de uma pequena minoria, a conhecer a classe dominante; bem como a restrição da cultura aos seus artefatos e produtos. Neste sentido, a perspectiva do

autor era a de não fazer distinção entre a alta cultura e baixa cultura ou cultura de massa, mas inquirir sobre os sistemas simbólicos ou de significação que estão subjacentes a essas questões.

Como se observa, o entendimento do termo cultura adquire um caráter universal e abrange tanto as mais rudimentares manifestações “populares” quanto o que comumente chamamos de “alta cultura” ou “cultura erudita”. Assim, pode-se variar de questões culturais tanto de “âmbito global”, como em áreas mais específicas/restritas, semfixar valores e/ou hierarquias na acepção de conceber determinado tipo de cultura ou prática cultural superior ou inferior, sejam “as artes” ou as produções de pessoas comuns. O autor adota a ideia de que a cultura ordinária, comum do cotidiano, desprovida de valorações relativas a classes deve ser vista em pé de igualdade com o mundo das artes, da música e da literatura.

Na visão de Williams, existe uma cultura comum, isto é, a cultura de todos que relaciona a verdadeira democracia à possibilidade de viabilizar o acesso a “todas as formas” de cultura a todas as pessoas e, neste sentido, reivindica uma prática política emancipatória no sentido de: “dar a todos livre acesso a tudo que se fez e se construiu no passado” (1969: 327). Para o autor:

Uma cultura comum não é, em nenhum nível, uma cultura igual. Mas pressupõe, sempre, a igualdade do ser, sem a qual a experiência comum não pode ser valorizada. Uma cultura comum não pode opor restrições absolutas ao acesso a qualquer das suas atividades: este é o sentido real do princípio de igualdade de oportunidades. (1969: 326).

Como se observa, a acepção de Williams subentende a ideia de democratização da cultura (vista num sentido universal), em que o acesso aos produtos culturais não deve ser prerrogativa de alguns, muito menos sua produção está associada a qualidades especiais ou a uma “iluminação do espírito”: a cultura é ordinária/comum e é produzida socialmente. E deve ser uma cultura participativa, em comum, partilhada por todos.

3.1.1 Cultura e Desenvolvimento Local

As discussões entre o conceito de cultura e desenvolvimento têm provocado inúmeros estudos, pesquisas e classificações distintas, como um dos temas centrais dos debates contemporâneos que extrapolam o meio acadêmico e abarcam a agenda política em diversos países. A literatura especializada identifica centenas de concepções de

ambos os conceitos. Nas palavras de Ignacy Sachs no artigo intitulado “Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento” (2005):

O desenvolvimento e a cultura são dois mega – conceitos situados na intersecção de várias disciplinas, que conquistaram um lugar central nas ciências sociais do século XX pelo seu caráter holístico e pluridimensional. Tudo indica que permanecerão nesta posição no século que se inicia, embora o conceito de desenvolvimento seja contestado, mais no seu aspecto ideológico do que no seu aspecto analítico. A cultura constitui, sem dúvida alguma, o construto fundamental da antropologia, enquanto as relações do desenvolvimento com a economia são mais frágeis (2005: 151).

Para o trabalho em questão, não interessa fazer a exegese, como abordado anteriormente; discorreu-se sobre a importância da cultura na contemporaneidade, como potencial transformador e como uma dimensão estratégica do desenvolvimento. Porém é necessário a compreensão do que se almeja ao se falar em desenvolvimento.

Conceito holístico e pluridimensional, como ressaltou Sachs, a princípio, de compreensão moderna, ocidental e eurocêntrica, a dimensão cultural é elemento prioritário para seu entendimento. Porém, na perspectiva da maioria dos economistas, o referido conceito associa-se prioritariamente a mudanças no âmbito estritamente econômico, particularmente ao crescimento sustentado do Produto Interno Bruto (PIB)²² ou da renda *per capita*. Sachs afirma que “para os adeptos das teorias econômicas a – históricas e atópicas baseadas no fundamentalismo do mercado, o desenvolvimento é um conceito simplesmente redundante” (2005: 151).

Dessa forma, como ponto de partida, será descrito de forma breve, a evolução da ideia do desenvolvimento nas últimas décadas. No período posterior à segunda grande guerra mundial²³, as discussões sobre o desenvolvimento econômico foram bastante tensionadas. Osvaldo Sunkel e Pedro Paz argumentam na obra *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo* (1988), que no final do conflito bélico, que resultou em grandes divergências de fatores econômicos, políticos e históricos de imensa complexidade, os países, principalmente os aliados, visavam sobrepujar as nefastas destruições causadas pelo conflito mundial como a miséria, o alto índice de desemprego, a discriminação racial e as desigualdades políticas, econômicas e sociais.

²² PIB é a sigla para Produto Interno Bruto, e representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período.

²³ A segunda guerra mundial aconteceu no período de 1939 a 1945.

Face a este cenário, os países ansiavam o progresso e as melhorias das condições de vida, isto é, gerar meios para que a humanidade pudesse usufruir de melhores condições tanto no contexto ambiental, diante da inquietação causada pela bomba atômica, como no contexto social, objetivando garantir um sentimento de paz mundial, e no âmbito econômico, para que as atrocidades vividas na guerra, não voltassem a acontecer. Tais condições são visivelmente observados na Primeira *Declaração Inter-aliada* de 1941²⁴, e na *Carta do Atlântico*²⁵ do mesmo ano.

É oportuno mencionar que o documento de maior relevância no que concerne a questão do desenvolvimento, foi a *Carta das Nações Unidas*²⁶, o tratado que estabeleceu a criação da Organização das Nações Unidas (ONU)²⁷ sendo elaborada na *Conferência de São Francisco* em abril²⁸ de 1945. Inicialmente composta por 51 países, a ONU tinha como finalidade principal a cooperação para aumentar os níveis de desenvolvimento das nações.

Cabe sublinhar que a ONU é regida por uma série de propósitos e princípios presentes na *Carta das Nações Unidas* de 1945 e aceitos por todos os Países-Membros da organização, cujos propósitos são os seguintes: manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações; realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário promovendo o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais; ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para consecução desses objetivos comuns.

Por sua vez, os princípios, presentes na Carta são os seguintes: a Organização se baseia no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros; todos os membros

²⁴ Assinada em Londres em 12 de junho de 1941, a Declaração Inter-aliada tinha como lema “trabalhar juntos, com outros povos livres tanto na guerra quanto na paz”. Foi o primeiro passo para o estabelecimento das Nações Unidas. Para maior aprofundamento ver Declaração Inter-aliada. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/carta-do-atlantico-1941.html> (consultado em 10/11/2018).

²⁵ No dia 14 agosto de 1941, o presidente Franklin Delano Roosevelt, dos Estados Unidos, e o primeiro-ministro Winston Churchill, da Grã-Bretanha, propuseram uma série de princípios para a colaboração internacional na manutenção da paz e da segurança. O documento foi assinado durante um encontro no navio HMS Prince of Wales, em algum lugar do Oceano Atlântico. Nesse acordo, ainda não se mencionava qualquer necessidade de se criar uma organização internacional. Para maior aprofundamento ver Carta do Atlântico. Disponível em <https://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1941-atlantic-charter/index.html> (consultado em 10/11/2018).

²⁶ Para maior aprofundamento ver: Carta das Nações Unidas. Disponível em <https://brasil.un.org/> (consultado em 10/11/2020).

²⁷ Para maior aprofundamento ver: Criação da ONU. Disponível em <https://www.un.org/en/about-un/index.html> (consultado em 10/11/2018).

²⁸ Para maior aprofundamento ver: Conferência de São Francisco, 1945. Disponível em <https://www.un.org/en/about-un/index.html> (consultado em 10/11/2018).

concordam em cumprir de boa-fé os compromissos da Carta; todos deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais; todos deverão abster-se em suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao emprego da força contra outros estados; todos deverão dar assistência às Nações Unidas em qualquer medida que a Organização tomar em conformidade com os preceitos da Carta, abstendo-se de prestar auxílio a qualquer Estado contra o qual as Nações Unidas agirem de modo preventivo ou coercitivo; cabe às Nações Unidas fazer com que os Estados que não são membros da Organização ajam de acordo com esses princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais; nenhum preceito da Carta autoriza as Nações Unidas a intervir em assuntos que são essencialmente da alçada nacional de cada país. Referência?

No entanto, com a criação da ONU, as discussões relativas ao conceito de desenvolvimento intensificaram-se, e uma série de programas e organismos especiais foram criados pelos países aliados e pela própria ONU, incumbidos de auxiliar nas questões econômicas e sociais visando manter a estabilidade mundial. Dentre eles destaca-se o Fundo Monetário Internacional (FMI)²⁹, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)³⁰, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)³¹, o Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)³², o Programa para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)³³, já mencionado, a

²⁹ O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma agência especializada das Nações Unidas que foi concebida na conferência de Bretton Woods, New Hampshire, Estados Unidos, em julho de 1944. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/fmi/> (consultado em 10/11/2018).

³⁰ O Grupo Banco Mundial, uma agência especializada independente do Sistema das Nações Unidas, é a maior fonte global de assistência para o desenvolvimento, proporcionando cerca de US\$ 60 bilhões anuais em empréstimos e doações aos 187 países-membros. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/> (consultado em 10/11/2018).

³¹ O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, também conhecido como GATT sigla do termo em inglês *General Agreement on Tariffs and Trade*, instituído em 1947, teve como objetivo consolidar e manter o equilíbrio entre os mercados, através de políticas aduaneiras entre os Estados signatários. Disponível em: <https://josyannye.jusbrasil.com.br/artigos/482114476/principios-fundamentais-do-gatt> (consultado em 10/11/2018).

³² A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) lidera os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar.

Criada em 16 de outubro de 1945, a FAO atua como um fórum neutro, onde todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem em pé de igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/fao/> (consultado em 10/11/2017).

³³ A UNESCO no mundo e no Brasil. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções

Organização Mundial da Saúde (OMS)³⁴ e a Organização Internacional do Trabalho (OIT)³⁵. Todos esses programas e organismos sociais possuíam características e atuações distintas, mas com unicidade no objetivo: melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Ignacy Sachs, destaca, no artigo “Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento” (2005), que no esteio de todos esses acontecimentos e no período 1950–1956 houve uma elevada produção de livros e artigos importantes sobre a teoria do desenvolvimento, coincidindo também com uma transformação radical da geopolítica mundial entre 1940 e 1960: “Nada menos do que 40 países com uma população de 800 milhões – mais de um quarto dos habitantes do mundo – revoltaram-se contra o colonialismo e obtiveram sua independência” (2005: 152).

Sachs aponta ainda que este período foi marcado profundamente pela competição de dois sistemas antagônicos: o bloco soviético e o mundo ocidental, com ambos os lados a elaborar um diagnóstico coincidente em relação aos assuntos com que se defrontavam os países periféricos, como aponta o autor:

Os dois lados acenavam aos países periféricos com uma promessa otimista. Ao seguirem o receituário proposto, conseguiriam reduzir em poucas décadas a distância que os separava dos países mais desenvolvidos. O bloco soviético reclamava a experiência da URSS para apregoar a superioridade do socialismo como o único sistema capaz de acelerar a história e superar o subdesenvolvimento, no espaço de uma geração, pela gestão coletiva das forças de produção. O capitalismo reformado atribuía as mesmas virtudes a uma economia mista e dirigida, com preponderância de mercado devidamente regulado, destacando o papel dos empresários schumpeterianos (2005: 153).

Concebe-se, portanto, que o modelo de desenvolvimento em vigor desde o pós-guerra era centrado em um viés puramente economicista, que superestimava o papel do crescimento econômico nesse processo e partilhava a fé nas virtudes do mimetismo,

para os problemas que desafiam nossas sociedades. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/> (consultado em 10/11/2018).

³⁴ A OMS (Organização Mundial da Saúde) ou WHO (World Health Organization), é uma agência especializada das Nações Unidas, destinada às questões relativas a saúde. Foi fundada em 7 de abril de 1948. Tem como objetivo garantir o grau mais alto de Saúde para todos os seres humanos. A OMS tem um entendimento de Saúde como um estado completo de bem-estar psicológico, físico, mental e social. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/o-que-e-a-oms.html> (consultado em 10/11/2018).

³⁵ Fundada em 1919 com o objetivo de promover a justiça social, e ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 1969, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a única agência das Nações Unidas que tem estrutura tripartite, na qual representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores de 183 Estados-membros participam em situação de igualdade das diversas instâncias da Organização. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oit/> (consultado em 10/11/2018).

convocando os países periféricos a percorrer trajetórias vivenciadas pelos países já industrializados para conseguirem se desenvolver. O conceito de desenvolvimento endógeno estava ainda por ser inventado, segundo Sachs.

Diante do exposto, e no seguimento deste período, de 1945 a 1975, os países ocidentais experimentaram um crescimento econômico razoável, porém os impactos ambientais foram catastróficos, mobilizando a comunidade internacional para criar medidas para conter a degradação ambiental. As Nações Unidas cunharam o conceito de ecodesenvolvimento, posteriormente designado por desenvolvimento sustentável pautado no tripé de objetivos sociais, ambientais e viabilidade econômica.

Importa ressaltar a publicação do relatório sobre o desenvolvimento e a cooperação internacional intitulado *Que Fazer*³⁶ por ocasião da sétima sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1975, para debater a Nova Ordem Econômica Internacional. O mencionado relatório é, segundo Sachs, “ um verdadeiro manifesto em favor do desenvolvimento alternativo baseado em cinco pilares descritos a seguir” (2005: 155).

O relatório *Que Fazer* tornou-se um marco fundante da emergência do conceito de desenvolvimento sustentável ao formular que o desenvolvimento, de acordo com Sachs deveria:

Ser endógeno por oposição ao mimético, autoconfiante e autônomo no processo decisório por oposição ao dependente, operando a partir da lógica das necessidades e não do mercado (da demanda efetiva), refletindo diretamente sobre valores de uso sem passar pelos valores de troca, proceder em harmonia com a natureza e estar aberto ao câmbio institucional (2005: 155).

Nos anos noventa, a ideia de desenvolvimento apresenta uma nova direção ao redefinir-se como “efetivação e universalização do conjunto dos direitos humanos, das assim chamadas três gerações de direitos – direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais; direitos coletivos como o direito ao meio ambiente, à infância etc” (2005: 155).

Nessa configuração, observa-se que, nas derradeiras décadas, a noção de desenvolvimento tentou se descolar da imagem que a identificava, isto é, com a ideia de crescimento econômico e mostrar-se como um conceito complexo que tem buscado sua

³⁶ O relatório foi publicado em várias línguas, como número especial da revista *Development dialogue*. O diretor do projeto foi Marc Nerfin e os conselheiros principais Ahmed Ben Salah, Juan Somavía e Ignacy Sachs. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/186371/000406294.pdf> (consultado em 10/11/2018).

reinvenção em uma ótica pluridimensional³⁷ ou ainda como desenvolvimento integral: “podemos considerar que, no termo de meio século de transformações, convêm acompanhar o conceito de desenvolvimento dos três epítetos seguintes: (socialmente) incluyente, (ambientalmente) sustentável, (economicamente) sustentado” (2005: 156).

À luz desses dados, verifica-se que todo esse processo de acumulação edificado no percurso de mais de duas décadas de confronto com a cultura, em paralelo às mudanças vivenciadas no campo das teorias e políticas evidenciadas para a questão do desenvolvimento, foram fundamentais para estabelecer os rumos que o conceito de desenvolvimento tomou no início dos anos 2000. Como descrito no tópico anterior, com o surgimento da ONU e, mais especificamente, da UNESCO, os seus fóruns, declarações, convenções, como já descrito detalhadamente, reforçaram o protagonismo da esfera cultural na contemporaneidade, fazendo evidenciar impactos fortemente estabelecidos para união de cultura e desenvolvimento.

Diante do processo de globalização e das intempéries sociais ocasionadas pela lógica do desenvolvimento puramente economicista, a noção de desenvolvimento tem sofrido uma reformulação epistemológica; isto significa que emergiram novas propostas de desenvolvimento mais voltados para a inclusão social, a redução das desigualdades sociais, a ampliação das liberdades humanas e a justiça social. Reforçando a referida argumentação, Celso Furtado na obra *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984) afirma que “desenvolver é ascender na escala de realização das potencialidades dos homens como indivíduo e como coletividade” (1984: 63).

Diversos pesquisadores postulam a necessidade de superar a visão e o discurso reducionista de corte economicista sobre desenvolvimento e incluir nos projetos de desenvolvimento as dimensões sociais, políticas e institucionais. Assim Bernardo Kliksberg em *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social* (2001) ressalta que:

A cultura é o âmbito básico onde uma sociedade gera valores e os transmite de geração em geração. Atitudes como a responsabilidade mútua, o cuidado com o bem-estar coletivo, a erradicação da corrupção, melhoria na equidade de uma região, atitudes democráticas, são pontos importantes do capital social e podem ajudar no desenvolvimento, além de contribuírem para o perfil final da sociedade (2001: 124).

³⁷ Ignacy Sachs propõe a expressão francesa “tout-developpement” (desenvolvimento integral), uma maneira de reatar com uma definição do desenvolvimento proposta por Jacques Maritiain e citada por Rubens Ricupero na sua conferência Raul Presbisch, pronunciada na UNCTAD no dia 14 de setembro de 2004: “a promoção de todos os homens e do homem todo” (tous les hommes et tout l’homme) [(2005:155)].

Por sua vez, no esteio dessas mudanças, comissionado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma das agências da ONU, atualmente em 166 países, a UNESCO publica QUANDO/ANO o primeiro “Relatório do Desenvolvimento Humano” (RDH), apontando para um novo princípio, o de deslocar os esforços para a esfera humana do desenvolvimento para além das esferas econômica, política, social, bem como as oportunidades de saúde, educação, de criação e a possibilidade de desfrutar do respeito pessoal e dos direitos humanos.

O RDH foi idealizado e elaborado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq³⁸ (1934 – 1988), com a colaboração do economista indiano Amartya Sen³⁹. Para Sen, desenvolvimento seria definido como “desdobramento de possibilidades” e não como um processo de acumulação de riquezas. No cerne dessa concepção ampliada de desenvolvimento, intitulado “desenvolvimento humano”, outra vez “desenvolvimento social”⁴⁰, a educação é vista como alicerce de superação da pobreza e das desigualdades sociais. Na obra *O Mito do Desenvolvimento: os Países Inviáveis No Século XXI* (2002), Oswald Rivero afirma que o que caracteriza o desenvolvimento humano não é a elevação da renda per capita, mas o aumento da quantidade e qualidade das oportunidades para o ser humano, o que torna a educação ainda mais essencial (2002: 112). Por sua vez, Amartya Sen, em *Desenvolvimento como liberdade* (2000), demonstra que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam:

A expansão da liberdade é vista como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta – se aqui, é constitutiva do desenvolvimento (2000: 12).

³⁸ Mahbub ul Haq (1998) foi um influente e renomado economista paquistanês, pioneiro da Teoria do desenvolvimento humano e criador do Relatório de Desenvolvimento Humano. Internet. Disponível em <http://contrabando-informacao.blogspot.com.br/2013/10/idh-amartya-sen-e-mahbub-ul-haq.html> (consultado em 22/01/2018).

³⁹ Amartya Sen nasceu em Santiniketan, estado de Bengali, na Índia, em 1933. Considerado um dos mais influentes economistas da atualidade, sendo contemplado com o Prêmio Nobel de Economia em 1998. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/amartyasen/texto_amartya_sen.pdf (consultado em 22/01/2018).

⁴⁰ O relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (DELORS et al., 2003) utiliza, sem aparente distinção, as duas expressões: até a página 180 predomina a expressão “desenvolvimento humano”; da página 198 em diante, em que são tomadas como referência as orientações da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, predomina a expressão “desenvolvimento social”. Ao longo do volume também menciona-se o “desenvolvimento sustentável”.

Desta forma, Sen considera que um desenvolvimento percebido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas gozam é um desenvolvimento que vai muito além “do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB)⁴¹ ou das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social” (Sen 2000: 28). Para o autor,

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (Sen 2000: 29).

Sen defende que cada indivíduo é um agente ativo de mudança, e não receptor passivo de benefícios. E reitera que “Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento” (2000: 26).

Importa destacar aqui o significado que Sen atribui a *agente*; o autor utiliza o termo na acepção “de alguém que age e ocasiona mudanças e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo” (2000: 33).

O autor ressalta que a condição de agente de cada indivíduo é estabelecida por oportunidades (liberdades) sociais, políticas, econômicas, disponibilizadas por instituições diversas. Para Sen, a expansão da liberdade dos indivíduos é percebida como principal fim e principal meio do desenvolvimento. Na visão de desenvolvimento como liberdade existem alguns tipos de liberdades instrumentais (meios) que se ligam umas a outras e contribuem para a expansão das liberdades substantiva (fim) dos indivíduos. Assim,

A expansão da liberdade humana humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento. O objetivo do desenvolvimento relaciona – se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. As capacidades individuais dependem crucialmente, entre outras coisas, de disposições econômicas, sociais e políticas (Sen 2000: 71).

O autor complementa:

⁴¹ PNB inclui o valor dos bens e serviços produzidos e realizados pelos cidadãos e pelas empresas de um país no exterior.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção (Sen 2000: 71).

Democracia, cidadania e equidade identificam-se como dimensões aglutinadas e justapostas na perspectiva de desenvolvimento apresentada pelo autor referido. Sintetizando, Sen entende o desenvolvimento como liberdade, liberdade como capacidade e possibilidade de escolha.

Percebe-se, portanto, à luz desses dados, que a concepção de desenvolvimento cunhada por Sen vai de encontro à concepção de “desenvolvimento humano”, como denota o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

El desarrollo humano puede describirse como proceso de ampliación de las opciones de la gente... Más allá de esas necesidades, la gente valora además beneficios que son menos materiales. Entre ellos figuran, por ejemplo, la libertad de movimiento y de expresión y la ausencia de opresión, violencia o explotación. La gente quiere además tener un sentido de propósito en la vida, además de un sentido de potenciación. En tanto miembros de familias y comunidades, las personas valoran la cohesión social y el derecho a afirmar sus tradiciones y cultura propia (PNUD 1999: 55-56).

Nessa lógica, percebe-se uma noção ampliada de desenvolvimento, isto é, não centrada somente em critérios econômicos, exógenos ou de cima para baixo, mas têm sido discutidas as possibilidades de um “outro desenvolvimento,” que em linhas gerais, de acordo com José Luis Coraggio, no artigo intitulado “Las políticas públicas participativas: obstáculo o requisito para el desarrollo local?” (2006) o caracteriza como “un proceso dinámico de ampliación de las capacidades locales para lograr la mejoría (...) sostenida de la calidad de la vida de todos los integrantes de un población. Ello incluye entre otros: componentes económicos, componentes sociales, componentes culturales, componentes políticos” (2006: 23).

Nessa configuração, o “outro desenvolvimento” sugerido é um desenvolvimento local integral, e voltando a Sachs (2005), socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado objetivando melhores condições de vida da comunidade, mediante o desenvolvimento das capacidades locais e o desenvolvimento do potencial humano (empoderamento). Por sua vez, para Pedro Pérez, “del desarrollo

local atiende a las potencialidades que las sociedades locales tienen, particularmente a sus capacidad de generar fuerzas transformadoras con relativa autonomía” (2006: 75). Por local, Coraggio esclarece que “não nos referimos a algo minúsculo, parroquial, localista, sino a la condición común de una población que comparte una história y la vida cotidiana cuyos problemas están inmediatamente interconectados” (2006: 24).

Nesse sentido, observa-se atualmente uma propensão nas relações teórico-práticas para congruar cultura e desenvolvimento, com maior participação na esfera local, que seria o âmbito na qual as questões culturais se fariam mais urgentes, como ressaltado na Agenda 21 da Cultura⁴², que consiste em um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica e a Agenda 21 Local⁴³ que é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação de um Fórum de Agenda 21 composto por governo e sociedade civil. O Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais através de projetos e ações de curto, médio e longo prazos.

Deve-se compreender o local não meramente como um delineamento político-administrativo ou estritamente uma escala espaço-territorial, mas sobretudo como um espaço com singularidades e problemáticas socioeconômicas similares. Assim sendo, o desenvolvimento local deve ser percebido como um processo multidimensional, envolvendo a localidade impregnada de histórias, relações e a capacidade de conduzir seu próprio destino. Desta forma, de acordo com Adriana Clemente no artigo “Desarrollo local y ajuste estructural Una suma base cero” (2006), para se refletir sobre desenvolvimento local, é necessário pensar em um processo:

Concertado de una sociedad territorialmente delimitada, dentro de un contexto histórico y político regional y nacional, que genera bienestar para el conjunto de sus miembros a partir de potenciar las capacidades instaladas territorialmente (recursos humanos, institucionales y económicos) de manera sustentable y justa en el plano cultural, social y económico de la vida de las familias de esa sociedad (2006: 170).

De fato, como Sérgio Boisier refere no artigo “Post-Scriptum sobre Desenvolvimento Regional: Modelos reais e modelos mentais” (1999), o local deve

⁴² Para maior aprofundamento ver: Agenda 21 da Cultura. Disponível em <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2012/10/2-agenda-21-da-cultura.pdf> (consultado em 30/10/2018).

⁴³ Para maior aprofundamento ver: Agenda 21 Local. Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br> (consultado em 20/10/2018).

estar relacionado, simultaneamente, a uma escala territorial – inserido em um espaço geográfico ampliado (região, estado, país, continente, mundo) – e a uma escala funcional, retratando forças horizontais de articulação e formas de mobilização humana pautada nas suas potencialidades para impulsionar a melhoria da qualidade de vida e das condições econômicas da população local.

Ainda de acordo com o autor, o desenvolvimento pode ainda estar relacionado com uma escala identitária, que concebe o local como um espaço de construção de identidades, no qual as relações humanas são baseadas na tradição; e um ordenamento político-administrativo (no caso de estados, municípios), que equivale a um território organizado que possui uma estrutura administrativa.

Muitos são os autores em diversos continentes que discutem o conceito de desenvolvimento local, e não havendo consenso sobre a temática, é discutido sob múltiplas perspectivas, abrangendo vários componentes. Enrique Gallicchio, no artigo “Gobierno local y Desarrollo” (2004), evidencia que o desenvolvimento local como fator de democracia sustentável não surge por casualidade, mas como resultado de fatores anteriores, como uma rota diferente e alternativa de desenvolvimento nacional e regional. Desta forma, o desenvolvimento local não dispõe de um corpo teórico próprio ou autônomo das teorias do desenvolvimento, pelo contrário, existem várias teorias do desenvolvimento que têm diferentes implicações na sua forma de ver o local.

Na ótica de Sérgio José Cavalcanti Buarque, no livro *Construindo o desenvolvimento local sustentável* (2004), o desenvolvimento local é um “processo endógeno” registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover “o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população” (1999: 23). Este autor enfatiza ainda que “O conceito genérico de desenvolvimento local pode ser aplicado para diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde comunidade (...) até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido” (1999: 25).

Contribuindo para a discussão em torno do conceito, Celso Furtado reforça a necessidade de se desenvolver ações assentadas em uma lógica endógena, isto é, situadas no âmbito da localidade. Esses lugares demarcam o espaço da herança histórica, que se alicerça em especificidades socioculturais, políticas e institucionais.

Nessa configuração, segundo Furtado, é necessário edificar políticas e ações afirmativas que resgatem as especificidades e ampliem a noção de desenvolvimento para a dimensão cultural, ou seja, “para os valores das coletividades, os sistemas

simbólicos que constituem a cultura” (2000: 70). Por fim, o desafio é apropriar-se dos saberes e fazeres locais, promover um constante diálogo, integração e intercâmbio de informações entre os sujeitos e atores para desenvolver a comunidade.

Ressalta-se, como anteriormente mencionado, que cultura no seu sentido mais amplo denota um sistema de crenças, de comportamentos e valores, a expressão da identidade coletiva do grupo que a gera; a cultura se alimenta das raízes do coletivo e, dessa forma, só faz sentido para esse coletivo quando se refere às suas memórias, costumes, aos valores e ao imaginário coletivo, os quais atendem aos seus anseios e propósitos atuais.

Para fundamentar e dimensionar a importância dos organismos multilaterais de cooperação internacional, cabe tecer, aqui, um breve panorama da UNESCO, instituição que tem um papel relevante na ampliação do conceito de cultura e desenvolvimento e que é hoje um dos organismos mais importantes do sistema das Organizações das Nações Unidas, que ao longo dos seus setenta anos de existência, alinhado com as mudanças sociais, têm transformado o conceito de cultura e as abordagens possíveis.

3.1.2 Os Organismos Internacionais e a Cultura

Criada no contexto do pós-guerra, em 1945, com o propósito de constituir-se num sistema permanente de cooperação multilateral para a educação, ciência e a cultura, desde então, a UNESCO vem exercendo o papel de internacionalização das políticas culturais. O seu princípio de origem pautava-se na compreensão de que a consecução da paz não adviria apenas de acordos econômicos e políticos, mas também da “solidariedade intelectual e moral da humanidade”, viabilizada por meio da cooperação das nações nas esferas da educação, da ciência e da cultura. Desde então, enquadrada nesta ética, a UNESCO vem estabelecendo normas de orientação na área cultural, uma das suas três áreas de ação, por meio da regulamentação de instrumentos jurídicos como declarações, recomendações ou convenções⁴⁴, que amparam os Estados à proteção da cultura. Na ótica de Antônio Albino Canelas Rubim na obra *Cultura e Políticas*

⁴⁴ A UNESCO define seus principais atos normativos da seguinte forma: a) Declaração é um compromisso puramente moral ou político unindo os estados com base no princípio da boa-fé; b) Recomendação trata-se de um texto dirigido a um ou vários Estados convidando-os a, um comportamento e a agir de uma determinada forma num domínio cultural específico. Em princípio, a recomendação é desprovida de obrigatoriedade e c) Convenção é um termo que designa todo acordo concluído entre dois ou vários Estados. Supõe uma vontade comum de suas partes em face do qual a convenção cria compromissos jurídicos e obrigatórios. Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/this-office/unesco-resources-in-brazil/legal-instruments/> (consultado em 07/09/2018).

Culturais (2011), “esta atuação na esfera internacional possibilita debates, forma pessoal e, em especial, agenda temas que vão ter importante incidência no cenário político e cultural”. O autor salienta que “Mesmo países que foram submetidos a regimes ditatoriais, como foi o caso do Brasil, sofreram influência deste agendamento e das decisões emanadas dos encontros da UNESCO” (2011: 82).

O conceito de cultura, como já mencionado no início deste texto, é uma das categorias que mais significados e controvérsias possui que integram o vocabulário científico das ciências humanas, e que ao longo do tempo tem sofrido profundas modificações no seu conteúdo e significado. Face a este cenário, a UNESCO, ao longo da sua trajetória e em conexão com as elites acadêmico-intelectuais, vem colaborando para as permanentes atualizações semânticas que o conceito de cultura vem adquirindo, desempenhando grande atuação na definição das políticas culturais além de conduzir as atuações das organizações não governamentais e setores da indústria cultural.

Nas principais pesquisas sobre a trajetória da UNESCO há conformidade relativa às modificações e atualizações realizadas ao conceito de cultura (Stenou 2007; UNESCO 2005; Mattelart 2006). É proveitoso invocar, aqui, como fonte de referência, um documento elaborado pela organização intitulado *L’Unesco et la question de la diversité culturelle, 1946 – 2007: bilan et stratégies* (2007) (A UNESCO e a questão da diversidade cultural)⁴⁵ desenvolvido pela Divisão de Políticas Culturais da referida instituição, na qual a autora do estudo, Katerina Stenou⁴⁶, por meio de documentos oficiais elaborados pela instituição, estabelece, cronologicamente, quatro grandes períodos norteadores das idéias-mestres que apontam o processo de alteração conceitual de cultura operado pela UNESCO nos seus setenta anos de existência. O que interessa, no estudo em questão, é estabelecer um mapeamento sobre a variação conceitual de cultura.

Stenou analisou documentos oficiais produzidos pela instituição, como os relatórios dos Diretores-gerais e dos planos de ação a médio-prazo, assinalando cronologicamente quatro períodos que nortearam o conceito de cultura utilizado pela UNESCO durante toda a sua atuação e categorizou: a) Cultura e Saber; b) Cultura e Política; c) Cultura e Desenvolvimento e d) Cultura e Democracia. Devido à natureza

⁴⁵ Disponível em <http://unesco.org.br> (consultado em 07/09/2018).

⁴⁶ Katerina Stenou compõe os quadros gerenciais da UNESCO. Atualmente é Diretora da Divisão de Políticas Culturais e do Diálogo Intercultural.

deste estudo, a categoria Cultura e Desenvolvimento é a que será salientada de forma mais pormenorizada.

O período correspondente a Cultura e Saber ocorreu no contexto do final da segunda guerra mundial, quando houve a formação da UNESCO, momento em que o mundo encontrava-se polarizado: o ocidente e o oriente. Esse primeiro momento, como ressalta Mariella Pitombo no artigo intitulado “Cultura e Desenvolvimento: uma agenda para as políticas culturais” (2009), não se estende em demasia, situa-se basicamente ao momento da constituição da UNESCO, que em seu ato constitutivo defendia o princípio de que o saber e a informação seriam o veículo, por excelência, para fomentar a compreensão entre os povos e nações rumo a concretização da paz mundial. Para os 44 países membros da instituição, a “ignorância apresentava-se como a causa subjacente da suspeita, desconfiança e da guerra entre os povos” e que a “solidariedade intelectual e moral da humanidade” seria a chave para consecução da paz. Nessa perspectiva, como evidencia Pitombo, o conceito de “cultura está referido, sobretudo, àquela noção mais restrita que entende a cultura como acúmulo de saber, refletida nas produções artísticas e intelectuais” (2009: 71). A esse respeito, a autora reforça:

Nesse momento, o conceito acionado ainda não evocava a ideia que hoje prevalece no seio da instituição, qual seja: a cultura entendida como um conjunto de diferentes modos de pensar, ser e sentir – ou seja, um dispositivo capaz de forjar uma identidade própria ao tempo em que constitui diferenças (Pitombo 2009: 71).

Aliada a essa questão, Pitombo, analisando a estrutura organizacional da instituição nos seus primeiros anos, observa que ainda não havia uma divisão específica para o setor cultural, sendo que as ações propostas para a área estavam resguardadas sob dois grandes programas, “Filosofia e Estudos Humanísticos, setor ao qual estavam subordinadas atividades ligadas às letras e as artes e Museus, cujas ações abrigavam as atividades vinculadas à comunicação de massa” (2009: 71).

Além disso, percebe-se também, como evidencia Pitombo, “a íntima relação entre educação e cultura, denotando a finalidade que orientou a criação da organização, qual seja: facilitar a livre circulação de ideias, impulsionar a educação e a difusão da cultura e ajudar a conservar o saber” (2009: 71).

Cultura e Política, é o período que corresponde cronologicamente ao final da década de 40 do século XX e até meados dos anos 60, e tendo como tônica central o

tema da cultura e a sua propagação para novos países independentes. Pitombo argumenta que:

Se o conceito de cultura enfatizado no Ato Constitutivo da UNESCO esteve fundamentado numa compreensão mais restrita, identificado com atividades específicas como proteção de obras de arte, de patrimônio histórico, da propriedade intelectual e cooperação cultural entre intelectuais e artistas dos diversos países; a partir de 50, a ideia de cultura vai paulatinamente se alargando e ganhando tónus político seja pelo contexto de desmonte dos impérios coloniais, seja pela estreita conexão que vai se estabelecendo com os princípios da Declaração dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 1948. Desse modo, a cultura passa a ser vista como um direito a ser protegido juridicamente, ao tempo em que sofre uma dilatação no sentido que vinha sendo até então operado, pois passa a abranger a ideia de identidade e, por extensão, de independência de indivíduos e grupos (2009: 75).

É apropriado mencionar que a temática desenvolvida em torno das questões das diferenças raciais também estavam sendo discutidas, como salienta Pitombo, e a UNESCO passou a empreender diversos estudos e projetos direcionados para a compreensão da vida social dos diferentes povos que compunham o mosaico humano do planeta e entre as décadas de 50 e 60 lança três declarações sobre a questão racial. O teor destas declarações, na ótica de Pitombo, se constitui como um palco privilegiado de conflitos entre distintas correntes teóricas que ora pendulam entre a predominância de uma “antropologia física, ocupada em elaborar diagnósticos fundamentados num determinismo biológico, ora na prevalência de uma antropologia cultural, que busca a compreensão das dinâmicas sociais, enfatizando sobretudo, os aspectos sócio-culturais” (2009: 76). Destaca-se, pois, Claude Lévi-Strauss⁴⁷, representante da antropologia francesa, que participa da elaboração da primeira das três declarações lançada pela UNESCO, colaborando com seu notável ensaio “Raça e História”⁴⁸.

No campo das ciências sociais, de acordo com Pitombo, algumas escolas estavam a consolidar-se, especialmente a escola antropológica norte-americana que teve suas bases conceituais assentadas pelo relativismo cultural de Franz Boas e reforça que “a antropologia cultural americana contribuiu definitivamente para elevar o conceito de

⁴⁷ Claude Lévi-Strauss (1908-2009) foi um grande antropólogo, etnólogo e professor francês. Formado em direito e filosofia na França e produtor de uma vasta obra, Lévi-Strauss foi o criador da antropologia estrutural e um dos maiores pensadores do século XX. Disponível em www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1276 (consultado em 08/09/2018).

⁴⁸ *Raça e História* foi um ensaio de antropologia publicado em 1952 pelo antropólogo belga Claude Lévi-Strauss. É uma obra que objetiva-se a lutar contra o racismo, o etnocentrismo e o que por ele foi chamado de “pseudo-evolucionismo”: O evolucionismo social. Disponível em <https://shadyaleatoriedades.wordpress.com/2017/05/20/resenha-do-ensaio-raca-e-historia-do-levi-strauss/> (consultado em 09/09/2018).

cultura a uma espécie de categoria-chave para as Ciências Sociais” (2009: 76). Sendo assim, verifica-se que entre as décadas de 40 e 50 as teorias antropológicas adquirem grande repercussão nas instâncias do poder, referenciando a formulação de políticas governamentais.

Cultura e Desenvolvimento, seguindo a direção cronológica, a partir dos anos 70, à luz da UNESCO, vai ampliando e aprofundando as mudanças que vinham ocorrendo na categoria cultura desde a década de 50. Nesse período, argumenta Pitombo, “se consolida então a virada epistemológica do conceito, quando assume definitivamente feições de uma perspectiva antropológica”. Nesse sentido, a cultura pode ser definida como salientou Nestor Canclini em *Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latino-americano* (1987) “como el conjunto de procesos donde se elabora la significación de las estructuras sociales, se la reproduce y transforma mediante operaciones simbólicas” (1987: 25).

Nessa concepção, a cultura é entendida como uma matriz de valores, que dá sentido à própria existência dos diferentes povos, fazendo emergir desse conceito um outro que lhe está associado, o da diversidade cultural. Nestes termos, identidade e diferença adquirem centralidade no bojo à definição de uma agenda internacional voltada para o desenvolvimento humano. Deste modo, pode-se perceber o alargamento do arcabouço conceitual da ideia de cultura por meio de ações e dos discursos oficiais efetivados pelas agências multilaterais. A esse respeito, Pitombo argumenta:

O discurso em torno em torno da necessidade de proteção e preservação da cultura começa a ganhar força. Estudos sobre culturas regionais passam a ser realizado, instrumentos internacionais são adotados e uma série de conferências internacionais e regionais são promovidas com o intuito de trazer à tona a questão do pluralismo cultural através de um discurso que acentua a necessidade de autodeterminação através do desenvolvimento das capacidades de cada nação (2009: 80).

É apropriado mencionar que já em 1970 a UNESCO tinha iniciado um processo de reflexão sobre as políticas culturais e desenvolvimento a partir da *Conferência Intergovernamental de Venezuela*⁴⁹, primeira reunião de caráter governamental constituída em caráter mundial para estabelecer diálogos e discussões relativas à cultura, segundo o seu relatório final (UNESCO 1970). A referida conferência teve como finalidade examinar a função dos poderes públicos na determinação e na realização dos objetivos

⁴⁹ Para maior aprofundamento ver: Conferência Intergovernamental de Venezuela. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Venezuela%201964.pdf> (consultado em 09/09/2018).

do desenvolvimento cultural; o fomento e a organização da ação cultural por todos os poderes públicos; a investigação sobre as políticas e a cooperação internacional e o papel da UNESCO na esfera das políticas culturais.

Verifica-se que ao longo da década de 70, objetivando a regulamentação do setor cultural, vários instrumentos internacionais são adotados. Entre eles pode-se destacar: A Convenção de 1970⁵⁰, intitulada *Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property, Paris, 12-14 Nov. 1970*, relativa às medidas para proibir e impedir a importação, a exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais; a Convenção de 1971⁵¹, designada *Convenção Universal Sobre Direito de Autor, Revista em Paris, a 24 de Julho de 1971*, que prevê a proteção dos direitos autorais para os produtores de fonograma; a Recomendação de 1976⁵², *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na vida contemporânea*, relativa ao intercâmbio de bens culturais e a Convenção de 1972⁵³, *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, com o objetivo de proteger o patrimônio mundial e cultural.

Ressalta-se um conjunto expressivo de iniciativas concentradas nesse período como as Conferências regionais na Europa de Helsink⁵⁴ em 1972 (EUROCULT), na Ásia em Yogyakarta⁵⁵ em 1973 (ASIACULT), Conferência Regional da África⁵⁶ em Acra em 1975 (AFRICACULT), em 1978 a Conferência Regional da América Latina e

⁵⁰ Para maior aprofundamento ver: *Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property, Paris, 12 -14 Nov. 1970*. Disponível em <https://www.penn.museum/about-collections/statements-and-policies/1970-unesco-convention> (consultado em 08/09/2018).

⁵¹ Para maior aprofundamento ver: *Convenção Universal Sobre Direito de Autor, Revista em Paris, a 24 de Julho de 1971*. Disponível em <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-universal-sobre-direito-de-autor-revista-em-paris-24-de-julho-de-1971-0> (consultado em 08/09/2018).

⁵² Para maior aprofundamento ver: *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na vida contemporânea*. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf> (consultado em 08/09/2018).

⁵³ Para maior aprofundamento ver: *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural 1972*. Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> (consultado em 08/09/2018).

⁵⁴ Tratava-se, de atenuar o confronto entre os dois blocos: de um lado, a Otan e a Comunidade Econômica Europeia, e, do outro, o Pacto de Varsóvia e o Conselho para Assistência Econômica Mútua. Para maior aprofundamento ver: *Conferência Intergovernamental sobre las Políticas Culturales en Europa, Helsinki, 19-28 de junio de 1972: informe final*. Disponível em https://unesdoc-beta.unesco.org/ark:/48223/pf0000001486_spa (consultado em 08/09/2018).

⁵⁵ Para maior aprofundamento ver: *Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Asia, Yogyakarta, Indonesia, 1973*. Disponível em http://www.lacult.unesco.org/docc/1973_reun_reg_pol_cult_Asia.pdf (consultado em 08/09/2018).

⁵⁶ Para maior aprofundamento ver: *Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Africa, Accra, 1975*. Disponível em https://ocpa.irmo.hr/about/Accra_Declaration-en.pdf (consultado em 08/09/2018).

Caribe, em Bogotá⁵⁷ (AMERICACULT). No anexo 2, um breve resumo das conferências regionais, em representação dos diferentes continentes ressalta o interesse por uma cooperação mais fecunda para o reconhecimento e a valorização de realidades sociais e culturais distintas com possibilidades de condutas afins.

É de destacar que, já em 1982, a UNESCO, no México, na *Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais* (MONDIACULT)⁵⁸ ressaltou a importância da cultura como base indispensável para o desenvolvimento sustentável. Essa conferência foi uma importante reunião mundial direcionada para a relação complexa entre cultura e desenvolvimento. Para Armand Mattelart (2006), o MONDIACULT discutiu a ligação entre economia e cultura, entre desenvolvimento econômico e cultural e esboçou o princípio de uma política cultural baseada no respeito pela diversidade.

O documento decorrente da MONDIACULT foi publicado em 1985 ficando conhecido como a *Declaração do México sobre as políticas públicas*⁵⁹. Um outro fator a ser destacado aqui é a utilização oficial da expressão “patrimônio imaterial” também resultante dessa conferência, usado para identificar coletivamente as práticas, representações, expressões, tradições orais, saberes e fazeres transmitidos pelas comunidades, de geração a geração. Revela-se porém uma compreensão ampliada de patrimônio que passa a abarcar não somente os acervos materiais, as obras de arte e a literatura de seus artistas, mas também as criações anônimas surgidas do povo e o conjunto de valores que dão sentido à vida: as tradições, as festas, as crenças, os rituais, a língua. A conferência declarava como questões indissociáveis a identidade cultural e a diversidade cultural. Aqui cabe destacar a definição de cultura originada na MONDIACULT e adotada nas políticas culturais contemporâneas:

A cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (MONDIACULT 1982).

⁵⁷ Para maior aprofundamento ver: Conferencia Intergubernamental sobre las Políticas Culturales en América Latina y el Caribe, Bogotá, 1978. Disponível em https://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19780110_conf-cultura_sp.html (consultado em 08/09/2018).

⁵⁸ Para maior aprofundamento ver: Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. Disponível em http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf (consultado em 10/09/2018).

⁵⁹ Para maior aprofundamento ver: Declaração do México sobre as Políticas Públicas. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf> (consultado em 10/09/2018).

aqui É de salientar o quanto esta definição expandiu a compreensão do campo da cultura, que nessa perspectiva passa a ser compreendida pela totalidade de aspectos espirituais, materiais, históricos e emocionais que distinguem uma sociedade. Isso significa que a cultura não se limita apenas às artes, às linguagens e produções artísticas, mas abarca também os modos de viver, os valores, as tradições e as crenças. Sendo assim, passa-se a utilizar uma percepção de processo que vai para além da concepção centrada apenas em produto ou evento.

Na década de 90, reconhecendo o diálogo entre cultura e desenvolvimento, a UNESCO, no contexto do Decênio Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento (1988-1997), publica o relatório Javier Perez de Cuellar, *Nossa Diversidade Criadora* (1997), ampliando os limites da concepção de cultura, passando a entendê-la não apenas como um meio que viabiliza o desenvolvimento, mas principalmente como sendo seu fim, como evidencia Cuéllar:

O papel da cultura também deve ser considerado como um fim desejável em si mesmo, que é o de conferir sentido à nossa existência(...) Cultura, pois, não significa apenas um elemento do progresso material: ela é a finalidade última do 'desenvolvimento' definido como florescimento da existência humana em seu conjunto em todas as formas (1997: 32-33).

Já em 1998, a UNESCO realiza a *Conferência Inter-Governamental sobre Políticas Culturais para o desenvolvimento*, promovendo novas propostas que incluem a integralidade e transversalidade da cultura e da política cultural; a política cultural vista como central para política de desenvolvimento (sustentável) e o patrimônio imaterial/intangível, reforçando as identidades dos povos, através de suas tradições e desta fortalecendo a coesão social.

Inscrito nessa discursividade, no âmbito das agências internacionais dedicadas ao desenvolvimento, vale destacar que o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), consideraram a cultura como um componente intangível do desenvolvimento econômico na segunda metade dos anos 1990. Nesse sentido, para além de expandir as fronteiras do conceito de cultura, as agências internacionais tornaram-se centrais na construção de um novo modo para a entender, utilizando o princípio da indissociabilidade entre cultura e desenvolvimento.

Por sua vez, em 2001 a *Declaração Universal sobre Diversidade Cultural*⁶⁰, ressalta a diversidade como patrimônio comum da humanidade; o pluralismo cultural mostra-se como dimensão de reconhecimento da diversidade, posto que entende que “As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz” (art. 2). A diversidade cultural como fator de desenvolvimento compreendida “não somente em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória” (art. 3).

A Declaração destaca também o patrimônio como fonte de criatividade, visto que toda a criação tem as suas origens nas tradições culturais, e “o patrimônio, em todas suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda a sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas” (art. 7). Os bens e serviços culturais, vistos como mercadorias distintas das demais, “na medida em que são portadores de identidade, de valores e sentido, não devem ser considerados como mercadorias ou bens de consumo como os demais” (art. 8). As políticas culturais como catalisadoras da criatividade, asseguram “a livre circulação das ideias e as obras” criam as condições propícias para a “produção e a difusão de bens e serviços culturais diversificados, por meio de indústrias culturais que disponham de meios para desenvolver-se nos planos local e mundial” (art. 9). O objetivo é que “nos países em desenvolvimento e os países em transição, estabeleçam indústrias culturais viáveis e competitivas nos planos nacional e internacional” (art. 10). Por fim, devem “fortalecer a função primordial das políticas públicas, em parceria com o setor privado e a sociedade civil” (art. 11)

Seguindo esse veio, já na última década do século XX, a noção de desenvolvimento se expande, integrando agora a dimensão humana. Em Outubro de 2005, na 33ª Conferência Geral da UNESCO elaborou-se a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*⁶¹, que se apresenta como um instrumento normativo para a cultura tendo como premissa básica a compreensão da diversidade cultural como “patrimônio comum da humanidade” e

⁶⁰ Para maior aprofundamento ver: Declaração Universal sobre Diversidade Cultural. Disponível em http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf (consultado em 10/10/2018).

⁶¹ Para maior aprofundamento ver: Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm (consultado em 20/10/2018).

destacando nos seus objetivos a importância do vínculo entre cultura e desenvolvimento para todos os países, especialmente para países em desenvolvimento, encorajando as ações empreendidas no plano nacional e internacional.

Por fim, o quarto e último período proposto no estudo *L'Unesco et la question de la diversité culturelle, 1946-2007: bilan et stratégies*, aborda a “Cultura e Democracia”. Sem desconsiderar nem substituir as discussões em torno de cultura e desenvolvimento, a UNESCO direciona as suas atenções também para promoção da tolerância e para a proteção dos direitos das minorias onde é destacado o direito de expressão e manifestação, acesso a bens culturais, participação popular em todos os setores da cultura. Seguindo os argumentos tecidos por Pitombo em “Cultura e Desenvolvimento: uma agenda para as políticas culturais” (2009):

A manifestação de conflitos em diferentes níveis (local, regional e internacional) fez com que a organização passasse a priorizar o tema da democracia num mundo ameaçado por movimentos extremistas. Fenômenos sociais como o *apartheid*, as guerras civis travadas no Oriente Médio e no Leste Europeu, e mais recentemente, as estocadas na blindagem da segurança mundial, promovidas por grupos fundamentalistas como a ALQuaeda, vêm delineando um cenário social marcado por tensões e conflitos, evidenciando mais uma vez a urgência de debater os temas da identidade e da diferença que, como vimos, cadenciaram toda a estratégia de ação da Unesco desde o início de sua operação. Desse modo, a correlação entre cultura e política é reforçada nos seus planos institucionais, na medida em que a organização exalta temas como democracia e promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais, seja no plano intra – estatal ou no plano interestatal (Pitombo 2009: 133-134).

A UNESCO, ao longo dos quase setenta anos de vida, reformula conceitos, engendra temas, apresenta estudos, sendo propositora e formuladora de princípios e normas. Como destaca Jurema Machado⁶² em “Desafios do Desenvolvimento” (2010), entre as áreas de atuação da referida instituição, a cultura é a que apresenta um maior número de regulamentações e dispositivos normativos, demonstrando o elevado grau de preocupação normativa com o tema da cultura e conceitos centrais presentes nas convenções e demais instrumentos jurídicos. Temas que anteriormente não eram relacionados com a cultura, nas pesquisas das ciências sociais, passam a ter protagonismo, a exemplo de cultura e combate às desigualdades sociais, cultura e desenvolvimento, cultura e economia e cultura e direitos culturais, temas que serão tratados no decorrer deste trabalho.

⁶² Jurema Machado foi Coordenadora de Cultura da UNESCO no Brasil, no período de 2002 a 2012.

3.2 A População Jovem Brasileira

Nesta seção será analisada a população jovem brasileira, começando pela abordagem ao conceito de juventude, apresentando uma breve análise sobre o referido conceito por se considerar basilar para o estudo de caso em questão. Interessa enfatizar que o objeto de estudo desta pesquisa, a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, recebe crianças e jovens de todas as idades, não se limitando exclusivamente à faixa etária juvenil. Porém, a presente pesquisa se voltará especificamente para o grupo da juventude. Limaverde salienta a ligação da Fundação Casa Grande com a cidade de Nova Olinda e a importância do protagonismo juvenil:

A cidade de Nova Olinda foi palco de “uma ação protagonizadora com as suas bases firmadas no patrimônio arqueológico como uma ferramenta de inclusão social galgada na experiência de protagonismo juvenil das crianças e jovens inseridos na Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, tendo como cenário o patrimônio cultural da Chapada do Araripe (2015: 6).

A autora destaca também a importância do patrimônio cultural para a formação dos jovens:

A arqueologia pode ir além da análise dos vestígios culturais do passado, futurizando esse passado na medida em que vai ganhando novo significado e tornando – se uma ferramenta de transformação social no presente, dignificando o futuro das crianças e jovens pelo empoderamento e aprendizado da gestão do patrimônio cultural e da cidadania (2015: 7).

A expressão “juventude” tem adquirido distintos significados de acordo com o contexto histórico, social, econômico e cultural. Todavia, o sentido mais usualmente identificado é aquele que a delinea como uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta, um momento de preparação para o que está por vir. Para Jorge Atílio Silva Iulianelli e Paulo César Pontes Fraga, organizadores do livro *O tempo Real dos Jovens: juventude como experiência acumulada* (2013):

[A] Juventude não é uma categoria que se delimita por uma determinada faixa de idade. É um ciclo de vida no qual as pessoas estão se afirmando por sua condição. Nesse ciclo as juventudes constroem valores sobre relações familiares, trabalho, opção sexual, etc., e se afirmam em ações sociais de interação e socialização, constituindo redes sociais de inserção no mundo. Essas relações e formação de valores são condicionados pelas características socioeconômicas das juventudes – origem social, renda familiar, desenvolvimento regional, etc. (2013: 7-8).

Por sua vez, identificam-se semelhanças no conceito definido pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em 2010, na publicação intitulada “Direitos da População Jovem: Um Marco para o Desenvolvimento”:

O conceito de juventude refere – se à fase de vida situada entre a infância e a idade adulta. Trata – se, portanto, de uma etapa de aquisição das habilidades sociais, atribuições de deveres e responsabilidades e afirmação da identidade. As escolhas realizadas nessa fase de vida têm forte influência no futuro, como fator de ampliação ou limitação da vida adulta. Apesar de ter por base marcos etários e biológicos, a definição da população jovem é indissociável do contexto sociocultural, político e econômico. Pode – se falar na existência de adolescências e juventudes, para expressar a multiplicidade de comportamentos, hábitos e condutas característicos dessa etapa de vida (2010: 15).

No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude⁶³ (PNJ), considera jovem:

O cidadão ou cidadã com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos. No entanto, a classificação etária serve apenas como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, servindo como uma referência imprescindível e genérica para a elaboração de políticas públicas. Em um entendimento mais amplo, ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso – por opção ou por origem – em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Daí a importância do reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, compondo um complexo mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de se promover os direitos dos/das jovens (2006: 5).

Na ótica de Helena Wendel Abramo, organizadora do livro *Retratos da Juventude Brasileira* (2008), apesar do termo “juventude” parecer óbvio, quando se investiga um pouco mais sobre o conceito, o seu aspecto impreciso e escorregadio ganha relevo. Muito do que se pesquisa na academia, ainda de acordo com Abramo, sobre juventude, é normalmente para despertar para os deslizes, os encobertamentos, as disparidades e as mistificações que o conceito encerra. Por sua vez, há muitas direções pelos quais se pode abordar o tema; para a autora, “cada disciplina das ciências humanas faz um tipo de recorte e, dentro delas, diferentes correntes teóricas ressaltam dimensões distintas desse complexo ao qual o termo pode se referir” (2008: 38).

Diante desse cenário de elevada multiplicidade, o que se pretende nesta seção é apresentar os direitos e as políticas para a juventude brasileira. Nesta direção, inicialmente serão explanados os conceitos estruturais concernentes à elaboração de leis e políticas para a juventude, bem como um roteiro sintético dos principais documentos

⁶³ Para maior aprofundamento ver o livro: *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas*. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf> (consultado em 17/03/2020).

internacionais de direitos humanos e, em seguida, serão abordadas as leis e as políticas públicas brasileiras, sistematizando para o campo de atenção do trabalho aqui pesquisado.

3.2.1 Retrato da População Jovem Brasileira

A Assembleia Geral da ONU adotou em 1985, no Ano Internacional da Juventude, ao cancelar as diretrizes para o planejamento e o acompanhamento das questões inerentes à juventude, a definição de jovens como as pessoas que tem entre os 15 e os 24 anos. O número de pessoas, na referida faixa etária, tem aumentado de maneira exponencial desde 1945 chegando a 1 bilhão em 1990. Em 2005⁶⁴, os jovens eram 1,02 bilhão, ou 15,8% da população mundial e, de acordo com projeções da ONU, irá aumentar para 1,4 bilhão até 2025⁶⁵.

Quanto à Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS)⁶⁶, juventude é uma categoria sociológica que representa uma transição de preparação de sujeitos – jovens – para assumirem o papel de adulto na sociedade e compreende o período dos 15 aos 24 anos de idade. No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude (PNJ) considera jovem todo o cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos. A Política Nacional de Juventude divide essa faixa etária em 3 grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens–adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens–jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens–adultos. Considerando essa divisão, percebe-se que o primeiro grupo já está incluído na atual política da criança e do adolescente; os outros dois não estão.

⁶⁴Para maior aprofundamento ver: Perspectivas da População Mundial das Nações Unidas, 2006. Disponível em <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2011.pdf> (consultado em 17/03/2020).

⁶⁵ Para maior aprofundamento ver: Perspectivas da População Mundial das Nações Unidas, 1990. Disponível em <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2011.pdf> (consultado em 17/03/2020).

⁶⁶ A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de saúde pública com um século de experiência, dedicado a melhorar as condições de saúde dos países das Américas. A integração às Nações Unidas acontece quando a entidade se torna o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. A OPAS/OMS também faz parte dos sistemas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em <https://www.saude.gov.br/gestao-do-sus/cooperacao-em-saude/parceiros/organizacao-pan-americana-da-saude-opas-oms> (consultado em 17/03/2020).

Nesse ponto, é apropriado mencionar uma pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)⁶⁷ da Secretaria Geral da Presidência da República, intitulada Agenda Brasil⁶⁸, desenvolvida por um conjunto de consultores, aplicada entre abril e maio de 2013, com o apoio da UNESCO Brasil. A referida pesquisa compõe as ações estratégicas da SNJ para construir uma política nacional de juventude que dialogue com a realidade dos jovens que estão, em sua grande maioria, atuando de forma efetiva no dia a dia de seu território, seja ele no campo ou na cidade. Para tanto, serão destacados da referida pesquisa somente alguns dados que importam a este trabalho, tecendo um breve retrato da juventude brasileira. Entre os aspectos destacados serão evidenciados a juventude e faixa etária, jovens no campo e na cidade, renda mensal domiciliar per capita e escolaridade.

No gráfico abaixo, observa-se segundo a referida pesquisa, o segmento juvenil da população brasileira compreendido pelo grupo etário de 15 a 29 anos, identificando faixas etárias internas a este grupo para compreender distintas situações e respostas dos jovens segundo os momentos diferentes dessa trajetória. A distribuição segundo as faixas etárias definidas está representada no Gráfico 1.

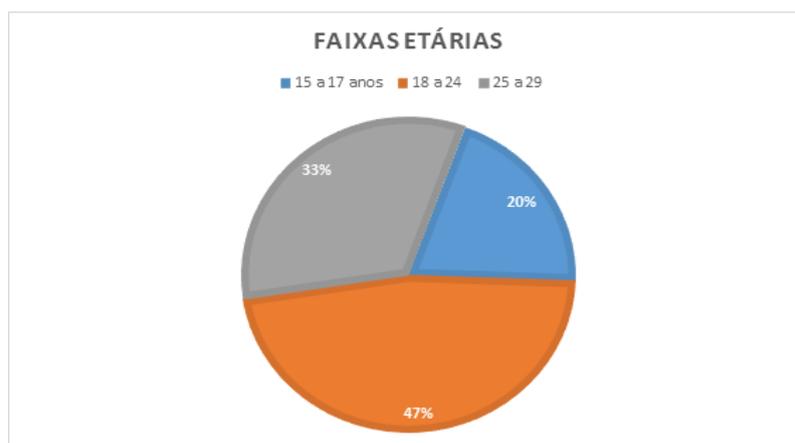


Gráfico 1: Juventude e faixa etária

Fonte: Pesquisa Agenda da juventude Brasil, 2013, Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)

Diversos autores brasileiros e instâncias governamentais em diferentes níveis têm utilizado com frequência a definição das Nações Unidas para juventude (faixa etária

⁶⁷ Para maior aprofundamento ver Secretaria nacional da Juventude. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-da-juventude> (consultado em 22/03/2020).

⁶⁸ A Pesquisa Agenda Juventude Brasil é uma pesquisa de opinião de caráter nacional que busca levantar as questões da Juventude Brasileira de forma ampla e abrangente, de modo a possibilitar a análise e reflexão sobre perfil, demandas e formas de participação da juventude brasileira. Disponível em <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/91> (consultado em 22/03/2020).

de 15 a 24 anos de idade), ou população jovem para a faixa etária de 10 a 24 anos de idade, que é mais abrangente em termos geracionais, perpassando o conceito de infância, adolescência e juventude. O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)⁶⁹ adota, para fins de atuação no Brasil, a definição mais abrangente de população jovem, 10 a 24 anos de idade, como se pode verificar a seguir:

Dos países membros da ONU, tomando-se como referência apenas o grupo de 15 a 24 anos de idade, o Brasil é o 5º do Direitos da População Jovem 25 mundo com maior percentual de “juventude” na sua população, atrás de China, Índia, EUA e Indonésia. Destaca-se ainda que mais de 85% dos jovens do mundo vivem hoje nos países em desenvolvimento e que apenas o Brasil é responsável por aproximadamente 36% da população jovem da América Latina e Caribe e 80% do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai). No Brasil, o contingente de 15 a 24 anos passou de 8,2 milhões em 1940 para cerca de 34 milhões no ano 2000, com uma projeção de mais de 35 milhões em 2020 (UNFPA, 2010: 24 e 25).

É de destacar que o Brasil experimenta uma perda constante de população rural jovem mais acentuada dos 15 aos 29 anos, numa proporção que equivale à metade do total de pessoas que migram do campo para a cidade de acordo com a pesquisa em questão, devido as razões familiares (acompanhar família) ou por razões de trabalho e estudo, como se pode observar no Gráfico 2:

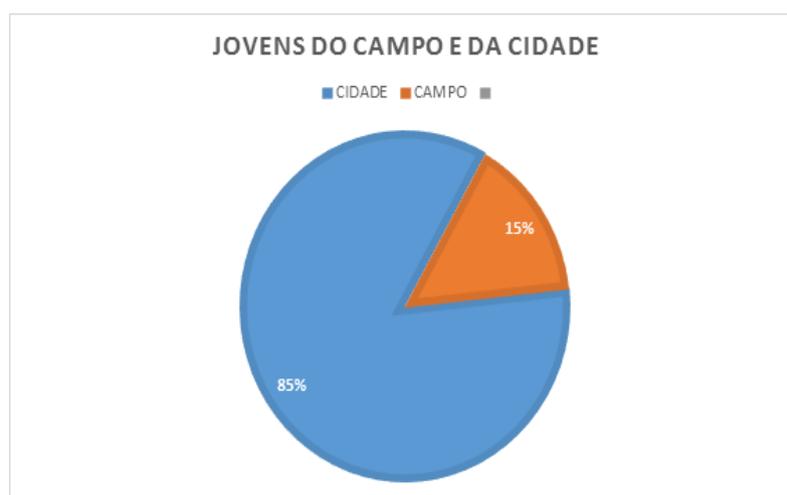


Gráfico 2: Jovens do campo e da cidade

Fonte: Pesquisa Agenda da juventude Brasil, 2013, Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)

⁶⁹ O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) é a agência de desenvolvimento internacional da ONU que trata de questões populacionais. Desde sua criação, em julho de 1967, tem sido um ator chave nos programas de desenvolvimento populacional relacionados com os temas de saúde sexual, reprodutiva e igualdade de gênero. Disponível em <https://brasil.unfpa.org/pt-br/publications/direitos-da-popula%C3%A7%C3%A3o-jovem-um-marco-para-o-desenvolvimento-2> (consultado em 22/03/2020).

Quando se considera a renda domiciliar per capita, 28% estão nos estratos baixos (até R\$ 290,00/mês), 50% nos médios e 11% nos estratos altos (acima de R\$ 1.018,00/mês), como se pode observar no Gráfico 3:

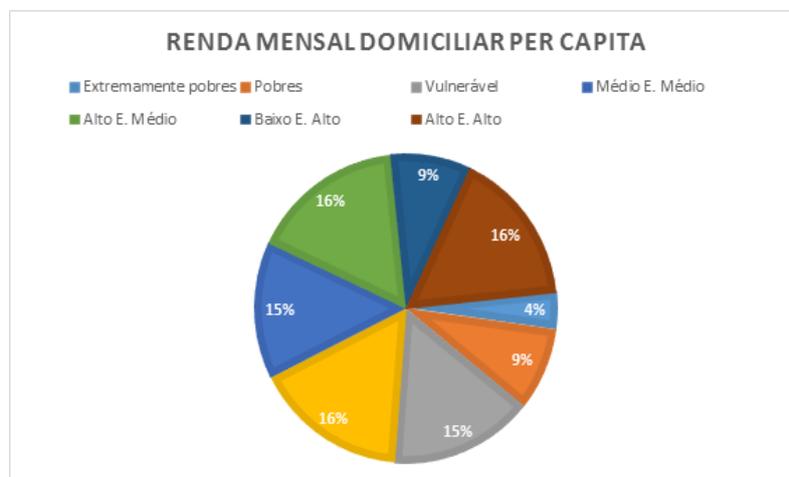


Gráfico 3: Renda mensal domiciliar per capita

Fonte: Pesquisa Agenda da juventude Brasil, 2013, Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)

Um aspecto que deve ser observado é o aumento de escolaridade quando comparado esta mesma pesquisa⁷⁰ com a realizada em 2003, onde apenas 6% dos jovens de 15 a 24 anos tinham Ensino Superior, enquanto atualmente são 10%. Já de 25 a 29 anos há 19% dos jovens com formação superior. O maior contingente do segmento juvenil, mais da metade (59%), tem como escolaridade o Ensino Médio. Existe ainda uma queda significativa de jovens com apenas o Ensino Fundamental. A Agenda da Juventude de 2013, apresenta os dados disponíveis no Gráfico 4:

⁷⁰ Para maior aprofundamento ver: Agenda Juventude Brasil: leitura sobre uma décadas de mudanças. Disponível em file:///D:/Users/G42/Downloads/AJB_Sumrio-Apresentao-Introdo.pdf (consultado em 22/03/2020).

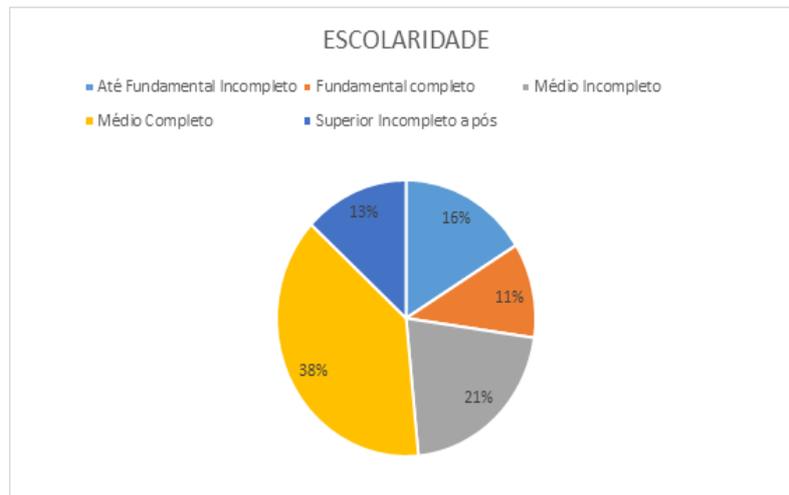


Gráfico 4: Escolaridade

Fonte: Pesquisa Agenda da juventude Brasil, 2013, Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)

É preciso ainda considerar, no que se refere ao aspecto demográfico, que os jovens brasileiros representam uma parcela significativa da população. Segundo o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷¹ existem, no Brasil, 51.330.569 jovens de 15 a 29 anos, sendo 25.686.506 mulheres e 25.644.063 homens. Os dados do Censo Demográfico ao longo dos anos apontam que o contingente populacional jovem vivencia um processo de desaceleração em seu crescimento percentual. Os autores José Eustáquio Diniz Alves e Miguel Bruno realizaram uma pesquisa intitulada “População e Crescimento Econômico de Longo Prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica” (2007) que indicam que o Brasil vem apresentando uma grande transformação no ritmo de crescimento e na estrutura de sua população.

De acordo com os referidos autores, o processo de transição demográfica, fruto da queda das taxas de mortalidade e natalidade, tem fomentado uma acelerada mudança na estrutura etária brasileira, com uma redução da proporção jovem da população, uma elevação imediata da população adulta e uma elevação significativa, a longo prazo, da população idosa.

Para que se tenha uma ideia, em 1980, os jovens representavam 29% da população (aproximadamente 34.400.000 de jovens)¹⁰. Já em 2010, esse número caiu para 26% da população. A expectativa é de que, em 2050, o número de jovens chegue a 19,1% da população. Essa tendência, como anunciado, se dá devido ao processo de envelhecimento da população brasileira.

⁷¹ Para maior aprofundamento ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/> (consultado em 22/03/2020).

Nesta configuração é preciso compreender, como aponta Abramo (2008), que para a definição de políticas públicas, não basta instituir a qual faixa etária as políticas serão destinadas. Faz-se imperioso compreender o jovem como sujeito de direitos, procurando averiguar o que constitui a peculiaridade da condição juvenil e quais são os direitos que dela emergem, os quais devem ser assegurados por meio das políticas públicas.

3.2.2 Trajetória dos Principais Documentos Internacionais sobre a População Jovem

Considera-se relevante, enfatizar a importância dos organismos internacionais, visto que as discussões com a juventude no contexto mundial foram reflexos para o contexto nacional.

Desde o início do século XX, mesmo antes da criação da ONU em 1945, no âmbito da Liga das Nações⁷², o tema “população jovem” já aparecia mais importantes foros internacionais. Destaca-se em 1936 dois importantes eventos: um encontro de líderes de juventude dos países membros da Liga das Nações, onde foi definido, de acordo com um estudo realizado pela UNFPA, “Um Plano de Ação Conjunta de Juventude⁷³” (2014), e no mesmo ano, em Genebra, um comitê misto composto por representantes da Liga das Nações e por representantes de juventude promoveu o primeiro Fórum Mundial de Juventude da história em Genebra.

O segundo Fórum Mundial da Juventude (1996) aconteceu em Viena, ainda no âmbito da Liga das Nações. Porém, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, todos os esforços da comunidade internacional em relação ao tema tinham sido interrompidos. É somente em 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que foram constituídos uma nova instância e parâmetros para o debate e determinação de temas internacionais, inclusive a juventude. Com a adoção da “Declaração Universal

⁷²A Liga das Nações foi uma organização internacional criada em abril de 1919, quando a Conferência de Paz de Paris adotou seu pacto fundador, posteriormente inscrito em todos os tratados de paz. A Liga possuía uma Secretaria Geral permanente, sediada em Genebra e era composta de uma Assembleia Geral e um Conselho Executivo. Em abril de 1946, o organismo se auto dissolveu, transferindo as responsabilidades que ainda mantinha para a recém-criada Organização das Nações Unidas, a ONU.

⁷³ Para maior aprofundamento ver: “Um Plano de Ação Conjunta de Juventude” (2014). Disponível em https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/consultoria_participacao_juventude.pdf (consultado em 14/12/2019).

dos Direitos Humanos”⁷⁴, em 1948, a comunidade internacional, por meio da ONU, tem vindo a estabelecer inúmeras Convenções internacionais onde são deliberados Estatutos comuns de cooperação mútua que salvagam o cidadão da não violação de direitos considerados básicos para a vida digna, os chamados direitos humanos.

Cabe sublinhar que durante os anos 90 os adolescentes e jovens obtiveram um foco especial como agentes e vítimas, concernente aos problemas que afetam a sociedade contemporânea, nas diversas Conferências temáticas e fóruns que a ONU realizou, nas quais, além da reafirmação de direitos reconhecidos, foram fixadas metas, traçadas estratégias e firmados compromissos importantes para o desenvolvimento da comunidade internacional.

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) (2010) infere que existem dois tipos de documentos que podem ser considerados como recomendações em matéria de população jovem; o primeiro inclui tanto as declarações emanadas da Assembleia Geral, quanto os resultantes de conferências específicas em matéria de população jovem, e o segundo tipo diz respeito aos documentos produzidos nas grandes Conferências pela ONU. Do primeiro grupo ressaltam-se *A Declaração das Nações Unidas de Promoção dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos* (1965), *Programa de Ação da ONU para a Juventude até o Ano 2000 e Além* (1995), *A Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas de Juventude* (1998), disponíveis no anexo 3.

Os documentos produzidos nas grandes Conferências organizadas pela ONU, que mesmo não tendo a juventude como tema central, produziram várias metas e recomendações para esse segmento da população, tais como *Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (1992), *o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento* (1994), *Programa de Ação da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social* (1995), *A Plataforma de ação da IV Conferência Mundial da Mulher* (1995) e *a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância* (2001), disponível no anexo 4.

⁷⁴ *A Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos> (consultado em 14/12/2019).

Parece oportuno enfatizar, ainda de acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em 2010, que não há uma lei internacional específica (como um pacto, tratado ou convenção) sobre os direitos da juventude, mas “as políticas voltadas para jovens são formuladas no contexto mais amplo dos diversos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, que possuem força de lei internacional em relação aos países signatários” (2010: 39). Por esta razão, destacam-se as Convenções Internacionais e a atuação dos Comitês das Nações Unidas que monitoram seu cumprimento. Para a UNFPA(2010), os Comitês de Monitoramento das Convenções são instâncias que têm como objetivo acompanhar e avaliar as atividades dos países na promoção dos direitos:

Elaboram recomendações gerais e específicas, que buscam dar interpretação adequada a determinados artigos dessas leis internacionais, aplicados a determinadas circunstâncias e situações, à vista dos Relatórios apresentados pelos países, da atuação de Relatores Especiais, ou mesmo de denúncias de pessoas e ONGs sobre violação de direitos. As recomendações desses Comitês têm incorporado recomendações de outras instâncias das Nações Unidas (programas de ação das conferências, recomendações da OMS, OIT, UNESCO) e vêm constituindo uma jurisprudência internacional que tem servido para obrigar aos países signatários ao cumprimento em determinada direção dessas normas internacionais (2010: 40).

Das principais Convenções que servem como marco ético jurídico internacional destacam-se as seguintes: *Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial* (1965), *Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres* (1979), *Convenção sobre os Direitos da Criança* (1989) (Ver anexo 5).

Diante do exposto, neste ponto, considera-se relevante destacar a importância do Fórum de Juventude da UNESCO⁷⁵ existente como forma de diálogo desde 1999, mas que desde 2003 se destaca no Sistema ONU por ser o único mecanismo de participação regular de jovens, institucionalizado no mais alto âmbito de tomada de decisões da UNESCO, além de permitir o envio de recomendações aos representantes dos Estados-membros. A grande relevância do Fórum da UNESCO é que os organizadores e participantes criaram um processo de troca de opiniões constante, a fim de traduzir as recomendações do fórum em ações concretas, fomentando, assim, uma potencialização da juventude em seus países-membros.

⁷⁵ O Fórum de Juventude da UNESCO é uma plataforma inovadora, que reflete o comprometimento da UNESCO com a Juventude em todos os níveis da formulação de políticas e tomada de decisão.

O Fórum é realizado antes da Conferência Geral⁷⁶ da UNESCO, na sede em Paris, permitindo assim que a opinião e perspectivas da juventude sejam incorporadas nas discussões dos representantes dos Estados-membros ou pelo Secretariado da UNESCO. De acordo com o *Guia para participação no IX Fórum da Juventude da UNESCO* (2004), o Fórum tem os seguintes objetivos:

- Promover pesquisas aplicadas, baseadas em evidência e desenvolvimento de indicadores que registrem padrões e transições da população jovem;
- Identificar e promover boas práticas de parcerias jovens – adultos;
- Desenvolver ferramentas para o desenvolvimento de capacidades para governos e outros atores a fim de fortalecer políticas e programas relacionados à juventude;
- Promover a inclusão de perspectivas de juventude em discussões relacionadas a valores humanos básicos; ética da ciência e tecnologia, além da promoção de sociedades mais inclusivas (2004: 32)

No anexo 6 é possível visualizar os principais Fóruns, Conferências e Assembleias, que aconteceram regularmente entre 1990 e 2013, momentos-chave para a temática de juventude da UNESCO.

Cabe ressaltar que os Fóruns têm como propósito a promoção de uma participação juvenil ativa, a criação de um espaço para a voz efetiva dos e das jovens e o engajamento no processo de tomada de decisões da UNESCO e de suas políticas nacionais.

No anexo 7 pode-se identificar as principais temáticas, quais Estados-membros participaram e quais foram os principais resultados dos Fóruns, iniciando com o I que aconteceu em 1999, até ao VIII em 2013, de acordo o Guia para Participação do IX Fórum de Juventude da UNESCO, 2014 e do IX ao XI em 2019, dados da pesquisa da autora.

Os grandes eixos de discussão dos Fóruns, são pertinentes às preocupações ou contribuições da juventude dentro do mandato da UNESCO. Alguns dos debates foram relacionados com os seguintes temas: Participação juvenil; Juventude e cultura de paz; Inovação social, empreendedorismo; Engajamento juvenil; Cidadania juvenil e Educação para o desenvolvimento.

Após a realização do Fórum da Juventude de 2005, uma série de fóruns regionais da UNESCO foram organizados antes do Fórum de Juventude de 2007: o Festival de Juventude do Pacífico (de 17-22 de julho de 2006, no Taiti); o Fórum Euro-

⁷⁶ A Conferência Geral, instância máxima de governança da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reúne a cada dois anos os 193 Estados-membros para determinar o programa e o orçamento da Organização.

Mediterrâneo da Juventude (16-19 de novembro de 2006, no Chipre); o Fórum Asiático da UNESCO de Juventude (25-29 de junho de 2007, República da Coreia); o Fórum da UNESCO de Juventude das Américas (9-15 de setembro, no México); e o Fórum Africano de Juventude da UNESCO (24-28 de setembro de 2007, em Burkina Faso).

Estes fóruns possibilitaram aos jovens direcionar os desafios particulares de suas regiões, assegurando, assim, recomendações mais específicas e soluções mais dirigidas. Além disso, esses fóruns colaboraram para a consolidação de redes e parcerias entre jovens, organizações da sociedade juvenil, parceiros regionais e a própria UNESCO.

Em 1997, a delegação da UNESCO do Brasil criou o Setor de Pesquisas e Avaliações⁷⁷ para realizar pesquisas e avaliações sobre uma diversidade de temas, entres os quais a juventude, objetivando fomentar a formulação de políticas públicas para a juventude. Segundo Regina Magalhães de Souza, na Tese de Doutorado *O discurso do protagonismo juvenil* (2006), foram realizadas pesquisas sobre violência, cultura e cidadania, violência nas escolas, escola e educação e educação e saúde. Registra-se também o termo protagonismo juvenil que aparece pela primeira vez como referência para uma política nacional para juventude.

Em 1999, A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL)⁷⁸ promoveu o “Encontro sobre às Melhores Práticas em Projetos com jovens do Cone Sul,” encontro que gerou uma publicação intitulada “*Protagonismo Juvenil en Proyectos Locales: Lecciones Del Cono Sur*” (2001),⁷⁹ que apresenta uma reflexão sobre a experiência e as lições coletados na concepção e implementação de pequenos projetos que tenham como protagonistas os jovens em condições de vulnerabilidade social e econômica das áreas rurais e urbanas.

Em 2005, a UNESCO publicou o documento *Políticas Públicas de/para/com a Juventude*, visando contribuir para a construção de uma Política Nacional de Juventude democrática e representativa dos desejos, anseios e capacidades dos jovens brasileiros.

⁷⁷ Produção de investigações, resultados de pesquisas e avaliações de projetos desenvolvidos pela UNESCO no Brasil e suas parcerias na área de juventude no Brasil. Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/studies-and-evaluations/youth/#c154502> (consultado em 14/12/2019).

⁷⁸ A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Disponível em <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0> (consultado em 14/12/2019).

⁷⁹ O Livro baseia-se nas apresentações e discussões de quarenta jovens de quatro países (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) que representam 20 projetos destinados a eles realizados na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (Santiago do Chile, de 8 a 11 de novembro de 1999).

O referido documento teve como objetivo garantir a participação e a representação dos jovens nas diversas áreas que os tenham como beneficiários. Para a UNESCO, as políticas de juventudes compreendem de fato políticas de/para/com juventudes:

- De – uma geração diversificada segundo sua inscrição racial, gênero e classe social, que deve ser considerada na formatação de políticas;
- Para – os jovens considerando o papel do Estado de garantir o lugar e bem – estar social na alocação de recursos;
- Com – considerando a importância de articulações entre instituições, o lugar dos adultos, dos jovens, a interação simétrica desses atores, e o investimento nos jovens para a sua formação e exercício do fazer política. UNESCO (2005: 20).

É nesta direção que muitas das ações governamentais dirigidas aos jovens brasileiros a partir de meados dos anos 1990 têm esse norteamento de integração social juvenil em questões como a pobreza, a violência, a gravidez precoce, a baixa escolaridade e às doenças sexualmente transmissíveis (DST), casado com o surgimento de um plano discursivo acerca dos direitos e a positividade das colaborações juvenis para o desenvolvimento do país.

3.2.3 As Leis e Políticas Públicas Brasileiras

As discussões acerca da participação social no Brasil referem -se ao processo político de consolidação do protagonismo social da população, decorrente da redemocratização do país, marcados pelo fim do ciclo militar (1964 a 1985)⁸⁰ e as novas legislações norteadas pelo novo modelo da democracia participativa. O Brasil vivenciou, em 1988, com a aprovação da Constituição Federal⁸¹, uma expressiva mudança de princípios e diretrizes, no que diz respeito à participação da população nas diretrizes da política nacional, garantindo além da participação, a elaboração, controle e fiscalização de políticas públicas. Isso significa que a estruturação das políticas públicas brasileiras é integralmente participativa, como se pode observar no artigo primeiro (parágrafo único) da Constituição Federal: “Todo poder emana do povo e será exercido por seus representantes eleitos ou, diretamente, nos termos da constituição”. E no seu artigo 3º:

⁸⁰ Ditadura militar brasileira foi o regime instaurado em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares. Disponível em <https://www.sohistoria.com.br/ef2/ditadura/> (consultado em 30/11/2019).

⁸¹ Aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas.

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – Garantir o desenvolvimento nacional;

III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Observa-se também de forma clara, a discussão acerca da participação social da juventude no texto da Constituição Federal em 1988, em Capítulo VII–Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso no artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Por sua vez, o contexto de redemocratização do país como já mencionado, propiciou a ampliação das discussões acerca dos espaços de inclusão dos jovens como sujeitos de direitos e deveres, garantindo-lhes a participação social nas discussões, deliberações e proposições de políticas públicas.

Em 1990, durante a Convenção Internacional dos Direitos da Criança⁸², das Nações Unidas, o Brasil firmou o compromisso de implementar um reordenamento jurídico e institucional para assegurar à infância e à adolescência os direitos à sobrevivência, ao desenvolvimento, à proteção e à participação. É nesse mesmo ano que a Lei n.º 8.069/90⁸³, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgada. O Estatuto da Criança e do Adolescente rompe com regime anterior da Lei Federal n.º 6.697⁸⁴, de 10 de outubro de 1979 o Código de Menores, revogado, voltado para as crianças e adolescentes em situação considerada irregular, e reconhece todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos nas diversas condições sociais e individuais. O Estatuto dá cumprimento aos compromissos

⁸² A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Entrou em vigor em 2 de setembro de 1990. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> (consultado em 30/11/2019).

⁸³ Ver Lei n.º 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf (consultado em 21/03/2020).

⁸⁴ Ver Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html> (consultado em 21/03/2020).

internacionais assumidos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, das Nações Unidas, e integra o art. 227 da nova Constituição Federal de 1988.

Isso significa que com este instrumento legal o modelo democrático passa a ser não apenas representativo mais participativo. Lê-se no artigo 3º da Lei 8.069/90:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando – se – lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

No seu Título II – Dos Direitos Fundamentais, no Capítulo II Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, nos seus art. 15,16,17 e 18 contemplam o seguinte:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I – Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II – Opinião e expressão;

III – crença e culto religioso;

IV – Brincar, praticar esportes e divertir – se;

V – Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI – Participar da vida política, na forma da lei;

VII – Buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo – os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

É importante ressaltar que, mesmo atendendo só a uma fatia da população jovem, os adolescentes, com a criação do ECA em 1990, a juventude adquiriu maior visibilidade e atenção das políticas públicas. Nesta mesma direção, com o intuito de fortalecer o poder de participação dos cidadãos foram aprovadas outras leis, como a Lei 9.394/96⁸⁵, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, que reafirmava o direito à educação, garantido pela Constituição Federal e por meio da Organização das Nações Unidas iniciaram amplas discussões e a

⁸⁵ Ver Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm (consultado em 22/03/2020).

aprovação de planos de ações e recomendações com o objetivo de direcionar as políticas públicas designadas aos adolescentes em distintas regiões do mundo.

A referida lei educacional garante (art. 37) que jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria têm o direito assegurado de acesso gratuito para prosseguimento de seus estudos:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. Lei n 31 o 9.394/1996

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Dessa maneira, constata-se que tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional constituem um expressivo progresso na política educacional para a juventude brasileira, por possibilitar o acesso ao ensino médio, estágio garantido pelo Estado, e favorecer as condições necessárias para situá-lo como sujeito produtor de conhecimento atuando no mundo do trabalho, e propiciando o seu desenvolvimento como cidadão.

A construção de uma Política Nacional de Juventude presume os direitos já previstos no Estatuto da Criança e Adolescente associados a novas conquistas específicas e necessárias para a população jovem e advindos de uma intensificação dos estudos sobre a juventude brasileira a partir de 2000. Nesta perspectiva, em 2004, iniciaram a tramitação, na Câmara dos Deputados, dois projetos de lei tratando do tema juventude: PL nº 4.529⁸⁶, que dispunha sobre o Estatuto da Juventude, e o PL nº 4.530⁸⁷, que objetivava estabelecer o Plano Nacional de Juventude, aprovado pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados.

No entanto, nesse mesmo ano foi constituído pela Secretaria-Geral da Presidência da República, um grupo Interministerial com a participação de 19

⁸⁶ Ver Projeto de Lei nº 4.529, de 25 de novembro de 2004, posteriormente transformado na Lei Ordinária 12852/2013. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271219> (consultado em 21/03/2020).

⁸⁷ Ver Projeto de Lei 4.530, de 25 de novembro de 2004, destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271233> (consultado em 21/03/2020).

ministérios que, de acordo com UNFPA 2010, objetivavam mapear os programas e projetos federais existentes e identificar as necessidades sociais, econômicas e culturais da juventude brasileira, com o objetivo de fomentar os debates para a construção da Política e do Plano Nacional de Juventude. É nesse contexto que em 2005 é instituída a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), no âmbito da Secretária-geral da Presidência da República assim como o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), representando um significativo momento para a juventude brasileira.

Cabe à Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), a responsabilidade de articular os programas e projetos, em âmbito federal, destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos; fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil municipal, estadual e federal; interagir com os poderes Judiciário e Legislativo na construção de políticas amplas; e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas. A Secretaria também faz a gestão do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), com o propósito de desenvolver o tripé conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional e atuação comunitária de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos.

Já o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), criado pela Lei 11.129⁸⁸, de 30 de junho de 2005, posteriormente regulamentado pelo Decreto Presidencial 5.490⁸⁹, de 14 de julho de 2007, é um relevante espaço de diálogo entre a representação juvenil e o governo federal e tem o objetivo assessorar a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Secretária – geral da Presidência da República. De acordo com o Guia de Políticas Públicas de Juventude (2006), compete ao CONJUVE participar:

Na formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (2006: 9).

Para nortear a consolidação da Política Nacional de Juventude de acordo com as resoluções do diagnóstico elaborado pelo Grupo Interministerial sobre os programas federais e as condições socioeconômicas dos jovens brasileiros, o país precisaria de

⁸⁸ Ver a lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm (consultado em 22/03/2020).

⁸⁹ Ver Decreto Presidencial nº 5.490, de 14 de julho de 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5490.htm (consultado em 22/03/2020).

combater os seguintes desafios de acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) (2010):

- Ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade;
- Erradicar o analfabetismo;
- Preparar para o mundo do trabalho;
- Gerar trabalho e renda;
- Promover uma vida saudável;
- Democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;
- Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas;
- Estimular a cidadania e a participação social;
- Melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais (2010: 61).

Desta forma, com base no Projeto de Lei nº 4.530/2004, que tramita na Câmara dos Deputados e que consta com um Substitutivo ao PL nº 4.530/04, do ano de 2006, o Plano Nacional tem por objetivo pautar a temática da juventude como uma política pública de Estado, demandando ações para serem realizadas por todos os entes da federação, na perspectiva de consolidar a efetivação dos direitos da juventude em todos os seus aspectos e necessidades. Isso significa que durante os catorze anos em que o Projeto de Lei e o Substitutivo estão em discussão, muitas vitórias foram adquiridas no seu marco legal no âmbito da juventude brasileira como a Emenda Constitucional nº 65/2010⁹⁰, que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude; o Estatuto da Juventude – Lei nº 12.852/2013⁹¹ e a realização das Conferências Nacionais de Juventude nos anos de 2008⁹², 2011⁹³ e 2015⁹⁴ e diversos Fóruns da juventude, como já anteriormente mencionado neste trabalho – nas quais foram determinadas demandas e

⁹⁰ Ver Emenda Constitucional Nº 65, de 14 de julho de 2010. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=1186&seqPaginaInicial=7&seqPaginaFinal=7> (consultado em 22/03/2020).

⁹¹ Ver Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm (consultado em 22/03/2020).

⁹² A primeira Conferência Nacional de Juventude foi realizada entre os dias 27 e 30 de abril de 2008, em Brasília-DF. Disponível em <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/conferencia-de-juventude/> (consultado em 22/03/2020).

⁹³ A segunda Conferência Nacional de juventude foi realizada entre os dias 09 a 12 de dezembro de 2011, em Brasília-DF. Disponível em <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/assuntos/noticias/noticias-em-acervo/2011/12/09-12-2011-comeca-hoje-sexta-feira-a-2a-conferencia-nacional-de-juventude> (consultado em 22/03/2020).

⁹⁴ A terceira Conferência Nacional de juventude foi realizada entre os dias 16 a 19 de dezembro de 2015, em Brasília-DF. Disponível em <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2015/12/22/3-conferencia-nacional-da-juventude-discute-participa-o-dos-jovens-nos-objetivos-de-desenvolvimento-sustent-vel.html> (consultado em 22/03/2020).

ações para serem realizadas pelo poder público, considerando as reais necessidades dos jovens.

O Estatuto da Juventude dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), estabelecendo como princípios a promoção da autonomia e emancipação dos jovens, compreendida esta como a trajetória de inclusão, liberdade e participação do jovem na vida em sociedade, assim como a valorização e a promoção também da participação social e política dos jovens no desenvolvimento do país, de forma direta e por meio de suas representações. No Art. 2º, o disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

- I – Promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II – Valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III – Promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV – Reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V – Promoção do bem – estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI – Respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII – Promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII – Valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Já o artigo 3º determina como diretrizes para os agentes públicos ou privados que estejam envolvidos com políticas públicas de juventude o incentivo à ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação, assim como a ampliação das alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios. No Artigo 4º, o Estatuto institui que o jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude e define participação juvenil como:

Parágrafo único. Entende – se por participação juvenil:

- I – A inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;
- II – O envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;
- III – A participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e
- IV – A efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

Sendo assim, em 2019, no novo governo brasileiro⁹⁵, a SNJ encontrou um lugar no organograma ministerial. A partir de então, a Medida Provisória n° 870⁹⁶, de 1° de Janeiro de 2019, garantiu que a Secretaria passasse a integrar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, órgão da administração pública federal direta que tem como área de competência as políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos humanos, incluindo os direitos da juventude. Nesta nova configuração a SINAJUVE determina as competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios na implementação da Política Nacional de Juventude, estabelecendo como diretrizes a descentralização das ações e a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a promoção da participação social, especialmente dos jovens, na formulação, implementação, acompanhamento, avaliação e controle social das políticas públicas de juventude; o respeito pela diversidade regional e territorial; a atuação em rede e a articulação entre o poder público e a sociedade civil; e a transparência e a ampla divulgação dos programas, das ações e dos recursos das políticas públicas de juventude.

Os principais objetivos, da medida provisória podem ser compreendidos como:

- I – Promover a intersetorialidade e a transversalidade das políticas, dos programas e das ações destinadas à população jovem;
- II – Estimular o intercâmbio de boas práticas, de programas e de ações que promovam os direitos dos jovens previstos no Estatuto da Juventude;
- III – integrar as políticas públicas de juventude ao ciclo de planejamento e orçamento públicos anual e plurianual;
- IV – Ampliar a produção de conhecimento sobre a juventude;
- V – Incentivar a cooperação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e as Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal para a observância do Estatuto da Juventude;
- VI – Estimular e articular a elaboração e a implementação dos planos de juventude dos entes federativos (BRASIL 2019).

A expectativa agora é que de fato essa política pública de juventude seja norteada pela participação transversal dos jovens como sujeitos de todas as ações, pela intersetorialidade no desenvolvimento dos projetos e pelo desenvolvimento da autonomia entre os participantes de seus programas.

⁹⁵ O Governo Jair Bolsonaro teve início no dia 1.º de janeiro de 2019 e está previsto para terminar no dia 31 de dezembro de 2022.

⁹⁶ Para maior aprofundamento ver: Medida Provisória n° 870, de 1° de janeiro de 2019. Disponível em <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/135064> (consultado em 22/03/2020).

CAPÍTULO IV – MAPEANDO OS CONCEITOS

4.1 Protagonismo Juvenil

Ser um Menino na Casa Grande vai além de uma simples denominação. Menino não está ligado apenas ao substantivo do gênero masculino nominado à criança. Menino na Casa, é um título familiar e afetuoso, dado a todos aqueles que vão chegando, ficando e se fazendo parte do lugar. Menino na Casa Grande podem ser às meninas, os meninos e até os adultos. Ser um menino da Casa Grande é certamente carregar dentro de si a leveza da infância.

Vitória Lima⁹⁷



Figura 2: Fachada da Fundação Casa Grande com os meninos fotografando
Fonte: Foto da pesquisadora Adriana Helena Santos Moreira da Silva

Essa seção objetiva aprofundar o referencial teórico de protagonismo juvenil nas produções teóricas e nas práticas voltadas aos jovens da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri. Sendo assim, inicialmente será descrita a sua gênese histórica, cultural e política. Em seguida, serão apresentados estudos e proposições de alguns autores que, a partir de distintos referenciais teóricos, fomentam a construção conceitual da expressão, utilizando as categorias autonomia, responsabilidade, cidadania e participação.

⁹⁷Vitória Lima é jornalista e autora do livro-reportagem *A Casa Azul*, produzido como Trabalho de Conclusão de Curso- TCC em 2007 na Universidade de Fortaleza- UNIFOR.

4.1.1 A Origem do Termo e a Construção Conceitual

Etimologicamente, a palavra protagonismo deriva do francês *protagoniste*, que por sua vez deriva do grego *prōtagōnistēs*, e que significa aquele que “combate na primeira fila; que ocupa o primeiro lugar; personagem principal” (Machado 1990: 447). Em francês, como afirma Antônio Geraldo da Cunha (2010), a palavra foi documentada no século XIX, em italiano, no século XVIII e em inglês, na segunda metade do século XVII.

Em português o vocábulo protagonismo teve seu primeiro registro em 1858; já a forma protagonista foi registrada em língua portuguesa em 1615 e indica ter sido formada pelos vocábulos gregos *prōtos* (primeiro, principal) e *agōnistēs* (lutador, competidor). Para Antônio Houaiss e Máuro Villar, no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* de 2001, o termo *agōnīdzomai* tem o significado de “concorrer em jogos públicos, lutar, concorrer ao prêmio; combater” e se origina de *agōnōnos* ou “assembléia, reunião, assembléia para jogos públicos; jogo concurso, luta, combate; ação militar, luta jurídica, processo”. O vocábulo *agōnia* refere-se à “luta nos jogos públicos; luta em geral” (2001: 2316).

Nesse sentido, o termo passou a ser utilizado no teatro para determinar o personagem principal da trama. Da mesma forma que ocorre nas artes cênicas, na sociedade, o protagonista precisa colocar-se à frente para resolver conflitos, isto é, tornar-se sujeito das suas ações. A raiz etimológica alude ao conceito de protagonismo juvenil ao empoderamento do jovem, na qualidade de sujeito ativo partícipe nas transformações políticas e sociais nas comunidades que estão inseridos.

Por sua vez, a contextualização histórica do uso do termo, a partir de diversos autores consultados como Helena Wendel Abramo (2008); Antônio Carlos Gomes da Costa (2000); Juan Ezcámez & Ramón Gil (2003), Regina Novaes (2000), que investigam o protagonismo juvenil, identificam que o referido conceito ora se apresenta como estratégia, ora como conceito ou metodologia, porém sempre associados à participação do jovem, mesmo não havendo consenso e clareza desta participação.

No que concerne ao protagonismo juvenil, Abramo refere que:

A discussão sobre a centralidade da juventude, nos cenários societários do presente, vem “colada” às inúmeras questões identitárias desta categoria, seus paradoxos semânticos e ideológicos, ora situando o jovem com o sujeito político, ora como sujeito

social, cultural e até mesmo como sujeito passivo, frente aos interesses dos segmentos dominantes. Ocupam espaço significativo as reflexões críticas acerca da forma como o Estado vem gerindo as políticas públicas, no tensionamento com as necessidades e direitos desse segmento socializador. (1997: 56).

Isso significa que não é tarefa fácil conceituar juventude, como discutido no capítulo anterior, e tão pouco protagonismo juvenil, devido à suscetibilidade do termo e à sua ambiguidade que possibilitam variadas interpretações.

Vale ressaltar como marco significativo na concepção de protagonismo no Brasil, a Fundação Odebrecht⁹⁸, que a partir de amplas reflexões e discussões sobre as práticas pedagógicas com jovens contribuiu para construção do conhecimento sobre a temática do protagonismo juvenil. Nesta perspectiva, foi publicada a obra *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática* em 2000, com construção teórica de Antonio Carlos Gomes da Costa⁹⁹.

Para o referido autor, o vocábulo protagonismo “em seu sentido atual, indica o ator principal, ou seja, o agente de uma ação, seja ele um jovem ou um adulto, um ente da sociedade civil ou do Estado, uma pessoa, um grupo, uma instituição ou um movimento social” (2000: 20).

Nesta perspectiva, o protagonismo para Costa, realiza-se por distintos atores sociais, instituições e gestores e com ampliadas atuações e possibilidades de participação social. Entende-se assim a abrangência do termo que não se limita apenas a atuação dos jovens. Porém, o autor ao apresentar o processo político pedagógico, refere-se ao protagonismo desenvolvido pelos adolescentes e por sua vez delimita aqueles na faixa etária entre 12 e 18 anos de idade, como instituído pela legislação brasileira (ECA, Lei 8.069/90).

Sobre o recorte etário, Costa sublinha que “Quando falamos de protagonismo juvenil, é preciso delimitar, estamos tratando de adolescentes ou, no máximo, de adolescentes e de jovens adultos. Não estamos, portanto, nos referindo nem às crianças,

⁹⁸ A Fundação Odebrecht é uma instituição privada, sem fins lucrativos, que atua em regiões de vulnerabilidades sociais com objetivo de promover o desenvolvimento territorial sustentável, tendo o jovem como principal agente da transformação. Disponível em <https://www.fundacaoodebrecht.org.br/> (consultado em 23/03/2020).

⁹⁹ Um dos principais construtores e defensores do Estatuto da Criança e do Adolescente, Antônio Carlos Gomes da Costa teve um papel central no desenvolvimento do terceiro setor e do investimento social privado no Brasil. Conquistou o primeiro lugar no Prêmio Nacional de Direitos Humanos (1998), foi membro do Comitê Internacional dos Direitos da Criança (Genebra) e do Instituto Interamericano da Criança (Montevideu). Realizou missões de consultoria em quase toda a América Latina, nos Estados Unidos e na África (Angola) e representou o UNICEF-Brasil em vários seminários e congressos na Europa e na Ásia. Disponível em <https://gife.org.br/em-homenagem-a-antonio-carlos-gomes-da-costa/> (consultado em 23/03/2020).

nem aos adultos” (2006: 21). Nesse ponto, depara-se, mais uma vez, com a ambiguidade e complexidade interpretativa do conceito de juventude, como descrito no tópico anterior; todavia, para fim de recorte deste trabalho, serão utilizados os termos adolescentes, jovens, juvenil, juventude, que vão ao encontro da conceituação da PNJ que considera:

Ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso – por opção ou por origem – em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Daí a importância do reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, compondo um complexo mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de se promover os direitos dos/das jovens (2006: 5).

Contudo, neste estudo, quando se alude às terminologias, destina-se aos sujeitos cujo perfil são jovens entre 15 e 29 anos¹⁰⁰, moradores da cidade de Nova Olinda no interior do Nordeste brasileiro, participantes dos programas desenvolvidos pela Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri (FCG).

Nesta configuração, o protagonismo enseja como uma estratégia que oportuniza o desenvolvimento pessoal, visando, portanto, formar a pessoa, o cidadão, o trabalhador, dito de outra forma, o protagonismo direciona – se essencialmente, para a construção da cidadania. Porém, não se restringindo somente a este campo, sua prática se direciona como uma potente estratégia que promove o crescimento pessoal os capacitando para adentrar no mundo do trabalho. Segundo Costa:

No campo do desenvolvimento pessoal (aprender a ser), a prática do protagonismo contribui para o desenvolvimento do senso de identidade, da autoestima, do autoconceito, da autoconfiança, da visão do futuro, do nível de aspiração vital, do projeto e do sentido da vida, da autodeterminação, da autorrealização e da busca de plenitude humana por parte dos jovens. No campo da capacitação para o trabalho (aprender a fazer), o protagonismo propicia ao jovem, através de práticas e vivências estruturantes, o desenvolvimento de habilidades como autogestão, heterogestão e cogestão, ou seja ele aprende a lidar melhor com suas potencialidades e limitações (gerir a si mesmo), a coordenar o trabalho de outras pessoas (atuar sobre a atuação dos outros) e a agir conjuntamente com os outros adolescentes e adultos na consecução de objetivos comuns (trabalho em equipe) (2006: 21-22).

Nesta perspectiva, ainda segundo Costa, o protagonismo refere-se à atuação criativa, construtiva e solidária de jovens e crianças que dialogam com os adultos, na busca da elucidação de problemas da escola, da comunidade e da vida social, isto é, o

¹⁰⁰ Neste trabalho será utilizado a faixa etária instituído pela Política Nacional de Juventude (PNJ), que considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos.

protagonismo é uma ferramenta que impulsiona os jovens e as crianças a construírem a sua própria autonomia.

É importante ressaltar que não se está falando da não importância dos adultos nesse processo, muito pelo contrário, nessa direção, trata-se do estabelecimento de uma corresponsabilidade entre jovens e adultos resultando em uma atuação conjunta:

O objetivo é que os jovens possam construir sua autonomia através da prática, da situação real, do corpo a corpo com a realidade, a partir da participação ativa, crítica e democrática em seu entorno social (Costa 2006: 23).

Envolver-se com questões de interesse coletivo, empenhar-se construtivamente no esforço de identificar, compreender e intervir na superação de situações-problema não é, como pensam alguns, apenas uma ação preventiva das práticas divergentes ou antagônicas à moralidade e à legalidade vigentes. É muito mais do que isso. Na verdade, estamos diante de um processo de cidadãos mais autônomos, críticos e autodeterminados e de uma sociedade mais democrática, solidária e aberta (Costa 2006: 177).

Registra-se, pois, um importante traço distintivo de protagonismo da FCG que está no lugar central que crianças e jovens desempenham na operação da ONG, na sua manutenção e limpeza diárias, à frente dos projetos de comunicação, turismo e sociabilidade produtiva dos moradores da cidade e, sobretudo, na forma e sentido das atividades realizadas.

Não se pode afirmar que o poder decisório das principais orientações da FCG seja responsabilidade direta dos jovens e crianças, mas há sobretudo um empenho deliberado dos adultos em direcionar os processos decisivos a partir da consulta às crianças e jovens propiciando-lhes condições de estímulo à responsabilidade na implementação de ações vindas de suas próprias motivações e preferências.

Assinala-se ainda que, na FCG, as ações de protagonismo acontecem de forma espontânea, o que significa que se pode observar em todas as atividades realizadas a participação, o engajamento e o comprometimento das crianças e jovens nos diversos espaços existentes (museu, biblioteca, TV Casa Grande, gibiteca, dvdteca, parquinho, laboratório de arqueologia, Casa Grande FM, teatro); são nestes espaços que os jovens edificam, descobrem e geram experiências singulares no campo da cultura produzindo conteúdos sócio-críticos que proporcionam o desenvolvimento do protagonismo, imprimindo um significado favorável ao desenvolvimento de uma educação autônoma.

4.1.2 Protagonismo Juvenil e a Híbridização de Conceitos

A revisão bibliográfica sobre o tema aponta, como já foi referido, que o protagonismo juvenil é um conceito suscetível a diferentes concepções e, ademais, conecta outros conceitos com características híbridas, como participação, responsabilidade autonomia e cidadania. A diferenciação conceitual entre participação e protagonismo não é clara na bibliografia pesquisada. Assim, um autor pode mencionar o protagonismo em cenários em que outro falaria de participação, e vice-versa, havendo, situações em que ambas as expressões são utilizadas como sentidos semelhantes.

A expressão protagonismo juvenil surgiu no contexto político e econômico no final da década de 1980 e tem sido comumente utilizada em documentos e textos legais de órgãos do governo, em projetos de ONG, nos planos de financiamento de organismos internacionais, nos discursos acadêmicos em congressos, encontros e seminários.

De forma recorrente, a expressão identifica-se com uma determinada forma de participação da juventude na sociedade, tanto se relacionando com a concepção de fortalecimento da participação democrática da juventude, quanto se representando como um conceito indistinto e multifacetado, pautada em distintos referenciais teóricos, ideológicos e metodológicos.

Inscrito nesta discursividade, para Costa, protagonismo juvenil está relacionado com a participação do jovem em atividades que vão além do âmbito de seus interesses individuais como a escola, vida comunitária, por meio de campanha e de projetos que transcendam os limites de seu entorno sócio-comunitário. O autor indica ainda que a quantidade e a qualidade das possibilidades de participação para resolver problemas e situações reais que estejam ao alcance dos adolescentes vai intervir de forma decisiva no âmbito da “autonomia e autodeterminação que eles serão capazes de alcançar na vida familiar, profissional e cívica, quando atingida a vida adulta” (2006: 177). Costa, na obra *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática* (2006), refere que:

Envolver-se com questões de interesse coletivo, empenhar-se construtivamente no esforço de identificar, compreender e intervir na superação de situações-problema não é, como pensam alguns, apenas uma ação preventiva das práticas divergentes ou antagônicas à moralidade e à legalidade vigentes. É muito mais do que isso. Na verdade, estamos diante de um processo de construção de cidadãos mais autônomos, críticos e autodeterminados e de uma sociedade mais democrática, solidária e aberta (2006: 177).

Nesta perspectiva, o autor atribui ao jovem a condição de protagonista desse processo e, diante disso, considera-o como “fonte de liberdade (opção), de iniciativa (ação) e de compromisso (responsabilidade) (2006: 15).

Já os autores Juan Escámez & Ramón Gil, no livro *O Protagonismo na Educação* (2003), apresentam como objeto principal relacionar a educação com a responsabilidade individual e social e edificam as suas ideias a partir das relações entre responsabilidade na educação com base em quatro convicções:

1. Toda a pessoa, mesmo às mais jovens, têm dignidade e valor inestimável. Isso significa que as pessoas têm a possibilidade de tornar-se autônomas referentes às suas ideias e convicções.
2. Não há um futuro pré-determinado. Refere-se a responsabilidade de sermos responsáveis pelas nossas decisões, por quais caminhos queremos seguir, já que somos roteiristas e atores do projeto de nossa vida.
3. Nossas ações trazem efeitos ou consequências positivas ou negativas para nós e para os demais. A ética da responsabilidade demanda ação para produzir às mudanças sociais para que as decisões apresentem perspectiva de êxito.
4. Deve-se educar os estudantes para que exerçam uma cidadania responsável. A educação torna às pessoas (jovens) responsáveis (2003: 8-9).

Considerando essas dimensões, os autores enfatizam que a educação de uma pessoa responsável tem que estar alicerçada na aquisição de algumas capacidades ou competências básicas, no âmbito cognitivo, no âmbito avaliativo-afetivo e no âmbito comportamental. Quando falam nas competências no âmbito cognitivo, referem-se à “capacidade de deliberação, de julgar às próprias ações, a capacidade de compreender que às próprias ações repercutem no mundo das pessoas de hoje e no mundo dos quem vêm depois de nós” (Escámez & Gil 2003: 30). As competências no âmbito avaliativo-afetivo, relacionam-se com “a capacidade de autonomia ou domínio sobre si mesmo para tomar as próprias decisões e assumir as consequências e a capacidade de estimar e comprometer-se com a tarefa de fazer um mundo melhor” (Escámez & Gil 2003: 30-31). E por fim, as competências no âmbito comportamental que estão relacionadas com “a capacidade de realizar, na comunidade política concreta em que vivem, as ações que decidiram e a capacidade de articular eficazmente os meios com as metas que se deseja alcançar” (Escámez & Gil 2003: 31).

Intenta ainda demonstrar que, Escámez & Gil consideram a formação para a aceitação da responsabilidade individual e social como parte da formação ético-moral e cidadã dos jovens. Nessa direção, a afirmação de Costa (2006) vai de encontro aos autores como se observa:

O propósito do protagonismo juvenil, enquanto educação para a participação democrática, é criar condições para que o educando possa exercer, de forma criativa e crítica, essas faculdades na construção gradativa da autonomia. Autonomia essa que ele será chamado a exercer de forma plena no mundo adulto (Costa 2006: 139).

Por esse caminho, Regina Celia Reyes Novaes, no artigo “Juventude e Participação Social: apontamentos sobre a reinvenção da política” (2000), relata e analisa uma experiência de ação social organizada de jovens, não usando o termo “protagonismo”, mas sim “participação social” ou “intervenção social” ou “ação solidária”, conectando essas expressões com a “socialização para a cidadania”. Celso João Ferretti, pesquisador da Fundação Carlos Chagas, no artigo “Protagonismo Juvenil na Literatura Especializada e na Reforma do Ensino Médio” (2004), afirma que “Assim, parece que a ‘ação cidadã’ e/ou a ‘preparação para tal tipo de ação’ constituem o cimento semântico que une as diferentes expressões que diversos estudiosos usam para nomear e discutir o envolvimento de jovens em seu contexto escolar, social e/ou político” (2004: 414).

O que se observa no trabalho de Novaes (2000), é que o termo protagonismo ou participação como prefere utilizar, está estreitamente relacionado com ações de caráter social, próprias de instituições da sociedade civil, como ONG, instituições religiosas, grupos comunitários, etc.

Baseado nestes referenciais teóricos acerca do conceito de protagonismo, o que se percebe é que tanto Ezcámez & Gil (2003), que discutem a questão da responsabilidade em uma abordagem que possibilita a aproximação do conceito de protagonismo, bem como Costa (2006) que associa o protagonismo à formação para a cidadania, e Novaes (2000) que não utiliza o termo protagonista, mas relaciona-o com expressões socialização para juventude, discutem diversas perspectivas e características do protagonismo juvenil denotando a complexidade e abrangência da temática como participação atuante na resolução de problemas sociais de distintas dimensões, capacidade de suportar mudanças, respeito às diferenças, conquista de conhecimentos intelectuais, desenvolvimento de competências sociais, domínio sobre si mesmo, envolvimento com questões de interesse coletivo, fortalecimento da participação democrática, construção da sua própria autonomia, em síntese, um mescla de atributos conectados que corroboram a formação de um ser humano íntegro.

4.2 Identidade Cultural

Nesta seção será tratada a identidade cultural a partir de interpretações feitas com base em trabalhos de alguns autores que refletem sobre esta temática em seus percursos teóricos. Para tanto, foi imprescindível uma revisão da literatura, salientando a concepção de identidade cultural e algumas reflexões indissociáveis deste tema.

Desse modo, serão utilizados como referência alguns teóricos que mantêm proximidades epistemológicas quanto a objetos de estudos, visto que o conceito de identidade é amplamente complexo, pouco desenvolvido e ainda muito discutido, como assegura Stuart Hall, na sua obra *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (2000):

O próprio conceito com o qual estamos lidando, “identidade”, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido nas ciências sociais contemporâneas para ser definitivamente posto à prova. Como ocorre com muitos outros fenômenos sociais, é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas que estão sendo apresentadas (2000: 8).

Assim, a identidade é apontada em diferentes prismas. Para Denys Cuche não se pode confundir as noções de cultura e de identidade cultural, mesmo que as duas tenham uma grande associação. A partir dessa afirmação, o autor reforça: “A cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente” (2002: 176). E completa: “A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas” (Cuche 2002: 176).

Deste ponto de vista, verifica-se que, para Luis Villoro em *Estado plural, pluralidade de culturas* (1988), o conceito de identidade aponta variações de acordo com a classe de objetos aos quais se aplica. Isto significa que, em um primeiro momento, singulariza-se, diferencia algo como uma unidade no tempo e no espaço, distinguindo-o dos demais. Desta forma, identificar é indicar as marcas que particularizam e personificam o objeto, mesmo que seja o mesmo objeto (1988: 65).

Assim, tal como Villoro (1988), também Cuche argumenta que “a questão da identidade cultural remete, em um primeiro momento, à questão mais abrangente da identidade social, da qual ela é um dos componentes” (2002: 176) e, completa, inferindo

que “para a psicologia social, a identidade é um instrumento que permite pensar a articulação do psicológico e do social em um indivíduo” (2002: 177). Visto dessa maneira, a identidade expressa o resultado das diversas interações entre o indivíduo e seu ambiente social, próximo ou distante: “A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação etc.” (2002: 177), sendo que “Identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas” (Cuche 2002: 176).

4.2.1 Crises de Identidade

Joel Candau, no livro *Memória e identidade* (2019), aborda a questão da identidade balizando-a, inicialmente, como um estado construído socialmente “de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o outro” (2019: 9). Refere-se, portanto, a uma elaboração social em construção perene à medida que se molda consoante o contato estabelecido com a alteridade; a identidade estabelece-se em um processo continuado que finda-se com a morte, e, como um estado, transforma-se permanentemente.

Portanto, até instituir-se nas Ciências Humanas a ideia de identidade como um processo foi um longo percurso. As concepções de identidade cultural vêm se modificando no transcorrer do processo civilizatório. Investigando os fatores que podem caracterizar uma crise das identidades no processo de globalização, Hall (2000) afirma que esta pode ter afinidade com as concepções de identidade cultural formulada em torno do papel que o sujeito social adquiriu nas transformações históricas recentes da humanidade.

Na concepção iluminista, o indivíduo era compreendido como totalmente centrado, unificado desde seu nascimento. Hall esclarece que a identidade é:

Dotada das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou idêntico a ele – ao longo da existência do indivíduo (2000: 10).

O centro essencial do eu era a própria identidade de uma pessoa, ou seja, uma concepção totalmente individualista do sujeito e de sua identidade.

No âmbito da concepção sociológica, a identidade do sujeito se forma por meio da relação deste com outras pessoas, da interação de valores, sentidos, símbolos e cultura dos mundos habitados pelo sujeito. Para Hall, nessa concepção sociológica, “o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (2000: 11). Por sua vez, nessa concepção, a identidade ocupa o espaço entre o interior e o exterior, entre o mundo pessoal e público, para Hall: “A identidade, então costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quando os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (2000: 12).

Vale ressaltar que estas concepções estão se modificando. O que significa que “o sujeito, previamente vivido e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes, contraditórias ou não resolvidas” (Hall 2000: 12). É com o descentramento e o deslocamento do sujeito cartesiano que emerge o *sujeito pós-moderno*, sem uma identidade fixa, essencial ou permanente, por estar sujeito a formações e transformações contínuas em relação às formas em que os sistemas culturais o condicionam.

Nesse contexto, a identidade torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. O sujeito pós-moderno é definido historicamente e não mais biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes, em diversos momentos, implicadas tanto pelos processos de socialização quanto de globalização. Sob esse prisma, Hall assegura que:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade, desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (2000: 13).

Vista assim, a sociedade, na qual vive o sujeito, não é um todo unificado e monolítico, que flui e evolui a partir de si mesma, pois está também em constante movimento, sendo descentrada e deslocada por forças externas significando isso que a identidade cultural está, pois, em constante renovação, transformada não só pela mundialização e cultura de massas, mas pela própria dinâmica da vida.

Nesse ponto, convergem-se as considerações de Hall (2000) e Candau (2019) na perspectiva de que a identidade deve ser vista sob o signo da provisoriamente, pois, como processo que é, não possibilita delimitação ou estabilização, está sempre em fase de elaboração.

Para ajudar a compreender a noção pós-moderna, Hall apresenta um série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno, que culminou com o descentramento do sujeito cartesiano, ocorridas na segunda metade do século XX, apresentando cinco “grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas” (Hall 2000: 34) que contribuíram para alargar a compreensão dos homens sobre si mesmo.

A primeira ruptura relevante refere-se às tradições do pensamento de Karl Marx, que afirmava que “os homens fazem a história, mas apenas sob condições que lhes são dadas” isto é, que os indivíduos não poderiam de forma alguma ser os autores ou os agentes da história e que eles só poderiam agir com base em condições históricas criadas por outros e sob “as quais eles nasceram, utilizando os recursos materiais e de cultura que lhes foram fornecidos por gerações anteriores” (Hall 2000: 35). Esse pensamento colaborou para romper com a ideia de que havia uma essência universal do homem e de que essa essência seria atributo da singularidade do indivíduo.

O segundo descentramento no pensamento, refere-se à descoberta do inconsciente por Freud. A teoria de Freud, ainda por Hall (2000), afirma que a identidade é formada ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento, pois “permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada” (2000: 38).

O terceiro descentramento examinado por Hall (2000) está associado a Ferdinand Saussure; para o linguista nós não somos em nenhum sentido, os autores das afirmações que fazemos ou do significado que expressamos na língua. Segundo o autor “Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais” (2000: 40). Esse pensamento evidencia que os significados das palavras não são fixos, numa relação direta com os objetos ou eventos no mundo, mas acontecem nas relações de similaridades e diferenças que as palavras possuem no interior do código da língua.

O quarto descentramento está ligado trabalho do filósofo e historiador Michel Foucault, que destacou o que chamou de “poder disciplinar”, produto de instituições coletivas e de grande escala na modernidade tardia, que preocupa-se “ em primeiro lugar,

com a regulação, a vigilância é o governo da espécie humana ou de populações inteiras, e em seguida, do indivíduo e do corpo” (2000: 42). As identidades são portanto, construídas no interior das relações de poder: “quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito individual” (2000: 43).

Por último, o quinto descentramento, relaciona-se com o impacto do movimento feminista na década de 60; para Hall (2000), o feminismo teve uma relação direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico, pois questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, suscitando questões sociais até então inquestionáveis e abalando os referenciais identitários do sujeito.

Todas essas transformações sociais são resultado de mudanças estruturais que transformaram as sociedades modernas na segunda metade do século XX, mudanças essas que “estão fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (Hall 2000: 9). Os sujeitos, não se percebem mais como indivíduos integrados após os seus referenciais identitários terem sido abalados. Hall (2000) chama isto de um duplo deslocamento, esta perda de um “sentido de si” estável “deslocamento ou descentração do sujeito”; para o referido autor a descentração dos indivíduos afeta tanto o seu mundo social e cultural quanto a si mesmo constituindo uma “crise de identidade” (2000: 9).

Essas mudanças, no entanto, podem ser reflexo das sociedades modernas, que são caracterizadas essencialmente por sua dinamicidade. Assim, se muda as concepções de sujeito, podendo-se pressupor que elas têm uma historicidade, isto é, dizem respeito a um momento singular, a um contexto histórico. Hall salienta que:

As identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constatemente em processo de mudança e transformação. (2014: 108)

Esse processo de descentramento que o sujeito cartesiano sofreu, propiciou uma ruptura com a visão essencialista de identidade, evidenciando a constatação de que as identidades são constituídas sempre com relação ao outro e ao grupo, desfazendo a ideia indissociável do sujeito e de sua identidade. A pós-modernidade evidenciou a alteridade como elemento constituinte do sujeito, um indivíduo moldado frente à diferença em um

processo de aproximação e distanciamento, não sendo possível crer em identidades estáveis e consolidadas, herméticas:

As identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim sua ‘identidade’ – pode ser construído. (Hall 2014: 110).

De acordo com Tomas Tadeu da Silva em “A produção social da identidade e da diferença” (2014), os conceitos de identidade e diferença são produzidos, e afirmações sobre a diferença só fazem sentido em sua relação com a identidade. No sistema linguístico, o signo não é uma presença. O que ocorre é a ilusão da presença do referente no signo, “o signo está no lugar de alguma coisa” (2014: 79), o que Jacques Derrida (2014) designa de “metafísica da presença”, isto é, a presença é “indefinidamente adiada (Derrida *apud* Silva 2014: 79). O signo sempre carrega não apenas “o traço daquilo que ele substitui, mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente da diferença” (Derrida *apud* Silva 2014: 79).

Dessa forma, Silva (2014) convoca o conceito de *différance* de Derrida em que o signo é caracterizado pelo diferimento da presença e da diferença, o que significa que, o processo de significação é incerto, indeterminado e vacilante: “Na medida em que são definidas, em parte, por meio da linguagem, a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também pela indeterminação e pela instabilidade (2014: 80).

Por sua vez Hall, no texto “Quem precisa da identidade?” (2014), retoma o conceito de Derrida, com propósito de enaltecer a fluidez da identidade, visto que considera que a mesma se dá não na fixidez de uma oposição binária, mas na *différance*. O que o autor ressalta é que a identidade e a diferença são conceitos estratégicos e posicionais elaborados dentro do discurso, e, sendo assim, sentem o jogo do poder. Tendo em conta que o conceito de identidade operaria sob “rasura”, isto é, não pode ser pensada da forma antiga, mas sem ela certas questões-chave não podem ser sequer pensadas, Hall (2014), argumenta que:

é um ponto de encontro, ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar” (2014: 112).

As identidades, são para Hall “pontos de apego temporário” (2014: 110), às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós, posições que o sujeito é obrigado a assumir, e que são representações e, como tal, são sempre construídas ao longo de uma falta, a partir do lugar do outro. Desta forma, as posições que assumimos nas quais nos identificamos podem ser pensadas como constituintes de nossas identidades.

Assim como novas concepções de sujeito e identidades emergiram, transformações também ocorreram no âmbito coletivo, no que se refere à ideia de nação e às culturas nacionais, tema que será abordado na próxima seção.

4.2.2 Identidade Nacional

A cultura nacional, para Stuart Hall em *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (2000), é uma das principais fontes de identidade cultural, pois uma nação é uma comunidade simbólica, um sistema de representação cultural, fonte de significados culturais, um foco de identificação, um sistema de representação. Os sujeitos, geralmente, se definem pela sua nacionalidade como se esta fosse parte de sua natureza essencial, contudo essas identidades não estão “literalmente impressas em nossos genes” (2000: 47), mas são formadas e transformadas no interior da representação. A nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. Os sujeitos não são apenas cidadãos legais de uma nação, mas participam da ideia da nação representada em sua cultural nacional, como refere o autor:

Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (...). As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (Hall 2000: 50).

Como se percebe, observa-se, no conceito de cultura nacional, um certo grau de totalidade, existente em um sentimento de pertença ao Estado – nação, porém não se pode pensar a cultura nacional como unificada, uma vez que tal unidade não oportuniza as diferenças. E ignorar as diferenças pode ser compreendido como uma forma de exercício do poder. A esse respeito, Hall afirma que “Em vez de pensar as culturas

nacionais como unificadas, deveríamos pensa-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (Hall 2000: 62).

Para Hall (2000), uma forma de unificar as culturas nacionais tem sido a de representá-las como a expressão da cultura de um único povo, referindo-se isto à etnia, termo utilizado para se referir às características culturais partilhadas por um povo como a língua, a religião, os costumes, as tradições o sentimento de lugar, e reforça: “não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. As nações modernas são todas híbridas culturais” (2000: 62).

Por sua vez, considera ainda mais difícil unificar a identidade nacional em torno da raça, pois concebe que a raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha validade científica, mas “a raça é uma categoria discursiva” (2000: 63).

Ernest Renan no texto “O que uma Nação”¹⁰¹(1882) afirma que três coisas constituem o princípio espiritual da unidade de uma nação: “a posse em comum de um rico legado de memória, o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de uma forma indivisível, a herança que recebeu” (Renan *apud* Hall 2000: 58).

Inscrito nessa discursividade, é importante salientar a posição de Luis Villoro em *Estado plural, pluralidade de culturas* (1998), que estabelece uma clara diferença entre os conceitos de Estado e Nação. Para o autor, pertencer a uma nação se constitui por uma autoidentificação com uma forma de vida e uma cultura; pertencer a um Estado acontece por submissão a uma autoridade e ao sistema que estabelece.

Villoro (1998) apresenta opinião semelhante a de Ernest Renan ao afirmar que a nação compartilha crenças, têm em comum a língua, a tecnologia, ritos e crenças religiosas, saberes científicos, instituições sociais, regras consensuais e rituais cívicos que mantêm e determinam o comportamento coletivo. A cultura nacional oferece aos indivíduos um sentido de pertencimento, de reconhecer-se no outro. Uma nação, assevera Villoro, é um âmbito compartilhado de cultura: “La especificidad de una nación se expresa en la idea que sus miembros tienen de ella, esto es, en la manera de narrar su historia” (1998: 14).

¹⁰¹ Texto de uma conferência pronunciada por Enerst Renan, em 11 de março de 1882, na Sorborne e traduzido por Samuel Titan Jr. *Revista Plural*; Sociologia USP, S.Paulo, 4: 154-175,1.sem.1997. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5289331/mod_resource/content/1/O%20que%20%C3%A9%20uma%20na%C3%A7%C3%A3o.pdf (consultado em 13/08/2020).

Aliada a essa questão, Stuart Hall reconhece, ainda, que é o sentimento de pertencimento que dá sentido à vida das pessoas, quando afirma que:

todas identidades estão localizadas no espaço e tempo simbólicos. (...) geografias imaginárias: suas paisagens características, seu senso de “lugar”, de “casa/lar” (...) bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação que conectam o indivíduo a eventos históricos nacionais mais amplos, mais importantes (2000: 45).

É importante assinalar que, neste contexto, as identidades locais, regionais e comunitárias tornam-se mais significativas para os cidadãos do que os estados nacionais, por contarem com espaços que propiciam o cultivo de relacionamentos humanos atravessados por afetividade e solidariedade favorecedores de sentimentos de pertencimento, de identidade.

À luz desses dados, infere-se que mesmo que não se possa confundir as noções de cultura e de identidade cultural, como assegura Cuche (2002), cultura e identidade cultural mantêm uma estreita ligação, devido à autoimagem que o sujeito estabelece por meio do olhar do outro, e o intenso sentimento de pertencimento que se forma, quando o outro é a sua comunidade, a sua família. Por sua vez, as identidades nacionais não podem ser unificadas, uma vez que as nações pós-modernas são todas híbridas culturais, devido ao fenômeno da globalização, fenômeno social que submete as culturas nacionais a toda sorte de interação e intervenção.

A globalização pode ser compreendida como os processos “atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado” (Hall 2000: 67).

Sendo assim, a globalização está no centro da discussão entre os fenômenos mais investigados, analisados e descritos do cenário mundial da contemporaneidade. Uma das características determinantes da globalização, a ter efeito sobre as identidades culturais, é a compressão tempo – espaço, já que com o desaparecimento das fronteiras, sente-se que as distâncias estão mais curtas, e os acontecimentos atingem rapidamente sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância. Essa compressão tempo–espaço impacta diretamente as identidades, na medida em que “o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação” (Hall 2000: 70).

Convém chamar a atenção, como argumenta Boaventura de Sousa Santos em “Para uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos” (2001), que “Uma das transformações mais frequentemente associadas à globalização é a compressão tempo – espaço, ou seja, o processo social pelo qual os fenômenos se aceleram e se difundem pelo globo”. Desta forma, o processo correlaciona situações e condições bastante diferenciadas e, sendo assim, não pode ser analisado “independentemente das relações de poder que respondem pelas distintas formas de mobilidade temporal e espacial” (2001: 12). O autor complementa a ideia:

Por um lado, existe a classe capitalista transnacional, aquela que realmente controla a compressão tempo – espaço e que é capaz de transformá-la a seu favor; por outro, as classes e grupos subordinados, como os trabalhadores migrantes e os refugiados que, nas duas últimas décadas, têm efetuado bastante movimentação transfronteiriça, mas que não controlam, de modo algum, a compressão tempo – espaço (2001: 12).

Neste contexto, Santos (2001) assegura que a globalização deve ser sempre considerada no plural e distingue quatro modos de produção da globalização, os quais em sua concepção dão origem a quatro formas de globalização, a saber: *o localismo globalizado* que consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso e cita como exemplos a transformação da língua inglesa em língua franca, a globalização do *fast food* americano ou da sua música popular. À segunda forma de globalização denominada *globalismo localizado* afirma “trata-se do impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, as quais, por essa via, são desestruturadas e reestruturadas de modo a responder a esses imperativos transnacionais” (2001: 13) e aponta como exemplos dessa forma de globalização o uso turístico de tesouros históricos, lugares e cerimônias religiosas, artesanato e vida selvagem. Sobre esse tema Santos reforça que:

A divisão internacional da produção da globalização assume o seguinte padrão: os países centrais especializam-se em localismos globalizados, enquanto aos países periféricos cabe tão somente a escolha de globalismos localizados. O sistema mundo é uma trama de globalismos localizados e localismos globalizados (2001: 13).

Neste ponto, é necessário, ainda, registrar os outros dois processos, que, segundo Santos (2001), não podem ser caracterizados nem como localismos globalizados, nem como globalismos localizados. Nesta direção, nomeia o primeiro como *cosmopolitismo*

e o segundo como *o patrimônio comum da humanidade*. Para Santos, o cosmopolitismo refere:

As formas predominantes de dominação não retiram dos Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais subordinados a oportunidade de se organizarem transnacionalmente na defesa de interesses percebidos como comuns, e de usarem em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial (2001: 14).

Nessa perspectiva, aponta como exemplos de atividades cosmopolitas as Organizações Não-Governamentais (ONG), organizações transnacionais de direitos humanos, entre outras. Por fim, apresenta o segundo processo, designado de *patrimônio comum da humanidade* que, de acordo com Santos, “trata-se de temas que apenas fazem sentido quando reportados ao globo na sua totalidade” (2001: 14) como a sustentabilidade da vida humana na terra, a proteção da camada de ozônio, a preservação da Amazônia, da Antártida, entre outros.

Nesse sentido, Santos (2001: 15) alerta para uma distinção pertinente que considera entre globalização de-cima-para-baixo e globalização de baixo-para-cima ou entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica: “O que eu denomino localismo globalizado e globalismo localizado são globalizações de-cima-para-baixo; cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade são globalizações de-baixo-para-cima” (2001: 15).

Vista desta forma, no centro do processo da globalização, forças dialéticas intervêm, continuamente, uma esforçando-se pela manutenção da autonomia nacional e a permanência de um Estado central forte; a outra instigando a participação do poder central na rede mundial supranacional. Em outros termos, isto significa que os indivíduos vivem também estas forças dialéticas da *Tradição* e da *Tradução*, utilizado por Robins em *A identidade Cultural na Pós-Modernidade* (Hall 2000), que se traduz na conservação de suas raízes, tentando recuperar à sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas, ao mesmo tempo em que buscam a transferências de sistemas simbólicos que aceitam as identidades como sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença (Robins *apud* Hall 2000: 87). Assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou puras e que possibilitem intensificação do seu próprio desenvolvimento social e cultural.

Uma das implicações da globalização é a desintegração das identidades nacionais, que, submetidas à pressão homogeneizadora dos meios de comunicação

internacionalizados, estão perdendo a singularidade ao mesmo tempo em que as identidades locais são reforçadas. Hall (2000) justifica que a tendência em direção a uma maior interdependência global leva ao colapso de todas as identidades culturais fortes, produzindo uma fragmentação de códigos culturais, com traços de culturas locais a ser absorvidos pela cultura massiva que, pela sua própria dinâmica, exige constante inovação. Em outros termos, isso significa que o pós-moderno global provoca resistências em grupos locais, que se fortalecem e trabalham com dedicação pelo cultivo de culturas particularizadas “À medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (Hall 2000: 74).

Uma vez que identificações globais se deslocam por todo o mundo, não há identidade nacional unificada e fixa que não seja superada ou até mesmo apagada. Ainda sobre essa questão Hall afirma:

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição*, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado. As formações de identidade atravessam e intersectam as fronteiras naturais, de forma que pessoas que retêm fortes vínculos com (...) suas tradições (...) são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. (...) não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas (...) culturas híbridas. (...) As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia (Hall 2000: 89).

A globalização traz, portanto, como consequência, a urgência de novos poderes, que, segundo Villoro (1998), transcendem as estruturas estatais, obrigando os Estados nacionais a se adaptarem e se submeterem em muitas áreas, forçadas a abrir mão de sua soberania para se integrarem nos fluxos da mundialização; em outros termos, ser globalizador ou globalizado é questão de poder, isto é, algumas sociedades têm o poder de globalizar a sua cultura e outras são “vítimas” dessa globalização, em maior ou menor grau, quando são “tragadas” pela globalização, ou em menor grau, quando conseguem rearticular o global e transformá-lo em local. A tensão entre as identidades locais e as mundializadas é vivida no cotidiano, facilmente observada através das mais diversas manifestações.

Vive-se em um período em que há necessidade de vínculos identitários ou de reforçar os já existentes, pois a globalização, em vez de homogeneizar a cultura e os hábitos, permite o afloramento e o reforçamento de determinadas identidades. O que se percebe é que em vez de a globalização incentivar e ser determinante num processo de homogeneização da cultura por permitir o acesso às mais variadas formas de conhecimento, ela estimula a procura e a necessidade de outros contextos identitários.

No que concerne ao espaço global, ao mesmo tempo que estimula os processos de contato entre culturas e economias diversificadas, também corrobora para o aparecimento de diversas formas de localismo, que, muitas vezes, resultam na construção de novas referências simbólicas ou mesmo da reelaboração de antigas. A esse respeito, Hall (2000) assegura que as identidades nacionais e outras identidades locais ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização. A valorização dos referenciais locais, em oposição à globalização, salienta a importância e a sustentação de identidades que oportunizam as pessoas a referência ao seu lugar e ao seu grupo de pertencimento. Concebe-se, portanto, a identidade como um valor que pode dar sentido tanto à vida de um sujeito como a de um povo. Verifica-se que a globalização na pós-modernidade está causando transformações culturais e sociais de grande alcance nos modos de viver e nos valores essenciais da vida dos sujeitos e de seus grupos.

A globalização intervêm portanto, nos processos de construção identitária visto que resulta na circulação ampla de pessoas, mensagens, capitais, ideologias, assim a identidade já não pode ser entendida e definida somente em relação a uma comunidade nacional. Torna-se híbrida, constituída por todos esses referenciais que circulam facilmente. Néstor Canclini, na obra *Consumidores e Cidadãos* (2006), afirma que “hoje a identidade, (...), é poliglota, multi-étnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas” (2006: 131), e sendo assim, não deve ser associada a nacionalidades ou a uma essência original. Constitui-se em um processo que transcende esses limites.

Nesta linha de ideias, tanto Hall (2000) como Canclini (2006) concordam que a globalização provoca a hibridização das identidades, que se constituem a semelhança de um mosaico cultural:

A identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, as vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença (Hall 2000: 21).

Isso significa que as nações deixaram de ser os referenciais fundamentais sobre os quais os processos identitários se alicerçam, todavia continuam a existir e a possibilitar os seus discursos culturais para constituição dessas identidades. Para Canclini, essa realidade “diminuiu a importância dos referenciais tradicionais de identidade” (2006: 130), pois a identidade deve ser pensada de forma articulada com a transnacionalização e a interculturalização produzidas pelas manifestações globalizadoras. Desta forma a noção pós-moderna revela a identidade da seguinte forma:

Não como uma essência intemporal que se manifesta, mas como uma construção imaginária que se narra. A globalização diminui a importância dos acontecimentos fundadores e dos territórios que sustentavam a ilusão de identidades a-históricas e ensimesmadas. Os referente de identidade se formam, agora, mais do que nas artes, na literatura e no folclore – que durante séculos produziram os signos de distinção das nações, em relação com os repertórios textuais e iconográficos gerados pelos meios eletrônicos de comunicação e com a globalização da vida urbana (Canclini 2006: 117).

A identidade se mostra, contudo, como um processo constantemente influenciado pelas culturas nacionais e constituídos pelos processos globalizadores, fundados na provisoriedade e instabilidade, que se transforma a cada momento. A questão da identidade denota-se complexa, revelando a teia intercultural e transnacional que a envolve e interfere em sua formação. Diante de tal complexidade, tanto Hall (2000) como Canclini (2006) concordam que as identidades hoje são “processos de negociação, na medida que são híbridas, dúcteis e multiculturais” (Canclini 2006: 138), são móveis, abertas e flexíveis. Para Hall, “Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (2000: 39).

Em “Quem precisa da identidade?” (2014), Stuart Hall considera mais pertinente o termo identificação por este ressaltar a instabilidade das identidades, sendo que o termo ecoa de forma mais objetiva para traduzir a condição das identidades pós-modernas, sujeitas constantemente a influências exteriores-sociais e culturais, como um processo em curso, continuamente em fase de acabamento:

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma saturação, uma sobredeterminação, e não uma subsumção. (...) E uma vez que, como um processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”.

Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui (2014: 106).

É necessário compreender a identidade, imbricada ao campo semântico da provisoriedade, do não finalizado, do não concluído, na acepção do não enquadrável em uma moldura demarcada, pois está sempre em fase de acabamento, em processo de andamento, fluida e cambiante. A identidade é fundamentada na ordem cultural, em um sistema complexo de interação e articulação com o externo, com a alteridade. Os referidos sistemas de interação e articulação no qual se desenvolvem os processos identitários, apontam para elaboração discursiva das identidades pós-modernas: os discursos culturais servem de âncoras no processo de identificação. A identidade é uma produção discursiva e ganha força por meio a linguagem (Hall 2014: 109); neste mesmo sentido, Canclini (2006) concorda com Hall (2014) quando afirma que “a identidade é uma construção que se narra” (2006: 129).

Em virtude da construção discursiva da identidade considera-se relevante recorrer ao conceito de memória: é necessário examinar o passado para narrar-se, para edificar uma identidade, para constituir-se como indivíduo perante o outro, estabelecendo-se dentro do grupo. Joel Candau em *Memória e Identidade* (2019), afirma que não há identidade sem memória nem tampouco memória sem identidade. As duas estão diretamente ligadas e entrelaçadas, já que “Não há busca identitária sem memória e, inevitavelmente a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente (2019: 19). Logo, esse é o elo que conecta a identidade à memória e torna crível a afirmação de Candau de que “a memória é a identidade em ação” (2019: 18).

4.3 Memória Individual e Memória Coletiva

Os estudos da memória são relativamente recentes nas Ciências da Cultura. É somente a partir de 1980 que emergiram as primeiras publicações aplicadas à elaboração conceitual e a investigação de fenômenos e processos culturais relacionados com a perspectiva, não apenas biológica mas comunicativa e cultural da memória. As primeiras contribuições teóricas devem-se aos autores que são considerados precursores para o desenvolvimento da área no século XX, Maurice Halbwachs e Pierre Nora, que se dedicaram sobretudo à dimensão coletiva e cultural da memória.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs, em sua obra publicada inicialmente com o título original *la Mémoire collective* (1968) e traduzido para *A Memória Coletiva* (2006), distingue memória coletiva e memória individual. Apresenta a ideia de memória coletiva, elaborada a partir das influências que o indivíduo recebe do meio social no qual se encontra inserido. Em suas investigações, dirige-se não apenas para memória em si, mas para os quadros sociais da memória.

Para o autor, as duas memórias se “interpenetram com frequência”, visto que a memória individual assimila sucessivamente todas as contribuições que lhe são externas – advindas da memória coletiva – apropriando-se desses elementos para integrar eventuais hiatos e tornar as lembranças individuais mais precisas. A memória individual é influenciada pela coletiva:

Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (2006: 72).

Isto significa que para se recordar de um fato passado, não basta apenas que este seja evocado por outros indivíduos para que se possa lembrá-lo. É necessário que o indivíduo tenha consigo uma espécie de semente de rememoração, para que assim esses conjuntos de testemunhos externos se convertam em um bloco substancial de lembranças. Quando decorre do indivíduo não se recordar do fato narrado por aqueles que, assim como ele, estiveram presentes na ocorrência do mesmo, pode-se então afirmar que um elo fragmentou-se entre o indivíduo e o grupo no qual estavam inseridos.

Assim, para se recordar, é necessário que o pensamento não deixe de corresponder, em certo sentido, com os pensamentos dos outros integrantes do grupo. Dessa forma, afirma o autor, esquecer certo período da vida é também cessar o contato com aqueles inseridos no grupo. Halbwachs (2006) afirma que:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (2006: 39).

Para o autor, ao lado de uma memória coletiva pode-se identificar outra aparentemente individual, como afirmou Jean Duvignaud no prefácio à obra de Halbwachs (2006): “a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contigência aproxima por um instante. A rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos” (2006: 12).

A memória individual deve ser compreendida, assim, como um ponto de vista sobre a memória coletiva, porém esta pode se modificar de acordo com o lugar que ocupa em um determinado grupo e condicionado às relações que são mantidas com outros ambientes, “a memória coletiva contém as memórias individuais” (2006: 72), mas não se confunde com elas, como acontece quando determinadas lembranças individuais a invadem, estas modificam o seu aspecto na medida que “são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal” (2006: 72). Quanto à memória individual, Halbwachs afirma que:

Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (2006: 72).

Por outro lado o filósofo francês Henri Bergson, em *Matéria e Memória* (2006), versa sobre a questão da memória, a partir da perspectiva estritamente individual, inferindo que há dois tipos de memória, as quais caminham *pari passu*, apoiando-se mutuamente. Para o autor, uma imagina e a outra repete. Uma seria a memória da lição, a que é aprendida, adquirida pela repetição de um esforço, resultado de um hábito. A outra é a lembrança de um acontecimento, é uma representação. Essa memória “registraria, sob a forma de imagens-lembranças, todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam” (2006: 88). Mas do que meramente conservar o passado, essa memória o encena, “prolonga seu efeito útil até o momento presente” (2006: 89). Perante essa forma de memória estão retidas as lembranças espontâneas, registradas naturalmente; para Bergson, essa seria a memória propriamente dita, a qual é “Coextensiva à consciência, ela retém e alinha uns após outros todos os nossos estados à medida que eles se produzem, dando a cada fato seu lugar e conseqüentemente marcando-lhe a data, movendo-se efetivamente no passado definitivo” (2006: 177).

Desse modo, Bergson considera que o indivíduo preserva o passado sob a forma de imagens, que tornam-se imagens-lembranças. O autor entende por imagem “uma existência situada a meio caminho entre a “coisa” e a “representação” (2006: 2), em outros termos, a imagem não é o objeto e também não é a representação desse objeto. E a lembrança, assim como a imagem, “representa precisamente o ponto de interseção entre o espírito e a matéria” (2006: 5). Alicerçado nessas definições, o autor compreende que não se pode falar em acúmulo de lembranças, visto que o indivíduo não armazena o seu passado sob a forma de lembrança em um compartimento do seu cérebro, o que indica que a memória seria um agrupamento de ideias e ao corpo não compete amontoar lembranças “mas simplesmente escolher, para trazê-la à consciência distinta graças à eficácia real que lhe confere, a lembrança útil, aquela que completará e esclarecerá a situação presente em vista da ação final” (2006: 209).

Já Candau (2019), tal como Bergson (2006), constrói a sua teoria a partir da perspectiva individual da memória. Candau compreende que “a única faculdade de memória realmente testada é a memória individual” (2006: 24) e justifica a sua aceção, definindo o que entende por memória coletiva: “a expressão “memória coletiva” é uma *representação*, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (2019: 24).

Em *Antropologia de la Memoria* (2006), Joel Candau elucida a sua posição teórica posicionando-se acerca da noção de memória coletiva postulada por Halbwachs (2006). O autor compreende que é mais apropriado pensar em marcos sociais da memória e não em memória coletiva e, desta forma, reitera a sua perspectiva a respeito da memória individual e da memória coletiva:

Esta noción de marcos sociales de la memoria es mucho más convincente que la memoria colectiva. Parece indiscutible que ‘completamos nuestros recuerdos ayudándonos, al menos en parte, con la memoria de los otros’. La reconstrucción de un recuerdo pasa por la de las circunstancias del acontecimiento pasado y, por consiguiente, de los marcos sociales o colectivos entre los que se encuentra el lenguaje, el marco social que mayores restricciones presenta: las convenciones verbales, las simples palabras que la sociedad nos propone tiene un poder evocador y propocionan el sentido de esta evocación como, por otra parte, cualquier ideación (2006: 65).

Fundamentado na noção de marcos sociais da memória, concebida por Halbwachs, Candau afirma que não existe memória exclusivamente coletiva ou individual, já que os marcos sociais compõem a memória individual. Diante disso, o

autor confirma que “Halbwachs, sin embargo, tuvo el mérito de insistir en esa imposibilidad del hombre de usar la memoria fuera de la sociedad” (2006: 67). Assim, Candau concebe a memória humana como uma faculdade individual nortada ou influenciada por marcos sociais, contudo não torna a memória coletiva: “Estos marcos no son solamente un envoltorio para la memoria, sino que ellos mismos integran antiguos recuerdos que orientam la construccion de los nuevos” (2006: 65-65).

Considerando as dimensões de memória individual e marcos sociais, Candau (2019) propõe uma classificação das diferentes manifestações da memória à semelhança de Henri Bergson.

A primeira forma de memória, a protomemória, uma memória de baixo nível; constitui os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade; é a memória social incorporada, tal como se expressa, por exemplo, nos gestos, nas práticas e na linguagem, cujo exercício é realizado quase automaticamente sem um julgamento prévio “transmissão social que nos ancora em nossas práticas e códigos implícitos, costumes introjetados no espírito (Candau 2019: 22). Seria, assim, a memória hábito prostrado por Bergson.

Em seguida, tem-se a memória propriamente dita ou de alto nível. Trata-se da evocação ou recordação voluntária: “A memória de alto nível, feita igualmente de esquecimento, pode beneficiar-se de extensões artificiais que derivam do fenômeno geral de expansão da memória” (2019: 23), como os saberes enciclopédicos, as crenças, as sensações e os sentimentos, que se beneficiam da cultura de memória.

Por fim, Candau elenca a metamemória. Refere-se à “representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela, e de outro lado, o que diz dela, dimensões que remetem ao modo de afiliação de um indivíduo ao seu passado” (2019: 23). Esta última refere-se à construção identitária. É nessa representação que os marcos sociais atuam, situando o indivíduo em relação à sociedade.

Em suma, Candau propõe que a protomemória e a memória propriamente dita constituem faculdades individuais, portanto, não podem ser compartilhadas. Para o autor, somente a terceira memória, a metamemória, a que se refere a memória coletiva, pode ser compartilhada, pois compreende um conjunto de representações da memória.

De forma contundente, Halbwachs diferencia também a memória coletiva da memória histórica e ressalta as seguintes distinções: A memória coletiva “é uma corrente de pensamento contínuo”, enquanto a memória histórica “se tem a impressão

de que tudo se renova de um período a outro” (2006: 102); as memórias coletivas estão sempre no plural, dado que “existem muitas memórias coletivas”, isto é, são sempre no plural enquanto a memória histórica que se integra em muitas histórias, existe no singular “A história é uma e se pode dizer que só existe uma história” (2006: 105). A memória coletiva “é um painel de semelhança”, enquanto a memória histórica “é um painel de mudanças” (2006: 109). Sintetizando, Halbwachs infere que:

A história pode se apresentar como a memória universal da espécie humana. Contudo, não existe nenhuma memória universal. Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço. Não podemos reunir em um único painel a totalidade dos eventos passados, a não ser tirando-a da memória dos grupos que guardavam sua lembrança, cortar as amarras pelas quais eles participavam da vida psicológica dos ambientes sociais em que ocorreram, deles não reter somente o esquema cronológico e espacial (2006: 106-107).

A esse respeito, convoca-se o historiador francês Pierre Nora com o seu argumento sobre memória e história publicado no artigo “Entre memórias e histórias – A problemática dos lugares” (1993). A separação entre memória e história na sociedade contemporânea aponta significados bem delineados para o autor. A memória é tradição definidora, é viva e dinâmica, em permanente evolução, “é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (1993: 9). Nora ressalta que a memória é “ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora, e toda-poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e dos mitos” (1993: 8).

Já a história é o correspondente análogo, “é a reconstrução do que já não existe mais” (1993: 9), separando e selecionando os fatos. Enrijece, congela, e, acima de tudo, ceifa os momentos de memória, visto que, situa o passado como longínquo e enigmático, que deve ser sempre analisado, julgado e revisado. A história concebe uma identidade universal que necessita de ser absorvida em contraposição às diversas identidades dilaceradas, cada uma com sua memória específica. Considerando essas diferenças, Nora afirma que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga a continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história o relativo”:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos. (...) A memória é um

fenômeno sempre atual, um eleo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (...) a memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une (...) a história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal (1993: 9).

Por esta razão, para Nora, a memória existente é então história: “tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória. Tudo o que é chamado clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história” (1993: 14).

4.3.1 Lugares de Memória

Michael Pollack, no ensaio “Memória, Esquecimento, Silêncio” (1989), que mantém um diálogo constante com a obra de Halbwachs (2006), compreende a relação do homem com o passado em meio a conflitos entre a dimensão individual e a coletiva da memória, concordando com Halbwachs, contudo, no que respeita a observação de que a memória individual se produz na relação com o coletivo.

Pollack infere que a memória é uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar (1989: 9). No seu ensaio intitulado “Memória e Identidade Social” (1992), Pollack assinala três elementos constitutivos da memória individual ou coletiva, a saber: os acontecimentos vividos pessoalmente e os “vividos por tabela” (vividos pelo grupo ou pela coletividade), pessoas e personagens (encontradas no decorrer da vida, e de personagens que não perteceram ao espaço-tempo da pessoa) e, por fim, lugares (ligados a uma lembrança pessoal ou não ter apoio no tempo cronológico). Para o autor, a memória se estrutura em torno desses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, com os quais o sujeito pode ter tido contato direto ou indiretamente (1992: 201).

De maneira especial, Halbwachs aponta como é que os lugares desempenham um papel fundamental na construção da memória coletiva. Para o autor, os lugares que os indivíduos percorrem fazem-no lembrar de fatos ocorridos no passado e, assim, contribuem para a construção da memória coletiva, pois “não há grupo nem gênero de atividade coletiva que não tenha alguma relação com o lugar” (2006: 170).

Nesse ponto considera-se relevante referir Pierre Nora, autor que discorre sobre a necessidade moderna de eleger lugares para abrigar memórias, impor a certos espaços

ou objetos a tarefa de capturar a memória e deixá-la ali encerrada em si mesma para a qualquer momento ser despertada pelo homem.

Pode-se compreender os lugares de memória, de acordo com Nora (1993), a partir de três características que a constituem: o lugar de memória é material, físico, como as bibliotecas, os arquivos, os museus, as coleções, os monumentos, etc.; é funcional, pois possibilita a cristalização da lembrança e, por conseguinte, a sua transmissão; e é simbólico, dado que remete para um acontecimento vivido por um grupo minoritário de pessoas, que muitas vezes já não estão vivas e, mesmo assim, traz uma representação para uma maioria que não participou do acontecimento. Como observa Nora (1993): “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas, porque estas operações são naturais” (1993: 13).

Os lugares de memória se constituem essencialmente ao ser espaços em que a ritualização de uma memória-história pode suscitar lembranças de conteúdos simbólicos e de monumentos reveladores dos processos históricos e culturais, dos conflitos sociais, dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de um papel icônico. Contudo, “só é lugar de memória se a imaginação o investe de um papel simbólica (...) só entra na categoria se for objeto de um ritual” (1993: 21).

Nora ressalta que a memória moderna “é uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita” (1993: 15). São esses lugares, museus, arquivos, bibliotecas, memoriais, etc., que detêm a memória e que permeiam a relação do homem com seu passado, é como se a memória não fosse meio suficiente para possibilitar um diálogo direto entre passado e presente. É preciso um meio material que abrigue a memória, as lembranças, logo “os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (1993: 12). Ademais, Nora compreende que os lugares de memória desvirtuam a memória e a convertem em história, pois “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história (1993: 9):

São os rituais de uma sociedade, sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que desacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (1993: 13).

Sendo assim, Nora apresenta a sua categoria de “Lugares de Memória” como resposta a esse desejo de identificação do indivíduo contemporâneo. São nos grupos “regionais”, ou seja, sexuais, étnicos, comportamentais, de gerações, de gêneros dentre outros, que se busca alcançar uma memória viva e presente no cotidiano. O autor conceitua os lugares de memória como um misto de história e memória, momentos híbridos, pois não há mais como se ter somente memória, há a necessidade de se identificar uma origem, um nascimento, algo que relegue a memória ao passado, fossilizando-a de novo: “O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre. É colocando em evidência toda a extensão que dele nos separa que nossa memória confessa sua verdade como operação que, de um golpe a suprime” (1993: 19).

Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não têm referentes na realidade, eles são o seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro, o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história; espaço ou tempo, espaço e tempo de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa: “Nesse sentido o lugar de memória é um lugar duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (Nora 1993: 27).

4.3.2 Memória Cultural e Memória Coletiva

A memória tem duas bases: neural e social. Qualquer prejuízo ou dano nas funções neurais pode prejudicar ou mesmo destruí-la, afirmação de Jan Assmann no texto “O que é “Memória Cultural” (2006), que dialoga com o mesmo princípio para base social da memória postulado por Halbwachs (2006) e já tratado anteriormente, de que a memória só se desenvolve por meio da interação com outros indivíduos. A sua estrutura neural pode ser compreendida, como aponta Jan Assmann (2006), como o “equipamento da memória”, podendo ser mais ou menos desenvolvido e aprimorado através do treino, mas o seu conteúdo e o uso que se faz dele são mediados pela interação com os outros:

Tal como a consciência, a linguagem e a personalidade, a memória é um fenômeno social; no acto de recordar, não só descemos às profundezas da nossa vida mais íntima

como introduzimos uma ordem e uma estrutura a essa vida interior que são socialmente condicionadas e que nos ligam ao mundo social (2006: 87).

Nesse sentido, as mais íntimas memórias possuem os seus vínculos sociais, quer seja na dinâmica da transmissão, porque é interação, ou mesmo no que preexiste à sua transmissão, a recordação. Refere-se, portanto, à ordenação daquilo que nossas funções neurais preservaram. Lembrar é, pois, organizar e não resgatar o passado.

Jan Assmann, referindo-se à memória social, infere que há dois tipos de memórias que crescem e se acumulam internamente: a episódica e a semântica: “ou o que se pode ser também designado por memórias derivantes da experiência e da aprendizagem” (2006: 88). A primeira, refere-se às nossas experiências e está conectado ao que aprendemos e preservamos, já a semântica refere-se ao significado, carregada de sentidos. Estes sentidos, enquanto importância, estão associados ao mundo social. Sendo assim, a memória semântica é predominantemente social (2006: 88). O autor infere ainda, que a memória episódica é também social, porque é uma estruturação e ordenação dos dados neurais (2006: 88).

Esta estruturação a que o autor se refere, pode ser realizada de maneira “cênica” ou “narrativa”. A primeira, é mais voluntária e visualmente organizada, tende a ser incoerente e afastada do significado, revela âmbitos mais profundos da experiência psíquica, enquanto a segunda “narrativa” apresenta-se organizada linguisticamente e possui uma estrutura coerente e significativa (Assmann 2006: 88). A cênica para Halbwachs (2006) seria uma espécie de expressão inteiramente individual da memória, o que aniquilaria a relevância coletiva da memória. Sobre esse tema Jan Assmann infere que:

É por esta razão que é difícil, ou mesmo impossível, distinguir entre uma memória “individual” e uma “social”. A memória individual é sempre social num nível mais elevado, tal como o são, em geral, a língua e a consciência. Uma memória estritamente individual seria como uma língua privada, entendida apenas como uma pessoa, por outras palavras, um caso especial, uma exceção (2006: 89).

Aleida Assmann e Jan Assmann cunharam o conceito “memória comunicativa” para caracterizar o aspecto social da memória individual apontado por Halbwachs (2006). Jan Assmann em “Memória Comunicativa e Memória Cultural” (2008), expõe com muita clareza o conceito:

A memória comunicativa não é institucional; não é alicerçada em quaisquer instituições de aprendizagem, de transmissão ou de interpretação; não é cultivada por especialistas nem convocada ou celebrada em ocasiões especiais; não é formalizável ou estabilizável por quaisquer formas de simbolização material; vive na interação e comunicação cotidiana e, por esta mesma razão, tem uma profundidade temporal limitada, que normalmente não vai além dos oito anos, o leque de tempo que cobre três gerações em interação (2008: 119-120).

Este tipo de memória baseia-se na memória cotidiana e pertence ao espaço intermediário entre os indivíduos, resultante das interações sociais; as emoções têm um papel de relevância nesse processo já que “o amor, o interesse, a afinidade, os sentimentos de ligação, o desejo de pertença, mas também o ódio, a inimizade, a falta de confiança, a dor, a culpa e a vergonha – são sentimentos que nos ajudam a definir as nossas memórias e a proporcionar-lhes um novo horizonte” (Assmann 2008: 89).

A questão emocional da memória comunicativa é tão relevante que um indivíduo pode se identificar com histórias e quadros temporais que lhe são inteiramente alheios, pelo simples desejo de atenção, socialização ou identificação a um grupo. É este desejo de pertença que está sempre ativo em cada memória. Fala-se, portanto, da função da própria memória: a socialização.

Por sua vez, o termo memória cultural foi cunhado por Aleida Assmann e Jan Assmann para designar a memória que permanece em base viva em uma sociedade a longo prazo e distingue-se da memória comunicativa, postulada pelos autores para delinear a diferença entre o conceito de memória coletiva de Halbwachs e a memória cultural.

Nesses termos a memória cultural é uma forma de memória coletiva, pois é partilhada por um conjunto de pessoas conferindo-lhes uma identidade coletiva, isto é, cultural. Jan Assmann justifica essa decomposição do conceito de memória coletiva, pois Halbwachs manteve o conceito de memória coletiva afastado do campo das transmissões e transferências, negando-se a seguir um pouco mais e chegar aos marcos simbólico e cultural da memória que os Assmann incluíram no termo cultural. Para Halbwachs (2006), transpor essa fronteira era inviável, posto que o que estava além da fronteira era tradição e oposição para o que considerava memória, assim Jan Assmann modifica esta concepção e renova o conceito de tradição.

Na memória cultural há uma continuidade entre o simbólico e a recordação, constituída por heranças simbólicas materializadas em monumentos, documentos, ritos, celebrações, objetos, textos, escrituras e outros suportes mnemônicos, que podem ser

um espaço de recordação, um sistema de marcas no qual o indivíduo viva, como em uma sociedade de aprendizagem de memória e cultura. A memória cultural possibilita ao indivíduo orientar-se pelos espaços da recordação. Em síntese, a memória cultural está relacionada com temporalidades distintas da memória comunicante. Como é usual nas pesquisas das oralidades, esta não pode ultrapassar os oitenta ou cem anos, a distância temporal até aonde a memória encarnada pode chegar (Assmann 2006: 109). Este é um tipo de passado que acompanha o indivíduo, o qual se transmite e mantém presente.

4.4 Patrimônio Cultural

Situa-se na Renascença a origem pelo interesse pela patrimonialização associado à formação de coleções privadas de antiguidades e a ordenação dos gabinetes de curiosidades¹⁰² derivada da intensa atividade de recolha e de compilação de informações que caracterizou o supracitado período. Françoise Choay, em *O Patrimônio em Questão* (2011) afirma que “Entre o século XVI e as primeiras décadas do século XVII, os antiquários europeus realizaram um formidável trabalho coletivo de inventário e de estudo acerca de todas as categorias de antiguidades”¹⁰³ (2011: 18).

Pedro Paulo Funari enfatiza, na obra *Patrimônio Histórico e Cultural* (2006), que o patrimônio moderno deriva de uma forma ou de outra, do antiquariado, que, aliás, nunca deixou de existir e perdura até hoje, na forma de colecionadores de antiguidades. Para este autor, “a preocupação com o patrimônio rompe com as próprias bases aristocráticas e privadas do colecionismo e, resulta de uma transformação profunda nas sociedades modernas, com o surgimento dos Estados Nacionais” (2006: 10). Entre os séculos XVIII e XIX, a noção de patrimônio cultural associou-se a nação, com a escolha daquilo que representasse a nacionalidade, na forma de monumentos, edifícios, ou outras formas de expressão.

Porém, foi na França, no final século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, no seio de violências e lutas civis, com a destruição dos fundamentos do antigo reino,

¹⁰² Tradição medieval, coleções privadas da elite eram repletas de livros, mapas, instrumentos óticos, manuscritos, gemas, pedras, relíquias, porcelanas, pinturas, esculturas, fósseis, ossos, animais empalhados, objetos trazidos das terras além-mar, objetos etnográficos e arqueológicos, entre outros. Disponível em <https://medium.com/museus-e-museologia/os-gabinetes-de-curiosidade-e-o-renascimento-d85eb3f34ff3> (consultado em 20/03/2020).

¹⁰³ Derivado do substantivo plural *antiquitates* para designar o conjunto das produções antigas da romanidade. Segundo a mesma etimologia, os eruditos e os sábios que se dedicam aos estudos da antiguidade serão chamados “antiquários”. (Choay 2001: 18).

considerado como tendo vestígios de um passado corrupto, que se desenvolveu o moderno conceito de patrimônio, ampliando o seu significado, do privado, dos bens de uma pessoa, ou de um grupo de pessoas – a nobreza –, para o conjunto de cidadãos. Esta destruição, vista como bárbarie cega, segundo Clara Bertrand Cabral em *Património Cultural e Imaterial, Convenção da UNESCO e seus Contextos* (2011), é reconhecida como a gênese do atual conceito de patrimônio, uma vez que:

a distinção consciente entre o que deve e o que não deve ser preservado, a conservação dos objetos patrimoniais em museus apartados da sua funcionalidade original, a atribuição de significado simbólico a determinados tipos de bens, são características de uma visão contemporânea de património cujas origens remontam a este período (2011: 14).

Apesar do termo patrimônio ter sido frequentemente utilizado durante a Revolução Francesa, devido à ambiguidade do termo foi rapidamente abandonada, passando a ser utilizada a designação “monumento”. A diferenciação entre “monumento” e “monumento histórico”, de acordo com Choay (2011: 11), foi definida inicialmente em 1903 e denota-se que o primeiro caracteriza-se pela sua função identificatória, constitui-se como um objeto cultural universal cuja criação intencional tem a função de provocar a memória coletiva, ao passo que a segunda, refere-se a uma construção intelectual, uma reconstituição proveniente da conservação sistemática realizada a partir de teorias e conceitos oriundos da história e da história da arte, fundando-se a sua legitimidade no saber erudito e especializado (Choay 2011: 14).

Assim, para Choay, o “monumento” tem como objetivo, fazer reviver o passado no presente, “lembrar a memória”, caracterizando-se pela sua função mnemônica e identitária e tendo por vocação “ancorar as sociedades humanas em um espaço natural e cultural, e na dupla temporalidade dos humanos e da natureza” (2011: 12); o “monumento histórico” por seu turno, não se volta para a memória viva, é aquele “escolhido de um *corpus* de edifícios preexistentes, em razão do seu valor para a história (seja de história factual, social, econômica ou política, de história das técnicas ou de história da arte...) e/ou de seu valor estético (2011: 13-14)”. Estritamente relacionado com os eventos pretéritos, o “monumento histórico” só é compreensível, mediante uma elaboração intelectual e uma sensibilidade estética para ser compreendido e apreciado na sua totalidade.

Choay, no livro *Alegoria do Patrimônio* (2001), destaca que até ao final da II Guerra Mundial, a categoria dos monumentos históricos manteve-se inalterado

abrangendo três categorias: remanescentes da antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos (2001: 12). É somente a partir dos anos cinquenta que o paradigma patrimonial modifica-se para incorporar todas as formas distintas de construções como as “eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, públicas e privadas, suntuários e utilitários” (2001: 12). A perspectiva elitista e oficial do patrimônio amplia-se para assim incluir as construções privadas não monumentais, as construções vernaculares, os aglomerados de edificações e a malha urbana (2001: 12-13). Talvez seja a essa dilatação de tipologias, que a partir dos anos sessenta, o termo “patrimônio” se difunde em substituição da expressão “monumento histórico” que de forma rápida deixa de ser utilizada (2011: 26).

O fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ambas em 1945, foi um marco essencial para promover reflexões pacíficas de desenvolvimento, particularmente nas áreas das Ciências Naturais, Humanas e Sociais, da Cultura e da Comunicação, da Educação e da Informação. Porém antes mesmo da criação destas organizações, em 1931, aconteceu a primeira *Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, a Carta de Atenas*¹⁰⁴, que marca o começo das formulações intergovernamentais, a nível internacional, de diretrizes voltadas para a proteção e conservação do patrimônio cultural.

Sem dúvida, tanto a *Carta de Atenas*, como posteriormente, em 1964, a *Carta de Veneza*¹⁰⁵, ao defender que a humanidade considera determinados monumentos como um patrimônio comum e reconhece a responsabilidade coletiva pela sua salvaguarda para as gerações futuras, são tidas precursoras de um processo de mundialização do patrimônio que se considera ter tido início em meados do século XX.

A primeira *Convenção* relativa ao patrimônio mundial, cultural e natural foi adotada pela Conferência Geral da UNESCO em 1972. Subscrita por mais de 150 países, e baseada no reconhecimento da relevância da diversidade, a *Convenção para a*

¹⁰⁴ A Conferência assistiu à exposição dos princípios gerais e das doutrinas concernentes à proteção dos monumentos. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf> (consultado em 20/09/2020).

¹⁰⁵ A Conferência aconteceu no II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, 1964. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf> (consultado em 20/09/2020).

Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural ¹⁰⁶ considera que os sítios declarados como patrimônio da humanidade, pertencem a todos os povos do mundo. Nos seus Art. 1° e 2°, são contemplados como patrimônio cultural e patrimônio natural:

- Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural:
- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
 - os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
 - os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.
- Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio natural:
- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,
- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (UNESCO 1972).

Cabe reconhecer que esta *Convenção* tinha como objetivo promover a identificação, preservação e proteção do patrimônio material da humanidade (natural, arqueológico, edificado, paisagístico e artístico) e desde então, a referida *Convenção* vem alicerçando os instrumentos mais relevantes das políticas públicas de proteção dos bens patrimoniais.

Da *Convenção* de 1972 à atualidade deu-se um amplo salto relativo ao entendimento do conceito de patrimônio cultural. Por meio de um processo evolutivo, foi-se integrando novas perspectivas ao patrimônio, atribuindo-lhe maior complexidade. Por conseguinte, uma concepção antropológica do patrimônio cultural que compreende tanto as expressões imateriais (como os saberes e os fazeres, tradição oral, entre outros) como os monumentos, assim como o contexto social e cultural, nos quais se inserem, colaborou, em certa medida, para se atingir uma noção mais ampliada e diversificada de patrimônio.

¹⁰⁶ Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao1972%20-%20br.pdf> (consultado em 20/09/2020).

É neste contexto de alargamento do conceito de patrimônio cultural que vai se alicerçar os esforços empreendidos pela UNESCO para criar um instrumento de proteção do “Patrimônio Cultural Imaterial”. Entre as iniciativas propostas por esta organização, visando a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) ressalta-se, no presente estudo, as mais importantes, entre elas: a *Recomendação para Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*¹⁰⁷ (1989), a criação e a divulgação do programa *Tesouros Humanos Vivos*¹⁰⁸ (1993) e, por último, em 1998 a implementação da *Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade*¹⁰⁹.

No contexto da 25ª reunião da *Conferência Geral da UNESCO*, em Paris, 15 de novembro de 1989, foi aprovada a *Recomendação para Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, o primeiro documento normativo de enquadramento internacional dedicado à proteção do Patrimônio Cultural Imaterial, que apresenta uma definição para cultura popular:

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas sobre a tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos, e reconhecidas como respondendo às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social, das suas normas e valores transmitidos oralmente, por imitação ou por outros meios. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitectura e outras artes (UNESCO 1989: 2-3).

A *Recomendação* criou um relevante precedente no reconhecimento do patrimônio imaterial, incentivou a cooperação internacional e apontou alguns caminhos na estruturação de medidas legislativas e administrativas para identificação, preservação e a divulgação deste patrimônio; porém, segundo Ana Carvalho, em *Os Museus e o Patrimônio Cultural Imaterial. Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas* (2011), foi adaptada por poucos países e acabou por não causar um impacto significativo: “Fosse por não ter o peso de uma Convenção, fosse pelas vicissitudes políticas e culturais da época, a verdade é que poucos países mostraram interesse em implementar esse documento e respectivos princípios orientadores” (2001: 34).

¹⁰⁷ Para maior aprofundamento ver: *Recomendação para Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*. Disponível em http://mapacultural.es.gov.br/files/agent/27797/rec_para_a_salvaguarda_da_cultura_tradicional_e_popular.pdf (consultado em 20/09/2020).

¹⁰⁸ Para maior aprofundamento ver: *Tesouros Humanos Vivos*. Disponível em <https://ich.unesco.org/doc/src/00031-EN.pdf> (consultado em 20/08/2020).

¹⁰⁹ Para maior aprofundamento ver: *Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade* <https://cvunesco.org/cultura/direitos-autorias/15-cnu/cultura/378-patrimonio-cultural-imaterial> (consultado em 20/08/2020).

Contudo, considera-se um documento referencial para a estabilização deste conceito no âmbito das políticas nacionais de patrimônio.

A partir da década de noventa, as reflexões acerca da proteção do Patrimônio Cultural Imaterial ganham uma nova dimensão com a necessidade de preservar e transmitir conhecimentos. Na busca por instrumentos de tutela deste patrimônio, a UNESCO apresentou aos estados-membros, o Projeto *Tesouros Humanos Vivos*, inspirado na tradição japonesa e sul-coreana, projeto que teve como propósito a preservação e a continuidade das tradições orais ameaçadas de desaparecimento, que com o reconhecimento e o apoio oficial possibilita aos praticantes de expressões culturais, condições de reprodução e de transmissão de geração em geração. Para aqueles que obtêm o reconhecimento público, é concedido um auxílio financeiro e incentivo, inclusive fiscal, para desenvolverem os seus saberes e fazeres, técnicas e transmissão de conhecimentos tradicionais e autorização do registro de seu conhecimento. O programa foi adaptado por vários países signatários da *Convenção* de 1972 e incluído em várias políticas nacionais e estaduais de cultura, como será visto mais a frente.

Por último, retomando as iniciativas da UNESCO para criar um instrumento de proteção do Patrimônio Cultural Imaterial, descrito neste estudo, têm-se a *Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade*, assinada em junho de 1997 em Marrocos, tendo sido dada especial atenção às atividades relacionadas com o Patrimônio Cultural Imaterial. De acordo com a UNESCO, a *Proclamação* tinha como objetivos:

- a) promover a sensibilização para a importância do patrimônio oral e imaterial e da sua salvaguarda;
- b) Avaliar e listar o patrimônio oral e imaterial;
- c) Encorajar os países a estabelecer inventários nacionais e a adotar medidas administrativas para a proteção do seu patrimônio oral e intangível;
- d) Promover a participação de artistas e executantes locais na identificação e revitalização do patrimônio cultural e imaterial (UNESCO 2006: 4).

A *Proclamação* gerou muitas reflexões concernentes às definições de “patrimônio oral e imaterial” e de “obras primas” bem como os parâmetros utilizados na avaliação dos bens, os procedimentos de aplicação do programa, o modo de financiamento, à alocação de recursos humanos e as práticas de acompanhamento. Foram também definidas duas categorias de bens: As formas de expressão cultural

popular e os espaços culturais, definidos posteriormente como: “lugares em que as atividades populares e tradicionais se encontram concentradas” (UNESCO 2006: 4). Para serem consideradas obras-primas, as manifestações requerentes eram selecionadas baseadas em seis critérios:

- i) Possuir um valor excepcional como obra-prima do gênio criativo da Humanidade;
- ii) Fundar-se na tradição cultural ou na história cultural da comunidade em causa;
- iii) Desempenhar um papel importante na afirmação da identidade da comunidade causa;
- iv) Possuir um caráter de excelência na aplicação de saberes-fazer e nas técnicas
- iv) Constituir um testemunho único de uma tradição cultural viva;
- vi) Estar ameaçada de desaparecimento devido a uma salvaguarda da deficiente ou a processos rápidos de mudança (UNESCO 2006: 4):

As proclamações das obras primas foram realizadas a cada dois anos, consubstanciando três edições. Na primeira, realizada em 2001, foram proclamadas dezenove obras-primas, seguindo-se duas outras edições, em 2003, com vinte e oito manifestações selecionadas e em 2005, última edição, com quarenta e três manifestações, constituindo um total de noventa obras-primas¹¹⁰.

Este programa contribuiu de forma contundente para assegurar um reconhecimento mais ampliado do Patrimônio Cultural Imaterial, ressaltando a necessidade iminente de o salvaguardar. Ana Carvalho (2011) considera que apesar do programa não ter sido completamente isento de polêmicas por parte de alguns autores como Richard Kurim em “La salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial en la Convencion de la UNESCO de 2003: una valoración crítica” (2004: 71), ao considerar que os critérios de seleção indicam problemas práticos e conceituais e Mariannick Jadé em *Patrimoine immatériel: perspectives d'interprétation du concept de patrimoine* (2006: 117), que critica o fato das expressões culturais figurarem em listas podendo levá-las de forma inevitável a sua “fossilização”, este foi um dos programas da UNESCO que alcançou maior relevância no âmbito da salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, revelando-se de forma positiva uma maior conscientização internacional sobre a importância deste patrimônio, Além disso, assegura Ana Carvalho “este programa foi um campo de experimentação frutífero para criação da futura Convenção” (2011: 42).

¹¹⁰ O Comitê se reúne anualmente para avaliar as candidaturas e decidir se deve ou não inscrever essas práticas culturais e expressões do patrimônio imaterial nas listas da Convenção. Disponível em <https://ich.unesco.org/en/lists> (consultado em 20/09/2020).

4.4.1 A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial

Em outubro de 2003, em Paris, no âmbito da 32ª Conferência Geral da UNESCO¹¹¹, foi criada e aprovada a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*¹¹², tendo entrado em vigor na esfera internacional em 20 de abril de 2006. Cabe ressaltar que foi o primeiro documento internacional a definir de forma clara e objetiva o patrimônio cultural de natureza imaterial.

De acordo com a *Convenção* em seu preâmbulo, considerou-se para salvaguarda “a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural” (UNESCO 2003). Reconheceu-se que tanto os processos de globalização quanto os processos de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições favoráveis para “um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda” (UNESCO 2003).

A *Convenção* foi concebida, em reconhecimento, especialmente ao papel das comunidades, sobretudo “as comunidades autóctones, os grupos e, se for o caso, os indivíduos, que desempenham um papel importante na produção, salvaguarda, manutenção e recriação do patrimônio cultural imaterial, contribuindo, desse modo, para o enriquecimento da diversidade cultural e da criatividade humana” (UNESCO 2003). O patrimônio cultural imaterial cumpre um papel imensurável “como fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos” (UNESCO 2003).

Considerado um importante marco na legislação internacional sobre patrimônio, nessa seção, interessa explicar os objetivos, as definições e os princípios que a *Convenção* de 2003 contempla. A *Convenção* de 2003 em seu artigo 1º apresenta as seguintes finalidades:

- a) a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- b) o respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos;
- c) a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco;

¹¹¹ A 32ª Conferência Geral da Unesco, acontece em Paris em 17 de outubro de 2003, dos temas em debate, destacam-se a salvaguarda do patrimônio, a diversidade cultural e o patrimônio genético humano. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244670> (consultado em 20/09/2020).

d) a cooperação e a assistência internacionais (UNESCO 2003).

Embora reconheça a amplitude do patrimônio cultural imaterial, a *Convenção* propôs, no parágrafo segundo, do artigo segundo, que o patrimônio intangível se manifesta, de maneira particular nos seguintes campos:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais (UNESCO 2003).

Por seu turno, a salvaguarda é um dos eixos principais da ação proposta pela *Convenção* e abarca uma perspectiva bastante estendida. A salvaguarda é definida no artigo segundo da *Convenção*, como um conjunto de “medidas que visem assegurar a viabilidade do patrimônio cultural imaterial” (UNESCO 2003). Neste conjunto de medidas inclui-se a utilização de critérios aplicados: “a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos” (UNESCO 2003).

Nas palavras de Clara Bertrand Cabral em *Patrimônio Cultural e Imaterial, Convenção da UNESCO e seus Contextos* (2011), ainda que não seja possível antever com total segurança se determinada iniciativa irá de fato salvaguardar uma manifestação do patrimônio cultural imaterial, a viabilidade do patrimônio compreendida como “no sentido de “existência com futuro” de um patrimônio vivo e dinâmico, poderá ser incentivada através da implementação de ações específicas que incluam as várias mediads acima discriminadas (2011: 20). Para que o patrimônio cultural imaterial, se torne viável, as ações de salvaguarda devem constituir planos que considerem não só as manifestações isoladas mas “também os contextos em que se desenrolam e outros aspectos estruturantes da vida das comunidades, dando especial atenção à sustentabilidade econômica e ambiental a longo prazo” (2001: 21).

Cabral reforça ainda a necessidade da participação de equipes multidisciplinares com conhecimentos em áreas diversas de intervenção, para que as ações e planos e salvaguarda sejam bem sucedidas: “A participação das comunidades e grupos nestas equipes garantirá que não serão viabilizadas manifestações que caíram em desuso, que

deixarm de ser funcionais ou que já não interessam aos seus detentores” (2011: 21). Sobre a participação das comunidades, grupos e indivíduos o artigo quinze da *Convenção* refere:

No âmbito das suas atividades de salvaguarda do património cultural imaterial, cada Estado Parte procura assegurar a mais ampla participação possível das comunidades, dos grupos e, se for o caso, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem tal património e de envolvê-los ativamente na respectiva gestão (UNESCO 2003).

Carvalho por sua vez, infere que “salvaguardar elementos do PCI está longe de ser um processo linear”. A autora considera complexo e cita como um dos aspectos mais problemáticos a forma como se deve preservar uma manifestação do Patrimônio Cultural Imaterial, “se mais de acordo com a sua forma original, difícil de definir, se mais adaptada ao presente”. Sendo assim reforça que na implementação das atividades de salvaguarda “deverão participar não apenas os especialistas, mas também as comunidades, sobre as quais recai grande responsabilidade” (Carvalho 2011: 55).

Neste contexto, na perspectiva de Carvalho (2011), a salvaguarda não se resume à preservação dos elementos do Patrimônio Cultural Imaterial em arquivos e coleções de museus, mas vem sobretudo dar ênfase ao papel das instituições, mas “principalmente confere um papel de suporte ou de facilitador aos praticantes das tradições e à promoção da criatividade” (2011: 55).

Como forma de garantir uma maior eficácia das ações a favor do patrimônio imaterial, a *Convenção*, sugeriu a formação de um *Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* integrado por vinte e quatro representantes dos estados partes da UNESCO eleitos de acordo com os princípios de distribuição geográfica equitativa e com mandatos de quatro anos, sendo que a metade dos membros é substituída a cada dois anos.

O Comitê, além de promover os objetivos da *Convenção* e zelar pela sua aplicação, elabora e propõe à Assembleia Geral as alterações às Diretrizes Operativas, decide sobre as inscrições nas Listas, seleciona as boas práticas para registro, analisa e decide sobre os pedidos de assistência internacional e sobre o Fundo do Patrimônio Cultural Imaterial, entre outras funções (Cabral 2011). Já como medida para identificação do patrimônio cultural imaterial, a *Convenção* orienta a utilização de inventários, que deverão ser atualizados com regularidades.

Os inventários são requisitos necessários e obrigatórios, para possibilitar a sensibilização para o patrimônio cultural imaterial e enquadrar a sua salvaguarda. A *Convenção* denota pouca clareza no que concerne as características que deverão compor o inventário, orientando apenas no artigo doze que:

1.Cada Estado Parte elabora, a fim de assegurar a identificação com vista à salvaguarda, de forma adaptada à sua situação, um ou mais inventários do patrimônio cultural imaterial existente no seu território. Tais inventários são objecto de uma actualização regular.

2.Cada Estado Parte, ao apresentar periodicamente o seu relatório ao Comité, em conformidade com o artigo 29.º, fornece informações relevantes sobre tais inventários (UNESCO 2003).

A partir das informações contidas nos inventários, o Estado poderá estabelecer como os bens deverão ser, de forma adequada, preservados prevenindo a sua destruição, sancionando os prevaricadores (normas restritivas) ou determinar regras e assinar acordos e tratados que objetivam salvaguardar os bens sem estabelecer quaisquer sanções (Cabral 2011: 22).

No âmbito da educação, conscientização e fortalecimento das capacidades previstas no artigo catorze, cada Estado Membro será responsável no sentido de:

a) assegurar o reconhecimento, o respeito e a valorização do patrimônio cultural imaterial na sociedade, em particular mediante:

i) programas educativos, de conscientização e de disseminação de informações voltadas para o público, em especial para os jovens;

ii) programas educativos e de capacitação específicos no interior das comunidades e dos grupos envolvidos;

iii) atividades de fortalecimento de capacidades em matéria de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, e especialmente de gestão e de pesquisa científica; e

iv) meios não-formais de transmissão de conhecimento;

a) manter o público informado das ameaças que pesam sobre esse patrimônio e das atividades realizadas em cumprimento da presente Convenção;

b) promover a educação para a proteção dos espaços naturais e lugares de memória, cuja existência é indispensável para que o patrimônio cultural imaterial possa se expressar (UNESCO 2003).

Desta forma, com a finalidade de identificar os bens, obter mecanismos de proteção e assegurar “maior visibilidade do patrimônio cultural imaterial, aumentar o grau de conscientização de sua importância, e propiciar formas de diálogo que respeitem a diversidade cultural”, o comitê, de acordo com o seu artigo dezesseis, criou, mantém atualizada e dá publicidade a uma “Lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade” (UNESCO 2003).

Ademais, o artigo dezessete prevê também uma outra lista que tem como propósito que sejam adotadas “as medidas adequadas de salvaguarda” do patrimônio imaterial em perigo sendo criada, atualizada e mantida pelo comitê, intitulada: “Lista do patrimônio cultural imaterial que requer medidas urgentes de salvaguarda” (UNESCO 2003).

Por outro lado, é preciso mencionar algumas preocupações implícitas a este documento, como as ameaças a que o patrimônio está sujeito, como o risco de ser ignorado, o exôdo rural, os conflitos armados, a ausência de apoio, os movimentos migratórios, entre outros. Além dos aspectos já referidos, Carvalho (2011) acrescenta ainda preocupações relacionadas com a preservação da diversidade cultural: “a globalização e os efeitos niveladores que provoca na cultura são, assim, entendidos como uma ameaça à diversidade cultural” (2001: 52).

Retomando as palavras de Carvalho (2011), a *Convenção* de 2003 veio preencher uma lacuna no sistema jurídico de proteção internacional do patrimônio cultural que até 2003 estava mais voltado para o patrimônio material: “Concretamente, veio confirmar a necessidade de se criarem medidas de proteção e promoção distintas daquelas que são aplicadas para os monumentos, sítios ou paisagens culturais” (2011: 51), como previstas na *Convenção* de 1972.

Tanto para Carvalho (2011), como para Cabral (2001), as diferenças entre as *Convenções* de 1972 e a de 2003, decorrem principalmente da alteração do conceito de patrimônio, cujas transformações no decorrer do tempo tem propiciado diferentes perspectivas quanto aos bens passíveis de patrimonialização. Reconhece-se hoje “a indissociabilidade dos aspectos materiais e imateriais dos bens patrimoniais apesar das distinções patentes nos normativos internacionais” (Cabral 2011: 25), podendo argumentar-se que “estes patrimônios estão intimamente ligados, sendo por vezes difícil a leitura de um sem o outro” (Carvalho 2001: 51).

4.4.2 Patrimônio Material e Imaterial no Brasil

A história da trajetória brasileira da noção de patrimônio cultural está intrinsecamente ligada ao projeto de criação do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional (SPHAN),¹¹³ (hoje IPHAN) em 1937, no contexto dos movimentos intelectuais modernistas que empenhavam-se em rever o modelo de nação e identidade brasileiros.

O anteprojeto de lei elaborado por Mário de Andrade¹¹⁴, considerado um texto fundador para a criação da nova instituição, preconizava uma perspectiva alargada de Patrimônio Cultural, que incluía algumas dimensões daquilo que hoje chama-se de Patrimônio Imaterial. De acordo com a publicação do Centro Regional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina (CRESPIAL)¹¹⁵, intitulada *Estado da Arte da Política de Salvaguarda do PCI no Brasil* (2010), “Mario de Andrade, definiu o patrimônio cultural de maneira ampla, abarcando tanto os monumentos históricos, quanto as expressões culturais, materiais e imateriais, dos diferentes grupos sociais existentes no país”.

Contudo, o texto aprovado como Decreto-Lei nº 25 de 1937¹¹⁶, delimitou esse olhar, enfatizando a excepcionalidade histórica e artística como critério principal de reconhecimento e os vestígios materiais do passado como objetos privilegiados de patrimonialização, em consonância com o pensamento patrimonialista europeu já abordado na seção anterior do presente trabalho. O referente decreto, em seu Capítulo I, *Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, artigo 1º definia Patrimônio Histórico e Artístico cultural como: “O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

O que hoje se denomina de Patrimônio Imaterial, caminhou, durante muito tempo, distante das políticas patrimoniais. É pertinente destacar marcos relevantes e referenciais no processo brasileiro de formação desse campo. Um importante projeto no contexto do processo de construção da identidade nacional, próprio do período, foi a

¹¹³ Ver Lei nº378, de 13 de janeiro de 1937. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html> (consultado em 22/09/2020).

¹¹⁴ Mário de Andrade é uma personalidade de múltiplos talentos e de singular influência no meio cultural brasileiro do século XX. Sua atuação nos campos da poesia, romance, crônica, jornalismo, música, folclore e crítica guia-se sempre pela busca de aspectos definidores da identidade nacional e pela valorização das manifestações artísticas e culturais do Brasil. Disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa20650/mario-de-andrade> (consultado em 22/09/2020).

¹¹⁵ Centro Regional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina. Disponível em <http://crespial.org/que-es-el-crespial/> (consultado em 22/09/2020).

¹¹⁶ Para maior aprofundamento Ver Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm (consultado em 22/09/2020).

criação da Comissão Nacional de Folclore, em 1947 – e seus desdobramentos nas distintas regiões do país –, por meio da qual se lançou, em 1958, a Campanha Nacional em Defesa do Folclore Brasileiro, dando origem ao Instituto Nacional do Folclore, atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), que atualmente faz parte da estrutura do IPHAN. Para Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e Maria Cecília Londres Fonseca no livro *Patrimônio Imaterial no Brasil – Legislação e Políticas Estaduais* (2008):

A Comissão Nacional de Folclore teve atuação importante no país, articulando comissões regionais em cada estado e promovendo amplo registro, estudo e difusão do folclore. De sua ampla movimentação resulta, em 5 de fevereiro de 1958 (Decreto-Lei nº 43.178), a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, ligada ao então Ministério da Educação e Cultura. Essas iniciativas pioneiras já se amparavam, de um lado, na própria trajetória do interesse pelo folclore brasileiro que emerge desde as últimas décadas do século XIX e, de outro, no estímulo trazido pelas recomendações da UNESCO, que viam também o folclore como um instrumento a favorecer o entendimento e a compreensão entre os povos (2008: 14).

A política patrimonial brasileira começa a se diferenciar da perspectiva europeia justamente no período em que a UNESCO lançava a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade* (1972). Nestes anos foram dados no país os primeiros passos em direção à construção do conceito de patrimônio imaterial. Em 1975, por iniciativa de Aloísio Magalhães¹¹⁷, foi criado o Centro Cultural de Referências Culturais (CNRC), mais tarde, a Fundação Pró-Memória, que tinha como objetivo, de acordo com Maria Cecília Londres Fonseca, no livro *O Patrimônio em Processo* (2005), construir, por meio da pesquisa social, histórica e etnográfica, um sistema referencial básico para a compreensão das características e dinâmicas da cultura brasileira, de modo que se pudesse elaborar um modelo de desenvolvimento adequado às necessidades nacionais (2005: 144).

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo paradigma com respeito ao patrimônio cultural brasileiro, reconhecendo-lhe maior riqueza e complexidade, ao estabelecer, em seus artigos 215 e 216, a competência do Estado de garantir o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, de valorizar e incentivar a produção cultural e a difusão das manifestações culturais, além de preservar o patrimônio cultural. Inseriu uma concepção antropológica de cultura no campo do

¹¹⁷ Aloísio Magalhães é nomeado, em 1979, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e secretário da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, em 1981. Na década de 1980, inicia campanha pela preservação do patrimônio histórico brasileiro. Disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10144/aloisio-magalhaes> (consultado em 23/09/2020).

patrimônio, constituindo uma cisão com o modelo de patrimônio histórico e artístico, presente no Decreto-Lei nº 25 de 1937.

o conceito explicitado na Constituição Federal de 1988, permitiu o avanço considerável na concepção de Patrimônio Cultural. Incorporando uma perspectiva antropológica de cultura, o texto constitucional ampliou o seu campo conceitual, permitindo que novos objetos, atores sociais e universos culturais entrassem em cena e fossem reconhecidos como parte da nação brasileira, vista agora sob o signo da diversidade (IPHAN 2014: 25).

No seu artigo 216 expande o conceito de patrimônio cultural brasileiro definindo que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

No mesmo artigo da *Constituição Federal*, parágrafo um, lê-se: “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Brasil 1988).

O fato da noção de patrimônio imaterial originar-se no instrumento legal de maior potência da nação é muito relevante na medida em que a proteção e a preservação deste domínio do tecido social passam a ser obrigatórias no país, antes de dar início ao processo de criação da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Humanidade* da UNESCO.

4.4.3 Marco Legal e as Políticas Culturais do Patrimônio Imaterial no Brasil

Apesar desta inserção precursora do imaterial na compreensão de patrimônio cultural da *Constituição Federal Brasileira*, o patrimônio imaterial somente se transforma em objeto de política pública no Brasil em 1997. No âmbito do primeiro

Seminário Internacional de Patrimônio Imaterial intitulado *Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção* (1997), realizado pelo IPHAN, em Fortaleza – Ceará, para discutir estratégias e formas de proteção ao patrimônio imaterial, foi elaborado o documento intitulado *A Carta de Fortaleza*¹¹⁸, que “recomendava o aprofundamento do debate sobre o conceito de patrimônio cultural imaterial e o desenvolvimento de estudos para a criação de instrumento legal, instituindo o ‘Registro’ como principal modo de preservação e de reconhecimento de bens culturais dessa natureza” (IPHAN 2010: 15).

Na ocasião, foi criado o grupo de trabalho (GTPI) para esboçar uma política específica para essa dimensão do Patrimônio Cultural, que resultou no Decreto nº 3.551, de 2000¹¹⁹ complementado pela Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006 (DOU 23/3/2007) – é o principal marco legal da atuação relativa ao PCI no Brasil, pelo qual foram criados o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)¹²⁰.

Por sua vez, a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, instituída pela UNESCO em Paris, no dia 17 de outubro de 2003, foi ratificada pelo governo brasileiro por meio do Decreto nº 5.753/2006¹²¹. Baseada nessa legislação, implementa-se o conjunto de políticas públicas de cultura que configuram o contexto contemporâneo do Patrimônio Cultural Imaterial no contexto nacional brasileiro.

O Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do IPHAN é a principal estrutura governamental voltada especificamente para a preservação do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Tendo sido criado pelo Decreto nº 5.040¹²², de 6 de abril de 2004, e substituindo o antigo Departamento do Patrimônio Imaterial e Documentação de Bens

¹¹⁸ Em comemoração aos sessenta anos de criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), promoveu em Fortaleza de 10 a 14 de novembro de 1997, o seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, para o qual foram convidados, e estiveram presentes, representantes de diversas instituições públicas e privadas, da UNESCO, e da sociedade, todos signatários deste documento. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf> (consultado em 23/09/2020).

¹¹⁹ Ver Lei nº 3.551 de 04 de agosto de 2000. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3551-4-agosto-2000-359378-norma-pe.html> (consultado em 22/09/2020).

¹²⁰ Entre as atribuições do PNPI está a elaboração de indicadores para acompanhamento e avaliação de ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/> (consultado em 22/09/2020).

¹²¹ Ver Decreto nº 5.753/2006 de 12 de abril de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm (consultado em 22/09/2020).

¹²² Ver Decreto nº 5040 de 6 de abril de 2004. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5040-7-abril-2004-531672-publicacaooriginal-13579-pe.html> (consultado em 22/09/2020).

Culturais, que fora criado, por sua vez, pelo Decreto nº 4.811¹²³, de 19 de agosto de 2003. Vinculado ao DPI, desde dezembro de 2003, encontram-se o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) e as secretarias regionais do IPHAN. O conjunto de políticas voltadas para o patrimônio cultural imaterial tem como principais instrumentos o Registro, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e os Planos de Salvaguarda, que serão descritos a seguir.

O Decreto nº 3.551 que regula o processo de reconhecimento de bens culturais como patrimônio imaterial, institui o registro e, com ele, o compromisso do Estado em inventariar, documentar, produzir conhecimento e apoiar a dinâmica dessas práticas socioculturais. Vem também possibilitar um processo dilatado de conhecimento, comunicação, expressão de aspirações e reivindicações entre variados grupos sociais.

Para o IPHAN (2016), o registro é uma forma de reconhecimento e busca a valorização desses bens, sendo visto mesmo como um instrumento legal que “resguarda as suas especificidades e alcance, equivale ao tombamento. Em síntese: tombam-se objetos, edificações e sítios físicos; registram-se saberes e celebrações, rituais e formas de expressão e os espaços onde essas práticas se desenvolvem” (IPHAN 2006: 22).

Na perspectiva do IPHAN, o registro:

corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural. Isso significa documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o Patrimônio Imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais passado e o presente da manifestação e suas diferentes versões, tornando essas informações amplamente acessíveis ao público – mediante a utilização dos recursos proporcionados pelas novas tecnologias de informação. (2006: 22).

Para Francisco Humberto Cunha Filho, na obra *Direitos Culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro* (2000), o registro “é “uma perenização simbólica dos bens culturais. Esta perenização dá-se por diferentes meios os quais possibilitam às futuras gerações o conhecimento dos diversos estágios por que passou o bem cultural” (2000: 125-126). Na linha de ideias apresentadas por Cunha Filho (2000), Mário Ferreira de Pragmácio Teles e Rodrigo Vieira Costa no artigo “Direitos Culturais: aspectos jurídicos de que trata o decreto 3551/2000” (2007), apontam que:

¹²³ Ver Decreto nº 4.811 de de 19 de agosto de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4811.htm (consultado em 22/09/2020).

Registro é uma ação do Poder Público com a finalidade de identificar, reconhecer e valorizar as manifestações culturais e os lugares onde estas se realizam, os saberes e as formas de expressões dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, levando-se em consideração o binômio mutação-continuidade histórica do patrimônio cultural imaterial (2007: 4).

A criação pelo Decreto nº 3.551/2000 dos distintos Livros de Registro recomenda a percepção de diferentes domínios na composição da dimensão imaterial do patrimônio cultural. O bem cultural inscrito em um ou mais Livros de Registro recebe o título de Patrimônio Cultural do Brasil e após esse reconhecimento passa a ser denominado como um bem cultural Registrado¹²⁴. Os bens culturais de natureza imaterial estariam incluídos, ou contextualizados, nas seguintes categorias que constituem os distintos Livros do Registro como previsto no Art. 1º do Decreto:

Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Nesse sentido, o objetivo do registro não é garantir a integridade física do bem por meio de fiscalização e procedimentos de conservação e restauração, mas possibilitar, pelos meios adequados à natureza do bem, a sua continuidade, baseado na produção de conhecimento, documentação, reconhecimento, valorização, apoio e fomento.

Por sua vez, as propostas de registro são necessariamente coletivas, abrangendo, sempre que possível, a representação dos detentores dos bens em questão, e sendo, obrigatoriamente, acompanhadas pela manifestação de sua anuência. Uma vez recebidas pelo IPHAN, essas propostas são avaliadas em caráter preliminar e, se julgadas procedentes, são encaminhadas para instrução do respectivo processo administrativo. Realizada a instrução do processo, o IPHAN emite parecer publicado no

¹²⁴ Os procedimentos para solicitação do Registro estão dispostos na Resolução nº 001 de 2006, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/> (consultado em 30/09/2020).

Diário Oficial da União. Após trinta dias, que acolhem eventuais manifestações da sociedade sobre o registro, o processo é encaminhado para o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para deliberação.

Como demonstra o documento do IPHAN a esse respeito, deverá acontecer uma renovação do registro a cada dez anos, pois o registro é sempre uma referência de determinada época “Dado o dinamismo das manifestações culturais, e mesmo o impacto da declaração de um bem como patrimônio cultural sobre a vida do próprio bem, o registro deve ser periodicamente reavaliado” (IPHAN 2006: 22).

Cavalcanti e Fonseca (2008) inferem que:

Um critério-chave para a legitimidade de qualquer pleito ao registro é a sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. A continuidade histórica dos bens culturais, sua ligação com o passado e sua reiteração, transformação e atualização permanentes tornam-nos referências culturais para as comunidades que os mantêm e os vivenciam. A referência cultural é um conceito-chave na formulação e na prática da política brasileira de salvaguarda (2008: 19).

No âmbito das discussões do sistema brasileiro de salvaguarda do patrimônio imaterial o conceito de “referência cultural” tornou-se fundamental, pois promoveu relevante inflexão nas práticas preservacionistas que estavam em curso e introduziu a compreensão de que “a constituição de patrimônios culturais deve fazer sentido e ter valor para outros sujeitos sociais – não especialmente os que produzem ou mantêm bens culturais – além dos representantes e especialistas do Estado aos quais essa constituição sempre esteve delegada” (IPHAN 2006: 10). Isso significa que a construção do patrimônio cultural deve estar alicerçada num processo que envolva a prática de atribuição de valor e significado.

A noção de referência cultural implicou, ainda, uma nova visão de conservação e gestão do patrimônio. Nessa perspectiva, a participação das comunidades na definição e implementação das ações de preservação é essencial. O princípio do trabalho de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial é compartilhar responsabilidades e informações. É desenvolver em estreito contato com os grupos sociais, que produzem, reproduzem e transmitem esse patrimônio, os projetos de mapeamento, identificação, registro e fomento à valorização e à continuidade de bens culturais. (IPHAN 2006: 9).

Assim, falar em referências culturais significa, de acordo com o *Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais* (IPHAN 2000), “dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus

habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos ‘fazeres’ e ‘saberes’, às crenças, hábitos, etc” (2000: 14).

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura (IPHAN 2000: 29).

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) instrumentaliza o determinado no art. 8º do Decreto nº 3.551/2000, que estabelece: “no âmbito do Ministério da Cultura, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, visando a implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio”.

O INRC é uma metodologia de pesquisa adotada pelo IPHAN, para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para um determinado grupo social. Compreende, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística.

Ademais, a mencionada metodologia concede:

- 1) auxílio, quando for o caso, à instrução dos processos de registro;
- 2) promoção do patrimônio cultural imaterial junto à sociedade;
- 3) orientação para ações de apoio e fomento a bens culturais em situação de risco ou de atendimento a demandas advindas do processo de inventário;
- 4) tratamento e acesso público às informações produzidas sobre esse universo (Cavalcanti e Fonseca 2008: 22).

A delimitação da área do Inventário decorre em função das referências culturais presentes num determinado território. Essas áreas podem ser reconhecidas em distintas escalas, isto é, podem corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais. Isso significa que, ao contrário de outros instrumentos de proteção imaterial, o INCR, não se dedica a um bem material ou imaterial exclusivo,

mas abrange uma região, um lugar, buscando compreender todas as suas referências culturais significativas. Assim para o IPHAN:

para projetar um inventário não basta adotar os limites e as subdivisões administrativas de uma área geográfica. Os sistemas culturais, e portanto as referências de um grupo social, têm, por assim dizer, uma geografia própria, que dependerá da natureza das relações sociais existentes num determinado espaço físico: a segmentação ou a estratificação social corresponderá a clivagens e diferenças culturais, com graus variados de permeabilidade, que deverão ser levadas em consideração na delimitação da área do inventário (IPHAN 2000: 33).

Cabe inferir que o INCR, é um procedimento de investigação e que se desenvolve em planos de complexidade crescente, prevendo assim três etapas, correspondendo a níveis sucessivos de aproximação: **Levantamento preliminar:** reunião e sistematização das informações disponíveis sobre o universo a inventariar, produzindo-se, ao final da etapa, um mapeamento cultural que pode ter caráter territorial, geopolítico ou temático. **Identificação:** descrição sistemática e tipificação das referências culturais relevantes; mapeamento das relações entre estas referências e outros bens e práticas; e indicação dos aspectos básicos dos seus processos de formação, produção, reprodução e transmissão. **Documentação:** desenvolvimento de estudos técnicos e autorais, de natureza eminentemente etnográfica, e produção de documentação audiovisual ou outra adequada à compreensão dos bens identificados, realizadas por especialistas, segundo as normas de cada gênero e linguagem; inclui, ainda, a fundamentação do trabalho de inserção dos dados, obtidos nas etapas anteriores, no banco de dados do INRC (IPHAN 2000: 36).

O INRC propõe descrever cada bem cultural imaterial de modo a possibilitar o adequado entendimento dos processos de criação, recriação e transmissão que o envolvem, bem como dos problemas que o atingem. Trata-se de tarefa fundamental para o entendimento desse universo de bens culturais e para a fundamentação das demais ações de salvaguarda. O IPHAN, mediante a celebração de Termos de Cooperação Técnica, concede essa metodologia para instituições públicas e privadas, efetua o treinamento das equipes técnicas mobilizadas por tais instituições, conduz e orienta o desenvolvimento do trabalho de inventário.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) é a instância de implantação e execução da política de Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial a nível federal, inspirada no artigo 206 da Constituição Federal, e que se propõe

viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural, por meio de parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidade, organizações não-governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento, tendo os seguintes princípios:

- Participação social dos atores que produzem, mantêm e transmitem este patrimônio nos processos de identificação, reconhecimento e apoio e fomento, como condição *sine qua non*;
- Descentralização e socialização de instrumentos de salvaguarda e de gestão com vistas à autonomia dos atores sociais na preservação do seu patrimônio cultural;
- Articulação institucional e intersetorial para execução coordenada de políticas públicas e ações, envolvendo diferentes níveis de governo e sociedade civil, considerando a natureza transversal do patrimônio imaterial (IPHAN 2016: 6).

O programa atua, essencialmente, com recursos orçamentários do IPHAN, provenientes de parcerias e convênios estabelecidos com o Ministério da Cultura, por meio do Fundo Nacional de Cultura¹²⁵. O IPHAN institui as seguintes metas do PNPI:

- Implantar, executar, monitorar e avaliar a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial;
- Contribuir para a preservação, promoção e valorização da diversidade étnica, cultural e linguística do país, assim como para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro;
- Captar recursos e promover a constituição de redes de parceiros com vistas à execução e à gestão compartilhada de ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de salvaguarda desenvolvidas pela sociedade civil (IPHAN 2016: 6).

Como ferramenta de difusão e visando dar visibilidade à política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, desde 2005 que o PNPI lança editais anuais para fomento a projetos, encaminhados por instituições públicas e organizações não-governamentais, de mapeamento de referências culturais imateriais e de apoio às condições de existência de bens culturais imateriais em diferentes regiões brasileiras. Em 2011, o Edital do PNPI foi reconhecido pelo Comitê Intergovernamental da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial como um dos programas que melhor reflete os princípios e objetivos da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, aprovada em 2003 por aquela organização.

¹²⁵ O Fundo Nacional de Cultura (FNC) é o mecanismo da Lei Federal de Incentivo à Cultura, Lei nº 8.313/91, que possibilita ao MinC investir diretamente nos projetos culturais, mediante a celebração de convênios e outros instrumentos similares, como concessão de bolsas de estudo e o Programa de Intercâmbio Cultural.

Em 2005 foram selecionados onze projetos¹²⁶ referentes à saberes, celebrações, formas de expressão, e lugares. Tais projetos visaram a melhoria das condições de transmissão, produção e reprodução de bens culturais imateriais. O Edital priorizou as regiões Norte e Centro-Oeste do país, com o intuito de atender os estados menos favorecidos por políticas culturais e patrimoniais. Por sua vez em 2011, o Edital selecionou projetos técnicos em duas linhas: a) Projetos de salvaguarda referentes aos saberes, celebrações, formas de expressão e/ou lugares, para a realização de ações de acordo com as orientações expostas pelo PNPI; b) Projetos de mapeamento documental das Referências Culturais de Imigração que abordassem um ou mais grupos de imigrantes, no seu contexto nacional, totalizando dez projetos¹²⁷ executados (IPHAN 2016: 14).

Por fim, os planos de salvaguarda que se constituem em ações que colaboram para melhoria das condições socioambientais de produção, reprodução e transmissão de bens culturais imateriais e são entendidos como uma forma de apoio aos bens culturais de natureza imaterial, possibilitando garantir as condições de sustentação econômica e

¹²⁶ 1. Parque Nacional Serra da Capivara: pesquisa documental do patrimônio Imaterial – Fundação Museu do Homem Americano (FUMDAH) 2. Modos de Construir, Modos de Alimentar: Memória da Paisagem nas Alagoas – Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem/Departamento de Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal de Alagoas 3. Patrimônio Imaterial da Paraíba – Pesquisa Documental – Coletivo de Cultura e Educação Meio do Mundo 4. Pesquisa Documental do Patrimônio Imaterial Piauiense – Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC) 5. Documentação e Transmissão dos Saberes Tradicionais Asurinó do Xingu – Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (FUNCAMP) 6. Artesãos do Maramará – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) 7. Canções Jowosi da Etnia Kaiabi – Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) e Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC) 8. Tradições Musicais Kaxinawá – Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) 9. Mapeamento Documental do Patrimônio Cultural Imaterial do Mato Grosso do Sul – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) 10. Artesanato e Identidade Cultural no Médio Solimões: A promoção de Técnicas e conhecimentos tradicionais em comunidades ribeirinhas das Reservas Mamirauá e Amanã – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) 11. Mapeamento da Festa da Caçada da Rainha – Associação Comunitária da Vila de São Jorge (ASJOR). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/pnpivol1.pdf> (consultado em 30/09/2020).

¹²⁷ 1. Capoeira do Rio Grande do Norte – escola Cultural de Capoeira Cordão de Ouro; 2. Carijó – Herança do conhecimento ancestral na Fabricação de Erva Mate – Coopertiva Catarse Coletivo Comunicação; 3. Difusão dos Bens Culturais Inventariados em Quilombos do Vale do Ribeira – Instituto Socioambiental (ISA) 4. Mapeamento e Salvaguarda do Saber Quilombola do Jucá do Quilombo de Volta do Campo Grande, Vale do Canindé, Semiárido Piauiense – Associação Filmes de Quintal 5. Memórias de Quilombolas Kalunga em Romaria no Vão de Almas (GO) – Núcleo de Estudos da Cultura, Imagem, Oralidade e Memória (Necoim) e Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec/UnB) 6. Mestres Bordadeiras – Círculo Ítalo-brasileiro de Antônio Prado (RS) 7. Os Saberes do Fazer – Cultura Caiçara Viva – Espaço Cultural Pés no Chão 8. Pêssanka – Ovos Escritos, Expressão e Cultura da Ucrânia no Brasil – Folclore Ucrâniano Kalena – Clube Ucrâniano de União Vitória (PR) 9. Receitas da Imigração – Língua e Memória da Arte Culinária no Vale do Itajaí – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) 10. Registrando os Saberes: Palavreado, as crenças e as tradições relacionadas à Cultura dos Caboclos do Oeste de Santa Catarina – Prefeitura Municipal de Pinhalzinho. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/pnpivol2.pdf> (consultado em 30/09/2020)

social. Atuam, portanto, na perspectiva da melhoria das condições de vida materiais, sociais e econômicas que favoreçam a vivência do grupo produtor, e a transmissão e a continuidade de suas expressões culturais. De acordo com o IPHAN (2017):

A salvaguarda de bens Registrados pretende promover os bens culturais e ao mesmo tempo valorizar seus detentores. Tem como objetivo aumentar a participação democrática dos detentores na formulação, no planejamento, na execução, no acompanhamento e na avaliação da política de preservação do patrimônio cultural (2017: 33).

Os planos de salvaguarda se conectam aos processos de inventário e registro. Durante esses processos, o conhecimento produzido sobre os modos de expressão e organização própria das comunidades envolvidas possibilita a identificação dos mecanismos e instrumentos locais de transmissão do bem cultural e, a partir daí, identificar as formas mais adequadas de salvaguarda. Esse conhecimento e sua valorização estão na base, portanto, dos instrumentos que objetivam favorecer a manutenção dos mecanismos de transmissão e a continuidade dessas manifestações culturais.

O conjunto de ações envolvidas é amplo e variado, e pode ser assim resumido: 1) apoio à transmissão do conhecimento às gerações mais novas; 2) promoção e divulgação do bem cultural; 3) valorização de mestres e executantes; 4) melhoria das condições de acesso a matérias-primas e mercados consumidores; 5) organização de atividades comunitárias (Cavalcanti e Fonseca 2008: 26).

Em articulação com o processo de registro dos bens culturais, o PNPI implementou até novembro de 2018 quarenta e sete bens culturais¹²⁸: treze no Livro de Registro dos Saberes, quatro no Livro de Registro dos Lugares, dezoito no Livro de Registro das Formas de Expressão e doze, no Livro de Registro das Celebrações.

Aliada a essas ações, o propósito do IPHAN é alcançar a autonomia dos detentores na gestão de seus patrimônios, uma maior articulação interinstitucional em prol do Bem Registrado e a ampliação da sustentabilidade cultural dos Patrimônios Culturais do Brasil.

¹²⁸ A responsabilidade do Iphan em relação aos bens registrados é sua documentação, como forma de preservação de conhecimento e sua ampla divulgação e promoção. Lista completa dos bens culturais registrados até 2018 disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sfgec.pdf> (consultado em 30/09/2020).

4.4.4 Tesouros Vivos da Cultura Cearense

O Decreto nº 3.551/2000, adotado pelo Governo Federal, tem inspirado governos estaduais e municipais a elaborar legislação de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no âmbito de sua região. Em alguns estados também foram elaborados mecanismos legais inspirados no Sistema *Tesouros Humanos Vivos* da Unesco, de reconhecimento e apoio aos mestres detentores de saberes tradicionais, de modo a que possam transmitir seus conhecimentos. No plano federal, não existem normas que procedam a reconhecimento semelhante.

Vale ressaltar que o Estado do Ceará, em agosto de 2003, por meio da Lei nº 13.351¹²⁹, no âmbito da Administração Pública Estadual, se tornou o primeiro estado brasileiro que regulamentou, por meio do Decreto nº 27.229¹³⁰, de outubro de 2003, o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Ceará, posteriormente revogada pela Lei nº 13.842¹³¹, de 27 de novembro de 2006. O escopo desse documento legal refere-se à proteção dos saberes e fazeres tradicionais relativos às diversas expressões das culturas tradicionais cearenses. Da Instituição do Registro e da Definição dos Mestres da Cultura Tradicional Popular, da Lei nº 13.351, contempla o seguinte:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular (RMCTP-CE), a ser feito em livro próprio a cargo da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.

Parágrafo único. Será considerado, para os fins desta Lei, como Mestre da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará e, para tanto Tesouro Vivo, apto, na forma prevista nesta Lei, a ser inscrito junto ao Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará, a pessoa natural que tenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e preservação da cultura tradicional popular de uma comunidade estabelecida no Estado do Ceará.

Assim, os Mestres da Cultura do Ceará passaram a contar com a proteção do estado, recebendo o reconhecimento dos seus talentos ancestrais, por meio do registro no livro dos Mestres da Cultura e, por sua vez, recebendo um auxílio financeiro vitalício. A Lei estabelece que, em contrapartida, o beneficiado compromete-se a

¹²⁹ Ver Lei nº 13.351, de 22 de agosto de 2003. Disponível em <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/3346-lei-13-351-de-22-08-03-d-o-de-25-08-03> (consultado em 20/09/2020).

¹³⁰ Ver Decreto nº 27.229, de 28 de outubro de 2003. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Patrimonio_Imaterial_no_Brasil_Legislacao_e_Politicas_Estaduais\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Patrimonio_Imaterial_no_Brasil_Legislacao_e_Politicas_Estaduais(1).pdf) (consultado em 20/09/2020).

¹³¹ Ver Lei nº 13.842, de 27 de novembro de 2006. Disponível em <https://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2006/13842.htm> (consultado em 20/09/2020).

repassar seus conhecimentos e técnicas aos aprendizes, e dessa forma, assegurar a preservação e a perenização dos seus conhecimentos.

Dessa forma, compatibiliza-se, em essência, com a ‘Recomendação da UNESCO’, na qual “Tesouros Humanos Vivos são indivíduos que possuem os conhecimentos e técnica necessários para interpretar ou recriar determinados elementos do patrimônio cultural imaterial”. Para Cunha Filho (2000), “Em ambas as definições figuram, quer de forma nítida, quer de forma subentendida, os objetivos de disciplinar o reconhecimento destas pessoas, bem como de prestigiar-lhes os saberes e técnicas, propiciando sua transmissão às novas gerações” (2000: 164).

A Lei nº 13.842, de 27 de novembro de 2006, do Estado do Ceará, apresentou algumas inovações, como a adequação da nomenclatura do título às recomendações internacionais, isto é, instituiu o registro do “Tesouros Vivos da Cultura” cearense. Na referida Lei, tanto “as pessoas naturais, os grupos e as coletividades dotados de conhecimentos e técnicas de atividades culturais cuja produção, preservação e transmissão sejam consideradas, pelos órgãos indicados nesta Lei, representativas de elevado grau de maestria, constituindo importante referencial da Cultura Cearense”, podem ser agraciados com o diploma.

De acordo com a Lei de 2006, define-se pessoa natural como: mestre(a) da cultura tradicional popular, pessoa que detém um conhecimento ancestral recebido do meio familiar e/ou de prática de convivência no grupo ancestral que manteve/mantém o saber/fazer; tem ampla experiência e capacidade de transmitir estes conhecimentos e as técnicas necessárias para a produção, difusão e preservação de uma expressão tradicional popular. O seu trabalho é reconhecido pelos agentes da manifestação cultural que representa, pela comunidade onde vive, como também por outros setores culturais, constituindo importante referencial da cultura tradicional popular no Ceará.

Por sua vez, o Grupo é definido como um agrupamento que possui legado ancestral na prática de um saber/fazer, formado espontaneamente por membros de uma comunidade que se envolvem diretamente com uma expressão cultural tradicional popular. É dotado de conhecimentos e técnicas de atividades culturais, com elevado grau de maestria na produção, preservação e transmissão de um saber e/ou fazer tradicional, constituindo importante referencial da cultura tradicional popular no Ceará.

Já a Coletividade constitui-se de comunidade e/ou associação de pessoas que é dotada de conhecimentos e técnicas de atividades culturais, com elevado grau de

maestria na produção, preservação e transmissão de um saber e/ou fazer tradicional, constituindo um importante referencial da cultura tradicional popular no Ceará.

Cunha Filho, no artigo intitulado “Tesouros Humanos Vivos: os mestres da cultura cearense” de 2014, faz um estudo comparativo entre as duas leis relacionando com as Diretrizes para a criação de sistemas nacionais de Tesouros Humanos Vivos, emanadas da UNESCO.

Pode-se perceber que o campo contemplado com o Registro se expandiu, isto é, o que na Lei anterior era concernente exclusivamente a pessoa natural, se pluraliza ampliando o reconhecimento para aos grupos e coletividades, o que significa que expandiu a perspectiva de atuação, anteriormente restrito essencialmente aos reconhecimento dos mestres, e com a Lei atual incluindo a premiação de grupos e coletividades.

Nos aspectos relacionados com requisitos e critérios de reconhecimento dos mestres, a capacidade de transmissão do conhecimento para outras pessoas é exigência indispensável, na Lei de 2003, exigia-se mais de vinte anos de residência no Estado, com mesmo período de serviço à cultura, na Lei atual institui que o candidato deve “possuir residência, domicílio e atuação, conforme o caso, no Estado do Ceará, há pelo menos 20 (vinte) anos, completos ou a serem completados no ano da candidatura”.

A lei de 2003, determina conceder um diploma para pessoa natural registrada. Já a Lei de 2006, garante o direito à diplomação solene a todos os que tiverem esse reconhecimento. De acordo com as Diretrizes para a criação de sistemas nacionais de Tesouros Humanos Vivos, um dos reconhecimentos e recompensas para os designados consiste em reconhecimento público, o que se configura como uma grande honra para um Tesouro Humano Vivo.

Ademais, os portadores da titulação têm direito a prioridades concernentes a tramitação dos projetos submetidos aos incentivos e editais da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará que estejam em consonância com as manifestações por eles realizadas, além da carência econômica não ser mais um critério primordial para concessão do registro de Tesouro Vivo, àqueles que não comprovarem situação financeira precária é destinado somente um auxílio temporário, restrito a um período, ambos estabelecidos no Edital de seleção das referidas personalidades, grupos ou coletividades.

Em 2017, o Governador Camilo Santana¹³² sancionou a Lei nº16.275¹³³, que ampliou o número de Tesouros Vivos do Ceará, atingindo numa meta do Plano Estadual da Cultura. Um outro aspecto a ser ressaltado foi a parceria estabelecida entre a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT-CE) com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), que concedeu o Título de Notório Saber em Cultura Popular aos mestres e mestras da cultura do Ceará. Assim, a academia reconhece os saberes, os fazeres, e as artes dos mestres, que, com esse título, poderão, inclusive, ser convidados por universidades e outras instituições de ensino para palestras e outras atividades, sendo remunerados da mesma forma que professores que contam com essa distinção.

Consta no site da SECULT-Ceará, a lista atualizada dos contemplados com o título de Mestres da Cultura/Tesouros Vivos de 2004 até 2019¹³⁴. Ao todo contabiliza-se cento e cinco mestres e mestras, treze grupos e três coletividade de distintas cidades do Estado do Ceará. Atribui-se ao pequeno número de grupos e coletividade contemplados, como se pôde observar, devido à jovialidade da lei de 2006. Antes, os grupos e as coletividades não eram contemplados pela lei anterior de 2003. É somente a partir do ano de 2008 que os grupos passam a ser contemplados e a coletividade a partir do ano de 2013.

São diversas as atividades desenvolvidas pelos mestres, entre estas podem ser encontradas manifestações culturais como Boi-Bumbá, Bumba Meu Boi, Maracatu, Reisado, Maneiro-Pau, Banda Cabaçal; produções artísticas como cordéis, xilogravuras; fazeres como os da rendeira, do artesão, do luthier, do sineiro e do ferreiro; expressões da religiosidade através das rezadeiras, dos penitentes, da construção de lapinhas, os santos feitos artesanalmente; a jangada, o couro e a figura do vaqueiro; as curas populares através da medicina popular, do lambedor; a arte teatral com os dramas e teatros de bonecos; e a cultura indígena.

Até ao ano de 2019, configurou-se uma média aproximada de 10 mestres e mestras registrados por ano, como se pode confirmar no anexo 8. A partir de 2008 os

¹³² Atual Governador do Estado do Ceará, foi eleito governadore em 2014 e reeleito em 2018. Disponível em <https://www.ceara.gov.br/governo/governador/> (consultado em 30/09/2020).

¹³³ A Lei nº16.275 passa a ter no Art. 14 a seguinte redação: em se tratando de pessoas naturais não excederá o número de 12 (doze) contemplados por ano, até o teto máximo de 80 (oitenta) registros . Disponível em <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/5704-lei-n-16-275-de-20-06-17-d-o-22-06-17> (consultado em 30/09/2020).

¹³⁴ Lista completa dos mestres da cultura cearense. Disponível em <https://www.secult.ce.gov.br/2019/02/21/conheca-os-novos-mestres-e-mestras-da-cultura/> (consultado em 30/09/2020).

grupos passam a ser contemplados, com uma média de dois grupos por ano, ver anexo 9. Por fim, a coletividade insere-se a partir de 2003 (ver anexo 10).

O artigo catorze da Lei nº 13.842/2006 institui a necessidade de um Edital anual para proceder ao processo de Registro dos Tesouros Vivos da Cultura/Mestres da Cultura. A quantidade dos reconhecidos como “Tesouros Vivos da Cultura” deve obedecer aos seguintes limites: a) em se tratando de pessoas naturais, não excederá o número de 12 (doze) contemplados por ano, até o teto máximo de 60 (sessenta) registros; b) em se tratando de grupos, não excederá o número de 2 (dois) contemplados por ano, até o teto máximo de 20 (vinte) registros; c) em se tratando de coletividades, não excederá o número de 1 (um) contemplado por ano; até o teto máximo de 20 (vinte) registros.

Se reconhece que a instituição dos Tesouros Vivos da Cultura cearense é, sem dúvida, uma forma de estímulo para a cultura tradicional popular do Estado do Ceará. Essas ações têm inspirado outros projetos com o intuito de fortalecer o patrimônio cultural imaterial, destacando-se o projeto intitulado Museus Orgânicos que visa a valorização cultural do Cariri.

O projeto Museus Orgânicos¹³⁵ é uma ação precursora no reconhecimento dos mestres da cultura tradicional do Cariri, desenvolvida pelo Sesc Ceará em parceria com a Fundação Casa Grande, que tem como objetivo a valorização do patrimônio imaterial com foco nas memórias tradicionais cearenses, propondo-se estabelecer um vínculo entre o legado histórico do saber dos Mestres da Tradição, seus saberes e experiências em contexto com a força cultural dos territórios e de suas comunidades. A partir dessa premissa, as suas próprias casas se transformam em lugares de memória e de afeto, permeados de fotografias, artefatos históricos, vestimentas, instrumentos e tudo que caracteriza o cotidiano do Mestre da Cultura. Segundo o site da Casa de Produção Cultural¹³⁶, os Museus Orgânicos tem como principal objetivo:

Criar uma rede sociocultural composto de lugares de memórias vivas, fomentando a troca de experiências, fortalecimento de vínculos comunitários, intercambiando conhecimentos, gerando conteúdos e oportunidade de geração de renda aos Mestres, seus familiares, agregados e comunidade, tendo como matriz principal a arquitetura do afeto e ativação de territórios criativos.

São os Mestres da Tradição abrindo as portas dos seus terreiros e de suas casas para receber visitantes via turismo social, institucional (escolas) e comunitário, para que eles

¹³⁵ Ver Anexo 11, Símbolo dos Museus Orgânicos

¹³⁶ A Casa de Produção Cultural compõem uma das microempresas dos jovens formados pela Fundação Casa Grande. Disponível em <https://mcmantonioluiz.wixsite.com/museuorganico/projeto-de-criacao> (consultado em 14/04/2020).

possam conviver de perto com a cultura de raiz, conversar com os mestres, conhecer suas histórias e seus modos de vida e de ser. Isso permite ao visitante vivenciar uma experiência marcante que transcende ao poder de sedução da música, da dança, do artesanato e de todas as formas de expressão humana.

A proposta dos Museus Orgânicos é que os visitantes experienciem uma vivência singular, isto porque na própria residência dos mestres de cultura é desenvolvido um acervo vivo, onde é possível interagir com o anfitrião para conhecer a sua história, o seu ofício, a manifestação da sua arte e entender sobre o seu saber. As casas do mestres e mestras, com seus saberes ancestrais (as bandas cabaçais, as benzedadeiras, os ferreiros, os artesões do couro, folguedos do reisado, etc.), renovam a memória coletiva e se transformam em museus geridos pela própria família. A sala da casa, os quartos, a cozinha, os objetos, o terreiro, tudo se tranforma em uma narrativa “orgânica” contada pelos mestres e mestras da cultura oral, uma história simbólica e afetiva, que compõe o mosaico da identidade cultural cearense.

O Projeto do SESC está viabilizando a implementação de 16 museus nas moradas particulares dos mestres da cultura, investindo em melhorias físicas dos locais de modo a transformar o espaço residencial do mestre num lugar de convivência pública sem que com essas modificações o espaço perca as suas características identitárias dos padrões patrimonial, cultural, social e econômico, gerando assim a maior recompensa para os mestres e mestras da cultura popular, que é a conquista do reconhecimento das comunidades em que nasceram e viveram.

Os museus orgânicos que integram o projeto passam por investigações e estudos consistentes a respeito de cada tradição cultural, suas referências coletivas e o impacto na comunidade. Até dezembro de 2019 foram inaugurados seis Museus, a saber:

i) O Museu Orgânico Casa do Mestre Antônio Luiz¹³⁷ (contemplado com o título de Mestres da Cultura/Tesouros Vivos em 2009), no município de Potengi, que homenageia o líder do reisado dos Caretas de Couro, no Sítio Sassaré em 2018;

ii) O Museu Orgânico Oficina de Francisco Dias, o Mestre Françaçuli¹³⁸ (contemplado com o título de Mestres da Cultura/Tesouros Vivos em 2015), foi aberto também no município de Potengi, em novembro de 2018, e fabrica aviões com folhas de flandre e zinco;

¹³⁷ Ver Anexo 12, Museu Orgânico Casa do Mestre Antônio Luiz

¹³⁸ Ver Anexo 13, Museu Orgânico Oficina de Francisco Dias, o Mestre Françaçuli

iii) Em agosto de 2019, foram inaugurados o Museu Orgânico Mestre Raimundo Aniceto¹³⁹ (contemplado com o título de Mestres da Cultura/Tesouros Vivos em 2004), em Crato, dedicado ao integrante da centenária Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto;

iv) O Museu Casa da Mestra Nena¹⁴⁰, em Juazeiro do Norte, líder do grupo Bacamarteiros da Paz, do bairro João Cabral;

v) Já no mês de outubro de 2019, foi a vez de abrir as portas do Museu Orgânico Casa da Mestra Zulene Galdino¹⁴¹ (contemplados com o título de Mestres da Cultura/Tesouros Vivos em 2006), também em Crato, que participa ativamente de grupos de tradições e ensina a magia das danças populares para a nova geração. Uma das principais guardiãs da cultura popular do Cariri;

vi) O Museu Casa dos Pássaros do Sertão¹⁴², e em dezembro de 2019, localizada no meio da caatinga, na Fazenda Belo Horizonte, mais conhecida como Sítio Pau Preto, hoje, a casa se transformou em espaço de observação e de fotografia de aves.

Dois outros projetos estão contemplados dentro do escopo dos Museu Orgânicos, como o Museu do Ciclo de Couro¹⁴³, inaugurado em 2014 em Nova Olinda, do mestre Espedito Seleiro (contemplado com o título de Mestres da Cultura/Tesouros Vivos em 2008), e o Memorial do Homem Kariri¹⁴⁴, inaugurado em dezembro de 1992, que resgata a história dos habitantes do Vale do Cariri. No acervo há peças líticas, cerâmicas, registros rupestres, fotografias, resquícios de lendas e mitos.

4.4.5 Educação Patrimonial

Dentre as várias iniciativas que visam a salvaguarda e a promoção do patrimônio cultural, destaca-se a Educação Patrimonial. Esta ferramenta concentra-se na perspectiva dos bens culturais e tem como finalidade proporcionar à comunidade, principalmente aos jovens e crianças, uma aproximação com o patrimônio cultural da sua região, sensibilizando-os para manter a memória viva, ou seja, em movimento.

A Educação Patrimonial busca uma tomada de consciência das comunidades sobre a valorização e resguardo de patrimônios culturais locais. *O Guia Prático de*

¹³⁹ Ver Anexo 14, Museu Orgânico Mestre Raimundo Aniceto

¹⁴⁰ Ver Anexo 15, Museu Orgânico Casa da Mestra Nena

¹⁴¹ Ver Anexo 16, Museu Orgânico Casa da Mestra Zulene Galdino

¹⁴² Ver Anexo 17, Museu Orgânico Casa dos Pássaros

¹⁴³ Ver Anexo 18, Museu do Couro Mestre Espedito Seleiro

¹⁴⁴ Ver Anexo 19, Memorial do Homem Kariri.

Educação Patrimonial, editado pelo IPHAN (1999) e escrito por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, define a Educação Patrimonial como:

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta *et al.* 1999: 6).

Isso significa uma reflexão das comunidades sobre a importância da geração, valorização e resguardo de patrimônios culturais locais para fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural. Por sua vez, o IPHAN conceitua a Educação Patrimonial como:

todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (IPHAN 2014).

A Educação Patrimonial possibilita uma aproximação entre os sujeitos e os patrimônios de suas localidades, com o intuito de alicerçar em bases sólidas a identidade cultural com pertinência e valorização de heranças; desse modo “o patrimônio cultural se manifesta (...) como um conjunto de bens e valores tangíveis e intangíveis expressos em palavras, imagens, objetos, monumentos, sítios, ritos e celebrações, hábitos e atitudes” (Horta *et al.* 1999: 29). Estes autores salientam que “O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania” (Horta *et al.* 1999: 4).

A metodologia aplicada na Educação Patrimonial, como afirma Horta *et al.*, pode ser por meio da materialidade, ou manifestações culturais, monumentos ou sítio arqueológico, uma paisagem natural, proteção ambiental, centro histórico urbano ou comunidade rural, manifestações folclóricas, rituais, produção industrial, produção

artesanal, tecnologias, saberes populares, relações entre homem e meio ambiente; ou seja, existe uma série de circunstâncias culturais que desenvolvem o caráter identitário que cada comunidade representa. Ser reconhecido e pertencer à localidade em que se vive, torna os indivíduos responsáveis pela conservação do patrimônio, pela perenidade, pela aceitação, por resistir ao tempo, pelas imposições da sociedade e pelos interesses públicos.

Percebe-se, pois, que o Memorial do Homem Kariri trabalha a educação patrimonial na formação de recepcionistas mirins, através de aulas de arqueologia, mitologia, museologia e conservação do patrimônio. O Memorial resgata e preserva a história dos índios kariri-karius, expondo um acervo doado por moradores da região, acervo que é cuidado e administrado pelos meninos e meninas da FCG, o Memorial é o primeiro estágio logo que os meninos e meninas chegam à FCG: recepcionar os visitantes. Esta tarefa é para eles a principal e a mais relevante de suas atividades.

Seguindo a metodologia da educação patrimonial, os meninos e as meninas vão aprendendo com os outros como recepcionar os visitantes, o que há em cada sala e o que ela representa, por meio do universo dos inventários dos mitos e lendas e da herança dos povos da Chapada do Araripe. Neste processo dinâmico de sociabilização em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade. Para Limaverde (2015), no Memorial do Homem Kariri:

É o significado da cultura material e imaterial herdado dos antepassados, que viveram no espaço da Chapada do Araripe, que se configura no presente como um contexto de heranças patrimoniais. Estas ganham novos significados e revalidam os mitos, na medida em que a comunidade, através de suas crianças, introduz nesse patrimônio não apenas o observável, o material, mas o espírito do lugar (2015: 56).

Nada substitui o objeto real como fonte de informação sobre a rede de interações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e carregado de significado pela sociedade que o concebeu. Todo um complexo sistema de relações e conexões está inserido em um simples objeto de uso diário, uma edificação, um conjunto de habitações, uma cidade, uma paisagem, uma manifestação popular, festiva ou religiosa, ou até mesmo em um pequeno fragmento de cerâmica originário de um sítio arqueológico. Limaverde (2015) exemplifica:

Esse fenômeno da “Casa Grande”, ao habitar no tempo e no espaço vivido da Chapada do Araripe, torna possível falar de uma memória que impregna e restitui “a alma das coisas”. Daí que as imagens dos objetos expostos, o acervo arqueológico do Memorial

do Homem Kariri ou os sítios mitológicos e arqueológicos da Chapada do Araripe também circulam nos meandros das memórias dos sujeitos, carregando lembranças de situações vividas outrora, permeadas por certas sutilezas e emoções próprias do ato de lutar contra o esquecimento e a finitude do ser, bem como de seus vínculos com o seu lugar de pertença (2015: 57).

Descobrir esta rede de significados, relações, processos de criação, trocas, e usos diferenciados que dão sentido às evidências culturais e sobre o modo de vida das pessoas no tempo pretérito e no presente, em um ciclo permanente de continuidade, transformação e reutilização é a tarefa específica da Educação Patrimonial. Neste processo de descobrimento da realidade cultural de um determinado tempo e espaço social é possível se aplicar uma metodologia adequada que facilite a percepção e a compreensão dos fatos e fenômenos culturais.

Na FCG, as crianças chegam a atraídas pelo brincar, e logo descobrem no convívio com as outras crianças protagonistas no espaço, que aquela casa azul faz parte de uma história e de uma memória. Inicialmente para o entendimento infantil da paisagem dos sítios pré-históricos, as crianças, durante as aulas de campo nos sítios arqueológicos, fazem uma imersão no imaginário da mitologia local “como uma introdução à geografia da Chapada do Araripe, uma maneira de conhecer através da sonoridade das cantigas e narrativas dos mitos e lendas, os acidentes geográficos, os tipos de rochas e minerais da região, a hidrografia e o relevo, chegando a compreensão e sensibilização através do espírito do lugar” (Limaverde 2015: 377).

Essas experiências e vivências das crianças no contexto da paisagem pré-histórica, por meio da arqueologia e da mitologia nas aulas de campo e o contato com os artefatos e objetos pré-históricos no Memorial do Homem Kariri, foi fonte de inspiração para que as crianças de forma lúdica criassem um universo de personagens que resultou numa coleção de histórias em quadrinhos que narram as aventuras da arqueologia e das lendas do Cariri. Assim, conhecendo a paisagem regional pela perspectiva da arte e do desenho em quadrinhos “ficou mais fácil das crianças compreenderem e se apropriarem de assuntos como arqueologia, abrigos sob rocha, material lítico, cerâmico, registros rupestres, e identificarem, em campo, um sítio ou material arqueológico” (Limaverde 2015: 381).

Horta *et al.* (1999) chamam essa experiência de “alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (1999: 4). Na FCG, esse processo de alfabetização cultural, como afirma Limaverde (2015)

fomenta o respeito pela diversidade, fortalece a identidade e a cidadania, contribui para o desenvolvimento e a inclusão econômica e social da comunidade. Sendo assim, além do patrimônio e da arte como ponto de mediação, foram agregados outros valores para comporem um repertório amplo e diversificado como as tecnologias da comunicação (por meio dos laboratórios de conteúdo), a profissionalização dos jovens (por meio da Rádio, Tv, Laboratório de Arqueologia), o empreendedorismo juvenil, o turismo de base comunitária e a geração de renda da comunidade.

Observa-se claramente nas ações educativas do Memorial do Homem Kariri os passos metodológicos da educação patrimonial, postulados por Horta, Grunberg & Monteiro (1999: 9): **a observação:** o olhar curioso e atento em contato com o universo pré-histórico dos mitos e das lendas e o desenvolvimento da percepção visual e simbólica; **o registro:** captado por meio de um desenho, uma foto, uma descrição verbal e o desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional; **a exploração:** reflexões, questionamentos desenvolvendo as capacidades de análise e julgamento crítico e, por fim, **a apropriação:** criação por meio lúdico das histórias em quadrinhos denotando envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de autoexpressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

4.5 Representações Sociais e Culturais

O conceito representação é difundido e utilizado em vários campos das Ciências Humanas, por vezes, com perspectivas distintas. Inúmeros autores produziram contribuições para a teoria das representações: Ferdinand Saussure (2006), com a teoria da linguagem, Jean Piaget (1975), com a teoria das representações sociais infantis; Lev Vigotski (1984), com a teoria do desenvolvimento cultural; Stuart Hall (1997) pensando-as como produção de sentido por meio da linguagem. Na área da História, o conceito é abordado sobretudo em torno das perspectivas de Roger Chartier (1991) e Pierre Bourdieu (1999); na Psicologia Social, vinculada às concepções de Serge Moscovici (1995), (2010), e na Sociologia e na Antropologia onde estão deitadas as raízes da teoria das representações sociais, especialmente nos estudos de Émile Durkheim (1978), Lévy-Bruhl (2008) e Marcel Mauss (1969).

O estudo aqui em questão não tem a pretensão de abordar o tema em todas essas dimensões, dado a complexidade da temática e a natureza desta pesquisa. Dessa forma,

inicialmente, serão abordadas as reflexões e as perspectivas acerca da teoria de Moscovici expressa nas obras *Texto em Representações Sociais* (1995), e *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social* (2010) depois tentar-se-á entender as representações coletivas de Durkheim (1978) posto que são a partir delas que Moscovici (1995; 2010) inicia para delinear sua teoria.

Na sequência, distanciando-se da psicologia social de Moscovici e da sociologia de Durkheim, será abordado o conceito de representação a partir do expressivo estudo do teórico cultural Stuart Hall, especialmente no livro *Cultura e Representação* (2016).

4.5.1 A Teoria das Representações Sociais – Reflexões e Perspectivas

A Teoria das Representações Sociais (TRS) tem origem na Europa, mais especificamente na França, em 1961, com a publicação da obra *La Psychanalyse: son image et son public* de Serge Moscovici, cuja tradução para o português é *Psicanálise, Sua Imagem e Seu Público*¹⁴⁵. A referida obra apresenta-se como uma revolução científica, tendo em conta que sugere o rompimento padrão do pensamento tradicional e hegemônico presente na Psicologia Social da América do Norte e Grã-Bretanha, que compreendia o sujeito separado do seu contexto social. Ao identificar que as representações são, concomitantemente, construídas e adquiridas, afasta o lado preordenado, inerte, que as caracterizava na visão psicológica clássica. Essa atitude crítica, adotada por Moscovici, tornou-se o pontapé para construção da nova teoria, que assegura não existir divisão entre o universo interno do indivíduo e o universo externo a este, ambos se complementam. Nestes termos, a TRS preocupa-se essencialmente com a inter-relação entre sujeito e objeto e como se realiza o processo de construção do conhecimento, ao mesmo tempo individual e coletivo na elaboração das representações sociais, um conhecimento do senso comum. Serge Moscovici no livro *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social* (2010), argumenta que:

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos (2010: 10).

¹⁴⁵ Psicólogo social romeno, naturalizado francês, nasceu em 1928 no seio de uma família judia e vivenciou os horrores da Segunda guerra Mundial. Estudou psicologia na França em 1948, investigando e divulgando a psicanálise.

É importante destacar que Moscovici foi pioneiro nos estudos das representações sociais, como teoria do senso comum; a princípio, recusou apresentar um conceito da teoria, visto que para o referido autor, não era crível estabelecer precedentemente os percursos que a sua pesquisa iria seguir. Verifica-se, pois, que não quis limitar um conceito de representações sociais exatamente para que este avançasse com sua pesquisa e tivesse mais abrangência. Nas palavras de Moscovici, “a realidade das representações sociais é fácil de ser compreendida, o conceito não o é” (2010: 10).

Ao reportar-se às representações sociais como uma “versão contemporânea do senso comum”, Moscovici não intencionou menosprezar o conhecimento de senso comum a um patamar de conhecimentos ínfimos, insignificantes, mas entende-lo como um conhecimento original, genuíno capaz de movimentar as mudanças sociais.

Sendo assim, as representações sociais são saberes do senso comum, como crenças, mitos, teorias, práticas, rituais etc., edificados nas relações entre os indivíduos, sendo essa construção de acordo com o grupo social em que ela surge. Desta forma, importa referir que as representações emergem no interior de uma determinada cultura e sendo essas representações geralmente sobre alguma coisa, Moscovici observa que:

Todas as culturas que conhecemos possuem instituições e normas formais que conduzem, de uma parte à individualização e de outra, à socialização. As representações que elas elaboram carregam a marca desta tensão, conferindo – lhe um sentido e procurando mantê – la nos limites do suportável. Não existe sujeito sem sistema nem sistema sem sujeito. O papel das representações partilhadas é o de assegurar que sua existência é possível (2010: 12).

Por sua vez, a TRS é fundamental para o entendimento da composição dos saberes, isto é, considerando os aprendizados e conhecimentos dos atores/atrizes sociais, bem como os conhecimentos obtidos e ressignificados pelos sujeitos no percurso de suas vidas. A formação das representações, por sua vez, consiste na inter-relação do sujeito com o outro e o mundo, em que são edificadas as significações. É possível por meio dos estudos das representações sociais conhecer o quê, porquê e como os sujeitos, grupos e comunidades pensam e atuam e quais as implicações desses atos nos espaços relacionais. O entendimento das dimensões cognitivas, afetivas e sociais desse processo permite ainda fazer considerações sobre as suas probabilidades de mudança. A esse respeito, Pedrinho Guareschi e Sandra Jovchelovitch na obra *Textos em Representações Sociais* (1995) argumentam que:

A Teoria das Representações Sociais estabelece uma síntese teórica entre fenômenos que, em nível da realidade, estão profundamente ligados. A dimensão cognitiva, afetiva e social estão presentes na própria noção de representações sociais. O fenômeno das representações sociais, e a teoria que se ergue para explicá-lo, diz respeito à construção dos saberes sociais e, nessa medida, ele envolve cognição. O caráter simbólico e imaginativo desses saberes traz à tona a dimensão dos afetos, porque quando sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimento e com paixão. A construção da significação simbólica é, simultaneamente, um ato de conhecimento e um ato afetivo. Tanto a cognição como os afetos que estão presentes nas representações sociais encontram a sua base na realidade social. O modo mesmo da sua produção se encontra nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação de massa, nos canais informais de comunicação social, nos movimentos sociais, nos atos de resistência e em uma série infindável de lugares sociais. É quando as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança histórico-cultural de suas sociedades, que as representações sociais são formadas (1995: 20).

Verifica-se que a Comunicação tem um papel fundamental no processo de estruturação das representações sociais. Os sujeitos quando intercambiam informações sobre suas condutas e perspectivas inclinam-se a se influenciar e a se repensar respectivamente. Moscovici (2010) localiza a comunicação como produtora das representações sociais por intermédio de influências e pactos mútuos nos fluxos das interlocuções, sendo que é um processo em que os sujeitos obtêm um repertório compartilhado. Nesse sentido, ainda de acordo com Moscovici (2010), as representações são compartilhadas pois circulam entre os sujeitos que coabitam no mesmo espaço público. Por sua vez, Guareschi e Jovchelovitch consideram que “a esfera pública, enquanto lugar de alteridade, fornece às representações sociais terreno sobre o qual elas podem ser cultivadas e se estabelecer” (1995: 65).

Nestes termos, entende-se, pois, a Comunicação como fundamental para a função basilar das representações sociais: tornar familiar algo até então desconhecido permitindo a classificação, categorização e nomeação de ideias e acontecimentos inéditos. Na ótica de Moscovici, este processo possibilita a compreensão, manipulação e interiorização do novo, agrupando-o a valores, ideias e teorias já assimiladas, preexistentes e legitimadas pela sociedade.

Considera-se a TRS como uma possibilidade para descrição e explicação dos fenômenos sociais, visto que exprimem pensamentos e comportamentos comuns a um grupo de indivíduos.

4.5.2 Representações Coletivas de Durkheim

O conceito de representação social tem as suas raízes deitadas nos fundadores das ciências sociais na França, mais especificamente em Émile Durkheim (1978), precursor no estudo das representações, autor que do ponto de vista sociológico, é o teórico que primeiro trabalha explicitamente este conceito. Cabe enfatizar que o autor foi um dos fundadores da Sociologia moderna, enquanto a teoria de Moscovici (1995; 2010) é frequentemente classificada como uma forma sociológica de Psicologia Social.

Robert Farr, no artigo “Representações Sociais: A Teoria e sua História” (1995), assegura que Durkheim faz uma distinção entre o estudo das representações individuais e o estudo das representações coletivas. Para Durkheim, de acordo com Farr (1995), as representações individuais estavam no domínio da Psicologia, enquanto o estudo das representações coletivas no domínio da Sociologia: “A razão principal de se distinguir entre os dois níveis era uma crença, da parte do teórico, que as leis que explicavam os fenômenos coletivos eram diferentes do tipo de leis que explicavam os fenômenos em nível de indivíduo” (Farr 1995: 35).

Já Maria Cecília Minayo, no artigo “O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica” (1995), afirma que Durkheim utiliza a expressão representações coletivas, pelo que “o termo se refere a categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade” (1995: 90). A autora observa ainda que essas categorias não são dadas *a priori* e não são universais na consciência, mas emergem conectadas aos fatos sociais, transformando-se, elas próprias, em fatos sociais sujeitos à observação e à interpretação. Isto é, a observação revela que as representações sociais são um grupo de fenômenos reais, providos de propriedades específicas e que agem também de forma específica. É a sociedade que pensa as representações, pois não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual. Sendo assim, Minayo afirma: “de um lado, elas conservam sempre a marca da realidade social onde nascem, mas também possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam, tendo como causa outras representações e não apenas a estrutura social” (1995: 90).

As representações são imagens do real edificadas em grupo, na coletividade e, nessa perspectiva, o estudo refere-se à pesquisa da sociedade e do senso comum. Emile Durkheim, na obra *As Regras do Método Sociológico. Os Pensadores* (1978) impulsiona o estudo das representações a um estágio relevante para o estudo da

sociedade, compreendendo que esses são modos como a sociedade percebe a si mesma e o mundo em sua volta, formando a base para que se originem as representações individuais. Nesse sentido, as representações se revelam mais do que o conhecimento adquirido pelos indivíduos a partir de suas vivências, aprendizagens e trocas, como uma espécie de trama que liga, amalgama a sociedade. Para Durkheim,

As Representações Coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não os indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com sua natureza (...). Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com algum dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição (1978: 79).

É apropriado mencionar que as representações coletivas de Durkheim, imputam-se como coercitivas, apresentando a função de direcionar os indivíduos a pensar e agir de forma homogênea. No entanto, apresentam-se também de forma estável, o que provavelmente corresponde à estabilidade dos fenômenos para cuja explicação haviam sido propostas, isto é, atendiam às necessidades explicativas das sociedades primitivas.

Inscrito nessa discursividade, Gerard Duveen, no artigo “O Poder das Ideias” (2007), afirma que Moscovici apontou discordâncias em relação à sociologia do conhecimento de Durkheim:

Enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade de ideias coletivas na sociedade moderna. Essa própria diversidade reflete a falta de homogeneidade dentro das sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações. (2007: 15).

Com a complexidade que caracteriza e distingue as sociedades modernas, as representações coletivas não conseguem abarcar tudo, como afirma Farr: “As sociedades modernas são caracterizadas por seu pluralismo e pela rapidez com que as mudanças econômicas, políticas e culturais ocorrem. Há nos dias de hoje, poucas representações que são verdadeiramente coletivas” (1995: 44).

Sob este prisma, Jean Claude Abric no texto “A Abordagem Estrutural das Representações Sociais” (1998) reconhece que as sociedades modernas industrializadas favorecem espaços para conhecimentos, valores contraditórios, experiência antagônicas,

além das mudanças nas condições de vida da sociedade que conduzem, de forma natural, à construção de representações dinâmicas, bem diferente do que preconizava Durkheim, representações estáticas e estáticas. Moscovici afirma:

As representações sociais que me interessam não são nem as das sociedades primitivas, nem as suas sobreviventes, no subsolo de nossa cultura, dos tempos pré – históricos. elas são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano que nem sempre tem tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis (2010: 48).

Por fim, Moscovici aponta algumas divergências relevantes em relação à Sociologia do Conhecimento de Durkheim para o balizamento do conceito de representações sociais.

Inicialmente, observa-se, na perspectiva durkheimiana, uma proposta estática de interpretação do conhecimento social e de representação, o que vai de encontro à inquietação da Sociologia moderna com o fenômeno da mudança. Em seguida, a crítica enfatiza que o sociólogo pesquisou sociedades pré-modernas para a solidificação do conceito de representações coletivas, e as conceituou como sendo pertinentes a qualquer sociedade.

4.5.3 Os Processos Formadores das Representações Sociais

Moscovici, na TRS, preconiza duas categorias de pensamento presentes na sociedade: os “universos reificados” e os “universos consensuais”, sendo que ambos intervêm na construção da realidade dos indivíduos.

De acordo com Celso Pereira Sá, no texto “Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria” (1993), na primeira categoria, “os universos reificados”, se processa a produção do conhecimento científico e o pensamento erudito, caracterizados pela objetividade, pelo rigor lógico e metodológico, pela teorização abstrata, pela compartimentalização em especialidades e pela estratificação hierárquica. Moscovici observa: “Nossos mundos reificados aumentam com a proliferação das ciências. Na medida em que as teorias, informações e acontecimentos se multiplicam, os mundos devem ser duplicados e reproduzidos a um nível mais imediato e acessível, através da aquisição de uma forma e energia próprias” (2010: 60). E para completar o raciocínio, acrescenta:

A sociedade é transformada em um sistema de entidades sólidas, básicas, invariáveis, que são indiferentes à individualidade e não possuem identidade. Essa sociedade ignora a si mesma e suas criações, que ela vê somente como objetos isolados, tais como, pessoas, ideias, ambientes e atividades. As várias ciências que estão interessadas em tais objetos podem, por assim dizer, impor sua autoridade no pensamento e na experiência de cada indivíduo e decidir, em cada caso particular o que é verdadeiro e o que não o é (2010: 50).

Por outro lado, os “universos consensuais” equivalem às atividades intelectuais presentes nas interações cotidianas desenvolvidas pelos sujeitos sociais, nas quais são elaboradas as “teorias do senso comum” que atendem a uma “lógica natural” ancoradas na negociação e na aceitação mútua indo na contramão do pensamento científico no qual a metodologia é sistemática e desloca-se da premissa para a conclusão apoiando-se em fatos. Moscovici esclarece: “No universo consensual, a sociedade é uma criação visível, contínua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana, de acordo com a existência humana e agindo tanto como reagindo, como ser humano. Em outras palavras, o ser humano é, aqui, a medida de todas as coisas” (2010: 50). Sendo assim, o universo consensual não dispõe de método sistemático, ancora-se na memória coletiva e elabora as representações sociais.

Convém chamar a atenção para os contrastes entre os dois universos, como aponta Moscovici:

O contraste entre os dois universos possui um impacto psicológico. Os limites entre eles dividem a realidade coletiva, e, de fato, a realidade física, em duas. É facilmente constatável que as ciências são os meios pelos quais nós compreendemos o universo reificado, enquanto as representações sociais tratam com o universo consensual. A finalidade do primeiro é estabelecer um mapa de forças, dos objetos e acontecimentos que são independentes de nossos desejos e fora de nossa consciência e aos quais nós devemos reagir de modo imparcial e submisso. Pelo fato de ocultar valores e vantagens, eles procuram encorajar precisão intelectual e evidência empírica. As representações, por outro lado, restauram a consciência coletiva e dão forma, explicando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos (2010: 52-53).

Portanto, na ótica do autor, as representações sociais são produto de nossas interações e comunicação, ganhando forma e configurações singulares como resultado do equilíbrio específico dos processos de influência social. São difundidas como o resultado de uma sequência completa de elaborações e mudanças que verificam-se no percurso do tempo. De outro modo, desempenham a função de produtoras de

comportamentos e relações com o ambiente e de ações que transformam os indivíduos, conduzindo as suas atitudes e dando-lhes sentido.

Vista dessa forma, Sandra Jovchelovictv, em *Texto em Representações Sociais* (1995), considera que:

As representações sociais não são um agregado de representações individuais da mesma forma que o social é mais que um agregado de indivíduos. Assim, a análise das representações sociais deve concentrar – se naqueles processos de comunicação e vida que não somente as engendram, mas que também lhe confere uma estrutura peculiar. Esses processos, eu acredito, são processos de mediação social. Comunicação é mediação entre um mundo de perspectivas diferentes, trabalho é mediação entre necessidades humanas e o material bruto da natureza, ritos, mitos e símbolos são mediações entre a alteridade de um mundo frequentemente misterioso e o mundo da intersubjetividade humana: todos revelam numa ou noutra medida a procura de sentido e significado que marca a existência humana no mundo (1995: 81).

Concebe-se, portanto, que é por meio da atividade do sujeito e de sua interação com os outros que as representações são originadas, possibilitando uma mediação entre o sujeito e o mundo que concomitantemente ele descobre e constrói. É importante assinalar que é a partir dessa configuração estrutural das representações sociais que Moscovici caracteriza os seus processos formadores: a objetivação e a ancoragem, processos esses que estão intrinsecamente ligados um ao outro e são modelados por fatores sociais.

Concebida como um processo intra-individual, a ancoragem, de acordo com Moscovici, tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, coloca-las em um contexto familiar. O autor apresenta-a como:

um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada. É quase como que ancorar um bote perdido em um dos boxes (pontos sinalizadores) de nosso espaço social. (...) Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa (2010: 61).

Nessa lógica, para o autor, classificar algo significa confina-lo a um conjunto de comportamentos e regras que determinam o que é, ou não é, permitido em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe. Categorizar alguém ou alguma coisa, ainda segundo Moscovici (2010), significa escolher um dos paradigmas da nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele.

Só após ancorar o familiar é que o sujeito pode falar sobre ele, pois terá capacidade de imaginá-lo e interpretá-lo. O que é anônimo, o que não pode ser

nomeado, não se pode tornar uma imagem comunicável ou ser naturalmente ligado a outras imagens. Nas palavras de Moscovici:

É impossível classificar sem, ao mesmo tempo, dar nomes. Na verdade, essas são duas atividades distintas. Em nossa sociedade, nomear, colocar um nome em alguma coisa ou em alguém, possui um significado muito especial, quase solene. Ao nomear algo, nós o libertamos de um anonimato perturbador, para dotá-lo de uma genealogia e para incluí-lo em um complexo de palavras específicas, para localizá-lo, de fato, na matriz de identidade de nossa cultura (2010: 66).

Enquanto ancorar é um processo intrínseco ao processo de elaboração das representações sociais posto que, ao possibilitar aos sujeitos modificar o que lhes é estranho e desconhecido em comum e familiar, em um processo de classificação em categorias, oportuniza o delineamento de suas representações, já que a objetivação significa materializar as significações.

Moscovici destaca que a objetivação é o processo que aglutina a ideia de não familiaridade com a de realidade; de transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico. O autor complementa:

As coisas que o olho da mente percebe parecem estar diante de nossos olhos físicos e um ente imaginário começa a assumir a realidade de algo visto, algo tangível. Esses mecanismos transformam o familiar em não familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlar (2010: 61).

Pode-se afirmar ainda, de acordo com Sá (1995), que objetivar é reproduzir um conceito em uma imagem, correspondendo à função de duplicar um sentido por uma figura, dar materialidade a um objeto abstrato, neutralizá-lo, corporificar os pensamentos, tornar físico e visível o impalpável, transformar em objeto o que é representado.

A partir do exposto, sobre os processos de ancoragem e objetivação, Moscovici infere que:

É dessa soma de experiências e memórias comuns que nós extraímos as imagens, linguagem e gestos necessários para superar o não familiar, com suas conseqüentes ansiedades. As experiências e memórias não são nem inertes nem mortas. Elas são dinâmicas e imortais. Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela

classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (2010: 78).

É de destacar que diversos teóricos contribuíram com as TRS; Denise Jodelet, no entanto, se impõe como uma das autoras que mais contribuiu para a pesquisa de Moscovici colocando-se como uma das principais colaboradoras do autor, assumindo a incumbência de sistematização do campo e aprofundamento teórico, buscando elucidar o conceito e os processos formadores de representações sociais. Nesse sentido, no decorrer da ampliação e análise dos processos responsáveis pela construção das representações sociais, a autora, dentre muitas outras revisões, também revê conceitos como objetivação e ancoragem.

No que concerne ao conceito de objetivação, Denise Jodelet apresenta-o como uma operação imaginante e estruturante que dá corpo aos esquemas conceituais em *As Representações Sociais* (2002), reabsorvendo o excedente de significações, processo necessário ao fluxo das comunicações. O processo, ainda de acordo com a autora, envolve três fases: construção seletiva, esquematização estruturante e naturalização.

Na primeira fase, a da construção seletiva, o sujeito se apropria das informações e dos saberes sobre um dado objeto, isto é, as crenças e as informações a respeito do objeto de representação experimentam um processo de seleção e descontextualização, possibilitando a constituição de um todo relativamente coerente. Nessa apropriação, somente uma parte da informação é retida, enquanto outros são desprezados ou facilmente esquecidos. Este mecanismo de seleção e reorganização dos objetos das representações passam por uma seleção em função do contexto cultural e das normas e dos valores grupais.

Por sua vez, a segunda etapa, a esquematização, corresponde à organização dos elementos, isto é, uma estrutura imaginante reproduz de forma visível a estrutura conceitual de modo a possibilitar uma imagem compreensível dos elementos que formam o objeto da representação, proporcionando ao sujeito compreendê-lo de forma individualizada e em suas relações. A referida organização é chamada também de núcleo ou esquema figurativo.

A última etapa, a naturalização refere-se aos conceitos retidos no nó figurativo e as respectivas relações organizam-se como categorias naturais, isto é, os conceitos

tornam-se equivalentes à realidade e o abstrato torna-se concreto por meio da sua expressão em imagens e metáforas.

O conceito de ancoragem também é retomado por Jodelet (2002), empenhando-se em explicitar que a intervenção do social se traduz na significação e na utilidade que são determinantes para a representação. Nesse sentido, ao investigar a ancoragem como atribuição, assegura que a hierarquia de valores preponderante na sociedade e em seus diversos grupos colabora para gerar à volta do objeto uma rede de significações na qual ele é inserido e avaliado como fato social.

Por sua vez, Moscovici argumenta, ou melhor, descreve, como as representações podem intervir em nossa atividade cognitiva e até que ponto são independentes dela, ou, até que ponto a determinam. O autor afirma que as representações possuem precisamente duas funções, a convencional e a prescritiva:

a) Em primeiro lugar, elas *convencionalizam* os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhe dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos de juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação com o decréscimo do valor do dinheiro. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado (2010: 34).

b) Representações são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado (2010: 36).

Dessa forma, percebe-se que as funções das representações sociais contribuem com os processos de formação de condutas e orientam as comunicações sociais, isto é, as representações significam a circulação de todos os sistemas de classificações, todas as imagens e todas as descrições, mesmo as científicas (Moscovici 2010).

Por sua vez, para Jean Claude Abric em “A abordagem estrutural das representações sociais” (1998), as representações apresentam um papel fundamental na dinâmica das relações e nas práticas sociais e respondem a quatro funções que a sustentam: função de saber, função identitária, função de orientação e função justificadora. Considerando essas funções, o autor explicita:

1) Função de saber: as RS permitem compreender e explicar a realidade. Elas permitem que os atores sociais adquiram os saberes práticos do senso comum em um quadro

assimilável e compreensível, coerente com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais eles aderem.

2) Função identitária: as RS definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos. As representações têm por função situar os indivíduos e os grupos no campo social, permitindo a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante, compatível com o sistema de normas e de valores socialmente e historicamente determinados.

3) Função de orientação: as RS guiam os comportamentos e as práticas. A representação é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórias. ela define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social.

4) Função justificadora: por essa função as representações permitem, a priori, a justificativa das tomadas de posição e comportamentos. As representações têm por função preservar e justificar a diferenciação social, e elas podem estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para discriminação ou para manutenção da distância social entre eles (2000: 280).

À guisa de condensação destas reflexões teórico-conceituais, pode-se inferir que a TRS impõe-se como um importante instrumento teórico-metodológico de investigação que busca compreender a atuação do imaginário social sobre o pensamento e a conduta das pessoas e dos grupos sociais; desta forma é terreno fértil que permite verificar a percepção de um grupo sobre a sua realidade, em um dado momento, inseridos num contexto social específico, em consonância com a pesquisa do presente estudo.

4.6 Representações na Cultura

Um enfoque teórico relevante à reflexão das representações sociais são os seus desdobramentos no âmbito da cultura e da comunicação, aproximação proposta nas pesquisas de Stuart Hall, sobretudo em seu livro *Cultura e Representação* (2016). Apesar de Hall em nenhum momento mencionar Moscovici no que se refere ao conceito de representações, concebe um enfoque muito similar à noção de ancoragem proposta por Moscovici; porém vai mais longe priorizando uma análise de representação intimamente relacionada com a cultura, pois ela dá “voz” aos repertórios culturais.

O conceito de representação tem a sua história vinculada a múltiplos significados. Na história da filosofia ocidental, a ideia de representação associa-se à ideia de materializar o real, isto é, apreendê-lo o mais fidedignamente por meio de sistemas de significação. Nessa perspectiva, a representação apresenta-se em duas dimensões: a representação externa, através de sistemas de signos como a pintura, ou a linguagem e a representação interna ou mental, a representação do real na consciência.

No pós-estruturalismo, o conceito clássico de representação é questionado. Nessa concepção, a representação acontece unicamente em sua dimensão de

significante, como sistema de signos. Tomaz Tadeu da Silva, num texto publicado em *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (2016), assinala que “o conceito de representação incorpora todas as características de indeterminação, ambiguidade e instabilidade atribuídas a linguagem” (2016: 91). Isto é, a representação é como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido, um sistema de linguístico e cultural: “arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado ao poder” (2016: 91).

Para Silva (2016), a identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. Isto significa que é por meio da representação que, identidade e a diferença passam a existir. Nesse caso, “Representar significa, dizer: “essa é a identidade”, “a identidade é isso” (2016: 91).

Em consonância com Silva (2016), para Hall (2016) representar é utilizar de formas para dar significado às culturas, já que o processo de representação ocorre no interior das teias culturais: “Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos” (2016: 31).

Nesse contexto, as representações se instauram nas culturas por meio da linguagem. A linguagem é a categoria fundamental na constituição das representações, segundo o autor, pois são por meio dos signos, dos códigos, dos constructos simbólicos que as representações se condensam e circulam na sociedade. Nessa configuração, Hall (2016) entende as representações como produções de sentido pela linguagem: “Ela é a produção dos conceitos da nossa mente por meio da linguagem. É a conexão entre os conceitos e linguagem que nos permite referirmos ao mundo ‘real’ dos objetos, sujeitos ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário de objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios” (2016: 34).

Assim, o autor chama a atenção para os sistemas de representação: o primeiro atrelado aos sistemas de correlação, ao repertório. a um conjunto de representações mentais que o sujeito possui, já o segundo relaciona-se com a linguagem que possibilita a existência de uma mapa conceitual partilhado, por meio do qual pode-se representar ou intercambiar significados ou conceitos.

Nessa mesma direção Kathryn Woodward, no artigo “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual” (2014) constata que a “representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são

produzidos, posicionando-nos como sujeito” (2014: 18), o que significa que é através dos significados produzidos pelas representações que o sujeito atribui sentido à experiência e aquilo que ele é, ou seja “esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar” (2014: 18).

A noção acerca dos sistemas arbitrários faz-se relevante para a compreensão do funcionamento dessa sistema: “a relação entre o signo, o conceito e o objeto ao qual fazem referência é completamente arbitrária” (Hall 2016: 35). A linguagem é arbitrária porque diz respeito à determinada construção social aceita e reconhecida como tal, ainda que pudesse ter sido determinada de outra forma totalmente distinta. Por exemplo, algodão é assim compreendido como algo macio, por convenção historicamente determinada; no entanto, poderia ser representada por outra palavra, assim como objetos, pessoas ou eventos. De acordo com Hall:

O sentido não está no objeto, na pessoa ou na coisa, e muito menos na palavra. Somos nós quem fixamos o sentido tão firmemente que, depois de um tempo, ele parece natural e inevitável. O sentido é construído pelo sistema de representação. Ele é construído e fixado pelo código, que estabelece a correlação entre nosso sistema conceitual e nossa linguagem (2016: 41-42).

Nessa perspectiva compreende-se que desde criança se aprende o sistema de convenções e representações, os códigos da língua e cultura, tornando os indivíduos não apenas seres biológicos, mas sujeitos culturais. Hall afirma que “as crianças, inconscientemente, internalizam os códigos que as permitem expressar certos conceitos e ideias por meio de seus sistemas de representação – escrita, fala, gestos, visualização e assim por diante –, bem como interpretar ideias que são comunicadas a elas usando os mesmos sistemas” (2016: 43).

Esses sistemas de representação, a fala, os gestos, as palavras, as notas musicais, o vestuário, as cores, as expressões, compõe nosso mundo natural e material, contudo a sua relevância para a linguagem não é o que são, mas o que fazem, a sua função. Isto porque eles constroem significados e o transmitem, eles significam.

Utilizando o caminho percorrido até aqui, faz-se uma referência às crianças da FCG, e aos primeiros ensinamentos que recebem no Memorial do Homem Kariri, sobre as paisagens dos sítios pré-históricos, o imaginário da mitologia local, a sonoridade das cantigas e as narrativas das lendas presente nas aulas de campo. A forma como as crianças internalizam esse universo conceitual por meio dos seus sistemas de representação e o interpretam, na elaboração das histórias em quadrinhos, na produção

de textos sobre o imaginário mitológico, na produção de vídeos, torna compreensível por que é que, linguagem e representação são elementos essenciais de pertencimento à uma cultura.

Os sistemas de convenção e representação apontados por Hall (2016) são observados em diversos momentos da rotina das crianças e jovens na FCG: no ritual de limpeza diária da casa, na recepção feita aos visitantes do Memorial, na história dos mitos e lendas internalizados e incorporados aos seus repertórios culturais, nos símbolos sagrados presentes no Memorial, na hierarquia nos laboratórios de conteúdo, no respeito ao mais velhos, etc.

Considerando essas dimensões, concorda-se com Hall (2016) quando salienta que pertencer a uma cultura é fazer parte de “um mesmo universo conceitual e linguístico e saber como conceitos e ideias se traduzem em diferentes linguagens e como a linguagem pode ser interpretada para se referir ao mundo ou para servir de referência a ele” (2016: 43), isto significa ver o mundo pelo mesmo mapa conceitual e extrair sentido dele pelo mesmos sistemas de linguagem.

Por conseguinte, Hall disserta que existem três bases para explicar como a representação do sentido pela linguagem funciona: a reflexiva, a intencional e a construtivista, cada uma com abordagens distintas para a interpretação dos significados nas mensagens. Na reflexiva, a linguagem funciona como um espelho, refletindo o sentido verdadeiro, do objeto, pessoa, ideia ou eventos; na intencional, é o autor quem impõe o seu único sentido no mundo pela linguagem, isto é, as palavras significam exatamente o que o autor pretende que signifiquem. Hall (2016) considera que essa abordagem falha uma vez que a essência da linguagem é a comunicação e, por sua vez, depende de convenções linguísticas e códigos compartilhados. E, por fim, a terceira abordagem, a construtivista, que reconhece o caráter público e social da linguagem onde os significados são construídos através dos sistemas de representação.

Concebe-se, portanto, que é na abordagem construtivista que Hall (2016) identifica consonância com a sua percepção de representação. De acordo com esta abordagem, não se deve confundir o mundo material onde existem as coisas e os objetos, com as práticas e processos simbólicos pelos quais representação, sentido e linguagem operam. Não é o mundo material que transmite sentido, mas o sistema de linguagem, ou qualquer outro que utiliza-se para representar os conceitos. Por esse caminho, são os atores sociais que utilizam os sistemas conceituais, o linguístico e outros sistemas de representação de sua cultura para edificar sentido, possibilitando que

o mundo seja compreensível e para comunicar sobre esse mundo, de forma compreensível, para os outros.

Hall utiliza o exemplo da linguagem dos semáforos, para demonstrar como as linguagens funcionam como sistemas representacionais. Por meio dos significados atribuídos de forma arbitrária e cultural às cores (verde, amarelo e vermelho), refere-se ao fato de que o sentido se dá pela distinção entre as funções atribuídas a cada cor, ainda que, originalmente isto não esteja associado às cores. Desta forma, são os sentidos que foram atribuídos a eles pelos códigos ou convenções que governam essa linguagem, ou seja são significados construídos e partilhados socialmente.

Por fim, a guisa de síntese, Hall (2016: 54), acrescenta que não há uma simples relação de correspondência direta entre a linguagem e o mundo real. O sentido é produzido dentro da linguagem e através de sistemas representacionais, pela prática significativa, aquela que produz sentido e assim depende de dois sistemas de representação: os conceitos, formados na mente e que funcionam como um sistema de representação que classifica e organiza o mundo em categorias, e a linguagem, que consiste em signos organizados em várias relações.

Por sua vez, os signos só transportam sentidos se tiverem códigos que possibilitem traduzir os conceitos em linguagem e vice-versa. Sendo assim, os códigos são o resultado das convenções sociais, eles formam os “mapas de sentido” compartilhados, aprendidos e inconscientemente internalizados.

CAPÍTULO V – FUNDAÇÃO CASA GRANDE MEMORIAL DO HOMEM KARIRI: Um Estudo de Caso

5.1 As ONG: Origens e Caminhos

Conta a lenda de origem do povo kariri, que antes do mar chegar à Chapada do Araripe, existiu um grande lago que deu origem aos seus antepassados. Um dia esse lago se encantou e nos tempos de hoje, de vez em quando, se apresenta para pessoas que se perdem na floresta, em cima da chapada.

Alemberg Quindins¹⁴⁶



Figura 3: Fundação Casa Grande e recepcionistas mirins

Fonte: Registro da pesquisadora, novembro de 2015

O termo organização não-governamental (ONG) foi utilizado originalmente no artigo 71 da *Carta das Nações Unidas* em meados da década de 1940 para denominar entidades distintas que realizavam projetos humanitários ou de interesse público no período pós-guerra. No Brasil, como refere Joana Aparecida Coutinho em “Às ONGs: Origem e (des) caminhos” (2005), “a expressão se referia, principalmente, às organizações de Cooperação Internacional, formada por igrejas (católicas e protestantes), organizações de solidariedade, ou governos de vários países” (2005: 58).

Ainda segundo Coutinho, na década de 70, as ONG estavam associadas aos movimentos sociais, à transformação popular, à educação popular, à autonomia e aos

¹⁴⁶ A lenda do Castelo Encantado – Texto Alemberg Quindins, inscrito na parede do Memorial do Homem Kariri.

direitos humanos, tendo como base o método de Paulo Freire¹⁴⁷, denunciando as violações dos direitos humanos e o empobrecimento da população. Nesse período, de acordo com Maria da Glória Gohn (2000: 24), as ONG estiveram nos bastidores dos principais movimentos populares urbanos, construindo um cenário de participação civil intenso, inovando as lutas sociais e trazendo para primeiro plano sujeitos de direitos que até então não eram enxergados na sociedade, criando um novo campo ético-político e cultural, através de ações coletivas em espaços de expressão da cidadania.

Na década de 80, apesar da maioria das ONG atuarem contra o Estado, tem-se como um novo movimento dessas Organizações a construção de espaços de trocas e interlocuções entre a população e o Estado. Ao final dessa década, as ONG, pela primeira vez, atuaram, juntamente com o Estado, no processo Constituinte e de promulgação da nova Constituição, em 1988. Segundo Maria da Glória Gohn em *Os Sem Terra, ONGs e cidadania* (2000):

Tratava-se de participar de um novo momento político, que era a definição das formas de gestão dos equipamentos e serviços, a definição e implantação das leis estaduais e municipais, a construção dos diferentes conselhos e câmaras de interlocução do Estado com a sociedade. Em suma, participar da gestão dos direitos. Não se contentar em estar incluído na lei, via direito adquirido, mas lutar para sua operacionalização e gestão (2000: 25).

Alguns exemplos de direitos conseguidos através da participação organizada são: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a reforma sanitária que culminou no surgimento do Sistema único de Saúde (SUS), conselhos gestores de políticas dos direitos das mulheres, das pessoas portadoras de deficiências, dos idosos, das pessoas portadoras de deficiências, das escolas, e outras formas de estruturas de mediação entre o Estado e a sociedade civil.

Foi na década de 1990, no entanto, e de forma mais precisa durante a ECO – 92 – *Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, realizada no Rio de Janeiro, que o termo das ONG se popularizou e as Organizações passaram a se associar ao Estado e a grandes empresas, que se proclamavam empresas “cidadãs” e exaltavam o fato de atuarem sem fins lucrativos, tendo como palavra de ordem o “desenvolvimento autossustentável”. Assim, à medida que as ONG cresciam, através de parcerias com o poder público, os movimentos sociais perdiam o seu poder mobilizador.

¹⁴⁷ O Método Paulo Freire incentiva o alfabetizando a se apropriar da escrita e da palavra para que entenda melhor o mundo e conquiste autonomia para transformar o meio em que vive. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/39711-metodo-paulo-freire> (consultado em 20/06/2018).

É neste contexto que em agosto de 1991 no Brasil surge, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)¹⁴⁸ uma sociedade civil sem fins lucrativos, democrática, pluralista, antirracista e antissexista, que congrega organizações que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia. Em 2004, com a instituição do Marco Regulatório¹⁴⁹ do Terceiro Setor, as ONG, passam a ser chamadas de Organização da Sociedade Civil (OSC). De acordo com a sua estrutura e a forma como são geridas, os diversos tipos têm denominação diferentes: Fundação, Organização da Sociedade Civil, Cooperativa, Instituto Empresarial, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Organizações Sociais (OS), Entidade de Beneficente de Assistência Social e Negócio social.

O Mapa das Organizações da Sociedade Civil¹⁵⁰ integra um amplo e crescente volume de base de dados oficiais, provenientes de fontes públicas e privadas, atualizadas constantemente e alimentadas por informações enviadas diretamente pelas OSC e por entes federados, onde é possível visualizar a quantidade de OSC atualmente no Brasil e nas regiões brasileiras. Na figura abaixo pode-se visualizar a quantidade de OSC por regiões brasileiras e o total no Brasil.

¹⁴⁸ A ABONG tem sua origem em organizações com perfil político caracterizado pela resistência ao autoritarismo; consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; luta contra as desigualdades sociais, econômicas, políticas, civis; a universalização e construção de novos direitos e a consolidação de espaços democráticos de poder. Disponível em <https://abong.org.br/quem-somos/nossas-causas/> (consultado em 13/06/2018).

¹⁴⁹ Ver Lei Nº 13.019, de 31 de Julho de 2014. Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação

¹⁵⁰ O Mapa das OSCs, é uma plataforma virtual de transparência pública colaborativa com dados das OSCs de todo o Brasil. o Mapa é gerido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em <https://mapaosc.ipea.gov.br/> (consultado em 18/06/2018).



Figura 4: Número de OSC por região do Brasil
 Fonte: Mapa das Organizações da Sociedade Civil (<https://mapaosoc.ipea.gov.br/>)

Por sua vez, das 194.060 OSC existentes no Nordeste Brasileiro, 32.469 estão no Estado do Ceará, sendo 57 no Município de Nova Olinda, como registrado no mapa abaixo:

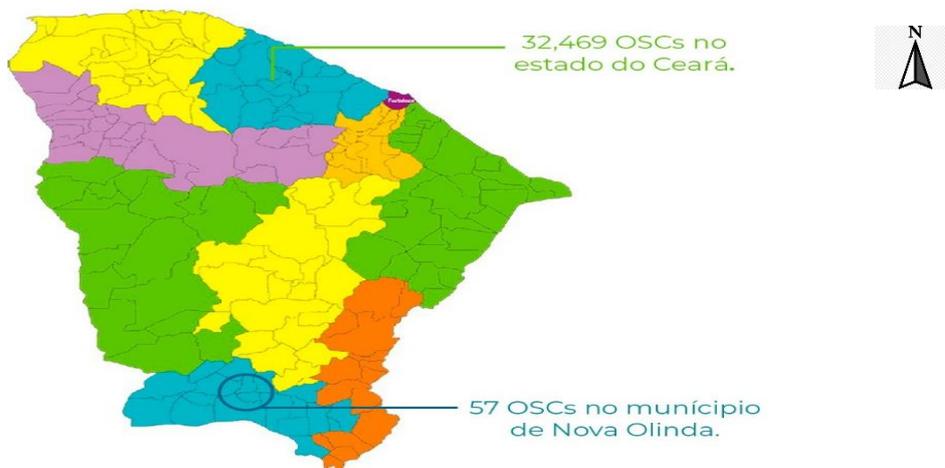


Figura 5: Número de OSCs no Estado do Ceará
 Fonte: Mapa das Organizações da Sociedade Civil (<https://mapaosoc.ipea.gov.br/>)

Segundo o Mapa das Organizações da Sociedade Civil, na população de OSC do município de Nova Olinda, 91.23% são classificadas como Associação Privada. A média nacional é de 82.75% de OSC identificadas como Associação Privada (ver Gráfico 5).

Natureza Jurídica

Na população de OSCs do município, **91.23%** são classificadas como Associação Privada. A média nacional é de **82.75%** de OSCs identificadas como Associação Privada.

Fonte: CNPJ/SRF/MF 2016, CNPJ/SRF/MF 2018, RAIS/MTE.

[Visualize os dados em tabela.](#)

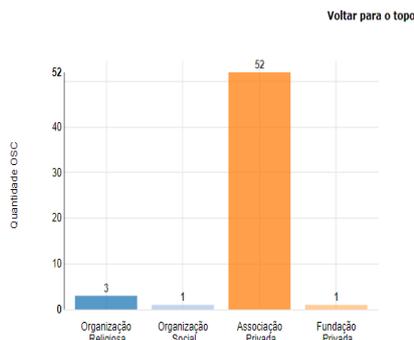


Gráfico 5: Natureza Jurídica das OSCs de Nova Olinda-CE

Fonte: Mapa das Organizações da Sociedade Civil (<https://mapaosc.ipea.gov.br/>)

No que tange a área de atuação das OSC do município de Nova Olinda-CE esta possui 58.57% das OSC atuando em desenvolvimento e defesa de direitos, enquanto o percentual médio nacional de OSC nesta categoria é de 33.93%. (Gráfico 6).

Área de Atuação

Nova Olinda - CE possui **58.57%** das OSCs atuando em Desenvolvimento e defesa de direitos, enquanto o percentual médio nacional de OSCs nesta categoria é de **33.93%**.

Fonte: CNPJ/SRF/MF (2018), CADSOL/MTE (2017), RAIS/MTE, CNEAS/MDS 2017.

[Visualize os dados em tabela.](#)

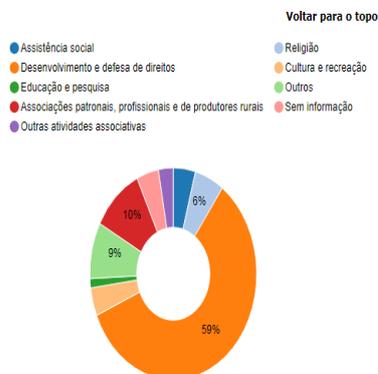


Gráfico 6: Área de atuação das OSC em Nova Olinda-CE

Fonte: Mapa das Organizações da Sociedade Civil (<https://mapaosc.ipea.gov.br/>)

À luz desses dados cabe reconhecer que a FCG é uma fundação privada sem fins lucrativos e sua área de atuação encontra-se no Desenvolvimento e Defesa dos Direitos. A sua origem, trajetória e desenvolvimento serão relatados de forma pormenorizada na próxima seção.

5.2 A Casa Azul: História Tecida de Afetos

Para contextualizar a gênese da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, foi necessária uma análise profunda em fontes diversas, como Artigos; Teses; Dissertações; Site da fundação; Vídeos; pesquisas, bem como entrevistas com fundador e gestores e meninos e meninas da FCG que, de alguma forma, participaram dessa trajetória.

A Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri é uma ONG situada em Nova Olinda, um município localizado na Chapada do Araripe, no Ceará, compondo o conjunto de municípios que fazem parte da Região Metropolitana do Cariri (Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Cariri, Farias Brito, Missão Velha, Jardins, Nova Olinda e Santana do Cariri).

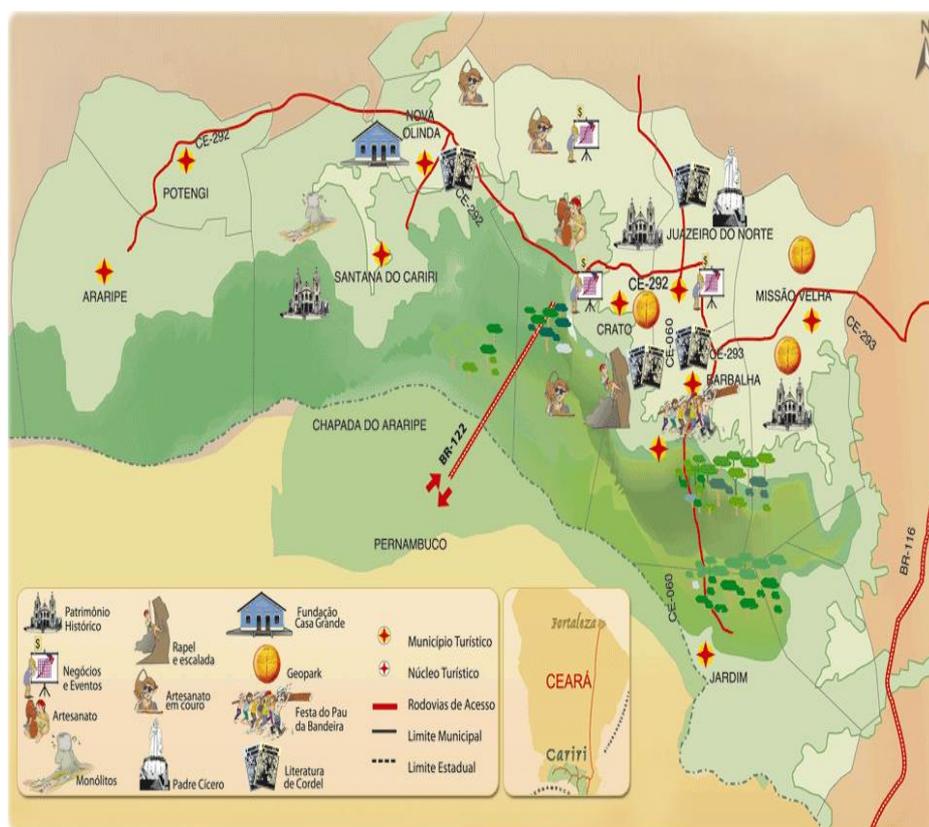


Figura 6: Mapa da Região do Cariri

Fonte: <https://www.brasil-turismo.com/ceara/mapas/cariri.htm>

A Bacia do Araripe¹⁵¹ é uma unidade geológica que abarca uma área de 12.000 quilômetros quadrados, considerada a maior bacia sedimentar do interior do Nordeste

¹⁵¹ Para maior aprofundamento ver: Bacia do Araripe. Disponível em <http://ppegeo.igc.usp.br/index.php/rbg/article/view/11694> (consultado em 08/06/2019).

Brasileiro, inserida no sertão, estende-se pelo extremo Sul do Estado do Ceará, Nordeste do Pernambuco e Leste do Piauí. Como o principal destaque em termos de relevo tem a Chapada do Araripe¹⁵². A questão geológica tem sido abordada por Limaverde:

O estudo geológico dessa região tem revelado capítulos importantes da evolução da história da vida e da terra. Os depósitos sedimentares preservam grande diversidade de rochas, como os calcários, argilitos, arenitos e espessos depósito de gipsita, registro dos ambientes geológicos que existiram nesta região (2015: 65).

A sedimentação da Bacia do Araripe principiou-se no âmbito da água doce, mas o mar invadiu a região, formando camadas de gesso e rochas associadas. Peixes fósseis característicos do ambiente marinho testemunham a presença do mar na região em épocas pretéritas. A ligação com o mar interrompeu-se temporariamente e a redução de salinidade propiciou o desenvolvimento de faunas marinas (Limaverde 2015: 68).

A autora infere que no Cariri os fatores ambientais contribuem para a vida de forma singular e os vestígios arqueológicos indicam que a escolha de uma história comum e interligada a do *habitat* humano na região ocorreu desde épocas muito remotas. Para a autora:

No Cariri, a paisagem do araripe é que mantém o diferencial, pois é fruto de uma história comum e interligada: a história humana e natural. Podemos perceber fortemente essa integração porque o ambiente da Chapada reflete na cultura local, sendo o Cariri considerado o Santuário do Nordeste, berço da cultura cearense, inspirando com maior intensidade a criatividade humana que é ritualizada através de inúmeras manifestações culturais, expressões, celebrações, saberes e fazeres. É o Cariri uma riqueza em patrimônio imaterial, mestres da cultura popular, manifestações artísticas e movimentos de arte popular e contemporânea (Limaverde 2015: 86).

O Cariri cearense é reconhecido pela sua riqueza cultural, artesanal e seu potencial criativo, um verdadeiro caldeirão de cultura e criatividade, considerada uma área privilegiada, um verdadeiro oásis no meio do polígono das secas¹⁵³. Irineu Pinheiro, na obra *O Cariri* (2010), classifica “o Cariri [como] uma estreita faixa de terreno sertanejo com fontes que nunca secam” (2010: 8).

De acordo com Lustosa da Costa em “Cultura, território e desenvolvimento: a bacia cultural como conceito e estratégia” (2013), é sobretudo no plano da cultura que o Cariri e a Chapada do Araripe se afirmam como região “pelos traços de identidade,

¹⁵² Um platô central situado na divisa dos estados do Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba, a Chapada do Araripe abriga fontes naturais, grutas, sítios paleontológicos e arqueológicos, além de uma vasta cultura popular. Disponível em <https://www.araripepatrimonio.com.br/> (consultado em 08/06/2019).

¹⁵³ A Lei 175/36 (revisada em 1951 pela Lei 1.348) reconheceu o Polígono das Secas como a área do Nordeste brasileiro composta de diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez e sujeita a repetidas crises de prolongamento das estiagens. Disponível em <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1013964/o-que-se-entende-por-poligono-das-secas> (consultado em 08/06/2019).

pelas tradições comuns, pela vocação para a geração de renda nas áreas de cultura e artesanato e pela complementaridades econômicas” (2013: 174). O autor esclarece:

Com seu relevo e sua floresta, a região oferece uma belíssima paisagem natural, onde se encontra um singular acervo paleontológico, riquíssimo em fósseis que se mostram à flor da terra, inscrições rupestres, com os registros de civilizações passadas, e o diversificado patrimônio material (natural ou edificado) e imaterial. São numerosas e variadas manifestações da cultura popular, a começar pela força da religiosidade, pela quantidade de folguedos e festas populares e pela beleza e multiplicidade do artesanato e pela diversidade dos produtos da culinária regional (Lustosa da Costa 2013: 174-175).

É nesta região amalgamada por esta potência cultural criativa e cercada de natureza exuberante com muitos relatos ancestrais e objetos arqueológicos e paleontológicos cravejado de mitos e histórias, que se encontra a cidade de Nova Olinda, que viu transformar uma tapera abandonada em esperança de meninos e meninas do sertão nordestino pela arte e a cultura.

A população da cidade, segundo os dados do Censo 2010¹⁵⁴, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 14.256 habitantes distribuídos em 284 km de área territorial, com uma população residente rural de 4.560 pessoas e residente urbana de 9.696 pessoas. Tem uma produção agrária de milho, arroz e feijão, além de empresas extrativistas, de transformação e comerciais (a grande maioria).

É apropriado também mencionar o cenário de acentuada desigualdade e concentração de renda vivenciada pela cidade; de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE)¹⁵⁵, a população em idade ativa (PIA), composta por pessoas residentes de 10 anos e mais, equivalia, em 2000, a 76,88% do total dos moradores. Cerca de 90% destes estavam inseridos nas classes de rendimento de até um salário mínimo, em contraponto à participação dos extratos de rendimentos mais elevados com faixas entre 10 a 20 salários mínimos, referente a 0,47 e que recebem mais de 20 salários mínimos, referente a 0,3% da PIA. Estes últimos números correspondem a menos de 1% da população ativa.

Os jovens do município de Nova Olinda compartilham um panorama de desigualdades de oportunidades de acesso a bens materiais, simbólicos e direitos universais como a educação e o direito à informação. Em 2012, o Censo Educacional

¹⁵⁴ Para maior aprofundamento ver: Resultados censo 2010. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230920&idtema=1&search=ceara|nova-olinda|censo-demografico-2010:-sinopse> (consultado em 10/01/2015).

¹⁵⁵ Para maior aprofundamento ver IPCE. Disponível em http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Nova_Olinda.pdf/view?searchterm=Nova%20Olinda (consultado em 10/01/2015).

realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação, assinalou que, no município, existem 2.282 estudantes matriculados no ensino fundamental. Este número baixa para 679 no ensino médio¹⁵⁶. Para os que almejam cursar o ensino superior, os obstáculos se ampliam, pois necessitam se deslocar para as cidades vizinhas, Crato ou Juazeiro do Norte. Diante desse cenário, reflete-se a alta taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos, 34,2%¹⁵⁷; por sua vez, as políticas públicas de geração de emprego e renda são escassas.

O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) do ano de 2016 de Nova Olinda tem como objetivo sistematizar em um único índice, diversas dimensões relacionadas com o desenvolvimento dos municípios constituindo-se, assim, em um instrumento para diagnósticos e de referência para a proposição e orientação de políticas públicas. A tabela 1 apresenta o Índice de Desenvolvimento Municipal de Nova Olinda (IDM) em 2016, bem como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Índices	Valor	Posição no ranking
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) – 2016	25,68	87
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 2010	0,625	60
Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS – O) – 2015	0,829	7
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS – R) – 2015	0,593	52

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Municipal de Nova Olinda

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Segundo dados do IBGE¹⁵⁸, a emancipação política de Nova Olinda se deu em 14 de março de 1957, quando foi elevada a município, pela lei n 3.555, e emancipada de Santana do Cariri. As suas origens, por sua vez, registram-se das últimas décadas do século XIX quando ainda era conhecida como Tapera, uma pequena localidade às

¹⁵⁶ Para maior aprofundamento ver estudantes matriculados no ensino fundamental. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230920&idtema=117&search=ceara|nova-olinda|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012> (consultado em 08/01/2018).

¹⁵⁷ Para maior aprofundamento ver Taxa de Analfabetos. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230920&idtema=132&search=ceara|nova-olinda|sistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010> (consultado em 08/01/2018).

¹⁵⁸ Para maior aprofundamento ver Histórico da cidade. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230920&search=ceara|nova-olinda|infograficos:-historico> (consultado em 08/06/2019).

margens do rio Cariús¹⁵⁹ que, de acordo com Lindoso (2005), nas margens do referido rio que se localizava a aldeia indígena do povo Kariú Kariri, primeiros moradores do local.

Devido às características ambientais abundantes da região, pastos verdejantes, águas em abundância e uma vegetação protuberante, tornou-se paragem obrigatória para os viajantes que transportavam mercadorias para o sertão nordestino, provenientes de diversas capitanias fazendo parte do caminho das boiadas¹⁶⁰ à época do Ciclo do Couro¹⁶¹.

Como ponto de apoio para fazer o pernoite dos comboieiros¹⁶² e viajantes que passavam pelo caminho das boiadas, foi erguida uma tapera¹⁶³ sem paredes laterais, que com o passar do tempo transformou-se em uma fazenda, como menciona Limaverde: “no lugar da Tapera, foi construída uma Casa Grande¹⁶⁴, uma capela e um cemitério. Em volta surgiram as primeiras casas dos moradores, transformando aos poucos o lugarejo em povoado, o Povoado de Tapera” (2015: 28).

Posteriormente, o seu nome foi modificado¹⁶⁵ para Nova Olinda, pela influência de um missionário pernambucano, Frei Henrique Feitosa, que, vindo de Olinda, cidade pernambucana, observara semelhanças geográficas entre os dois municípios.

Voltando à pesquisa realizada por Limaverde, em 1932, a Fazenda Tapera com a Casa Grande foi adquirida por dois mil contos de réis¹⁶⁶, pelo senhor Manoel Ferreira Lima, conhecido popularmente como Neco Trajano, um tropeiro de rapadura “caboclo originário dos sovacos de Serra dos Azevedo (Chapada do Araripe), em Santana do

¹⁵⁹ Para maior aprofundamento ver Rio brasileiro que banha o estado do Ceará, é um afluente do Rio Jaguaribe. Disponível em <http://pt.db-city.com/Brasil--Cear%C3%A1--Cari%C3%BA>s (consultado em 10/06/2019).

¹⁶⁰ Por onde eram levadas as mercadorias para o sertão, vindas de Aracati, provenientes das demais capitanias. Por ela também eram carregados os produtos das salinas cearenses para as regiões do rio São Francisco (Jucá Neto, 2009: 85).

¹⁶¹ Capistrano de Abreu, célebre historiador cearense, denominou a formação cultural sertaneja, fruto da miscigenação das raças branca, indígena e negra, como civilização do couro. Disponível em <https://aduern.org.br/2015/05/04/artigo-a-civilizacao-do-couro-e-a-civilizacao-da-seca-definicoes-para-o-processo-de-construcao-sociocultural-do-semiarido-nordestino/> (consultado em 10/06/2019).

¹⁶² Homens conhecidos por guiarem o gado no percurso do caminho das boiadas.

¹⁶³ Tapera, em tupi, significa Casa Velha Abandonada, habitação em ruínas. dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem tupi (Cunha, 1982: 2790).

¹⁶⁴ A casa-grande foi casa de morada, vivenda ou residência do senhorio nas propriedades rurais do Brasil colônia a partir do século XVI. Tudo no engenho girava em torno da casa-grande, sendo ela uma espécie de centro de organização social, política e econômica local. Disponível em http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=831&Itemid=1 (consultado em 10/06/2019).

¹⁶⁵ Segundo relatos da história oral por meio do depoimento da Sra. Irani moradora de Nova Olinda em entrevista concedida à pesquisadora em julho de 2008.

¹⁶⁶ Nome da unidade monetária utilizada no Brasil à época.

Cariri” (Limaverde 2015: 31). Viúvo e casado pela segunda vez com Dona Santana, viúva também, tiveram cinco filhos, entre eles Miguel que viria a ser pai de Alembert Quindins, idealizador e diretor da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, protagonista principal dessa narrativa juntamente com Rosiane Limaverde.

Aqui pode-se observar as características peculiares das três gerações (Neco Trajano, Miguel e Alembert Quindins), e de como as referidas características se entrelaçam na história da FCG. De acordo com Limaverde, Neco Trajano era alegre e gostava de contratar violeiros, repentistas e contadores de histórias que frequentemente com suas cantorias e repentes atraíam muita gente para o terreiro da casa, o que tornava o lugar centro das atrações da pequena Vila de Nova Olinda, hábito até hoje preservado com apresentações de cortejos e festividades no terreiro da FCG.

Miguel, o filho caçula de Neco Trajano e Dona Santana, desde a tenra idade que exprimia a vontade de ser médico. Tornou-se farmacêutico e médico prático exercendo diversas atividades de saúde básica. Fundou a primeira rádio de Nova Olinda denominada “A voz da Liberdade” que mantém atividade até hoje e é gerida pelos meninos da FCG. Foi prefeito de Nova Olinda de 1971 a 1973.

Alembert, um dos filhos de Miguel, segundo Limaverde, “herdou muitas características do pai e do avô. Alegre, carismático aproveitou em sua infância todas as diversões de Nova Olinda” (Limaverde 2015: 34). Aos nove anos de idade, em 1973, deixa Nova Olinda e vai morar com o pai e seu irmão em Miranorte, atualmente Estado de Tocantins, onde ficou até 1983.

Percebe-se nesse contexto, que diversas histórias se entrecruzam à gênese da Fundação Casa Grande; porém, importa salientar o período de abandono da Casa Grande como fio condutor dessa trajetória. Com a morte do casal Neco Trajano e posteriormente Dona Santana e, conseqüentemente, a tomada de rumos distintos de todos os herdeiros, a Casa Grande da Fazenda Tapera, volta a ser inabitada e, de acordo com Limaverde, “se transformando novamente em Tapera, Casa Velha abandonada, ficando esquecida e em ruínas, povoada apenas de imaginados míticos e as terras de sua propriedade sendo incorporadas lentamente à urbanização da cidade” (2015: 34).



*Figura 7: A Casa Grande em ruínas, em 1992, ano de sua restauração
Fonte: Site da Fundação Casa Grande.*

No entanto, em 1983, Alembert Quindins – neto do proprietário, Sr. Neco Trajano – e sua esposa, Rosiane Limaverde, de volta ao Cariri, iniciaram uma pesquisa de campo de resgate histórico das populações que habitam a região de Nova Olinda, coletando lendas regionais para comporem músicas sobre a pré-história do povo indígena Kariri, habitantes originários. Cabe destacar que ao longo da pesquisa o casal começou a receber dos moradores da região muitas peças de valor arqueológico. Nas palavras de Alembert Quindins¹⁶⁷.

A Fundação nasceu da música, eu e a Rosinae na década de 80, a gente saiu fazendo pesquisas nos pés de serra do sertão para fazer uma imersão na música da pré-história do homem então a gente, começou a construir os instrumentos musicais de pedra, de barro de madeira, cabaça e começamos a sonorizar os ambientes. Por exemplo: tinha uma caverna que tinha pintura rupestre, quando o vento passa na boca da caverna ele fazia “hummmmm” qual a nota desse som? E então a gente começou a procurar os sons dos lugares, então a gente começou a transformar isso em música, começamos a participar de festivais tocando essas músicas e as letras eram as músicas de lendas. Começamos a cantar isso, essas lendas e depois de 10 anos nessa imersão musical a gente ia andando e as pessoas iam dando peças arqueológicas pra gente, machados de pedra, panela de barro e aí agente começou a ter isso em casa e começamos a pensar que tinha que ser aberto um lugar para mostrar esse acervo que a gente já reunia em casa e que os universitários já visitavam a gente lá em casa pra conversar sobre isso. E então daí surgiu a Casa Grande, então a casa nasceu das músicas e quando não coube a parte material que ela coletou nos transformamos isso em instituição e a filosofia da Casa Grande é uma filosofia muito musical, então por exemplo estamos aqui falando de lugar então eu trouxe a música de Belchior “Conheço o meu lugar”, então quando eu era menino escutava Zé Geraldo que dizia “meu amigo meu compadre meu irmão escreva

¹⁶⁷ Em entrevista cedida em 24 de junho de 2007, primeiro contato que a pesquisadora teve com a FCG.

sua história pelas suas próprias mãos”. Então isso era levado a sério e você ter uma vida que pudesse acumular conhecimentos e que pudesse escrever a sua história a partir da sua história, do que você viveu e do que vive. A música aqui na Casa Grande é muito importante, são trilhas sonoras para ensinamentos.

Em 1992, a casa que deu origem à cidade de Nova Olinda, a Tapera abandonada, começou a ser restaurada e em 19 de dezembro de 1992 a Fundação Casa Grande – Memorial Homem Kariri é fundada pelo casal Alembert Quindins e Rosiane Limaverde, com a missão de guardar as memórias do povo Kariri e se tornar um museu, para abrigar o acervo acumulado em dez anos de pesquisa e ser utilizado como fonte de pesquisa dos jovens universitários da região. Limaverde explica:

Foi no ano de 1992, a partir de sua restauração, que a Casa Grande iniciou a reconstrução da linha do tempo pretérito do homem na Chapada do Araripe, com que o primeiro patrimônio a ter significância passou a ser a própria Casa, como o portal de entrada de volta ao passado, um Lugar de Memória (Limaverde 2015: 53).

Ressalta-se um aspecto peculiar e singular, apontado por Quindins em entrevista:

A casa historicamente teve uma função de rancho comboieiro na época do Ciclo do Couro e que, portanto, trazia consigo um caráter da política da época da colonização e dominância do explorador que praticamente eliminou a cultura ancestral do homem Kariri. E nada mais justo que a casa que fez a cultura do homem Kariri quase extinta, ter agora como missão o resgate da história deste mesmo povo.¹⁶⁸



Figura 8: Fachada da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, em 2016
Fonte: Registro da pesquisadora durante a pesquisa de campo

¹⁶⁸ Em entrevista cedida em 24 de junho de 2007, primeiro contato que a pesquisadora teve com a FCG.

5.3 O Lugar do Brincar: A Infância como Espaço de Invenções

A Casa Grande passa então, a partir de sua inauguração em 19 de dezembro de 1992, a ser a grande atração da cidade para as crianças que muito curiosas e interessadas pelo que estava acontecendo começaram a “invadir” todos os espaços do Memorial, como reflete Limaverde:

Quando a Casa Grande abriu as suas portas para meninada, foi necessário criar uma linguagem lúdica do imaginado nos mitos e sua representação através das narrativas (contação de histórias), das músicas e das imagens (fotografias, desenhos e quadrinhos) dos lugares encantados, instigando a criançada à imaginação. Desse modo, foi possível levar as crianças a realizarem novas descobertas e redimensionarem a experiência com o seu próprio lugar e a redescobrir seus próprios lugares no mundo. O Museu arqueológico do Memorial do Homem Kariri passou a ser um lugar de brinquedo, e por isso mesmo, extremamente fascinante aos olhos infantis, um portal para o Reino Encantado (2015: 358).

É nesse cenário de novas possibilidades e aprendizados, onde os meninos e as meninas da cidade de Nova Olinda, em condições precárias de ensino, começam a chegar à Casa Grande, ávidos para aprender e desafiar novos horizontes por meio do brincar e dispendo de poucos recursos materiais, somente o acervo inicial do Memorial, as lendas, os mitos, os instrumentos de percussão, resultado da pesquisa realizada pelo casal, que toda essa história se desenrola. O relato de Aemberg¹⁶⁹ esclarece:

A casa desde 1992 quando criamos, as crianças tomam de conta dela. Nós estávamos arrumando a casa, a expografia que no início era apenas só a casa e os meninos começaram a brincar no terreiro da Casa Grande, observar que na casa tava havendo uma montagem de alguma coisa e quando a gente abriu a casa eles trouxeram as brincadeiras para brincar aqui no terreiro e nós começamos a fazer os campeonatos de bila com a meninada. Depois eles começaram a ver que se tratava de um museu e falavam sobre um assunto, depois começaram a observar o que a gente falava e começaram a falar também, surpreender a gente. A gente não esperava que eles fossem se interessar pelo que tava dentro da casa porque o que tava dentro da casa era um assunto ligado a universitários, mitologia, arqueologia, um assunto mais científico.

Inicialmente atraídas pelas possibilidades lúdicas que a casa provia, as crianças foram se apropriando cada vez mais dos espaços de memória da casa e começaram a

¹⁶⁹ Em entrevista cedida em 24 de junho de 2017.

criar as suas próprias dinâmicas de trabalho, como se pode observar na entrevista concedida por Alemberg¹⁷⁰:

Então eles entraram dentro da casa e começaram a ser os recepcionistas, aí a gente foi dando nomes a eles; aquele que organiza as brincadeiras agente deu o nome de diretor de cultura, o que explicava a casa diretor de pesquisa e os meninos tinham que ter atenção de quando chegar de manhãzinha, varrer a calçada e limpar os expositores, agente deu o nome de diretor de manutenção. Foram os três primeiros diretores da casa, e aí eles começaram a trazer os amigos da rua deles e esses amigos foram se transformando em recepcionistas e auxiliares. E aí a gente começou a fazer: você é auxiliar de diretor de cultura, auxiliar de diretor de manutenção, aí fomos criando as outras funções. No que eles iam trazendo outros amigos e iam vendo a necessidade da casa eles foram também denominando, foram criando essas funções. Todo dia eles abriam a casa, fechavam, limpavam organizavam. Então foram eles que foram criando essa forma da casa funcionar, e agente foi apoiando, e a gente foi trazendo pra eles, montando a biblioteca, e eles foram administrando, aumentado o leque de coisas para administrar. Então os meninos foram crescendo e ensinando os menores, então por isso que se deu essa cultura diferenciada na Casa Grande de ser as crianças que administram a casa. Não foi uma coisa que a gente inventou, ou então entrou aqui dois pedagogos que queriam implantar uma pedagogia, não teve nada disso. As crianças sabem se organizar, sabem inventar. a infância é um tempo que é um território de invenções.

Um outro aspecto que deve ser relatado é a relação que foi criada com a comunidade, como uma forma de estabelecer um vínculo mais próximo, aos sábados Alemberg e Rosiane colocavam a televisão de 14 polegadas e o vídeo na calçada da FCG e amplificam o som com filmes bem populares como “os Trapalhões¹⁷¹”, “Vidas Secas¹⁷²” entre outros, atraindo muitos moradores da cidade; essa ação se pode entender como a semente da TV Casa Grande, que muitos anos depois, foi implementada por um dos jovens da FCG.

Além disso, outras formas de comunicação começaram a ser estabelecidas com a comunidade, com a doação pelo pároco da cidade de quatro megafones e com o acervo que o casal possuía de discos de vinil, foi resgata a amplificadora “A voz da Liberdade” criada pelo pai de Alemberg na década de 60 e já mencionado neste trabalho. Programas como “A Hora da Saudade” em que as músicas da velha guarda eram privilegiadas, “Manhã de Feira” aos sábados com músicas do Luiz Gonzaga¹⁷³, o rei do baião e

¹⁷⁰ Em entrevista cedida em 24 de junho de 2017.

¹⁷¹ Grupo de quatro humoristas brasileiros que fizeram sucesso, durante 18 ano na televisão brasileira. disponível em <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/os-trapalhoes/> (consultado em 18/06/2019).

¹⁷² Obra-prima homônima de Graciliano Ramos, *Vidas Secas*, adaptado para o cinema por Nelson Pereira dos Santos. Disponível em <https://vermelho.org.br/2013/04/12/os-50-anos-de-vidas-secas-o-filme/> (consultado em 18/06/2019).

¹⁷³ Luiz Gonzaga (1912-1989) foi um músico brasileiro. Sanfoneiro, cantor e compositor, recebeu o título de "Rei do Baião". Disponível em https://www.ebiografia.com/luiz_gonzaga/ (consultado em 18/06/2019).

“Submarino amarelo”, o mais esperado pela criançada, começaram a ser veiculados na amplificadora, inicialmente produzidos pelo casal e auxiliado pela meninada mas pouco a pouco produzidos sozinho por eles. É desta maneira, como aponta Limaverde que: “Nasceu assim a Escola de Comunicação da Meninada do Sertão” (Limaverde 2005: 365).

Limaverde compara a FCG a um território, ou uma pequena nação e como tal, possui alguns símbolos que lhes são sagrados como o uniforme, a bandeira, o hino e as cores, aspectos significantes do que a Casa representa para cada um desses meninos e meninas que a frequentam. A entrega do uniforme usado pela meninada segue um ritual, logo que chegam a FCG, atraídos pelo brincar acabam se identificando com uma determinada função; durante esse período é realizado um acompanhamento da trajetória desse menino ou menina pelos gestores de cada um dos laboratórios ou atividades em que eles se inseriram e onde são observados suas responsabilidades, frequência e empenho nas atividades da Casa. A concretização para se tornar de fato um menino da FCG é receber o uniforme¹⁷⁴, o que acontece uma vez por ano, no dia 19 de dezembro, data da fundação da FCG, na festa da Renovação do Sagrado Coração de Jesus¹⁷⁵, no tão esperado “Ritual do Uniforme”. De acordo com o site da FCG:

O uniforme, longe de representar uma padronização que causa a perda da individualidade das crianças, marca um momento sagrado para as pessoas da Fundação e indica união, conquista e pertencimento. As cores, vermelha e branca, estão presentes nas paredes e barras dos interiores da Casa Grande e, por isso, representam quem ali está: o homem.



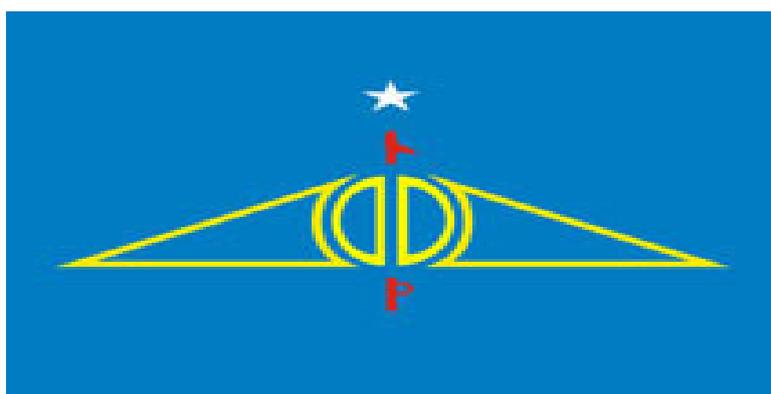
*Figura 9: Ritual da entrega do Uniforme
Fonte: Site da Fundação Casa Grande*

¹⁷⁴ Anexo 20 – uniforme da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri

¹⁷⁵ Festa da Renovação do Sagrado Coração de Jesus é uma das demonstrações de fé e de religiosidade do povo do interior nordestino.

Sendo assim, após receber o uniforme, tanto as crianças quanto os jovens experimentam todos os projetos que a Casa Grande os possibilita, mas, ao longo do tempo, vão identificando-se com atividades específicas, que os apontam preferências do que eles desejam desenvolver na vida adulta.

A bandeira da FCG, segundo Limaverde (2015: 386), é hasteada todos os dias às 8 horas da manhã. A referida bandeira contém o brasão da fachada da Casa (azul e amarelo), o símbolo do Memorial (vermelho), e o símbolo do Educandário (branco), significando a Casa, o Homem e o Conhecimento.



*Figura 10: Bandeira da Fundação Casa Grande
Fonte: Site da Fundação Casa Grande*

Foi adotado pela Fundação Casa Grande um Hino, a música “Essa Casa” do músico Moraes Moreira:

Essa casa é tão bonita
como a gente que habita
Desde a rua até a porta,
até a sala de visita,
até o fundo do quintal.
Todo mundo acredita
no objetivo igual.
tudo que se reza e pede
é que Deus seja seu hóspede principal.
Essa casa é tão bonita
quando a inspiração visita
o coração do cantor.
Tem amor no jardim,
tem a flor do amor perfeito.
Tem um banco que foi feito
só pra namorar.
Tanta coisa, e adivinha
como eu me sinto feliz.
Alguma coisa me diz
que essa casa é a minha.

5.4 Formação Cidadã

Ao tecer esse breve percurso da gênese da FCG e iniciar a pesquisa de campo que começou em dezembro de 2016 por meio de várias visitas a Fundação, observou-se que a chegada das crianças à Casa se inicia por meio do brincar de forma bastante espontânea, e ao adentrar ao espaço do brincar, vão identificando, por meio do processo educativo, as suas próprias linguagens e trilhando caminhos através de suas preferências. Assim, percebe-se que as mencionadas preferências são os fios condutores para que essa meninada seja inserida nos programas de formação que são desenvolvidos na FCG.

A Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, ao longo de 28 anos de existência tem vindo a despertar o interesse de diversos pesquisadores da área da cultura, educação e da comunicação por ser uma instituição que atua na divulgação e valorização da cultura e dos costumes do povo do Cariri por meio dos seus programas e laboratórios. Assim para Limaverde:

A Fundação Casa Grande é um espaço de vivência utilizado e gerido por crianças e jovens da comunidade de Nova Olinda, que vem se formando com ética como cidadãos e profissionais a serviço das ações voltadas à preservação e fomento do patrimônio cultural e artístico nacional, através das atividades e programas sócio educativos, cujas raízes se aprofundam geo-historicamente, caracterizando um trabalho voltado para uma intervenção sociocultural e ambiental da região do Cariri (Limaverde 2015: 384-385).

A Fundação tem como missão, segundo o site da instituição, a formação educacional de crianças e jovens protagonistas em gestão cultural por meio de seus programas que se inserem nas esferas da Memória e Educação Patrimonial, Comunicação Social, Arte Integrada, Turismo Comunitário; Esporte de Rua e Meio Ambiente. Os programas de formação da Fundação Casa Grande desenvolvem atividades de complementação escolar através dos laboratórios de conteúdo e produção. O objetivo é a formação interdisciplinar das crianças e jovens, a sensibilização do ver, do ouvir, do fazer e conviver através do acesso a qualidade do conteúdo e ampliação do repertório e do capital cultural.

De acordo com o Estatuto¹⁷⁶ da FCG, disponível no site da fundação, a instituição se define como “apolítica” com objetivo de servir a sociedade e o seu desenvolvimento. Faz parte também de suas funções:

Pesquisar, preservar, coletar, juntar em acervo, comunicar, exibir e publicar para fins científicos, de estudo e recreação, a cultura material e imaterial do homem Kariri e de seu ambiente, bem como estabelecer registro e cadastramento do patrimônio cultural da região do homem Kariri, com fins de cuidar do acervo arqueológico e ecológico e servir de instrumento de evolução para às artes e a cultura do homem Kariri; Formular e incentivar projetos nas áreas de arte e cultura, educação, meio ambiente, esporte, políticas públicas, saúde, patrimônio cultural, arqueologia, comunicação, turismo de desenvolvimento social, ciência e tecnológico, gestão social e economia.

A Fundação Casa Grande, ainda de acordo com seu Estatuto, “possui quatro categorias de integrantes”: Fundador (atribuída as pessoas signatárias da escritura de Instituição e constituição da Fundação); Benfeitor (as pessoas que contribuem permanentemente com prestação em dinheiro ou em serviço, ou adoção patrimonial, estabelecidas pela Diretoria; Mantenedor (atribuída as pessoas que, por proposta da Diretoria tenham assinado compromisso de contribuição para manutenção da Fundação por período não inferior a dois anos e Colaborador (atribuída a toda pessoa física ou jurídica que, identificada com os objetivos da Fundação, compromete-se a contribuir financeiramente, ou por qualquer outra forma, para que possa alcançar suas finalidades. O ingresso do integrante à Fundação será gratuito.

A FCG é administrada por Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal e possui dois conselhos consultivos: Conselho Cultural e Conselho Científico. Compete à Assembleia Geral eleger a diretoria e o conselho fiscal, aprovar o regimento interno e decidir sobre qualquer alteração ao estatuto da Fundação Casa Grande. A Diretoria é o órgão deliberativo que planeja, executa e administra a FCG composta por um Diretor-Presidente, um Diretor-Administrativo e um Diretor-Financeiro. Cabe ao Conselho Fiscal reunir-se para aprovação da prestação de contas, emitir parecer aprovando o balanço patrimonial.

Já o Conselho Cultural é constituído por cinco integrantes indicados pela diretoria dentre os jovens beneficiados pelos Programas da FCG, e que tenham acima de 18 anos e tem como missão zelar pelo efetivo cumprimento do objetivo da Fundação e ser consultado sobre linhas gerais e programáticos nos assuntos pedagógico-culturais a serem adotados pela Fundação. O Conselho Científico por sua vez, é formado por três

¹⁷⁶ Ver, anexo 21, o Fac Símile do Estatuto da Fundação Casa Grande na íntegra.

integrantes dentre profissionais de diversas áreas do conhecimento, indicados pela diretoria e a eles compete elaboração de notas de orientação, sugestão de linhas de trabalho e operações quanto solicitado pela diretoria, bem como consultas sobre as linhas programáticas no âmbito científico a serem utilizadas pela Fundação.

Sendo assim, o seu Organograma Institucional¹⁷⁷ compõem-se da seguinte forma: Sócios (Fundadores e Benfeitores); Conselho Fiscal (Presidente e Conselheiros); Diretoria Executiva (Presidente, Administrativo e Financeiro); Conselhos Consultivos (Cultural e Científico).

Cabe aqui destacar de forma pormenorizada a dinâmica do projetos que são desenvolvidos na FCG. De acordo com Limaverde, os programas geridos pela FCG têm como objetivo “promover nos seus beneficiários, competências, habilidades e atitudes necessárias para a formação e atuação de um gestor criativo” (Limaverde 2015: 39), e dividem-se em cinco eixos estratégicos:

1. Educação infantil;
2. Profissionalização de Jovens;
3. Empreendedor Social;
4. Geração de Renda familiar e comunitária; e
5. Sustentabilidade Financeira.

Por sua vez, os eixos estratégicos desses programas se ampliam dentro de seis áreas dos conhecimentos, conectadas pelas ações dos gestores culturais::

1. Memória e Pesquisa
2. Comunicação
3. Artes
4. Turismo
5. Meio Ambiente
6. Esporte

A autora revela ainda que de forma sistêmica os eixos estratégicos (Educação Infantil, Profissionalização de Jovens, Empreendedor Social, Geração de Renda Familiar e Comunitária e Sustentabilidade Financeira) estão interligados, contribuindo de forma efetiva para a cadeia produtiva da cultura criativa no Município de Nova Olinda, inserindo a FCG como referência nacional e internacional e gerando um fluxo turístico anual como se pode observar no Quadro 1.

¹⁷⁷ Ver, Anexo 22 – Organograma Institucional

Segundo informações¹⁷⁸ coletadas do site do Memorial e durante o período da coleta de informações para esta pesquisa, percebeu-se um aumento significativo no número de visitantes a partir do ano de 2003 até 2018 conforme observado no Quadro abaixo:

Ano	Número de visitantes por ano
2006	28.089
2007	25.814
2008	25.110
2009	32.104
2010	50.327
2011	60.159
2012	56.013
2013	60.349
2014	60.265
2015	68.794
2016	69.898
2017	Registro não localizado
2018	74.226

*Quadro 1: Número de visitantes por ano na FCG
Fonte: Site da Fundação Casa Grande*

Para Limaverde (2015), o público alvo atendido pela FCG é constituído por crianças de todas as idades; jovens universitários em processo de profissionalização da região de outros estados e países; estudantes da rede pública e privada para realizarem pesquisas nos laboratórios de conteúdo; comunidade local e regional; ouvintes da Casa Grande FM; turistas que vão fazer roteiros científicos culturais na região, turistas que fazem vivências por meio da convivência na FCG, conhecendo o princípio do turismo de base comunitário; o público regional que frequenta os espetáculos realizados no Teatro Violeta Arraes – Engenho das Artes; pesquisadores, cientistas e estudiosos das diversas áreas, entre outros.

¹⁷⁸ Ver, anexo 23, tabelas de atendimento da FCG por mês e por setor do ano de 2006 a 2016.

O Programa de Educação Infantil é a porta de entrada das crianças que chegam à FCG, onde aprendem as primeiras lições de forma lúdica desenvolvidas nos diversos laboratórios e espaços da FCG. O Memorial do Homem Kariri trabalha a educação patrimonial na formação de recepcionistas mirins, através de aulas de arqueologia, mitologia, museologia e conservação do patrimônio.

Normalmente as crianças que por aqui chegam não são matriculadas pelo pai ou pela mãe; as formas de acesso, como observado durante a pesquisa de campo, são por conta de outros meninos e meninas, ou indicados por alguém da FCG ou as crianças chegam atraídas pelo brincar. O que importa é se de fato se sentem atraídos e manifestam o desejo de permanecer. Observou-se também que cada um dos meninos e meninas possuem trajetórias distintas de como ocorreram as suas chegadas e suas permanências e a forma como convenceram os seus pais a permitir que permanecessem na FCG. Talvez por esta razão considera-se difícil mensurar com precisão o número de meninos e meninas na FCG.

Em José Tancredo Lobo em *A Produção de Sonhos dos Meninos da Casa Grande* (2010) encontra-se um trecho de uma entrevista em que um dos jovens da FCG relata a sua chegada à Casa e a sua permanência:

O processo aqui da Casa Grande é diferente de outras instituições, que você chega, o menino chega pela primeira vez matricula o menino lá. Aqui, o menino chega, e por ele mesmo, a coisa natural dele... aí, ele vai sendo observado, a prática dele aqui é que vai se construindo...ele mesmo é que vai assinar pelo seu esforço (2010: 142).

O relato do jovem reforça o pensamento de Escámez e Gil em *O Protagonismo na educação* (2003) quando diz em que a “responsabilidade, com o que implica de liberdade e de iniciativa pessoal traduz a convicção de que a solução dos problemas individuais e coletivos depende do esforço de cada uma das pessoas unido ao esforço coletivo dos demais” (2003: 16).

O Memorial, por meio do seu acervo, conta a história dos primeiros habitantes da região do Cariri, índios kariris. O espaço é administrado pela meninada e tem um deles como gerente. É neste espaço que aprendem a recepcionar os visitantes, a conhecer cada espaço do museu, as peças indígenas, as formas como estão dispostas, os quadros, as fotografias, os santos, a história da Casa, aprendendo com os colegas mais antigos que já fazem às mediações para os visitantes que chegam ao museu.

O museu é dividido em seis salas: a primeira sala chamada “**Coração de Jesus**” onde estão expressos as raízes culturais, mitológicas e religiosas da região do Cariri e onde os visitantes são recepcionados, logo na parede frontal se vê as imagens do Coração de Jesus e o Coração de Maria, costume este adotado pelos sertanejos no sentido de invocar a proteção divina para a família da Casa. Ainda na parede frontal ganham relevância as fotos de duas crianças, Alemberg Quindins e Rosiane Limaverde, fundadores da FCG, ressaltando o caráter de protagonismo presente na fundação. Existe também uma escultura de um índio de madeira em uma redoma de vidro o Kariuzinho, personagem da infância de Alemberg Quindins e mascote do museu, a primeira peça recebida como doação para formação do acervo; **O Corredor do Arco**, composto de um mapeamento das várias etnias dos índios kariris e os sítios arqueológicos catalogados, ligam-se à próxima sala chamada **Etnia**, composta por uma exposição de fotos de crianças com características indígenas, uma máscara utilizada em rituais indígenas e informações dedicadas à cultura indígena.



*Figura 11: Memorial do Homem Kariri – Sala do Sagrado Coração de Jesus
Fonte: Registro da pesquisadora durante a pesquisa de campo*

A sala **Mitologia** é toda dedicada às histórias contadas por meio da comunicação oral que refere encantados e encantamentos; são histórias, lendas e mitos narrados pelo moradores mais velhos dos lugares sagrados da Chapada do Araripe, no centro da sala

encontra-se duas urnas funerária dos índios chamada de Igaçaba¹⁷⁹, são as duas peças mais raras do acervo exposto; a próxima sala acolhe a **Artes Rupestres** dotada de fotografias e histórias que narram os registros rupestres do Cariri, contempla também uma panela que os índios utilizavam para cozinhar e guardar os alimentos; a quinta sala é de **Arte Cerâmica** que contempla cachimbos produzidos pelos índios da região e uma tigela confeccionada com espinho de mandacaru; e, por fim, a sexta sala, **Arte Lítica** que por meio de artefatos produzidos pelos índios é possível inferir o estágio da cultura da pré-história do Homem-Kariri, que polia pedras para confeccionar utensílios de uso doméstico. A referida sala está dividida em três tipos de pedras: a artística, em forma de pequi, a mística, parecida com mão de pilão e a terceira, a ritualística, que são as machadinhas.

Por sua vez os laboratórios de conteúdo são formados pela Gibiteca, a Biblioteca de Literatura Infanto-juvenil, a Biblioteca de Referência e Pesquisa Escolar e uma Dvdteca. A Gibiteca, foi criada em 2009 com financiamento da Fundação Kellogg¹⁸⁰ e com apoio do Projeto Criança Esperança/UNICEF/Rede Globo¹⁸¹ que tem como objetivo formar gestores, leitores, roteiristas e desenhistas através do acervo com mais de 4.500 títulos, classificados por autores, roteiristas e desenhistas. No ano de 2011 a Gibiteca junta-se com a Casa Grande Editora (criada em 1992) que se uniram em um só para funcionar um laboratório de conteúdo e produção. Nesse laboratório a meninada também é estimulada a compor às suas próprias HQs¹⁸² que são provenientes das vivências adquiridas na FCG bem como o Casa Grande Jornal Mural. Dentre as produções da meninada de HQs, destaca-se a Maara, a princesa encantada (janeiro 2000) e O roubo da nascente (junho, 2000). Já como destaque do jornal *Mural* destaca-se o primeiro número do Casa Grande Jornal Mural, ano I, N.º 1, de Julho de 2005, que registrou as visitas do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, que esteve na Fundação

¹⁷⁹ A Igaçaba, é um pote grande de barro, espécie de Urna Funerária indígena. Disponível em <http://www.ipatrimonio.org/bom-despacho-igacaba-urna-funeraria#!/map=38329&loc=-19.73437300000002,-45.254297000000015,17> (consultado em 9 de abril de 2020).

¹⁸⁰ A Fundação Kellogg apóia conjuntos integrados de projetos em áreas da América Latina onde a pobreza é mais persistente. Através dos jovens acredita que é possível imprimir novas ações e uma nova cultura social, atingindo suas famílias e comunidades, o que causará, em longo prazo, uma melhoria significativa da qualidade de vida das pessoas que vivem naquela região. Disponível em <https://www.geledes.org.br/a-fundacao-kellogg-no-brasil/> (consultado em 13/04/2020).

¹⁸¹ O Programa Criança Esperança, uma parceria da TV Globo e da UNESCO, contribui para empoderar pessoas, criar oportunidades e transformar vidas. Ao longo de 30 anos já beneficiou mais de 4 milhões de crianças, adolescentes e jovens em todo o Brasil. Disponível em <https://nacoesunidas.org/campanha/crianca-esperanca/> (consultado em 13/04/2020).

¹⁸² As histórias em quadrinhos (HQs) são um tipo de arte feita por artistas com talento muito especial, pois misturam texto e desenho de maneira única.

acompanhado do governador do Estado do Ceará, em 18 de Junho de 2005. De acordo com Limaverde:

Foi criado, a partir dessa convergência dos mitos com a arqueologia, um universo de personagens inspirados nas características das crianças (uma visão delas, por elas e para elas) que resultou numa coleção de histórias em quadrinhos (gibis ou banda desenhada), contando as aventuras da arqueologia e das lendas do Cariri. conhecendo a paisagem regional por esse novo prisma, o da arte de desenho em quadrinhos, ficou mais fácil de às crianças compreenderem e se apropriarem de assuntos como arqueologia, abrigos sob rocha, material lítico, cerâmico, registros rupestres, e identificarem, em campo, um sítio ou material arqueológico (2015: 379).



Figura 12: Sala da Gibiteca

Fonte: Registro da pesquisadora durante a pesquisa de campo

Já a Biblioteca de Literatura Infanto-Juvenil da Fundação Casa Grande foi criada também no ano de 2009, e tem vindo a formar gestores e leitores com o objetivo de proporcionar ao leitor a imersão ao universo da leitura. O seu acervo, em processo de catalogação, abriga mais de 2.250 títulos de livros que estão organizados nas seções: Literatura em minha casa, Infância, Juventude, Aventura, Contos, Fábulas entre outros.



Figura 13: Biblioteca de Literatura Infanto-Juvenil
Fonte: Registro da pesquisadora durante a pesquisa de campo

Por sua vez, a Biblioteca de Referência e Pesquisa Escolar da Casa Grande foi criada em 2009, com o objetivo de formar gestores e leitores através de um acervo com mais de 4.200 livros, revistas, catálogos e manuais, que estão organizados nas seções de Ciências Humanas, Ciências Naturais, Ciências Exatas, Linguagens e Artes Integradas, além de contar com uma categoria de livros raros e históricos que foram doados pela família de Miguel Ferreira Lima¹⁸³.

A Dvdteca da Fundação Casa Grande foi criada no ano de 2002, e tem como propósito a formação de gestores e cinéfilos. Os Dvds estão divididos por infantis, documentários, musicais e os 100 canais que são produções da TV Casa Grande. O acervo está organizado por continentes, nacionalidades dos diretores facilitando assim o acesso da comunidade e dos turistas que vêm utilizar este acervo em conteúdo.

¹⁸³ Avô de Alemberg Quindins.



Figura 14: Dvdteca

Fonte: Registro da pesquisadora durante a pesquisa de campo

A FCG conta também com uma Galeria de Arte intitulada Gastão Bitencourt,¹⁸⁴ espaço em que as crianças e jovens são formados nas áreas de Curadoria e Artes, proporcionando aos jovens a experiência de aprender como montar e pensar uma exposição por meio das mostras realizadas. No site da FCG é possível ver com detalhe cada uma das exposições já realizadas, textos, resumos, mapa expográfico para itinerância, entre outros registros.

Dentre elas destaca-se às exposições “A Casa” na figura 15, que narra por meio de histórias em quadrinhos e desenhos livres realizados pela meninada, como uma criança conhece e ingressa na FCG e o funcionamento da fundação. A exposição além de ter ficado em cartaz na FCG, fez uma itinerância no XII Festival Internacional de Banda Desenhada de Beja – PT, em maio de 2016. Destaca-se também a exposição “A Menina da Casa da Escadinha”, uma homenagem à infância da arqueóloga e fundadora da FCG retratadas pelo seu pai Rosier Mendonça e da Telma Saraiva, retratista de relevância no Cariri, realizada em dezembro de 2017 e, por fim, a exposição “a Bola” que em sua narrativa, retrata a Bola na infância, o universo visual tem como ambiente a

¹⁸⁴ É vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e membro dos Conselhos da FEBRAC (Federação Brasileira das Empresas de Asseio e Conservação) e dos Conselhos Nacionais do Sesc e do Senac.

década de 70, quando Alemberg na sua infância, apaixonado por futebol, gostava de ouvir os jogos pelo rádio, ver as imagens através das revistas e programas de televisão. Esta exposição também itinerou por outros museus e espaços expositivos como a Galeria de Arte do SESC¹⁸⁵ no município do Crato – Ceará em 2018 e no Museu Pelé¹⁸⁶ em Santos – São Paulo em maio de 2019.



*Figura 15: Comunicação visual da exposição Na Morada
Fonte: Registro da pesquisadora durante a pesquisa de campo*

O programa de Comunicação surge como uma necessidade de divulgar o conteúdo produzido na FCG. Como laboratório de experiências e vivências em gestão cultural da meninada, estão a TV Casa Grande, a Casa Grande FM e o Teatro Violeta Arraes. A TV Casa Grande, desde sua idealização, tinha como objetivo funcionar como um canal de TV Educativa e transmitir programação própria para a cidade de Nova Olinda, e chegou a entrar no ar no ano 2000 de forma experimental por três vezes, mas por determinação da ANATEL¹⁸⁷ foi lacrada, porém funciona como um laboratório de conteúdo e produção, nas áreas de produção de vídeos, documentários e trilhas sonoras

¹⁸⁵ O Sesc, Serviço Social do Comércio, surgiu do compromisso de empresários deste setor em colaborar com o cenário social, por meio de ações que proporcionam melhores condições de vida a seus empregados e familiares e o desenvolvimento das comunidades onde vivem. Disponível em http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/ (consultado em 09/04/2020).

¹⁸⁶ o Museu Pelé, localizado na cidade de Santos-SP, apresenta a trajetória de Edison Arantes do Nascimento, o Rei do Futebol. No local, estão expostos documentos, camisas, chuteiras, bolas, condecorações e troféus, entre muitos outros itens do acervo pessoal do Atleta do século XX. Nos 4.134m² do museu, o público também aprecia áudios, filmes, fotos e textos sobre a história de Pelé. Disponível em <https://www.turismosantos.com.br/?q=pt-br/node/77> (consultado em 09/04/2020).

¹⁸⁷ Anatel é uma entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações. É administrativamente independente e financeiramente autônoma. Disponível em <https://www.anatel.gov.br/institucional/institucional-menu> (consultado em 07/04/2020).

que são exibidos no Teatro Violeta Arraes – Engenho de Artes Cênicas, antes dos espetáculos, espaços culturais alternativos e disponibiliza todo seu acervo via canal no youtube¹⁸⁸. Já firmaram também parcerias importantes para veiculação de seus produtos audiovisuais com a TV Escola¹⁸⁹ e o Canal Futura;¹⁹⁰ a equipe é formada por crianças e jovens que recebem formação nas áreas de gestão, produção, iluminação, câmera e edição.



Figura 16: TV Casa Grande, em 2017

Fonte: Registro da pesquisadora durante a pesquisa de campo

Já a 104.9 Casa Grande FM é uma rádio comunitária que apresenta uma programação musical tocando desde o forró pé de serra, MPB, jazz, blues, instrumental, entre outros estilos. Tem como slogan “A rádio que educa”, e desde 1997 vem educando musicalmente a comunidade, disponibilizando um acervo de 4.500 títulos e distribuídos em CD e Vinil. Os seus programadores são as crianças e jovens da Fundação Casa Grande, que são formados nas áreas de programação, sonoplastia, locução, roteiro, edição de áudio, conservação do acervo e gerência. A Casa Grande FM também capacita jovens de outras instituições, por meio de oficinas de rádio, disseminando o seu modelo de gestão e produção radiofônica.

¹⁸⁸ (www.youtube.com/tvcasagrande).

¹⁸⁹ É um canal de televisão brasileiro fundado no dia 4 de março de 1996. Pertence ao Ministério da Educação e é operado pela Acerp através de contrato de prestação de serviço. É transmitido em algumas localidades do Brasil pelas TVs abertas e em todo o país pelas antenas parabólicas digitais e TVs por assinatura. O canal serve para promover a capacitação e a atualização permanente dos professores do Brasil. Disponível em <https://tvescola.org.br/> (consultado em 07/04/2020).

¹⁹⁰ O Canal Futura é uma experiência pioneira de comunicação para transformação social que, desde 1997, opera a partir de um modelo de produção audiovisual educativa, participativa e inclusiva. Disponível em <http://www.futura.org.br/quem-somos/> (consultado em 07/04/2020).



Figura 17: Rádio FM Casa Grande, em 2017

Fonte: Registro da pesquisadora durante a pesquisa de campo

Destaca-se também outra atividade desenvolvida na FCG relacionada com a musicalidade da meninada e laboratório de iniciação musical, a Banda de lata “Os Cabinha”. De acordo com o exposto no o site da Fundação e de relatos colhidos durante o período da pesquisa com os próprios integrantes, a bandinha iniciou nos primeiros anos da FCG, quando foi realizado o “Fest Lata-Festival de Bandinhas de Lata”. Logo que surgiram, chamavam-se “Son in Banda de Lata”, mas o nome “Os Cabinha” conquistou simpatia por lembrar a cultura oral do Cariri, em que a palavra “menino” se transforma em “cabinha”. Pela banda já passaram várias gerações sempre compondo as músicas que tocam e confeccionando os seus próprios instrumentos que são feitos de lata, madeiras, garrafas e materiais recicláveis, como pedaços de bicicleta, tampas de balde, pedaço de madeira e papelão.

Atualmente a banda encontra-se na sexta geração e é composta por cinco integrantes: Levi (contrabaixo), Eliclécio (Percussão), Derlan (Bateria), André (Guitarra), Thiago (Guitarra Rabo de Peixe). A banda já circulou por várias cidades do Ceará, como Juazeiro do Norte, Crato, Jardim, Missão Velha, Mauriti e Fortaleza, Sousa na Paraíba e também realizaram apresentações em outros estados brasileiros como São Paulo e Rio de Janeiro, e participaram em programas de Televisão na Rede Globo.



Figura 18: Ensaio da Banda de Lata “Os Cabinha” em 2019, durante umas das visitas da pesquisadora à FCG

Fonte: Registro da pesquisadora durante a pesquisa de campo

Por fim, o Teatro Violeta Arraes, inaugurado em 19 de dezembro de 2002, cuja construção teve o apoio do Governo do Estado do Ceará, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)¹⁹¹, Criança Esperança, UNICEF e Instituto Ayrton Senna¹⁹²; o terreno por sua vez, foi doado pela prefeitura de Nova Olinda. A construção, como referido por Noronha (2008) foi pensada respeitando a singularidade e a história local “Teatro Violeta Arraes, Engenho de Artes Cênicas”, para simbolizar a estrutura dos antigos engenhos de cana-de-açúcar que, outrora, geravam a riqueza da região.

O projeto arquitetônico do Teatro foi de Maria Eliza Costa¹⁹³; no site da FCG encontra-se um depoimento de Alemberg sobre o início da construção: “Quando Maria Elisa me pediu que desenhasse como eu imaginava ser o teatro, fui até o sertão perguntar como o sertão pensava um teatro pra ele”, frase que revela a preocupação de Alemberg em manter a arquitetura do Teatro em constante diálogo com a comunidade.

¹⁹¹ Fundado em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e, hoje, o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. (consultado em 13/04/2020).

¹⁹² Em 1994, nasceu o Instituto Ayrton Senna, uma organização sem fins lucrativos que tem o objetivo de dar a crianças e jovens brasileiros oportunidades de desenvolver seus potenciais por meio da educação de qualidade. Disponível em <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/quem-somos.html#historia> (consultado em 13/04/2020).

¹⁹³ Filha do arquiteto Lúcio Costa, que foi o idealizador do projeto urbano da cidade de Brasília, coordenando sua construção juntamente da equipe de arquitetos designados que contava com Oscar Niemeyer e Ícaro de Castro Mello. Internet. Disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14559/lucio-costa> (consultado em 15/04/2020).

Logo na porta de entrada do Teatro pode-se ler em placa gravada o que Eliza escreveu:

A Fundação Casa Grande em Nova Olinda é uma dessas surpreendentes iniciativas do que eu chamaria de cultura de subsistência que afloram aqui e ali, Brasil adentro. Tudo é de verdade, inovador e brasileiro, no mais profundo e arraigado sentido da palavra e, confirma o dito de Lúcio Costa: O Brasil não tem vocação para a mediocridade. O modo tão natural de fazer as coisas, de lidar com as crianças, a proposta de estimular a criatividade, de não dissociar o trabalho do lúdico – e o extraordinário resultado plástico que surgiu do agenciamento da Casa Grande propriamente dita atestam um alto padrão de qualidade.

É um espaço para formação de plateia e gestores culturais nas áreas de direção de espetáculos, sonoplastia, iluminação, cenário e roadie. Com uma programação aberta ao público, este espaço exhibe semanalmente espetáculos nas áreas de música, dança, cineclube e teatro. Limaverde complementa a informação:

Na casa, além das brincadeiras cotidianas, vive-se e convive-se com o prazer de cuidar de um museu e atender ao público, ouvir e compor músicas; trocar e gerar novas informações e conhecimentos; desenhar e criar personagens e textos de histórias em quadrinhos; produzir e editar vídeos; formar plateia, produzir ou gerenciar espetáculos – em um teatro com capacidade para duzentas pessoas; manter uma rádio funcionando diariamente das sete às dezenove horas, com programação variada e de qualidade, sendo esta uma referência na região; gerenciar todas as atividades e a aplicação dos recursos, transformando crianças e jovens em gestores culturais. Esses programas estão apoiados em dois eixos: conteúdo e produção que sintetizam a base dos saberes e fazeres da instituição através de laboratórios de vivência em gestão cultural (2015: 397).



Figura 19: Teatro Violeta Arraes, em 2017

Fonte: Registro da pesquisadora durante a pesquisa de campo

Nesta configuração os programas que compõe os diversos projetos de atendimento são conectados às áreas de Educação Infantil, Profissionalização de Jovens, Empreendedorismo social, Geração de Renda Familiar e Sustentabilidade Institucional. Porém, foi observado, ao longo dos anos, que de acordo com a necessidade, estes projetos se reorganizam para atender às novas necessidades e, o que tem frequentemente ocorrido é a ampliação dos projetos ocasionados pelas parcerias como se observa, por exemplo, com o programa Memória que tinha como objetivo o resgate e catalogação de um acervo mitológico e arqueológico da ancestralidade do Homem Kariri e, a partir de 2015, abriga o Instituto de Arqueologia do Cariri Dra. Rosiane Limaverde (IAC)¹⁹⁴, tendo como parceiros a Universidade Regional do Cariri (URCA), a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e o Centro de Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio da Universidade de Coimbra, Portugal.

Dessa forma, em contato com as práticas em gestão cultural, e também através das pesquisas realizadas no acervo e nas diversas áreas já referidas, esses jovens vão se profissionalizando tornando-se protagonistas de seus próprios processos e escolhas como observado na entrevista de F. A.¹⁹⁵:

Eu cheguei aqui com 1 ano. Primeiramente me identifiquei com desenho, que eu ainda trabalho, depois com design e depois fui convidado pra essa parte de comunicação em redes sociais da Casa e responsável pela parte de mídia, de veiculação midiática. Hoje eu estudo artes visuais na URCA¹⁹⁶. A importância da FCG para minha vida é o impacto que ela promove nas pessoas enquanto ser humano, tornando as pessoas mais reflexivas e o trabalho com as relações humanas que a FCG tem. Esse trabalho de profissionalismo, de se educar através das diversas áreas que a casa oferece e esse conhecimento de mundo, porque todo mundo que tá aqui tem acesso às várias tecnologias e várias informações que às vezes se estivéssemos em outro lugar poderia até ter mas nem tanto como a gente tem aqui. A Casa Grande tem esse impacto de colocar você para o mundo, através do seu olhar, da formação de sua personalidade, que é estruturada através do conteúdo gerado pela sua própria produção, através desse conteúdo que é adquirido. A FCG sempre tá buscando que as pessoas façam melhor para não apenas fazerem as coisas, não apenas tocar um instrumento ou fazer um programa de rádio, mas tocar o instrumento bem e fazer o programa de rádio bem. Trabalhar as coisas com verdade. Eu já fui da biblioteca de pesquisa, da rádio, da equipe da Tv, da DVDteca, do cine clube do laboratório de informática, sou da equipe do teatro, já auxiliei na equipe de arqueologia, já fui gerente do Memorial do Homem

¹⁹⁴ O Laboratório de Arqueologia, assim como a Reserva Técnica e o Museu da Fundação Casa Grande, integram a estrutura funcional do Instituto gerida por um colegiado de profissionais colaboradores da Universidade Regional do Cariri (URCA), do Geopark Araripe e da própria FCG que almejam contribuir no fomento às pesquisas arqueológicas na região, além disso, atuam em perspectiva interdisciplinar, constituindo-se referência a projetos em áreas do conhecimento afins, nomeadamente às áreas de História, Geografia, Biologia, Artes Visuais e Ciências Sociais da Universidade. Disponível em <http://www.urca.br/novo/portal/docs/pdf/2019/PROEX/IAC.pdf> (consultado em 09/04/2020).

¹⁹⁵ Entrevista cedida por Felipe Alves a pesquisadora em 23 de julho de 2018.

¹⁹⁶ Universidade Regional do Cariri situada na cidade do Crato distante 40 km da Cidade de Nova Olinda.

Kariri, sou recepcionista to na parte da coordenação das tecas na parte de coordenação de mídias e na parte de design. Sou gerente da gibiteca hoje em dia e cuido dessa parte de desenho e a gente vai trabalhando com a formação das crianças que vão entrando na casa. Estou estudando artes, penso em estudar design, fazer uma especialização e um mestrado em design gráfico e ir pro mundo.



Figura 20: Laboratório TV Casa Grande

Fonte: Registro da pesquisadora durante a pesquisa de campo

Por sua vez, o programa de profissionalização Juvenil abriu demandas para o programa de Empreendedor Social que visa as possibilidades e caminhos de inserir o jovem no ambiente de trabalho incentivando-os a criação de pequenas empresas nas áreas diversas das vivências adquiridas dentro da FCG, como Produção de Eventos, Agência de Turismo Comunitária, Publicidade, Edição de Vídeo, entre outras. Esse programa, de acordo com Limaverde, possibilita a permanência dos jovens que são formados e capacitados na FCG no município de Nova Olinda: “ao mesmo tempo que os conecta com o mundo, gerando estabilidade profissional e associativismo entre eles em prol de benefícios para a instituição que garantam sua manutenção bem como às atividades socioeducativas” (2015: 405).

Esse desejo de permanecer na cidade, observa-se de forma contundente na tese de doutoramento de Lobo (2010), já apresentada neste trabalho intitulada “A Produção de Sonhos dos meninos da Casa Grande” e na qual se consulta e refere depoimentos de alguns jovens da FCG:

Sonho maior de todos... é conseguir me estabelecer aqui dentro de Nova Olinda. Pra você vê, eu tinha um sonho de ir pra fora, e hoje eu quero ficar aqui dentro... pra quê que eu vou aprender tanta coisa boa e vou presentear outro lugar com esses conhecimentos que eu tenho? Eu tenho que presentear meu lugar (2010: 91).

Quero terminar minha faculdade, constituir uma família e tudo e continuar... eu pretendo muito ficar em Nova Olinda, para dar um suporte já depois de formado lá pra fundação. Porque o que eu recebi na minha vida, foi através da Casa Grande. Eu quero um dia chegar lá e contribuir para isso, mesmo que seja alguma coisa, mas de alguma forma eu quero contribuir, passar o meu conhecimento que eu já adquiri na

universidade, até *mesmo* depois de formado. Contribuir para minha cidade. É isso, praticamente ficar por Nova Olinda mesmo (2010: 92).

Meu sonho é trabalhar com instituições, com produção, com criação de projetos. E morar aqui em Nova Olinda, que hoje já tem internet, você resolve tudo pela internet. Morar aqui mesmo em Nova Olinda, com um computador em casa, e resolvendo... o pé aqui, mas a cabeça no mundo (2010: 143).

Atualmente existem cinco microempresas dos jovens formados pela Fundação Casa Grande, destacando-se os projetos de Produção Cultural, realizados através da Casa de Produção Cultural; Turismo e Hospitalidade, que compreende uma Agência de Turismo Comunitária; Arqueologia, com a A&R arqueologia e consultoria e Arqueotop; Moda, com o Modus Cariri e Gastronomia, que compreende o Nova Olinda Café Cultural e o Café Violeta.

J. A.¹⁹⁷, gestor da Agência de Turismo Comunitária, jovem que chegou à FCG ainda criança atraído inicialmente pelas brincadeiras, mas retornando de fato aos 14 anos para se integrar a Casa relata:

Inicialmente eu fui gerente da DVDteca, depois eu entrei pra rádio, pra ser o gerente da rádio e depois fui para o teatro eu por exemplo quando fui gerente do teatro me formei na área técnica de som e iluminação cênica e fui trabalhar para o Sesc, Centro Cultural Banco do Nordeste, como profissional liberal e daí dentro disso eu identifiquei que eu era mais para empreendedor então eu voltei para fundação para operacionalizar só o turismo da Casa, organizar só o turismo da FCG, daí essa proposta foi aceita por que justamente havia o programa na casa e aí eu voltei pra Casa pra trabalhar o turismo aqui.

J. A. acrescenta:

A minha empresa é Agência de Turismo Comunitário, que trabalha só com turismo comunitário, ele ainda é muito recente no Brasil, é um formato de turismo mais sustentável, mais sólido no sentido de que você vai para aquele lugar e conhece toda uma geografia a partir da comunidade, a característica principal dele é ser gerido pela comunidade, a renda é distribuída de forma igualitária, a gente tem buscado em Nova Olinda criar essa condição das pessoas permanecerem aqui com uma renda que seja favorável para elas.

Inscrito nesta discursividade, percebe-se que o empreendedorismo social proporciona a permanência, com qualidade, da meninada no seu lugar e com possibilidades de interagir e se relacionar com outros espaços, outras culturas de forma qualificada.

¹⁹⁷ Junior tem 27 anos e atualmente tem uma agência de Turismo Comunitária em Nova Olinda, entrevista dada para pesquisadora em julho de 2017.

Durante o período da investigação a pesquisadora teve contato com alguns jovens que chegaram à FCG como todos que por lá chegam, por meio do brincar, da música ou pela curiosidade, na infância e, que hoje, são responsáveis pela gestão dos programas desenvolvidos na FCG atuando nas áreas que escolheram. Entre eles estão Fabiana Barbosa, que gerencia o Programa de sustentabilidade Institucional, mantendo, prospectando e fortalecendo parcerias institucionais, elaborando projetos para editais públicos de incentivo à cultura e captando recursos para manutenção das atividades; Júnior Santos, gestor responsável pelo Programa de geração de Renda Familiar e Empreendedorismo Social e gestor da Agência de Turismo Comunitário; João Paulo Maropo, que gerencia a área de infraestrutura e planejamento, reformas e manutenção e que está ligado ao Programa de Sustentabilidade Institucional; Ana Sewi Limaverde, que atua na área de Empreendedorismo Social e coordena a Educação Gastronômica, e, por fim, Aécio Diniz, que além de ser gerente do laboratório de música, coordena o Programa de Educação Infantil, acompanhando todas as atividades com os gestores mirins.

O Programa de Geração de Renda Familiar e Comunitária, segundo Limaverde, foi inspirado nos princípios de um turismo solidário com o objetivo de proporcionar o acesso de outros estratos sociais à sua tecnologia de desenvolvimento comunitário. Deste modo a FCG possibilitou acesso aos seus laboratórios de conteúdo para o público de turistas visitantes, ampliando o atendimento da Fundação a turistas de diversos estados brasileiros, bem como outros países, gerando novas oportunidades de demanda turística. Para atender a esta demanda, de acordo com Limaverde, “a Fundação Casa Grande estimulou a criação, junto às famílias e suas mulheres mães, de um Grupo de Mães da Casa Grande, para comercializar a Fundação Casa Grande como um destino turístico e formar jovens para o receptivo turístico” (2015: 405). Abaixo o gráfico 7 é demonstrativo da origem dos turistas por regiões brasileiras no ano de 2016.

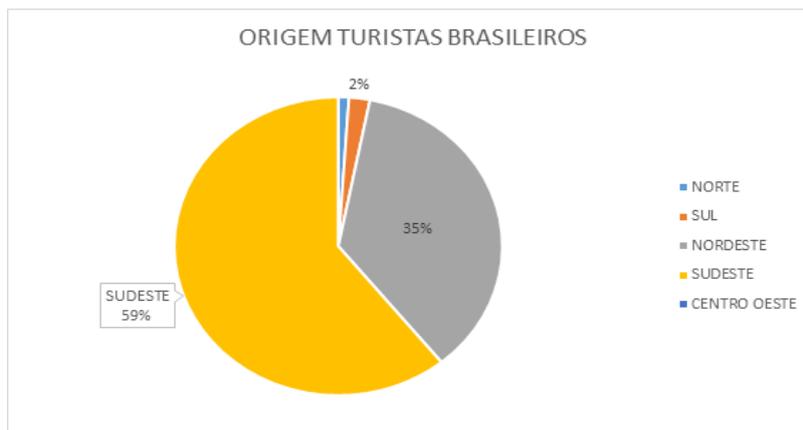


Gráfico 7: Origem dos turistas por regiões brasileiras ano de 2016

Fonte: Palestra Alemberg Quindins, no VII Seminário de Patrimônio Cultural em outubro de 2017, na Universidade de Fortaleza

O Programa é composto por diversas atividades que envolvem as crianças e jovens da FCG e suas famílias, como a Lojinha, que fica localizada no interior da FCG e comercializa artesanato personalizado produzido pelos pais e amigos dos meninos da Casa Grande em suas oficinas caseiras, ação que tem estimulado os jovens a criar e a somar esforços com os demais membros da família para aumentar a renda mensal de todos. Constatou-se que todos os produtos comercializados na lojinha contêm mensagens que remetem para a salvaguarda da história da Chapada do Araripe, o que reforça a preservação da memória, a valorização da identidade kariri e da cultura local e regional; o restaurante também localizado dentro da fundação tem capacidade para atender até 120 pessoas por refeição e comercializa refeições caseiras, almoços e café da manhã gerido pelas mães da Fundação e, por fim, as pousadas domiciliares que são localizadas nos quintais das casas das famílias, quartos mobiliados, de acordo com o padrão estabelecido pela FCG, para receber os turistas e promover uma convivência do turista com essas famílias.

Segundo o site da Agência de Turismo Comunitário,¹⁹⁸ o programa funciona como um laboratório, onde os pais e as crianças da Fundação aprendem a receber visitantes e a se comunicar com pessoas de outras regiões”. Durante a pesquisa em questão, a pesquisadora vivenciou a experiência de hospedar-se na pousada da D. Irenice, mãe de Samuel, jovem e ex-menino da Fundação e hoje exercendo a profissão de fotógrafo.

¹⁹⁸ <https://turismocomunitariofcg.wordpress.com/>



*Figura 21: D. Irenice e a pesquisadora em julho de 2017 na pesquisa de campo
Fonte: Registro da pesquisadora durante a pesquisa de campo*

Hoje o Programa de Geração de Renda Familiar e Comunitária, segundo informações do site, conta com sete pousadas no perímetro urbano de Nova Olinda e duas pousadas rurais¹⁹⁹.



*Figura 22: Pousada da D. Irenice
Fonte: Site da Agência de Turismo Comunitário*

Atualmente a Agência de Turismo Comunitário faz a gestão e a operacionalização do Programa de Geração de Renda Familiar e Comunitária,

¹⁹⁹ A pousada 1 de Toinha Marôpo, mãe de João Paulo; pousada 2 de D. Irenice, mãe de Samuel; pousada 3 de D. Evânia, mãe de Aécio; pousada 4 de D. Toinha, mãe de Yasmim; pousada 5 de D. Fátima, mãe de Júnior; pousada 6 de D. Socorro, mãe de Felipe; pousada 7 de D. Lucié, mãe de Samuel. E ainda às pousadas de D. Fátima e Sr. Arthur, ambas pousadas rurais.

proporcionando um ambiente de conexão entre a população local e os visitantes, inserido no contexto de turismo de experiência que fomenta a conservação ambiental, a valorização da produção da cultura e da identidade local; no entanto são as próprias mães que estão responsáveis pela gestão e organização das suas pousadas.

No quadro 2, pode-se observar a circulação de renda nas atividades que compõe o Grupo de empreendedorismo social no ano de 2016 e que demonstra a arrecadação por ano das empresas sociais:

Empresas Sociais	Circulação Financeira
Agência de Turismo Comunitário	R\$ 16.356,00
Modus Cariri	R\$ 24.899,00
Produção Cultural	R\$ 22.567,00
Arqueotrop – Geoprocessamento	R\$ 12.420,00
Nova Olinda Café Cultural	R\$ 45.539,00
Café Violeta	R\$15.823,00
Restaurante da Casa Grande	R\$ 39.987,00
Lojinha da Casa Grande	R\$ 12. 262,85
Total	R\$ 202.406,00

Quadro 2: Arrecadação por ano das Empresas Sociais – ano 2016

Fonte: Palestra de Alembert Quindins, no VII Seminário de Patrimônio Cultural em outubro de 2017, na Universidade de Fortaleza

Todas essas ações e projetos desenvolvidos na FCG têm trazido inúmeros benefícios para a cidade de Nova Olinda, tornando-a uma cidade polo indutor de turismo. Em 2013, Nova Olinda foi escolhida pelo Ministério do Turismo (MTur) como um dos “Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional no Ceará”²⁰⁰, índice que mede 13 indicadores, entre eles infraestrutura, acesso, serviços, atrativos e aspectos ambientais.

²⁰⁰ Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística. Disponível em http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2013/NovaOlinda_analitico2013.pdf (consultado em 15/04/2020).

Os visitantes que chegam à FCG também almejam conhecer a cidade, seu artesanato e sua gastronomia, proporcionando geração de renda para a economia local. Contribuem para esse incremento, além da posição privilegiada da cidade na região do Cariri, próximo ao Geopark Araripe²⁰¹, com seus registros paleontológicos, geológicos e arqueológicos a sua diversidade e pluralidade cultural como o ateliê do Mestre do Couro Espedito Seleiro²⁰², importante mestre da Cultura do Estado do Ceará.

No âmbito do Programa de Sustentabilidade, a FCG explica de forma transparente, todos os dados em um quadro amplo de fácil leitura na parede da fundação, bem como as tabelas de atendimento, referido no anexo 23. No site da FCG, Os dados²⁰³ demonstram, além de todos os gastos de forma pormenorizadas, o que é custo mensal, custo anual, e custo por pessoas atendidas.

5.5 Parcerias e Conexões

A FCG tem vindo a estabelecer importantes parcerias e eventos de cunho nacional e internacionais tendo como objetivo articular e promover parcerias para a sua sustentabilidade. Nessa seção, de forma breve, serão elencadas algumas dessas ações consideradas como mais relevantes.

Entre elas, destaca-se a Medalha da Ordem do Mérito Cultural²⁰⁴, outorga concedida pelos relevantes serviços prestados à cultura e ao patrimônio brasileiro, que a FCG recebeu em 2004, das mãos do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e do Ministro Gilberto Gil.

A realização do “I Seminário de Arqueologia e Educação Patrimonial do Cariri” em 2008, teve como marco a assinatura do protocolo de intenções entre a Universidade de Coimbra e a Fundação Casa Grande, e teve apoio institucional da Universidade

²⁰¹ O GeoPark Araripe, situado no sul do estado do Ceará, é uma reserva que tem uma das principais jazidas de fósseis do Brasil. É composto por nove sítios geológicos distribuídos em seis municípios do estado do Ceará: Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Disponível em <http://geoparkararipe.urca.br/> (consultado em 10/04/2020).

²⁰² Nascido em 29 de outubro de 1939, na cidade de Arneiroz, Espedito Velozo de Carvalho é hoje reconhecido um dos Tesouros Vivos da Cultura do Ceará. O Mestre herdou do bisavô a arte de fabricar artesanalmente selas e arreios. Disponível em <https://www.sesc-ce.com.br/noticias/80-anos-de-mestre-espedito-seleiro-sao-comemorados-no-sesc-cultura-de-raiz/> (consultado em 11/04/2020).

²⁰³ Previsão de Custo Mensal e Anual. Disponível em <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/programas/paginas/financeiro/> (consultado em 13/10/2020).

²⁰⁴ Condecoração outorgada pelo Ministério da Cultura (MinC) a pessoas, grupos artísticos, iniciativas ou instituições a título de reconhecimento por suas contribuições à Cultura brasileira. Disponível em <http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/ordem-do-merito-cultural> (consultado em 13/10/2020).

Regional do Cariri (URCA) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); aliada a essa ação em 2009, aconteceu o “I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio”²⁰⁵, desenvolvido pelo IPHAN-CE, resultando na formulação da Carta de Nova Olinda²⁰⁶. O objetivo do encontro foi avaliar a atuação das primeiras Casas do Patrimônio e elaborar diretrizes comuns para o seu funcionamento, como também propor ao IPHAN a criação de instrumentos legais e administrativos que garantam a sustentabilidade da proposta.

Ainda em 2009, teve lugar “O Seminário Internacional de Turismo de Base Comunitária”, que reuniu representantes do Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, parceiros como o SEBRAE-CE²⁰⁷ e o Sistema Fecomércio do Ceará-SESC²⁰⁸, bem como representantes da Universidade Estadual do Ceará, representantes da Universidade de Coimbra e Universidade do Porto em Portugal, e do Campo Arqueológico de Mértola²⁰⁹ em Portugal, bem como a Cooperativa Terra Chã de Alcobertas-Rio Maior²¹⁰, também de Portugal. Teve como propósito fortalecer as experiências já existentes no Brasil, demonstrar alternativas de modelos incluídos, debater o marco conceitual do setor, considerando as realidades locais, consolidar os projetos de turismo de base comunitária por meio do apoio técnico

²⁰⁵ O objetivo é estruturar e consolidar um campo de trabalho para as ações educativas voltadas para o conhecimento e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=casas+do+patrim%C3%B4nio> (consultado em 13/10/2020).

²⁰⁶ A Carta de Nova Olinda é um documento representa a culminância de um conjunto de investimentos feitos pela área de Promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro, do Iphan, desde 2000. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=casas+do+patrim%C3%B4nio> (consultado em 13/10/2020).

²⁰⁷ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Ceará (Sebrae) começou em meados da década de 60 e tem como missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia nacional. Disponível em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ce/quem_somos?codUf=6 (consultado em 15/04/2020);

²⁰⁸ A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo tem como principal função administrar o Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em seu respectivo estado. A Federação trabalha para a qualificação do empresariado por meio da difusão de valores de cidadania corporativa, pesquisas, estudos, além do acesso e capacitação a novas técnicas de gestão e tecnologia da informação. Disponível em <http://www.sesc.com.br/portal/sesc/comercio/fecomercio/> (consultado em 13/04/2020).

²⁰⁹ Desde a sua criação em 1978, o Campo Arqueológico de Mértola procurou desenvolver uma investigação científica multidisciplinar no âmbito das ciências sociais e humanas. Além de um interesse directo pela História e Arqueologia, os seus grupos de trabalho têm vindo também a dedicar-se à História Local, ao património histórico, à herança artística e cultural, à Museologia e à Antropologia Física. Disponível em <https://www.camertola.pt/info/breve-hist%C3%B3ria-0> (consultado em 14/04/2020).

²¹⁰ A Cooperativa “Terra Chã” surge na sequência de um processo de desenvolvimento local na aldeia de Chãos que se iniciou em 1984, com a criação da associação Rancho Folclórico de Chãos (RFC), através da qual se foi criando o saber fazer e uma capacidade de reflexão sobre a realidade dos territórios em espaço rural, nomeadamente para os desafios que se colocavam perante o declínio da agricultura como actividade estruturante. Disponível em <https://cooperativaterracha.pt/> (consultado em 14/04/2020).

e institucional, influenciar as políticas públicas referentes ao desenvolvimento do turismo no Brasil e fortalecer o intercâmbio entre países de língua portuguesa.

A Mostra de Países de Língua Portuguesa teve lugar em 2009, em Nova Olinda – Ceará, com a presença de cinco países que têm em comum a cultura lusófona e com representantes de instituições responsáveis pela circulação de espetáculos no Brasil, Europa e África.

A Mostra Internacional de Quadrinhos ocorreu em 2010, com a participação de relevantes nomes nacionais e internacionais que dialogaram sobre as tendências dos HQs e animação, tanto do Brasil como de Portugal e Canadá; a Cariri Mostra Ibero-americana em 2011, com representantes de países de cultura Ibero-Americana, com o objetivo de fortalecer a aproximação do Brasil com os demais países latinos nas Américas, países da Península Ibérica na Europa e promover formação cultural através da sua programação.

Já em 2017, a FCG passa a integrar a Rede Portuguesa de Economia Solidária (RedPES)²¹¹, uma rede que reúne instituições que se identificam com o conceito e as práticas de Economia Solidária. Para Limaverde, “Os eventos internacionais têm ampliado a rede de amigos da instituição, gerando intercâmbio e dinamizando a plataforma profissional dos jovens gestores, ampliando o acesso a novas oportunidades de mercado de trabalho” (2015: 408).

As parcerias com instituições acadêmicas têm gerado relevantes espaços de discussões e promoções do conhecimento na FCG, como o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Arqueologia Social Inclusiva, uma parceria entre a Universidade Regional do Cariri (URCA) através da Pró-Reitoria de Extensão, o Instituto de Arqueologia do Cariri e a Fundação Casa Grande, já na segunda turma, a primeira turma em 2017 e a segunda turma agora em 2019, o curso tem como apoiadores o GeoPark Araripe e a Universidade Federal do Piauí, Universidade de Coimbra, Portugal, através do Centro de Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio.

Em 2019, a FCG foi um dos cinco museus brasileiros selecionados pelo Instituto Brasileiro de Museus e pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para uma pesquisa intitulada “Modelo metodológico de estudo e valoração do impacto

²¹¹ A Rede Portuguesa de Economia Solidária (RedPES) agrega, afirma, apoia e divulga as organizações, grupos informais e pessoas individuais, que se identifiquem com o conceito e as práticas de Economia Solidária. Disponível em <https://www.redpes.pt/a-redpes/> (consultado em 14/04/2020).

econômico dos museus aplicado à realidade brasileira²¹²”, cujo objetivo é desenvolver uma metodologia própria para identificar os impactos socioeconômicos que museus brasileiros podem gerar.

Atualmente a FCG conta com a parceria do Sistema Fecomércio do Ceará- SESC, GeoPark Araripe, UNESCO, URCA, UFCA, entre outras e tem sido reconhecida e premiada por diversas instituições. Dentre os eventos e ações mais significativos realizados em parceria com o SESC pode-se elencar a Mostra Sesc Cariri²¹³ e os Museus Orgânicos dos Mestres de Cultura Tradicional do Cariri. A Mostra Sesc Cariri, utiliza desde 2003 o Teatro Violeta Arraes como um dos palcos mais importantes para a realização de sua programação que inclui espetáculos para o público infantil e adulto. O evento é todo administrado pelas crianças e jovens da Fundação, os quais são responsáveis pelo teatro, divulgação e recepção ao público e artistas que vem visitar a Casa e o Museu Memorial do Homem Kariri.

Em julho de 2020, Alemberg Quindins, fundador da FCG, torna-se investigador do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio da Universidade de Coimbra²¹⁴ (CEAACP), e, por inerência, Membro do Conselho Científico desta unidade de investigação que é avaliada e financiada pela Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT) do Ministério da Ciência e Ensino Superior de Portugal.

Ainda em 2020, a FCG alcança o segundo lugar do 11° Prêmio Ibermuseus²¹⁵ de Educação, ação que tem com o objetivo fortalecer a função social dos museus através do fomento à realização de programas e projetos educativos. O programa premiado foi Arqueologia Social Inclusiva – Educar pelo Patrimônio nos Museus Orgânicos do Cariri²¹⁶.

Atualmente está em tramitação a solicitação a inscrição da Chapada do Araripe como Patrimônio da Humanidade. A candidatura da Chapada do Araripe como

²¹² Disponível em <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/2019/03/20/4380/> (consultado em 13/09/2020)

²¹³ A Mostra Sesc Cariri de Culturas é realizada pelo Sesc- Serviço Social do Comércio, no Ceará, através de edital público. Consiste em um dos maiores eventos de cultura do Brasil e acontece durante seis dias ininterruptos, com integração das linguagens artísticas e culturais nas mais diferenciadas áreas da criação e produção, promovendo o intercâmbio, o desenvolvimento e a cooperação entre artistas. Disponível em <http://www.mostrasescdeculturas.com.br/> (consultado em 14/04/2020).

²¹⁴ É uma unidade interinstitucional que associa a Universidade de Coimbra, o Campo Arqueológico de Mértola e a Universidade do Algarve. Disponível em <https://ceaacp.uc.pt/> (consultado em 14/04/2020).

²¹⁵ O Ibermuseus é o principal programa de cooperação para os museus da Ibero-América, que tem o objetivo de promover o fortalecimento das mais de nove mil instituições existentes na região. Disponível em <http://www.iber museos.org/pt/sobre/nosso-papel-no-setor/> (consultado em 13/10/2020).

²¹⁶ Projetos premiados – 11° Prêmio Ibermuseus de Educação. Disponível em <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/09/iber museos-ata-resultado-pie-2020-final.pdf> (consultado em 13/10/2020).

Patrimônio da Humanidade é um projeto interinstitucional, realizado pelo Governo do Estado do Ceará e Secretaria da Cultura do Estado (Secult), junto à URCA, Funcap, Fecomércio, Sesc Ceará, Fundação Casa Grande, GeoPark Araripe e Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri.

Todas essas ações de parcerias internacionais, nacionais e institucionais tem ampliado a rede de oportunidades da FCG, gerando e prospectando intercâmbios relevantes e fortalecendo a plataforma profissional dos jovens gestores da FCG, que dessa forma, expandem o acesso a novas oportunidades de mercado de trabalho aos jovens da instituição em estudo na presente investigação.

CAPÍTULO VI – PESQUISA DE CAMPO

6.1 Lócus da Pesquisa

O lócus da pesquisa foi a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, uma fundação sem fins lucrativos, localizada na região nordeste brasileira, mas precisamente na região do Cariri, localizada no sul do Estado do Ceará. Segundo aponta Frederico Lustosa da Costa uma região “geográfica bem definida, com características geográficas comuns, identidade cultural própria, sentido de pertença e vocações econômicas complementares” (2013: 174).

A FCG foi fundada pelo casal de músicos, pesquisadores e arqueólogos Alembert Quindins e Roseane Limaverde em 1992, e tem como objetivo fomentar a formação e a qualificação de crianças e jovens de Nova Olinda (CE) e região, por meio de vivência de gestão institucional com os objetivos de conhecer, registrar e difundir os conteúdos que envolvem a Arqueologia Social Inclusiva, Gestão Social, Turismo Comunitário, Comunicação Social, Produção Cultural e Meio Ambiente, da pré-história à contemporaneidade.

6.2 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos desta pesquisa foram os Jovens da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, com idade aproximada entre os 15 e os 24 anos. A escolha desses sujeitos se deu devido aos objetivos definidos para investigação de identificar, a partir das práticas culturais e sociais desenvolvidas na Fundação Casa Grande, as experiências mais significativas de protagonismo sociocultural dos jovens.

6.3 Coleta de Dados

No que concerne a coleta de dados para a pesquisa de campo foram utilizados alguns instrumentos de pesquisa. Goldenberg salienta que a pesquisa científica necessita de flexibilidade, capacidade de observação e de interação com os pesquisados e que seus instrumentos “devem ser corrigidos e adaptados durante todo o processo de trabalho, visando aos objetivos da pesquisa (Goldenberg 2011: 79). Na pesquisa qualitativa, há três elementos essencialmente importantes, os dados, os procedimentos e

a codificação dos dados. Os dados integram o material que será analisado pelo investigador e podem apresentar-se em diversos formatos tais como entrevistas, filmes, documentos históricos, gráficos, cadernos de campo, observação. Os procedimentos são os processos usados pelo investigador para organizar e interpretar esses dados, podendo haver categorização dos mesmos. Já a codificação acontece quando da conceitualização e redução dos dados obtidos. Na pesquisa em curso, os dados foram codificados a partir dos instrumentos utilizados que foram os cadernos de campo, as entrevistas transcritas e a observação, além dos registros fotográficos. Nesta perspectiva, lista-se abaixo os instrumentos de coleta de dados utilizados durante as incursões da pesquisa em campo:

- Caderno de Campo – uma ferramenta para anotações, comentários, observações, curiosidades e reflexões de uso cotidiano do pesquisador em campo. Foi utilizado para registrar nomes de crianças e jovens com que a pesquisadora teve contato, dados de relatos nas conversas do dia a dia além de fatos e curiosidades pertinentes ao tema. Para Flick (2004), o meio clássico de documentação na pesquisa qualitativa são as anotações do pesquisador, que devem conter elementos essenciais sobre o andamento da pesquisa e que essas anotações devem ser feitas tão logo quanto possível para evitar esquecimento e artificialidade. Para o autor, “Somente a anotação consegue destacar uma ocorrência de seu curso e transitoriedades cotidianas, transformando-a em um evento para qual o pesquisador, possa voltar sua atenção várias vezes” (Flick 2004: 182). Minayo enfatiza que o Caderno de Campo, ou Diário de Campo como prefere chamar, demanda um uso sistemático que “se estende desde o primeiro momento da ida ao campo até a fase final da investigação. Quanto mais rico for em anotações esse diário, maior será o auxílio que oferecerá à descrição e à análise do objeto estudado” (1994: 64).

- Fotografia e Filmagens – esses recursos visuais ampliam o conhecimento do estudo porque possibilitam a documentação de momentos ou situações que ilustram o cotidiano vivenciado como as pessoas, as moradias, os festejos e as reuniões. Minayo ressalta que os recursos visuais assumem um caráter complementar a investigação, porém “nada substitui o olhar atento de um pesquisador de campo ao evasivo próprio da realidade das relações sociais” (1994: 63)

- Entrevistas Semiestruturadas – a entrevista é uma importante ferramenta na pesquisa de campo para coleta de informações entre duas pessoas ou entre vários interlocutores destinada a construir informações relevantes ao projeto de pesquisa. Torna-se relevante a estruturação de um roteiro para direcionar a finalidade da pesquisa.

Para Minayo (2016), a entrevista semiestruturada obedece a um roteiro que apresenta perguntas abertas realizadas oralmente em ordem prévia, porém com a capacidade de acrescentar ou suprimir algumas questões.

- Observação – A observação tem um papel essencial no estudo de caso. Quando observa-se, busca-se apreender aparências, eventos ou comportamentos. A observação pode ser de caráter participante ou não-participante. Quando o pesquisador atua apenas como espectador atento, temos o que se convencionou chamar de observação não-participante. Arilda Godoy no livro *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades* (1995) afirma que “Baseado nos objetivos da pesquisa e num roteiro de observação, o investigador procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho” (1995: 27). A observação da pesquisa ora apresentada se deu em várias ocasiões de convívio da pesquisadora entre os anos de 2015 a 2019 no âmbito da instituição. A técnica da observação é frequentemente combinada com as entrevistas. Procura-se, em trabalhos de caráter qualitativo, realizar várias entrevistas, curtas e rápidas, conduzidas no ambiente natural e num tom informal.

Por sua vez, Godoy salienta que a palavra escrita ocupa lugar de destaque na abordagem qualitativa, desempenhando um papel fundamental tanto no processo de obtenção dos dados quanto na disseminação dos resultados e reforça: “Rejeitando a expressão quantitativa, numérica, os dados coletados aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas, anotações de campo, fotografias, videoteipes, desenhos e vários tipos de documentos” (Godoy 1995: 62).

A primeira incursão ao campo de pesquisa aconteceu em outubro de 2015, após pesquisas realizadas no site da Fundação, leitura de matérias sobre os projetos desenvolvidos pela FCG em jornais, revistas e páginas eletrônicas e levantamento em trabalhos técnicos e científicos sobre a instituição. O contato se deu inicialmente por visita mediada pelas crianças e jovens do Memorial do Homem Kariiri e, em seguida, a pesquisadora conheceu toda a estrutura física da Fundação e seus laboratórios, sempre com acompanhamento de alguns jovens. Durante a trajetória investigativa, a pesquisadora retornou ao campo de pesquisa durante nove vezes entre o período de outubro de 2015 a dezembro de 2019, como se pode verificar no quadro 3 explicativo com as sínteses das incursões ao campo e os procedimentos de coleta de dados em cada uma dessas visitas.

Incursões ao campo e os procedimentos de coleta			
	Período	Atividades	Instrumentos utilizados
1	Outubro 2015	- Visita à Fundação Casa Grande – Nova Olinda - Visita ao Museu do Couro ²¹⁷ e no atelier do mestre Espedito Seleiro – Nova Olinda	- Caderno de Campo com as primeiras impressões - Registros Fotográficos das salas e acervo do Memorial do Homem Kariri
2	Novembro 2015	- Visita à Fundação Casa Grande – Nova Olinda - Teatro Violeta Arraes – Mostra Sesc Cariri – Nova Olinda - Visita aos municípios Crato (Museu do Crato) ²¹⁸ e Juazeiro do Norte (Fundação Memorial do Padre Cícero) ²¹⁹ .	- Observação (durante a montagem dos espetáculos no Teatro Violeta Arraes) - Registros Fotográficos - Caderno de Campo – conversas com os jovens que trabalhavam na montagem do espetáculo
3	Julho 2016	- Visita à Fundação Casa Grande Nova Olinda - Visita aos municípios Assaré (Fundação Memorial Patativa do Assaré) ²²⁰ .	- Entrevista semiestruturada com gestor da Agência de Base Comunitária J. S. - Caderno de Campo – observações da rotina de trabalho dos jovens nos laboratórios - Registros Fotográficos
4	Junho 2017	- Visita à Fundação Casa Grande – Nova Olinda - Visita ao município de Barbalha (Festa do Pau do Santo Antônio) ²²¹	- Observação (convivência cotidiana com a meninada e gestores nos laboratórios) - Caderno de Campo (Participação em uma roda de conversa com Alemberg Quindins (fundador da FCG) para um grupo de alunos visitantes no Teatro Violeta Arraes)
5	Julho 2017	- Visita à Fundação Casa Grande – Nova Olinda	- Observação (convivência com a proprietária da pousada domiciliar e rotina dos jovens da

²¹⁷ O museu abriga o memorial Espedito Seleiro com peças que fazem parte da história do mestre, um dos mais festejados artistas do couro do país. Disponível em <https://caririrevista.com.br/nova-olinda-celebr-o-museu-do-couro/> (consultado em 30/04/2020).

²¹⁸ No Museu Histórico do Crato, é possível conhecer alguns artefatos originais dos índios Kariris, encontrados durante as escavações da reforma da Praça da Sé. Há mãos de pilão, armas de corte, machados e uma igaçaba (urna funerária). Disponível em <http://museus.cultura.gov.br/espaco/6301/> (consultado em 30/04/2020).

²¹⁹ A Fundação Memorial Padre Cícero (FMPC), foi fundada em 22 de julho de 1988 com a finalidade de resgatar e disseminar a história do Padre Cícero Romão Batista e de Juazeiro do Norte. Disponível em <http://mapas.cultura.gov.br/espaco/8727/> (consultado em 30/04/2020).

²²⁰ A Fundação Memorial Patativa do Assaré, foi fundada no dia 04/05/1993, quando artistas assareense resolveram criar uma entidade que viesse a preservar e valorizar a vida e a obra do poeta patativa do assaré. O Museu apresenta os principais fatos da história do poeta, sua vida e sua obra; tudo, enfim, que foi feito com ou sobre Antônio Gonçalves da Silva, o popular Patativa de Assaré Disponível em <http://museus.cultura.gov.br/espaco/6943/> (consultado em 30/04/2020).

²²¹ A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha, manifestação cultural do Ceará, é uma celebração popular que, desde 1928, antecede os festejos do dia de Santo Antônio de Pádua. Em 2015, foi reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro e inscrita no Livro de Registro das Celebrações, pelo Iphan. Trata-se de uma grande celebração que acompanha a versão local do costume de erguer, em frente à Igreja Matriz da cidade, um tronco de grande porte para receber a bandeira do santo padroeiro da cidade. A data central da Festa é o domingo mais próximo de 31 de maio, dia do carregamento e hasteamento do pau da bandeira. Disponível em <http://www.ipatrimonio.org/ceara-festa-do-pau-de-santo-antonio/#!/map=38329&loc=-7.2873820077209706,-39.287270307540894,13> (consultado em 30/04/2020).

		- Visita ao município de Santana do Cariri (Museu de Paleontologia de Santana do Cariri) ²²² .	FCG.); - Entrevistas semiestruturadas com os seguintes sujeitos: a proprietária de pousada Domiciliar I.R, Fundador da FCG; Gestora do laboratório de arqueologia N.S, gestor do Laboratório de mídias F. S. - Aplicação de questionário e entrevista semiestruturada com os sujeitos pesquisados (dez jovens da FCG com idade entre 15 e 24 anos) - Caderno de Campo – rotinas cotidianas
6	Dezembro 2017	- Visita à Fundação Casa Grande – Festa de Renovação do Sagrado Coração de Jesus ²²³ – 25 anos da FCG. Nova Olinda	- Observação (conversas informais com público presente na festa) - Registros Fotográficos - Caderno de Campo – ritual da entrega dos uniformes a meninada
7	Dezembro 2018	- Visita à Fundação Casa Grande – Festa de Renovação do Sagrado Coração de Jesus – 26 anos da FCG – Nova Olinda - Visita ao município de Potengi (Museu Orgânico do mestre Françaçuli ²²⁴ e Museu Orgânico do mestre Antônio Luiz) ²²⁵	- Observação (solenidade Doutor Honoris Causa recebido pelo fundador da FCG, conversas informais com público presente na festa) - Registros Fotográficos - Entrevistas semiestruturadas com a jovem L. D. do laboratório de TV
8	Julho 2019	- Visita à Fundação Casa Grande – Nova Olinda	- Observação - Caderno de Campo - Entrevistas semiestruturadas com pesquisandos do estudo - Registros fotográficos
9	Dezembro 2019	- Visita à Fundação Casa Grande – Nova Olinda – Festa de Renovação do Sagrado Coração de Jesus – 27 anos da FCG – Nova Olinda	- Caderno de Campo (observações cotidianas) - Observação Não Participante (conversas com o público da região na festa)

²²² O Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri (URCA) foi fundado em 1985 pela prefeitura municipal de Santana do Cariri, sendo o então prefeito o professor Dr. Plácido Cidade Nuvens. Em 1991, o Museu foi doado à URCA, passando a integrar a estrutura da universidade como núcleo de pesquisa e extensão. O Museu de Paleontologia mantém projetos de escavações permanentes de fósseis em toda a Bacia do Araripe, bem como coleta sistemática de fósseis nas frentes de escavações do calcário laminado, nos municípios de Nova Olinda e Santana do Cariri. Disponível em http://geoparkararipe.urca.br/?page_id=1591 (consultado em 30/04/2020).

²²³ Renovar a Consagração Solene do Lar ao Sagrado Coração de Jesus, fazer uma “Reza do Santo” ou, simplesmente, “Renovação” é uma expressão tradicional da religiosidade popular em Juazeiro do Norte. Incentivados pelo Padre Cícero Romão Batista, os primeiros moradores da cidade iniciam essa forma de devoção no Sagrado Coração, incorporando elementos rituais e valores da experiência sertaneja exibindo o patrimônio imaterial da cultura desse povo. Disponível em <https://renovacaodoc.wixsite.com/renovacao> (consultado em 30/04/2020).

²²⁴ Em 15 de novembro foi inaugurado o Museu Orgânico do Mestre Françaçuli em Potengi-CE, uma realização do SESC e da Fundação Casa Grande, trazendo a história do mestre e seu trabalho como artesão, com a arte que parte de um sonho de voar. Disponível em <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/2018/11/16/museu-organico-do-mestre-francaçuli-e-inaugurado-na-mostra-sesc/> (consultado em 30/04/2020).

²²⁵ O Museu abriga a história de vida e do grupo de reisado de couro do mestre Antônio Luiz no Sítio Sassaré em Potengi/CE. Disponível em <http://mapas.cultura.gov.br/espaco/15969/> (consultado em 30/04/2020).

	- Visita ao município de Potengi – Sítio Pau Preto (inauguração do Museu Orgânico Casa dos Pássaros) ²²⁶	
--	--	--

Quadro 3: Incursões ao campo e os procedimentos de coleta
Fonte: Dados da coleta de dados realizados pela pesquisadora

As entrevistas semiestruturadas, de acordo com Minayo, obedecem a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador, e por ter um apoio claro na sequência das questões, “a entrevista semiaberta facilita a abordagem e assegura, que suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa” (Minayo 2016: 267). Nesse sentido as entrevistas semiestruturadas realizadas na presente pesquisa, foram efetuadas mediante roteiros²²⁷ previamente elaborados explorando as estruturas de relevância dos entrevistados.

As entrevistas foram gravadas em campo e a *posteriori* transcritas e revisadas para posterior análise de conteúdo. Parte dos trechos transcritos foram utilizados no corpo do texto do estudo de caso, como pode ser observado na seção anterior. O quadro 4 apresenta a relação das entrevistas gravadas, o dia que ocorreram o tempo de cada uma delas e a descrição dos entrevistados:

N	Data da gravação	Tempo de duração	Descrição do entrevistado
1	20/07/2016	39':33''	Gestor da Agência de Turismo Comunitário
2	24/06/2017	49':36''	Roda de Conversa com Fundador da FCG
3	23/07/2017	15':16''	Proprietária de pousada domiciliar
4	23/07/2017	27':11''	Fundador da FCG
5	24/07/2017	19':32''	Gestora do laboratório de arqueologia
6	24/07/2017	37':10''	Gestor do laboratório de mídias gerente da gibiteca.
7	18/12/2018	30':29''	Integrante do Laboratório TV Casa Grande

Quadro 4: Entrevistas realizadas
Fonte: Registros da pesquisadora.

²²⁶ O museu valoriza a observação de aves do sítio pau preto, no município de Potengi. A iniciativa faz parte do projeto Museus Orgânicos do Sesc em parceria com a Fundação Casa Grande. Disponível em <https://www.f5cariri.com.br/2019/12/sesc-inaugura-terceiro-museu-organico.html> (consultado em 30/04/2020).

²²⁷ Ver, apêndice 1, roteiro para entrevistas na íntegra.

Dentre as técnicas de análise de dados qualitativos destaca-se a análise de conteúdo e a análise de discurso; para o estudo, foi utilizada a análise de conteúdo, visto que de acordo com Laurence Bardin (1977), a análise de conteúdo consiste em um instrumental metodológico que se pode aplicar a discursos diversos e a todas às formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte.

Para Bardin, o termo análise de conteúdo designa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (1977: 42).

A referida autora indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais em análises desse tipo: **1) a pré-análise:** identificada como uma fase de organização. Nela institui-se um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. Normalmente esta fase, compreende a *leitura flutuante*, isto é, um primeiro contato com os documentos que serão analisados, a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos, a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores e a preparação do material. O primeiro passo é a escolha dos documentos a serem analisados; se forem entrevistas, serão transcritas e o seu conjunto constituirá o corpus da pesquisa. É, portanto, necessário seguir as regras de *exaustividade* (nada pode ser deixado de fora, deve-se extenuar a totalidade da comunicação); *representatividade* (a amostra deve corresponder o universo); *homogeneidade* (os dados devem referir-se ao mesmo tema, obtidos pelas mesmas técnicas e realizadas por indivíduos semelhantes); *pertinência* (os documentos obtidos necessitam ser adaptados ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e por fim, *exclusividade* (um dado não pode ser classificado em mais de uma categoria). **2) a exploração do material**, onde são selecionadas as unidades de codificação; para Bardin, “a codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo” (1977: 103-104). Nesta fase cabe ao pesquisador ler os documentos selecionados, adotando procedimentos de codificação, classificação e categorização. E, por fim, a última fase, **3) o tratamento dos resultados:** inferência e interpretação, fundamentado nos resultados brutos, o pesquisador procurará torna-los significativos e válidos. Esta interpretação deverá ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois,

interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido. Bardin reforça que a interpretação envolve uma visão holística dos fenômenos analisados, demonstrando que os fatos sociais são sempre complexos, históricos, estruturais e dinâmicos.

Na investigação em questão foi utilizado o estudo de Bardin para codificar os dados coletados a partir dos instrumentos utilizados como as transcrições das entrevistas, os cadernos de campo, os registros fotográficos, as observações e a convivência que ocorreram em várias incursões ao campo de pesquisa no período já referido, de 2015 a 2019, como se pode observar na próxima seção.

6.4 Análise dos Dados Recolhidos: a Fundação Casa Grande como Espaço de Patrimônio, Memória e Identidade

Na linguagem do senso comum, o conjunto de características que distinguem e individualizam o indivíduo é designado por identidade. Em uma acepção bem direta, pode-se afirmar que a identidade é aquilo que coloca o indivíduo no mundo em oposição ao “outro”, o que o define e o identifica por meio do estabelecimento de distâncias, de diferenças e, nesse sentido, é sempre relacional. De acordo com Hall (2016: 110), é por meio da relação com o outro, com precisamente aquilo que falta, que a identidade do indivíduo pode ser construída.

Não há identidade fixa, permanente e homogênea, embora as representações que se estabelecem em torno dela possam inclinar-se a construir signos em sentido antagônico, de reificar continuidades, universalidades. A identidade é sempre produto da linguagem, é discurso, perpassado por intencionalidades, conflitos, valores, e se reconfigura em função dos problemas às quais o grupo social tem que responder em um determinado momento. E é em função da construção discursiva da identidade que recorre-se a memória. É preciso voltar ao passado para narrar-se, para edificar uma identidade, para constituir-se como indivíduo perante o outro.

Candau (2019) afirma que mesmo que ontológica e filogeneticamente, a memória é necessariamente anterior a identidade, sendo que se entrecruzam e são indissociáveis, se reforçam mutuamente, “é a memória faculdade primeira, que alimenta a identidade” (2019: 16). Para Halbwachs (2006), identidade reflete todo o investimento que um grupo faz, ao longo do tempo, na construção da memória. Portanto, a memória

coletiva está na base da construção da identidade. Esta reforça o sentimento de pertença identitária e, de certa forma, garante unidade/coesão e continuidade histórica do grupo.

Quando se fala em patrimônio cultural, instantaneamente vincula-se o termo aos conceitos de memória e identidade, “uma vez que entendemos o patrimônio cultural como locus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade. Sobre esse tema Sandra de Cássia Araújo Pelegrini (2006) sustenta que os fundamentos de patrimônio cultural estão associados às de lembrança e de memória, “que são basilares no que se refere a ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são resguardados em função da relação que estabelecem com as identidades culturais” (2016: 116). Para Candau, o patrimônio é uma dimensão da memória: “é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade” (2016: 16).

Memória, como entende-se, é uma categoria biológica/psicológica que refere-se a capacidade de armazenagem e conservação de informações. Porém, não é nessa direção, que pretende-se caminhar. O que importa aqui é abordar a memória como um elemento intrínseco da identidade de um lugar. Segundo Pelegrini, “Nos recônditos da memória residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas” (2006: 116).

Observar a constituição da memória é crucial porque está profundamente relacionada à construção da identidade. Como explica Adriana Kraisch (2007), a memória tem sido estudada como fator significativo no que se concerne a construção de identidades, pois a partir dela, somos capazes de identificar os acontecimentos pretéritos e ainda preservar as informações relevantes, tanto na memória individual quanto na coletiva (2007: 23).

Percebe-se pois que o diálogo entre identidade e memória traduz-se, muitas vezes na criação de lugares de memória, locais de rememoração, como monumentos, museus, memoriais, que procuram desviar o esquecimento e impor a noção de um tempo estável ao mundo atual. Exemplos clássicos de espaços de memórias, são os museus criados pela sociedade como ferramentas de conservação e abrangência da memória coletiva e individual. Inicialmente, a primeira função desses lugares de memória, os museus/memoriais, era de coletar artefatos culturais e de posteriormente pesquisa-los; atualmente a sua principal função é a de comunicar. Marília Xavier Cury

argumenta que “a principal forma de comunicação museológica é a exposição, ocasião em que o público tem a possibilidade de compreender o processo de musealização²²⁸, de ter contato com o passado da humanidade e construir seu lugar no mundo” (2005: 9). Nessa perspectiva, entende-se que uma exposição é o local de encontro e relacionamento entre o que o museu/memorial quer apresentar e como deve apresentar, visando um comportamento ativo do público e a sua síntese subjetiva, dito de outra maneira, o objetivo de qualquer exposição é o de criar as condições para que o público tenha uma experiência única de apreciação, vista como um lugar de diálogo, “um lugar de negociação de sentido” (Cury 2005: 10).

Visto dessa maneira, há que salientar que os museus/memoriais não são apenas fontes de informação, mas, essencialmente, lugares e meios de comunicação que servem para estabelecer relações da comunidade com o patrimônio, a memória e a identidade. Nessa perspectiva, os museus/memoriais ocupam um papel muito importante por serem considerados como locais de visualização da memória e da identidade. Nesse sentido, não se pode negar o papel que os museus/memoriais ocupam hoje, tanto como espaço de reforço ou tentativa de reforço de identidades, mas principalmente como local de análise dessas relações fundamentais para o estudo de questões identitárias.

Considerando essas dimensões, pode-se salientar a relevância do Memorial do Homem Kariri para a valorização da identidade, do patrimônio e da memória. Logo após o restauro da Casa, as crianças de Nova Olinda começaram a chegar ao espaço ávidas e curiosas e começaram a receber os visitantes que chegavam à cidade de Nova Olinda. Para Limaverde, as crianças:

Se identificaram com as cantigas e histórias que narram os mitos e o acervo pré-histórico dos primeiros habitantes da Chapada do Araripe. Com o tempo, a novidade do museu foi dando lugar ao sentimento de pertencimento àquele espaço, um ambiente onde os mitos e lendas contadas por seus avós estavam personificados e justificados nos artefatos líticos e cerâmicos dos antigos parentes indígenas. A comunidade também teve sua identidade e autoestima valorizadas pelos seus mais dignos representantes, as crianças, e apreenderam o significado do Memorial do Homem Kariri como parte de suas vidas (Limaverde 2015: 11).

Aqui pode-se observar a questão que Nora (1993) denomina de apropriação de “Lugares de Memória” pela sociedade para a construção de sua identidade e acesso a um lugar compartilhado. O Memorial do Homem Kariri é considerado como espaço

²²⁸ Seleção de um objeto por valorização – conceito estruturado e entendido dentro do processo museológico.

onde um grupo social ritualiza a sua memória e se identifica, no caso, o grupo social seria os meninos e as meninas da FCG e a comunidade.

Sendo assim, concluí-se que a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, se caracteriza como “Lugar de Memória” para a política de preservação e para o grupo social em questão, uma vez que tem no simbolismo referente ao conjunto do Memorial a concepção de que este é um espaço que guarda uma memória (coletiva) que necessita deste suporte exterior para sua ritualização e, portanto, a permanente renovação de um sentimento que identifica a comunidade com um passado comum que se fundamenta na sua ancestralidade.

Nesse sentido a Casa (Memorial), com seus artefatos pré-históricos, os mitos e as lendas, “detentora da memória da origem do lugar”, além de possibilitar contato com o passado da humanidade e construir seu lugar no mundo, estabelece relações da comunidade com o patrimônio, a memória e a identidade reforçando o sentimento de pertencimento da comunidade. Nesta direção a expressão lugar de memória refere-se a FCG como uma instituição que resgata, salvaguarda, ressignifica e atualiza modos de ser e fazer dos antepassados da região. Pressupõe ainda constatar que a matriz cultural do Homem Kariri edificou os saberes e fazeres da referida instituição manifesto nos usos, apropriações do patrimônio cultural e na maneira de acolher e se relacionar com os visitantes.

As crianças, que inicialmente chegam atraídas pelo brincar, descobrem-se no convívio com as outras crianças e com os jovens já que a FCG está inserida em uma história que tem uma memória e um patrimônio. A educação patrimonial, presente em seus saberes e fazeres cotidianos, proporciona aos jovens o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento que, no decorrer de suas vidas, se pode traduzir em práticas de cidadania consciente e atuante na preservação do patrimônio material e imaterial na região do Cariri cearense.

Perceber os lugares de memória e sua materialidade como potencializadores de uma história crítica, cidadã e portadora de identidades, que falam sobre o passado, é sem dúvida uma proposta desafiadora e uma questão urgente na contemporaneidade.

Constata-se, dessa maneira que a identidade é o sentido de pertencer que as pessoas trazem enquanto seres simbólicos que são. O sentimento de pertencer a algum

lugar ou alguma coisa é o ponto chave para se definir uma identidade. Nesse ponto cabe ressaltar as palavras de Alemberg Quindins²²⁹ classifica esta questão:

É na relação com a cidade, com espaço, com as crianças brincando que o projeto Fundação Casa Grande começa a inscrever sua história. Qual a história desse povo e desse lugar: “trabalhar essa força nossa, do território a partir do conhecimento de ser do lugar, de a partir daí fortalecer a formação e a identidade desses meninos e meninas aqui da Fundação, a partir do conhecimento de sua história, da profundidade de sua história.

Essa é uma ideia também apontada por Ítalo Calvino na sua obra *Cidades Invisíveis* (1990), quando afirma que “A cidade não conta seu passado, ela o contém como as linhas de mão escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, (...) cada segmento riscado por arranhões (...) entalhes, esfoladuras” (1990: 14-15). É nesse contexto, portanto, que os meninos e meninas da FCG contam e recontam a história da cidade, dos seus antepassados e da região, constituindo relações da comunidade com o patrimônio, a memória e a identidade.

O que se percebe é que todo o conhecimento adquirido pelos meninos da FCG, desde o momento que chegam atraídos pelo espaço do brincar por meio das narrativas das lendas e dos mitos do lugar, até à inserção nas vivências em seus laboratórios (Museu, gibiteca, biblioteca, Rádio, Tv Casa Grande, dvdteca), tem as suas bases fincadas em experiências que a conduzem a descobrir e redimensionar os seus próprios lugares no mundo. Ao mesmo tempo que tem contato com o intangível, através das histórias e mitos regionais, deparam-se com o tangível dos objetos pré-históricos do acervo arqueológico no Memorial do Homem Kariri tornando-se os autores das suas próprias histórias e assim vão recontando as crianças menores que vão chegando, para as pessoas da comunidade e para os visitantes que chegam ao local.

Rosiane Limaverde destaca que:

a memória foi o elo constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo. das crianças e jovens na medida em que ela também se tornou, a partir do protagonismo dessas crianças e jovens, um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de decorrência da comunidade e se sua reconstrução de si (2015: 10).

A forte vinculação entre a memória e a identidade possibilitou compreender como decorrem os processos de preservação das heranças simbólicas enraizadas e

²²⁹ Em entrevista cedida em 24 de junho de 2017.

institucionalizadas. É nelas que as crianças e os jovens se moldam para edificarem as suas próprias identidades e para pertencerem e se afirmarem como parte da Fundação Casa Grande. Isso ocorre porque o ato de rememorar e representar o mundo compreende elementos de cunho normativo, pois fazer parte de um grupo social significa apropriar-se de modos instituídos de como pensar e do que pensar; de como lembrar e do que lembrar. Percebe-se nos discursos dos jovens da FCG, que quando eles contam e recontam as origens dos seus antepassados, conhecendo as suas raízes e distinguindo os que os une e o que os divide, contribuem para sua formação cidadã, amplificam a sua visão do mundo ao mesmo tempo que enaltecem a sua identidade cultural.

Conclui-se que elementos da cultura tangível e intangível da FCG são importantes na construção da identidade dos grupos referidos na presente investigação. As construções simbólicas das origens dos antepassados permanecem, realizando a mediação entre o modo de pensar dos grupos e as suas condições de existência. Elas deslocam-se em toda a comunidade e figuram como imagens que o grupo tem de si ou as imagens que pretendem transmitir aos outros, pois é a partir dessas interações que se amparam as construções identitárias.

A Fundação Casa Grande, objeto de estudo desta pesquisa, possibilita aos meninos e meninas do sertão do Brasil caminhos de formação e ampliação do capital cultural, proporcionando perspectivas e caminhos de inclusão social por meio da construção e valorização da identidade, do patrimônio e da memória.

6.4.1 Discussão de Resultados da Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa baseia-se em uma linguagem fundamentada em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas, linguagem que se constrói com um ritmo próprio e particular. Minayo denomina este ciclo como “*ciclo de pesquisa*, ou seja, um peculiar processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que por sua vez, dá origem a novas interrogações” (Minayo 2007: 26).

A fim de fundamentar e dimensionar o processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa, Minayo (2007) dividiu-o em três etapas: A fase exploratória, o trabalho de campo e a análise e tratamento do material empírico e documental. A fase exploratória consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada de campo. Por sua vez, o trabalho de campo

“consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa” (Minayo 2007: 26). Essa fase, ainda de acordo com Minayo “combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros” (2007: 26).

Por último, a terceira etapa, a análise e tratamento do material empírico e documental que está relacionada com o conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto ou com outras leituras teóricas e interpretativas, cuja necessidade foi dada pelo trabalho de campo. Na ótica de Minayo:

A análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador (Minayo 2007: 27).

Face a esse cenário, o pesquisador, mesmo que tenha uma postura neutra na condução da pesquisa, está sempre implicado subjetivamente, pois ele será o instrumento de análise dos dados. Segundo a opinião de Minayo, o envolvimento do entrevistado com o entrevistador é condição de aprofundamento da investigação e da própria objetividade. Ela afirma: “A inter-relação, que contempla o afetivo, o existencial, o contexto do dia-a-dia, as experiências e a linguagem do senso comum no ato da entrevista são condição *sine qua non* do êxito da pesquisa qualitativa” (Minayo 2007: 68).

Neste contexto como procedimento para este trabalho, foi realizada a aplicação de um questionário²³⁰ com dez jovens da FCG, com idade entre 15 e 24 anos, com o objetivo de delinear o perfil socioeconômico dos sujeitos pesquisados e uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas²³¹ de forma individualizada com o objetivo de, a partir do discurso coletivo dos pesquisados em estudo, abordar informações gerais, as atividades desenvolvida no cotidiano e coletar evidências relativas às implicações da FCG junto a eles. A análise das questões abordadas, inicialmente o perfil socioeconômico e depois a entrevista semiestruturada com os sujeitos pesquisados são apresentados de seguida.

²³⁰ Ver Apêndice 1, Questionário com jovens da FCG.

²³¹ Ver Apêndice 2, Modelo de perguntas.

Dos dez jovens entrevistados, três eram do sexo masculino e sete do sexo feminino, com as seguintes idades: quatro tinham quinze anos, dois dezessete anos, três dezoito anos e um vinte e quatro anos. Todos estavam matriculados em escolas da rede pública, sendo quatro jovens no ensino fundamental II²³², cinco no ensino médio²³³ e apenas um no ensino superior. Cinco dos jovens moram apenas com suas mães e irmãos, dois moram com o pai e irmãos, um com a avó e dois com os pais e irmãos, com renda familiar que varia desde quatro salários mínimos (apenas um jovem), dois salários mínimos (seis jovens), um salário mínimo (um jovem) e dois não souberam informar. Com relação às atividades profissionais que os pais ou responsáveis exercem, sete jovens responderam que seus responsáveis não têm carteira de trabalho assinada e três responderam que seus pais ou responsáveis trabalham com carteiras de trabalho assinada. Em relação a escolaridades dos pais ou responsáveis, seis estudaram até ao quinto ano do ensino fundamental, um concluiu o ensino fundamental, um finalizou o ensino médio e dois nunca estudaram.

De seguida apresenta-se a análise e os resultados das entrevistas semiestruturada com os sujeitos pesquisados, de acordo com as questões colocadas.

1 – Desde quando você está na FCG?

Para essa questão houveram respostas variadas, três jovens responderam que estão na FCG desde que nasceram, ou por que os irmãos mais velhos já frequentavam a Fundação ou porque suas mães/e ou/ responsáveis desenvolvem atividades na Casa. Dois jovens estavam na FCG desde que tinham a idade de 4 anos, dois jovens estão há 4 anos e os últimos dois há exatamente dois meses. Apresenta-se excerto de uma entrevista:

A minha experiência também foi chegar brincando. Sou da cidade, nasci aqui, minha infância foi na cidade eu vinha brincar na casa, mas só a partir dos 13, 14 anos que eu realmente me engajei dentro das atividades da casa e passei a assumir uma responsabilidade. I.A

²³² O Ensino Fundamental II, ou chamado de Ensino Fundamental – Anos Finais, compreende a educação para crianças/adolescentes dos 11 aos 14 anos, e contempla do 6º ano ao 9º ano. Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br/etapa-de-formacao-e-series/ensino-fundamental-ii/9-ano-ensino-fundamental-ii> (consultado em 30/04/2020).

²³³ Última etapa da educação básica brasileira, o ensino médio tem duração de três anos e seu principal objetivo é aprimorar os conhecimentos obtidos pelos estudantes no ensino fundamental I e II. Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br/etapa-de-formacao-e-series/ensino-medio> (consultado em 30/04/2020).

2 – Atualmente, você pertence a qual programa?

Das dez respostas obtidas, três jovens afirmaram que estavam desenvolvendo atividades no Memorial do Homem Kariri, como recepcionistas, três estavam envolvidos com as atividades de montagem e produção de espetáculos no Teatro Violeta Arraes, dois nas atividades de produção de vídeo na Tv Casa Grande, um na DVDteca e um na Gibiteca. Porém, o que ficou claro, é que todos exercem várias atividades concomitantemente, participando em atividades desenvolvidas em diversos laboratórios, mas vão sendo atraídos para áreas específicas com o passar do tempo. Exemplifica-se com extrato de entrevista:

Eu cheguei aqui bem pequeno, cheguei para brincar no parquinho de forma bem espontânea, e quando vamos crescendo a gente começa a recepcionar os turistas aqui no Memorial, vi muitas outras crianças aqui no laboratório e fui me aproximando do laboratório de rádio. Fazia recepção e produzia os programas de rádio. Minha curiosidade foi se transformando em responsabilidade.

3 – Quais os critérios para se tornar um menino da FCG?

A maioria dos jovens responderam a questão quase em uníssono, que é necessário comparecer a FCG todos os dias, ajudar na limpeza e na manutenção diária da casa, ser pontual, ter responsabilidade nas tarefas executadas diariamente, respeitar os mais velhos, participar das oficinas mas acima de tudo tem que querer, não são obrigados. Destaca-se os seguintes excertos:

Depois que a gente recebe o uniforme, temos que chegar no horário, tem uma disciplina bem diferenciada, tem que estar aqui às 7h da manhã, todos tem que ta na escola formal estudando, tem que ter responsabilidade, por exemplo o menino ficar de recuperação na escola em uma disciplina, então durante o período da recuperação fica em casa, se reprovou passa as férias em casa, então começa a ter esses processos por conta da responsabilidade. Aqui eles têm a possibilidade de fazer escolhas do que eles querem fazer hoje, do que querem fazer amanhã. A gente chega aqui pela manhã e logo começamos a limpar a casa, um pega uma vassoura, o outro um balde e depois a gente vai para os laboratórios, um trabalhando no catálogo outro em pesquisa outro na organização, e ai são nesses momentos que a gente interage e cria uma troca de informações e começamos a pensar o espaço diferente como a gente pode organizar, propondo coisas. somos responsáveis por tudo aqui. P.E

Outro jovem relata:

Aqui a porta tá sempre aberta, os meninos chegam brincando pelo parquinho. E a partir deles estarem nesse espaço, eles visualizam uma biblioteca, uma rádio, uma TV e a partir da curiosidade, eles entram e veem outras crianças da mesma idade que eles dentro desse espaço e aí eles começam a ocupar todos esses laboratórios da casa: pela curiosidade, e daí essa curiosidade se transformam em uma responsabilidade deles de ta naquele espaço e partir daí ele começa a se inserir nas atividades da casa, é bem espontâneo mesmo. E a própria FCG dá essa condição deles participarem dessas atividades. Mas a partir daí, vem as regras da casa, às normas da casa, se o menino tá participando das atividades da casa, o que vai tornar qualquer um deles responsável por um laboratório vai ser o desempenho dele naquele laboratório, o que ele tá propondo e como tá pensando aquele espaço de uma forma diferente, e acontece de forma bem natural esse processo. Sempre tem um responsável em cada laboratório. Dentro do pensamento da hierarquia da FCG é sempre o maior passar para o menor, então não tem esse processo de tipo “com 15 anos você vai ser isso” não, é a partir do momento que ele tem responsabilidade pelo espaço. M.A

Nestas afirmações percebe-se a importância nas questões de hierarquia e responsabilidade impressa pela Fundação como um dos pilares e condições da permanência dos meninos na Casa. Aqui importa ressaltar a opinião de Escámez e Gil (2003) quando defendem que “a responsabilidade consiste, à primeira vista, em assumir a própria autonomia, isto é, na aceitação de que sou capaz de ter pensamentos que posso justificar e de tomar decisões das quais posso dar conta aos demais e a mim mesmo” (2003: 7). Os autores reforçam ainda que a educação de uma pessoa responsável centra-se em algumas competências básicas no âmbito cognitivo, no avaliativo-afetivo e no comportamental e que cada uma dessas competências estão conectadas com algumas capacidades, como a de deliberação, a de julgar as próprias ações, de autonomia, o domínio sobre si mesmo, a de fazer um mundo melhor e assumir as consequências das próprias ações (Escámez e Gil 2003: 30-31).

Essas capacidades, deliberação, autonomia, domínio de si mesmo, foram observadas durante as incursões de campo na FCG pela pesquisadora em diversas atividades diárias realizadas pelos jovens, como por exemplo: realizar a montagem de exposições de arte na galeria da fundação desde a concepção até a realização; produzir a montagem de espetáculos desenvolvendo às diversas atividades técnicas de iluminação e sonoplastia do espetáculo; coordenar uma equipe de documentários, assessorando alunos universitários; desenvolver os programas de rádio escolhendo as trilhas sonoras, os textos e a as gravações; conduzir às visitas mediadas aos visitantes que chegam para conhecer o Memorial e a instituição, entre outras.

Os referidos autores não utilizam o termo protagonismo juvenil, mas analisam a questão da responsabilidade, a partir de uma concepção muito aproximada do que outros autores denominam protagonismo. O que se constata é que a proposta educativa

da FCG consiste em trabalhar a cultura da responsabilidade vinculada entre os jovens e os membros da Casa possibilitando assim o exercício da participação nas estruturas de decisão sobre os assuntos da Fundação. Por sua vez, Costa (2006) acrescenta que participar para o jovem é “influir por meio de palavras e atos nos acontecimentos que afetam a sua vida e a vida de todos aqueles em relação aos quais ele assumiu uma atitude de não indiferença, uma atitude de valoração positiva” (2006: 176).

Constata-se dessa maneira que tanto Costa (2006) quanto Escámez e Gil (2003), um utilizando o termo protagonismo e os outros o termo responsabilidade, concordam com o papel da educação na construção da cidadania responsável, no potencial do jovem para pensar e decidir sobre si mesmo, tornando-se livre e autônomo, cômnicos de suas escolhas e eticamente responsável.

4 – Quais as atividades da FCG que você mais se identifica?

Os jovens ao serem questionados sobre suas atividades preferidas na Casa elencaram atividades variadas, como recepcionar no Museu e aprender sobre a história, produzir os programas de rádio, participar das atividades de produção e montagem no Teatro Violeta Arraes, fotografar e editar, as oficinas, jogar futebol, como se pode confirmar no excerto:

Inicialmente eu fui gerente da DVDteca, eu gostava muito de assistir sessão da tarde, que era o que tinha, então comecei a assistir cinema na FCG, participar e fazia muito intercâmbio com as pessoas que vinham aqui na casa, depois foi me instigando ai eu entrei pra rádio, pra ser o gerente da rádio e fui para o teatro, mas sempre dentro de um pensamento da casa de que o único cargo que se pode ocupar na casa é de todo mundo ser bom recepcionista, porque todo mundo é aluno da casa, não existe nenhum profissional que tá aqui porque tá sendo remunerado. J. A.

5 – Você participa do processo de tomada de decisão das atividades desenvolvidas na FCG?

Sobre a tomada de decisão pelos jovens, de forma geral, estes afirmaram que sim, informaram também que a FCG possui estrutura institucional atualmente ocupadas pelos jovens da FCG. Apresenta-se um exemplo de uma entrevista:

A Casa Grande tem uma estrutura institucional de presidência, conselho cultural, conselho científico, e um administrador. No início eram as pessoas que eram amigas da

casa que ocupavam essas funções hoje, já são os meninos que chegaram desde o início da casa que estão nessas funções. J.A

6 – Com relação à gestão da FCG, existe abertura para vocês participarem?

Sobre a participação na gestão da Casa, os respondentes afirmaram que existe uma hierarquia na Casa e que cada laboratório possui um gestor. Normalmente os gestores são os meninos que já estão na Casa há mais tempo, e tudo é pensado e planejado por eles, como é explicado na resposts que se segue:

Os meninos que são da cidade, vão chegando, vão entrando e devido a essa hierarquia da casa do maior passar para o menor aquele menino que é responsável por aquele laboratório, o gestor, vai se sentindo responsável pela aquele menino que vai chegando para que ele possa entender aquele espaço, então ai começa a compartilhar as atividades, as tarefas do laboratório, e essas tarefas vão desde a manutenção básica do espaço do tipo limpeza diária até o planejamento e produção e a operacionalização dos laboratórios. Tudo aqui é feito e planejado por nós. Somos nós que decidimos e realizamos, aprendemos a tomar decisões desde cedo, isso nos ajuda nossa vida. a saber qual nosso lugar no mundo. A. H.

Diante da afirmação acima, deduz-se que os meninos da Casa são sempre estimulados a envolver-se com as questões de interesse coletivo da estrutura de funcionamento e tomada de decisões da Casa. Há um empenho em construir coletivamente numa perspectiva de identificar e superar situações problemas do cotidiano. Essas práticas foram observadas pela pesquisadora como um processo de construção de cidadãos mais autônomos, com senso crítico refinado, comprometidos na compreensão e na mobilização de ações para além do seu entorno social, o que significa que exercitam a cidadania ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento da comunidade. Esse pensamento coaduna com o pensamento expresso por Costa ao afirmar que “Protagonismo juvenil, é a participação do adolescente em atividades que extrapolam o âmbito de seus interesses individuais e familiares e que pode ter como espaço a escola, a vida comunitária e a sociedade” (Costa 2006: 176).

O conceito de protagonismo adotado pelo autor, refere-se a dois tipos de desenvolvimento, o pessoal e o social. O desenvolvimento pessoal relaciona-se com o fato de o protagonismo ser fonte de iniciativa, liberdade e compromisso, impulsionando as capacidades e competências dos jovens, favorecendo um autoconhecimento/autoconceito positivo; permitindo o desenvolvimento de uma

autoestima, de uma autoconfiança e, dessa forma, uma valorização do seu potencial enquanto ser humano, enquanto agente de transformação de sua própria vida. Por sua vez, o desenvolvimento social é a habilidade dos adolescentes ultrapassarem a sua atuação voltada somente para interesses próprios e passarem a pensar de forma mais abrangente, conectada e empática com a comunidade em que vivem, preocupando-se com as questões sociais e intervindo de forma consciente nas demandas relacionadas com o bem-estar coletivo. É o que correntemente denomina-se de “cidadania ativa”, “participação cidadã” (Costa 2006: 177).

7 – Quem tem maior poder de decisão na FCG?

A maioria dos alunos responderam que todos têm poder de decisão na casa, porém os meninos e meninas mais velhos, os gestores, que estão na Casa a mais tempo é que coordenam as demandas da Casa. Mas todos são instigados a participar e emitir suas próprias opiniões, como se pode verificar a partir da resposta aqui presente:

Eu acho que é uma experiência muito legal eu ser diretora do Memorial, porque assim, eu vou tá vivendo uma coisa que um adulto não viveu na sua infância e adolescência, mas que eu sei que quando eu crescer vou ter que acordar 6:30h porque eu vou ter que tá às 7h no trabalho. Eu já vou ter responsabilidade desde pequena. O que eu sinto mesmo é uma grande alegria porque eu estou fazendo uma coisa que eu sei que não só eu, mas todos da fundação gostam de fazer isso. Como Alemberg e Rosiane passaram isso pra mim, passaram essa bola muito grande pra mim, eu tenho que passar para alguém, então é uma experiência muito nova por que eu acho que na minha sala de aula da escola, todo mundo trabalha mas não como eu, trabalham lavando carro, lavando moto, fazendo bolo, mas não como meu trabalho, que é um trabalho voluntário e eu estou aqui porque eu gosto, porque é uma coisa que vai valorizar meu currículo, então se eu vou fazer faculdade e procurar um emprego só o nome FCG já me dar uma bela faculdade porque é um nome bem conhecido, não só aqui mas no mundo inteiro. O Alemberg me deu uma oportunidade de viajar pelo mundo dando palestras, então desde os meus 9 anos de idade que eu viajo dando palestras, se não fosse Alemberg eu não teria essa oportunidade. Alemberg e Rosiane me deram oportunidade de participar de um curso que eu vou fazer produção e eu vou tá como ouvinte que é um mestrado para mim, então eles me deram oportunidade de aprender a mexer em uma câmera, de aprender o que é arqueologia social inclusiva então é uma coisa inexplicável. Acho que a única palavra que define isso pra mim é uma experiência muito nova, inovadora que por mim tinha que existir em todos os locais do mundo porque acho que todo mundo precisa disso. Então eu acho que é uma coisa muito gratificante. então a pergunta que você fez é uma pergunta que nem muita gente faz porque pra minha idade mesmo, é impressionante. I. A.

À narrativa da jovem encontra forte consonância como expresso por Costa (2006: 178) ao instituir as etapas de uma ação protagonista. Para Costa, para que uma atividade tenha características protagonistas os jovens devem perpassar por um processo

que se instaura pela iniciativa da ação, quando a ação é concebida por eles, passando pelo planejamento do que vai ser realizado, a execução do que foi planejado, a avaliação realizada por eles mesmos e, por fim, a apropriação dos resultados. Esse processo descrito por Costa foi constatado pela pesquisadora nas atividades desenvolvidas no cotidiano das práticas dos laboratórios pelos jovens durante o período da pesquisa de campo.

O primeiro momento, o da iniciativa, acontece quando os jovens se deparam diante de uma situação-problema, momento em que são desafiados a buscarem soluções principiando pela reflexão da situação, compreensão do contexto, discussões com o grupo e, por fim, a forma como vão atuar. Como exemplo apresenta-se como situação-problema a produção de uma importante Mostra de Cultura, Mostra Sesc Cariri, que acontece anualmente no Teatro Violeta Arraes produzido pelos jovens da Fundação. Logo que se inicia a produção, os jovens são levados a promover reuniões de pré-produção com os proponentes da Mostra, os gestores dos laboratórios e com todos os jovens que vão atuar na parte técnica, compreender a dimensão do trabalho e os desafios. Nesse momento os jovens já têm uma dimensão do contexto, a iniciativa foi cumprida, para começar a formulação do planejamento, que caracteriza-se pela definição das estratégias utilizadas, continuando com o exemplo da Mostra, é o momento de definir as equipes, as atribuições de cada um dos participantes, cronograma, prazos, tipos de equipamentos de som e luz, recursos necessários e utilizados na produção dos espetáculos.

A etapa da execução refere-se à realização efetiva do que foi decidido e planejado nas fases anteriores, na qual são implementadas as atividades planejadas; é a etapa da concretização da Mostra, com a realização dos shows, espetáculos cênicos, performances, atividades culturais havendo sempre, como foi observado, a participação dos jovens no processo como protagonistas. A etapa da avaliação inicia logo que o trabalho artístico se encerra, momento em que os jovens e seus gestores se reúnem para promoverem uma reflexão conjunta sobre o desempenho, o êxito e a identificação das falhas para correções nos projetos futuros, que se encontra na etapa dos resultados, caracterizada como um indicador para os próximos trabalhos.

Costa (2006) reforça ainda que a quantidade e a qualidade das oportunidades de participação na resolução de situações reais postas ao alcance dos jovens “influencia de maneira decisiva nos níveis de autonomia e de autodeterminação que eles serão capazes

de alcançar na vida familiar, profissional e cívica, quando atingida a idade adulta” (2006: 176-177).

8 – Qual a contribuição das atividades desenvolvidas na FCG, para sua formação cultural/profissional?

Em relação à contribuição da FCG para a formação cultural e profissional, as respostas foram muito parecidas, com todos a afirmar que a Casa representa um divisor de águas em suas vidas, desde o momento que entraram e o que são hoje, no conhecimento, no aprendizado, na forma de se relacionar com as outras pessoas, que a FCG vai possibilitar um futuro melhor, um futuro profissional. Vejam-se as opiniões expressas nas respostas:

A ideia principal aqui não é formar profissionais na área da comunicação, na área da cultura e na área da informática, se alguém se identificar e quiser seguir isso aí pra frente beleza, se não tudo bem. A ideia é formar um cidadão de bem que tenha visão de futuro, que entenda sua função no mundo, que possa ter uma proposta para o mundo. Se conhecer e saber tomar de conta da sua vida, com autonomia e responsabilidade. P.A

E outra resposta:

Eu sou jovem e quando eu falo que eu trabalho em museu de arqueologia sou diretora, coordeno pessoas mais velhas e mais novas do que eu, quando eu dou palestras e falo isso, todo mundo fica impressionado porque você só vai ver adulto fazendo isso. Então no começo da casa eram adultos que explicavam e hoje são crianças, crianças adultas, porque como dizem dentro de uma criança existe sempre um adulto e dentro de um adulto uma criança. I.A

Outro acrescenta:

Recentemente um menino aqui da casa que trabalha na tv, em um último evento que a gente realizou aqui na casa, veio uma pessoa aqui e achou interessante que ele entendesse mais sobre transmissão ao vivo então ele se propôs a receber o L.C no seu estúdio em São Paulo durante uma semana para que ele pudesse aprender sobre transmissão de show, eventos, e aí a FCG custou um bilhete aéreo e ele fez toda o acompanhamento. Os meninos da casa não aprendem tudo sozinho, tem coisas que sim, mas a Casa ela dá essa condição pelo núcleos de amigos que têm, os parceiros etc., da condição deles se qualificarem de uma forma mais coerente, mais profunda e eles tem toda a base de conteúdo, então se eles estão estudando vídeo nada melhor do que estudar os diretores americanos, para eles desenvolverem o padrão. J.A

E ainda:

A FCG ensina a gente a ser um cidadão de bem, a respeitar as pessoas mais velhas, e entra essas coisas em relação ao afeto que eu tive com as pessoas daqui da fundação e porque a gente conhece muita gente de fora, a gente tem a troca de saberes de conhecimento e aqui é um lugar onde eu venho aprender né? Diversos tipos de coisa que tem aqui dentro né? Não é o foco em uma coisa só. Eu gosto de arqueologia, mas aqui eu não aprendi só arqueologia eu aprendo tudo isso que tem aqui dentro eu e todas as crianças e jovens que participam do projeto, a gente não fica fazendo só uma coisa aqui dentro, a gente faz tudo aqui dentro. É importante pra mim buscar esses conhecimentos, eu conheci o mundo através da casa porque às pessoas do mundo vem para cá de toda parte. N.A

A fala de Alemberg vai de encontro ao que os meninos relataram:

Sem perder a essência infantil, não queremos formar comunicadores e profissionais da cultura, e sim futuros gestores do país.

9 – Qual a contribuição dos gestores mais antigos para sua formação cultural/profissional?

A contribuição dos gestores mais antigos na Casa, foi expressa de diversas maneiras, como sendo fundamental, que sem “eles não teriam aprendido nada”, que só permaneceram na Casa por que “eles ensinaram tudo”. Nesse sentido observa-se um altruísmo manifesto no desejo de ensinar aos mais novos como uma forma de expandir a experiência vivida. Os meninos mais antigos na Casa têm de forma muito transparente a responsabilidade perante os outros que estão chegando e os que ainda estão por vir, como uma forma de gratidão e compromisso com o coletivo, como se pode verificar nas respostas à pergunta:

Aí eu comecei a fotografar, a fazer esses vídeos, os spots para rádio, aí eu já saio arrastando os outros. A Casa Grande sempre foi de poucas pessoas, então vai um para um lado outro para o outro, uma pessoa para um técnico outro pra tv. Hoje eu formei o meu melhor amigo. Eu estou aqui desde que eu nasci, cheguei para brincar e depois comecei a fotografar que sempre foi pra mim um registro de história, é um registro de história daquele lugar, o que aconteceu naquele lugar, então pra mim sempre foi importante deixar um registro visual e não somente um registro de memória e vai para uma memória de documentação da FCG e isso é muito bonito de fazer, para as outras pessoas da casa que vão entrar. L.A

I. A. é a atualmente a diretora do Memorial do Homem Kariri e cuida da expografia, da cultura material e imaterial do Memorial. Ela praticamente nasceu e veio pra cá. Ela forma um bocado de menino da idade de 6 anos que chega aqui. A nossa cultura aqui nasce a partir da infância, estudando a história do povo daqui. É muito importante você conhecer seu território, sua história, pra que a pessoa possa construir uma personalidade um caráter. R. A.

10 – Em que área você pretende atuar futuramente?

Oito dos jovens entrevistados relacionaram as suas áreas de atuação profissional com os aprendizados adquiridos em suas vivências na FCG. Dois ainda não estavam bem certos das suas escolhas profissionais, mas ressaltaram de forma positiva os aprendizados da Fundação como a capacidade de serem autores de suas próprias escolhas:

Eu pretendo abrir uma empresa na área do design e comunicação, voltada para design conceitual, que o design voltado para o que a gente trabalha aqui na casa, ligada a estética e ao conceito regional de você chegar em um local, se apropriar de um contexto se apropriar da história para criar uma logomarca, criar uma identidade visual. Eu quero trabalhar com essa especialização tanto no design conceitual como no design para projetos específicos, porque aqui na casa eu já tenho essa experiência com trabalhos de design para exposições, mostras e eventos, que eu faço toda essa parte gráfica. F.P.

E os colegas complementam:

A Fundação se inovou no sentido de criar um espaço para os empreendedores que são essas pessoas que estavam aqui há mais tempo como eu, porque elas queriam permanecer na casa, mas como? Então foram criadas empresas para trabalhar no entorno da casa. Mas nem todos que passaram por aqui viraram empreendedores. Eu, por exemplo, quando fui gerente do teatro me formei na área técnica de som e iluminação cênica e fui trabalhar para o SESC, o Centro Cultural Banco do Nordeste, como profissional liberal e daí dentro disso eu identifiquei que eu era mais para empreender, então eu voltei para fundação para operacionalizar só o turismo da casa, organizar só o turismo da FCG, daí essa proposta foi aceita por que justamente havia o programa na casa e aí eu voltei pra casa pra trabalhar o turismo aqui. J. A.

Eu desde 6 anos que participo da FCG. Eu já participei de todos os laboratórios, mas o que mais chamou atenção foi o da área da arqueologia por conta que eu sempre tive esse afeto de ta com Rossiane nesses lugares. Eu participei das escavações, ela começou a me levar, eu ainda pequena, hoje eu tenho 24 anos, ela cantava às músicas pra gente. Já participei da rádio, da TV, já fui gerente da biblioteca, gosto de tocar bateria, gosto de jogar futebol, mas profissionalmente eu quero ser arqueóloga mesmo como profissão. Eu estudo geografia e pretendo fazer um mestrado e doutorado em arqueologia. N. A.

As narrativas acima apresentadas dos jovens dialogam com a proposição de Amartya Sen (2000) acerca do conceito de desenvolvimento. Para Sen, desenvolvimento é “o aumento da capacidade dos indivíduos fazerem escolhas” (Sen 2000: 12), o que significa mais liberdade individual para uma melhor qualidade de vida, reiterando ainda que cada indivíduo é agente ativo de mudança e não simplesmente receptor passivo de benefícios. O autor utiliza o termo “agente” compreendido como alguém que age e ocasiona mudanças um aspecto comprovadamente percebido nas

respostas dos jovens da FCG quando refletem sobre suas futuras escolhas profissionais e na forma como compreendem os seus papéis no mundo. Observa-se, pois, uma liberdade que extrapola a ausência de restrições, mas a possibilidade de sonhar, fazer, idealizar; uma conquista deliberada dos seus papéis no mundo como autores de suas próprias vidas.

A ideia de Sen parece ser a de empoderamento dos sujeitos, isto é, os mecanismos que irão beneficiá-lo de capacidades desenvolvendo oportunidades para torna-los agentes com habilidades de impulsionar a transformação social e segurar em suas mãos o destino de suas vidas. Sen assegura que “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros” (2000: 26).

Reflete-se, nesse momento, se os termos postulados no relatório *Educação, um tesouro a descobrir*, produzido por Jacques Delors em 1996 para a UNESCO, já mencionado nesta investigação, que considera a educação formal e não-formal como instrumentos que favorecem a difusão do saber e da ciência, colocando o conhecimento ao alcance de todos, não poderiam aqui ser enquadrados. Ao refletir sobre a educação do século XXI, propõem uma concepção ampliada de educação que deve fazer com que todos possam descobrir, reanimar e fortalecer o seu potencial criativo. O relatório sustenta que o modelo de educação que dialoga com as exigências de uma sociedade contemporânea, marcada pelas constantes e rápidas mudanças e transformações em todas as áreas das ciências, deve ir além “da visão puramente instrumental da educação, considerada como a via obrigatória para obter certos resultados (saber-fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordem econômica), e se passe a considerá-la em toda a sua plenitude” (Delors 1996: 90). Essa ampliação se organiza em torno de quatro pilares do conhecimento: a) Aprender a Ser; b) Aprender a Conviver; c) Aprender a Fazer e d) Aprender a Aprender.

Nesta configuração, Aprender a Ser refere-se à capacidade dos jovens agirem com autonomia, solidariedade e responsabilidade, construir um projeto de vida que leve em conta o bem-estar pessoal e da comunidade; indica que a educação utiliza duas vias que se complementam, a descoberta progressiva do outro, e ao longo de toda vida, a “participação em projetos comuns”, que propõe “ser um método eficaz para resolver conflitos latentes” (Delors 1996: 97). Foi constatado que os jovens da FCG aprendem a ser recepcionistas, locutores de rádio, gestores culturais, produtores de eventos, design, fotógrafos, cineastas, sonoplastas, empreendedores e articulam os conhecimentos e

experiências vivenciados ao longo de suas formações para desenvolver projetos que contemplem a comunidade, como o Programa de Geração de Renda Familiar e Comunitária.

Aprender a Conviver relaciona-se com o fato do jovem ter a capacidade de interagir, comunicar, compartilhar, decidir de forma coletiva, cuidar de si, do outro e do lugar em que vive, valorizar o saber social, compreender o outro e a interdependência entre todos os seres humanos, participar e cooperar, valorizar as diferenças, gerir conflitos e manter a paz. Foi observado também nas atividades diárias dos jovens da FCG, como na limpeza e manutenção diária da casa, nas atividades dos laboratórios de conteúdo, nos momentos de lazer e no cotidiano. A convivência nem sempre é amistosa, mas também aprendem a gerenciar os conflitos. Nas atividades cotidianas realizadas pelos jovens na FCG, quer seja nos laboratórios de produção e conteúdo, quer seja nas produções audiovisuais e de eventos, foi observado a capacidade que os jovens desenvolvem em organizar, planejar, decidir em grupos de trabalho, negociando as estratégias e as deliberações sempre de forma coletiva e colaborativa.

Aprender a Fazer, por sua vez, refere-se a aprender a praticar os conhecimentos adquiridos; habilitar-se a ingressar no mundo do trabalho tendo como foco a formação técnica e profissional, o comportamento social, o trabalho em equipe e a capacidade de tomar iniciativa. Os jovens da FCG aprendem a fazer documentários manipulando as câmeras, posicionando às luzes; aprendem a mediar as visitas ao Memorial, praticando, conversando, observando e internalizando os conhecimentos adquiridos e integrando teoria, prática e vivência.

Por fim, Aprender a Aprender que diz respeito ao despertar da curiosidade intelectual, do senso crítico, da capacidade de discernimento; construir as bases que possibilitará o aprendizado contínuo aprendendo ao longo da vida, aprender a aprender exercitando a atenção, a memória e o pensamento já que “O exercício da memória é um antídoto necessário contra a submersão pelas informações instantâneas difundidas pelos meios de comunicação social” (Delors 1996: 100). As atividades desenvolvidas pelos jovens da FCG, tem início no espaço detentor da memória e da identidade dos povos Kariris. É o primeiro espaço por onde os jovens iniciam a sua trajetória contando e recontando suas próprias histórias, criando as suas próprias dinâmicas de trabalho e estabelecendo conexões da comunidade com o patrimônio, a memória e a identidade, desta forma reforçando o sentimento de pertencimento ao local.

Cada um dos pilares da educação postulados em Delors (1996) deve ser conquistado e implementado neste século XXI, como um tipo de competência fundamental para que os jovens desenvolvam de forma protagonista as suas relações sociais: o aprender a ser alude à competência pessoal; o aprender a conviver relaciona-se com a competência social; o aprender a fazer é relativo à competência produtiva e o aprender a aprender traduz-se na competência cognitiva. Essa concepção de educação foi adotada pela ONU no limiar do século XXI, e tem como parâmetro o paradigma do desenvolvimento humano, que desde a década de 90 vem sendo dilatado e propagado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), já mencionado nesta investigação.

6.4.2 Categorias Empíricas

Na tentativa de identificar os elementos das representações culturais e sociais dos sujeitos pesquisados configurou-se algumas categorias empíricas. Minayo (2002: 70) aponta que as categorias se referem a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si e são utilizadas para se estabelecer classificações. Utilizá-las significa agrupar elementos ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Estas categorias são utilizadas no presente trabalho investigativo como pensamentos, ações e sentimentos que expressam a realidade em que vivem os jovens da Fundação Casa Grande, servindo para explicar, justificar e questionar essa realidade (Ver quadro 5).

Categorias Empíricas
Espaço do Brincar
Aprendizagem
Responsabilidade
Protagonismo
Coletividade
Cidadania

*Quadro 5: Categorias identificadas nos discursos dos sujeitos pesquisados
Fonte: Registros da pesquisadora*

Para cada uma das categorias, foram destacados alguns fragmentos das narrativas. Na categoria Espaço de Brincar, foi observado nas narrativas dos jovens pesquisados, que a grande maioria chega normalmente atraída pelo parquinho ainda de forma despreocupada e espontânea, havendo uma possibilidade de acolhimento representada pelas portas e janelas da Casa que estão sempre abertas; inicialmente há um acesso livre para todos, incluindo, crianças, jovens, estudantes, visitantes, pesquisadores, entre outros. Chegar à FCG é ser inserido em uma atmosfera onde o brincar se expressa e envolve a todos que adentram lá. Em diversos momentos da pesquisa de campo a pesquisadora foi convidada a participar nas brincadeiras e diversões, algumas brincadeiras bem conhecidas e outras vindas da criatividade da meninada. O parquinho ocupa lugar central na Casa, como espaço que possibilita escolhas e múltiplos caminhos de aprendizagem a cada um dos meninos e meninas que tenham o desejo de permanecer. No quadro 6 apresentam-se fragmentos das narrativas recolhidas durante a pesquisa de campo:

Espaço do Brincar
A minha experiência também foi chegar brincando.
Eu cheguei aqui bem pequeno, cheguei para brincar no parquinho de forma bem espontânea.
Aqui a porta tá sempre aberta, os meninos chegam brincando pelo parquinho.
Eu estou aqui desde que eu nasci, cheguei para brincar e depois comecei a fotografar.

*Quadro 6: Categoria Espaço do Brincar – Fragmentos das narrativas dos jovens pesquisados
Fonte: Registros da pesquisadora*



*Figura 23: Parquinho da FCG
Fonte: Registro da fotógrafa Raquel Galiza*

Na categoria aprendizagem constatou-se que a FCG em suas múltiplas práticas propõe infinitas possibilidades de atuação. Ao mesmo tempo em que os jovens são recepcionistas do museu, atuam também como programadores da rádio Casa Grande, fotógrafos, integrantes da bandinha de lata, cinegrafistas, gestores de laboratórios editam revistas, editam vídeos, participam de cursos, dialogam e trocam informações com os visitantes. Observou-se que todos aqui aprendem de forma individual e coletiva, porém de forma bastante evidente constatou-se que todas as atividades propostas e desenvolvidas possuem caráter formativo com a perspectiva de profissionalização, aspecto este identificado nos excertos apresentados a seguir (Quadro 7).

Aprendizagem
Quando vamos crescendo a gente começa a recepcionar os turistas aqui no Memorial, vi muitas outras crianças aqui no laboratório e fui me aproximando do laboratório de rádio.
A gente chega aqui pela manhã e logo começamos a limpar a casa, um pega uma vassoura, o outro um balde e depois a gente vai para os laboratórios, um trabalhando no catálogo outro em pesquisa outro na organização.
Inicialmente, eu fui gerente da DVDteca, eu gostava muito de assistir sessão da tarde, que era o que tinha, então comecei a assistir cinema na FCG, participar e fazia muito intercâmbio com as pessoas que vinham aqui na casa, depois foi me instigando ai eu entrei pra rádio, pra ser o gerente da rádio e fui para o teatro.
Eu gosto de arqueologia, mas aqui eu não aprendi só arqueologia eu aprendo tudo isso que tem aqui dentro eu e todas às crianças e jovens que participam do projeto, a gente não fica fazendo só uma coisa aqui dentro, a gente faz tudo aqui dentro. É importante pra mim buscar esses conhecimentos, eu conheci

o mundo através da casa porque às pessoas do mundo vem para cá de toda parte.

Os meninos da casa não aprendem tudo sozinho, tem coisas que sim, mas a Casa, ela dá essa condição pelo núcleos de amigos que têm, os parceiros etc., da condição deles se qualificarem de uma forma mais coerente, mais profunda e eles têm toda a base de conteúdo, então se eles estão estudando vídeo nada melhor do que estudar os diretores americanos, para eles desenvolverem o padrão.

Quadro 7: Categoria Aprendizagem – Fragmentos das narrativas dos jovens pesquisados

Fonte: Dados da coleta da pesquisadora



Figura 24: Meninada aprendendo a fotografar

Fonte: registros da fotógrafa Raquel Galiza.

Na categoria responsabilidade, verificou-se que os jovens são responsáveis pela organização e funcionamento da FCG, assumindo cargos específicos como gerentes dos laboratórios de conteúdo, com regras bem estabelecidas. Antes das 7 horas da manhã, já estão a varrer e a limpar a Casa. Como referiu um dos jovens “a vassoura é a porta de entrada da casa”. Isso não significa que não há desentendimentos, porém os mais velhos, sempre presentes, repreendem e orientam as regras da Casa incentivando-os à criação e à incumbência de responsabilidades. Os gerentes são escolhidos entre aqueles que apresentam postura de liderança, responsabilidade e habilidade em gerir conflitos e são indicados pelos mais antigos da FCG. Há respeito e valorização na cidade de Nova Olinda em ser um menino da Casa Grande, em vestir a farda da Casa, o que impõe a cada um deles um sentimento de responsabilidade por si próprio, pelos colegas e pelo seu campo de atuação. Esse sentimento de responsabilidade está expresso de forma contundente em todas as narrativas dos jovens em estudo. (Ver quadro 8).

Responsabilidade
Minha curiosidade foi se transformando em responsabilidade.
Depois que a gente recebe o uniforme, temos que chegar no horário, tem uma disciplina bem diferenciada, tem que estar aqui às 7h da manhã, todos têm que tá na escola formal estudando, tem que ter responsabilidade.
A gente chega aqui pela manhã e logo começamos a limpar a casa, um pega uma vassoura, o outro um balde e depois a gente vai para os laboratórios, um trabalhando no catálogo, outro em pesquisa, outro na organização, e aí são nesses momentos que a gente interage e cria uma troca de informações e começamos a pensar o espaço diferente como a gente pode organizar, propondo coisas. Somos responsáveis por tudo aqui.
E a própria FCG dá essa condição deles participarem dessas atividades. Mas a partir daí, vem as regras da casa, as normas da casa, se o menino tá participando das atividades da casa, o que vai tornar qualquer um deles responsável por um laboratório vai ser o desempenho dele naquele laboratório, o que ele tá propondo e como tá pensando aquele espaço de uma forma diferente, e acontece de forma bem natural esse processo. Sempre tem um responsável em cada laboratório.
O que vai tornar qualquer um deles responsável por um laboratório vai ser o desempenho dele naquele laboratório, o que ele tá propondo e como tá pensando aquele espaço de uma forma diferente, e acontece de forma bem natural esse processo.

*Quadro 8: Categoria Responsabilidade – fragmentos das narrativas dos jovens pesquisados
Fonte: Registros da pesquisadora*



*Figura 25: Jovem mediando visita ao Memorial
Fonte: Registros da pesquisadora*

Por sua vez, na categoria protagonismo percebeu-se de forma bastante acentuada, durante a trajetória investigativa da pesquisa, que os jovens da FCG são desafiados e incentivados a desenvolver as suas potencialidades nos âmbitos pessoais, sociais e profissionais, deixando de serem meros espectadores, mas convidados e instigados a expandirem as suas capacidades realizadoras. Há uma autonomia e um

dinamismo peculiar, ao ver as crianças e jovens conduzindo as visitas ao Memorial utilizando o cotidiano como terreno de atuação e invenção. Foi observado que os jovens são incentivados a exporem os seus pontos de vista baseados em seus repertórios e experiências, gerando reflexões sobre suas escolhas e consequências. De forma corriqueira, durante o período de coleta de campo, a pesquisadora presenciou, os jovens envolvidos em processos de discussão, decisão, planejamento e execuções de ações exercitando de forma crítica e criativa seus protagonismos (Quadro 9).

Protagonismo
<i>Aqui eles têm a possibilidade de fazer escolhas do que eles querem fazer hoje, do que querem fazer amanhã.</i>
<i>No início eram as pessoas que eram amigas da casa que ocupavam essas funções hoje, já são os meninos que chegaram desde o início da casa que estão nessas funções.</i>
<i>Tudo aqui é feito e planejado por nós. Somos nós que decidimos e realizamos, aprendemos a tomar decisões desde cedo, isso nos ajuda nossa vida, a saber qual nosso lugar no mundo.</i>
<i>Eu sou jovem e quando eu falo que eu trabalho em museu de arqueologia e sou diretora, coordeno pessoas mais velhas e mais novas do que eu, quando eu dou palestras e falo isso, todo mundo fica impressionado porque você só vai ver adulto fazendo isso. Então no começo da casa eram adultos que explicavam e hoje são crianças.</i>
<i>Eu pretendo abrir uma empresa na área do design e comunicação, voltada para design conceitual que o design voltado para o que a gente trabalha aqui na casa ligada a estética e ao conceito regional de você chegar em um local, se apropriar de um contexto se apropriar da história para criar uma logomarca, criar uma identidade visual.</i>
<i>Eu acho que é uma experiência muito legal eu ser diretora do Memorial, porque assim, eu vou tá vivendo uma coisa que um adulto não viveu na sua infância e adolescência, mas que eu sei que quando eu crescer vou ter que acordar 6:30h porque eu vou ter que tá às 7h no trabalho.</i>

*Quadro 9: Categoria Protagonismo – fragmentos das narrativas dos jovens pesquisados
Fonte: Registros da pesquisadora*



*Figura 26: Jovem apresentando cerimonial de evento
Fonte: Registro da fotógrafa Raquel Galiza*

Na categoria coletividade, observou-se que as ações da FCG são pautadas por questões de interesse coletivo ligadas ao bem comum, como a preservação dos bens culturais, o resgate e a preservação da memória e da identidade do lugar, o cuidado com o meio ambiente, o respeito e a atenção consigo e com o outro, requisitos essenciais para garantir a participação, a aprendizagem e o fortalecimento reforçando o sentimento de coletividade, sentimento comum e corriqueiro na FCG em que *“aqui o maior ensina ao menor”*.

Há um estímulo frequente em desenvolver nos jovens as habilidades para estabelecer as relações interpessoais e de ajuda mútua possibilitando a superação de dificuldades e aprendizagens coletivas tão importantes para formação de gestores e líderes reconhecidos pela comunidade (quadro 10).

Coletividade
Dentro do pensamento da hierarquia da FCG é sempre o maior passar para o menor, então não tem esse processo de tipo “com 15 anos você vai ser isso” não, é a partir do momento que ele tem responsabilidade pelo espaço.
Aí eu comecei a fotografar a fazer esses vídeos, os spots para rádio, aí eu já saio arrastando os outros. A Casa Grande sempre foi de poucas pessoas, então vai um para um lado outro para o outro, uma pessoa para um técnico outro pra tv. Hoje eu formei o meu melhor amigo.
A hierarquia aqui na casa é assim: o maior passa para o menor, o maior é sempre responsável pelo que chega.

*Quadro 10: Categoria Coletividade – fragmentos das narrativas
Fonte: Registros da pesquisadora*



*Figura 27: Compartilhamento de ensinamentos entre a meninada
Fonte: Registros da pesquisadora*

O exercício da cidadania relaciona-se com o desempenho dos jovens no âmbito das relações sociais, observando-se, durante o percurso investigativo, o desenvolvimento de habilidades nos jovens da FCG que transcendem as questões puramente de formação profissional, mas identificou-se os sentimentos de autoconfiança, autoestima e visão do futuro. Os jovens aprendem a lidar com as suas

potencialidades e limitações, compreendem o seu papel no mundo e valorizaram o saber social e as diferenças. Há um reconhecimento dos talentos e potenciais dos jovens, que se traduz em confiança, conferindo um senso de pertencimento aos jovens pesquisados (quadro 11).

Cidadania
A FCG ensina a gente a ser um cidadão de bem, a respeitar às pessoas mais velhas, e entra essas coisas em relação ao afeto que eu tive com as pessoas daqui da fundação e porque a gente conhece muita gente de fora, a gente tem a troca de saberes de conhecimento e aqui é um lugar onde eu venho aprender né?
A ideia principal aqui não é formar profissionais na área da comunicação, na área da cultura e na área da informática, se alguém se identificar e quiser seguir isso aí pra frente beleza, se não tudo bem. A ideia é formar um cidadão de bem que tenha visão de futuro, que entenda sua função no mundo, que possa ter uma proposta para o mundo. Se conhecer e saber tomar de conta da sua vida, com autonomia e responsabilidade.

Quadro 11: Categoria Cidadania – fragmentos das narrativas

Fonte: Registros da pesquisadora



Figura 28: Reunião entre os gestores e os jovens da FCG

Fonte: Registros da pesquisadora

6.5 A Fundação Casa Grande e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) – Reflexão

A agenda 2030 para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi aprovada pela ONU em Nova York em setembro de 2015 durante a Cúpula de

Desenvolvimento Sustentável²³⁴, instituindo para as nações do mundo um cenário global para fomentar o desenvolvimento sustentável em três pilares: econômico, social e ambiental. Contém o conjunto de dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, cento e sessenta e nove metas e duzentos e trinta indicadores, estabelecendo-se em um plano de ação para o planeta, os indivíduos e a prosperidade. Os ODS constituem-se como ferramentas de planejamento, a médio e longo prazo, que possibilitam uma conformidade nacional de políticas sociais, ambientais e econômicas. É um quadro para nortear políticas públicas em nível mundial.

A Agenda 2030 possui uma abordagem integrada e interligada que implica diálogos com os desafios contemporâneos para o desenvolvimento sustentável, considerando a interconexão de três elementos essenciais: a universalidade dos objetivos e metas, entendendo as especificidades de cada país e região; a integração de políticas sociais, econômicas e de meio ambiente, e por fim, o fundamento de “não deixar ninguém para trás”, com o propósito de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades. Outro fator relevante é a premissa de assegurar os direitos humanos e alcançar a igualdade de gênero, condição imprescindível para minimizar as diferenças entre os povos e maximizar a sinergia entre as dimensões social, econômica e ambiental.

Por sua vez, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram estabelecidos em 2000, na Declaração do Milênio das Nações Unidas²³⁵; com uma meta deliberada fixada até 2015, os ODM compreendiam sessenta indicadores globais, sendo oito objetivos e vinte e uma metas mensurados e contratados entre os países. Com metas mais simples e em menor quantidade, progressos significativos foram alcançados, ajudando a minimizar a pobreza, mas não completamente (ONU 2015). De acordo com dados do IPEA²³⁶ (2014), as principais conquistas em relação aos ODM no Brasil aferem que metas funcionam e identifica que: 1) A pobreza extrema caiu de 25%, em 1990, para 3%, em 2013; 2) a desigualdade do acesso à escola pelas crianças de 7 a

²³⁴ Cúpula que reuniu mais de 193 países-membros na sede da ONU, Nova York entre 25 e 27 de setembro de 2015 para adotar formalmente uma nova agenda de desenvolvimento sustentável. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/cupula/> (consultado em 15/04/2020).

²³⁵ Nações Unidas Declaração do Milênio, Cimeira do Milênio Nova York, 6-8 de Setembro de 2000. Disponível em file:///D:/Users/G42/Downloads/undp-br-declaracao_do_milenio.pdf (consultado em 10/08/2020).

²³⁶ Dados disponíveis em Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento, 2014. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/140523_relatorioodm.pdf (consultado em 15/08/2020).

14 anos foi superada graças às sucessivas políticas de universalização do ensino. Quanto aos jovens de 15 a 24 anos com pelo menos seis anos completos de estudo, a percentagem passou de 59,9% em 1990, para 84%; 3) atualmente, as mulheres brasileiras têm maior acesso à educação que os homens; 4) Quanto a mortalidade infantil: a meta foi alcançada, com redução para 17,7 óbitos por mil nascidos vivos em 2011, com tendência progressiva de melhora; 5) a taxa de mortalidade materna brasileira caiu em 55%, de 1990 a 2011; 6) a taxa de detecção de AIDS manteve-se estável nos últimos 10 anos, em torno de 20 por 100 mil habitantes por ano de diagnóstico, e o coeficiente de mortalidade por AIDS também diminuiu. Quanto à malária, a incidência parasitária anual caiu de 3,9 para 1,3 casos por mil habitantes, e a de tuberculose de 51,8 para 37 casos por 100 mil habitantes; 7) em 2012, as percentagens de pessoas sem acesso à água e sem acesso ao esgotamento sanitário caíram para menos de metade do nível de 1990 e as taxas de moradia inadequada para a população urbana caiu para 36,6% em 2012. Houve redução do desmatamento na Amazônia de 27.772 km², em 2004, para 4.848 km², em 2014; 8) quanto a parcerias, ressalta-se a participação no G20, apoio financeiro à Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), participação na Rodada de Doha e forte atuação na Cooperação Sul-Sul.

Nesse sentido, as Nações Unidas definiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte de uma nova agenda de desenvolvimento, havendo uma reestruturação dos ODM, ampliando as metas e os indicadores e sendo nomeados para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sendo adicionados nove objetivos, totalizando assim dezessete objetivos, cento e sessenta e nove metas e duzentos e trinta indicadores, como já referido.

Os novos objetivos, mais uma vez, invocaram nações desenvolvidas e em desenvolvimento, instituições e organizações (governamentais e não governamentais), universidades, empresas privadas, sociedade civil e mídia para atuar em seus países de origem e em benefício dos demais para alcançar os cinco Ps da nova agenda: pessoas; planeta; parceria; prosperidade e paz. Esses cinco P, resumem as dezessete ODS estabelecidos pela agenda 2030.

Com propósito mais instrutivo que exaustivo, apresenta-se no anexo 24, as metas dos Objetivos do Milênio (ODM) de 2000 a 2015 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável de 2015 a 2030. (anexo 11).

Uma comparação entre os ODM e os ODS propõe uma observação essencial. As referidas agendas não se distanciam, apresentam um guia comum para seguir por um percurso de progressos, porém, com resultados ainda inconclusivos.

Os ODS incorporaram os ODM – o primeiro ODM, como observado, foi subdivido nos primeiro e segundo ODS – e ampliaram os compromissos até 2015 – com objetivos e metas novos, sobretudo no que refere-se ao desenvolvimento sustentável. Os novos objetivos, efetivamente, utilizaram o impulso gerado pelos ODM para avançar nos objetivos não alcançados e aperfeiçoaram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a ambiental e a social.

De certa forma, o aperfeiçoamento dos objetivos é reforçado tanto pela intensificação das próprias adversidades identificadas pelos ODM quanto pelas complexidades emergidas na contemporaneidade. Os ODS reforçam a ideia de uma transformação no que diz respeito à exploração de recursos, à expansão tecnológica e aos investimentos econômicos e sociais.

Dentre os objetivos da agenda 2030, um específico emergiu para reflexão deste trabalho, o ODS quatro, que trata de assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Para atingir este objetivo até 2030, foram apresentadas dez metas que abrangem educação infantil, ensino fundamental, médio, profissionalizante e superior, alfabetização e ensinamentos relativos à disseminação de conteúdos relacionados com a sustentabilidade. As discrepâncias na educação em termos de gênero, situação de domicílio (urbano-rural) e outras dimensões ainda são muito profundas, e mais investimentos em infraestrutura educacional são necessários, com destaque para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Para elaborar a presente reflexão, utilizou-se como principais fontes, os documentos²³⁷ publicados pela UNESCO sobre os ODS e os indicadores educacionais²³⁸ produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

²³⁷ UNESCO. Educação para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem, Brasília, 2017. Disponível em <file:///D:/Users/G42/Downloads/252197por.pdf> (consultado em 15/08/2020).

²³⁸ IPEA. Cadernos ODS: ODS 4- Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, Brasília, 2019. A publicação Cadernos ODS foi criada pelo Ipea para divulgar estudos e pesquisas que visam contribuir para o esforço nacional de alcançar os desafios lançados durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2015, na qual 193 Estados-membros aprovaram o documento Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em

Desde 1992 que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (UNESCO), em relação à educação de qualidade, vem promovendo a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), possibilitando ações educacionais que colaboraram para a mudança do modo de pensar e agir das pessoas em toda a parte do mundo. Ressalta-se também a liderança da UNESCO na proposição da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), de 2005 a 2014 que visava integrar os princípios e as práticas do desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e da aprendizagem. Tinha também como objetivo incentivar mudanças de conhecimentos, valores e atitudes com a visão de viabilizar uma sociedade mais sustentável e justa para todos (UNESCO 2017).

A EDS deve ser entendida como parte integrante da educação de qualidade, inerente ao conceito de aprendizagem ao longo da vida: todas as instituições de educação – desde a educação pré-escolar até a educação superior e a educação não formal e informal – podem e devem considerar como sua responsabilidade trabalhar intensamente com questões de desenvolvimento sustentável e promover o desenvolvimento de competências de sustentabilidade. A EDS oferece uma educação que importa e que é verdadeiramente relevante para todos os educandos, à luz dos desafios atuais (UNESCO 2017: 7).

Neste contexto, para criar um mundo mais sustentável, os indivíduos vão precisar de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que lhes permitam contribuir para o desenvolvimento sustentável e é, nesse contexto, portanto, que a educação é crucial para obtenção do desenvolvimento sustentável. A EDS visa ainda desenvolver competências que capacitem os indivíduos a refletir sobre as próprias ações, considerando seus impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais atuais e futuros, a partir de uma concepção local e global.

Os indivíduos devem também ser empoderados para agir em situações complexas de forma sustentável, possibilitando contextos de ensino e aprendizagem interativos e centrados no educando e incentivando a autoaprendizagem, a participação e a colaboração.

As EDS são reconhecidas como parte da meta 4.7 dos ODS sobre educação, em conjunto com a educação para a cidadania global (ECG), que a UNESCO promove como uma abordagem complementar²³⁹:

4.7. Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (ONU 2015).

A Agenda 2030 aponta que a educação é tanto um objetivo em si mesmo como um meio para atingir todos os outros ODS, considerada como uma estratégia essencial na busca pela concretização dos ODS (UNESCO 2018). No quadro 12, estão descritas as Competências-chave transversais para a sustentabilidade previstas na EDS para alcançar os ODS, necessárias para que os indivíduos atuem e se auto-organizem em vários contextos e situações complexas: “Elas incluem elementos cognitivos, afetivos, volitivos e motivacionais; portanto, elas são uma interação de conhecimentos, capacidades e habilidades, motivações e disposições afetivas” (UNESCO 2017: 10).

Competências-Chave	Habilidades
Competência de pensamento sistêmico	Habilidade de reconhecer e compreender relacionamentos; analisar sistemas complexos; pensar como os sistemas são incorporados dentro de diferentes domínios e diferentes escalas; e lidar com a incerteza.
Competência antecipatória	Habilidade de compreender e avaliar vários futuros – possíveis, prováveis e desejáveis; criar as próprias visões para o futuro; aplicar o princípio da precaução; avaliar as consequências das ações; e lidar com riscos e mudanças.
Competência normativa	Habilidade de entender e refletir sobre as normas e os valores que fundamentam as ações das pessoas; e negociar valores, princípios, objetivos e metas de sustentabilidade, em um contexto de conflitos de interesses e concessões, conhecimento incerto e contradições.
Competência estratégica	Habilidade de desenvolver e implementar coletivamente ações inovadoras que promovam a sustentabilidade em nível local e em contextos mais amplos.
Competência de colaboração	Habilidade de aprender com outros; compreender e respeitar as necessidades, as perspectivas e as ações de outras pessoas (empatia); entender, relacionar e ser sensível aos outros (liderança empática); lidar

²³⁹ UNESCO. Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002448/244826por.pdf>> (consultado em 13/08/2020).

	com conflitos em um grupo; e facilitar a colaboração e a participação na resolução de problemas.
Competência de pensamento crítico	Habilidade de questionar normas, práticas e opiniões; refletir sobre os próprios valores, percepções e ações; e tomar uma posição no discurso da sustentabilidade.
Competência de autoconhecimento	Habilidade de refletir sobre o próprio papel na comunidade local e na sociedade (global); avaliar continuamente e motivar ainda mais as próprias ações; e lidar com os próprios sentimentos e desejos.
Competência de resolução integrada de problemas	Habilidade de aplicar diferentes marcos de resolução de problemas para problemas complexos de sustentabilidade e desenvolver opções de solução viáveis, inclusivas e equitativas que promovam o desenvolvimento sustentável, integrando as competências mencionadas anteriormente.

Quadro 12: Competências-chave transversais para sustentabilidade previstas na EDS

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no documento UNESCO. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem, 2017

Por sua vez, os objetivos de aprendizagem específicos devem ser vistos em conjunto com as competências de sustentabilidade transversais. Para cada ODS são descritos objetivos de aprendizagem nos campos cognitivo, socioemocional e comportamental. O campo cognitivo inclui conhecimentos e habilidades de pensamento essenciais para entender melhor os ODS e os desafios para atingí-los; o campo socioemocional compreende habilidades sociais que possibilitam que os educandos cooperem, negociem e se comuniquem para fomentar os ODS, bem como capacidades de autorreflexão, valores, atitudes e motivações que facilitem que os educandos se desenvolvam; o campo comportamental descreve competências de ação. No quadro 22, estão descritos os objetivos de aprendizagem para o ODS quatro “Educação de qualidade”, relacionados com a aprendizagem nos campos cognitivo, socioemocional e comportamental.

Objetivos	Descrição
Objetivos de aprendizagem cognitiva	<ol style="list-style-type: none"> 1. O educando entende o importante papel da educação e das oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (aprendizagem formal, não formal e informal) como principais motores do desenvolvimento sustentável, para melhorar a vida das pessoas e para se alcançar os ODS. 2. O educando entende a educação como um bem público, um bem comum global, um direito humano fundamental e uma base para garantir a realização de outros direitos. 3. O educando tem conhecimento sobre a desigualdade no acesso e no desempenho educacional, especialmente entre meninas e meninos e nas zonas rurais, e sobre as razões para a falta de acesso equitativo à educação de qualidade e a

	<p>oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.</p> <p>4. O educando entende a importância do papel da cultura para o alcance da sustentabilidade.</p> <p>5. O educando entende que a educação pode ajudar a criar um mundo mais sustentável, equitativo e pacífico.</p>
Objetivos de aprendizagem socioemocional	<p>1. O educando é capaz de aumentar a conscientização sobre a importância da educação de qualidade para todas e todos, de uma abordagem humanística e holística à educação, da EDS e abordagens afins.</p> <p>2. O educando é capaz, por meio de métodos participativos, de motivar e capacitar outros para exigirem e aproveitarem oportunidades educacionais.</p> <p>3. O educando é capaz de reconhecer o valor intrínseco da educação e analisar e identificar as próprias necessidades de aprendizagem no seu desenvolvimento pessoal.</p> <p>4. O educando é capaz de reconhecer a importância das próprias habilidades para melhorar sua vida, particularmente para o emprego e o empreendedorismo.</p> <p>5. O educando é capaz de envolver-se pessoalmente com a EDS.</p>
Objetivos de aprendizagem comportamental	<p>1. O educando é capaz de contribuir para facilitar e implementar a educação de qualidade para todos, a EDS e abordagens relacionadas em diferentes níveis.</p> <p>2. O educando é capaz de promover a igualdade de gênero na educação.</p> <p>3. O educando é capaz de exigir e apoiar publicamente o desenvolvimento de políticas que promovam o ensino gratuito, equitativo e de qualidade para todos, a EDS e abordagens afins, e apoiem instalações educacionais seguras, acessíveis e inclusivas.</p> <p>4. O educando é capaz de promover o empoderamento dos jovens.</p> <p>5. O educando é capaz de aproveitar todas as oportunidades para sua própria educação ao longo da sua vida, e aplicar os conhecimentos adquiridos em situações cotidianas para promover o desenvolvimento sustentável.</p>

Quadro 13: Objetivos de aprendizagem para o ODS 4 “Educação de qualidade”

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no documento UNESCO. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem, 2017

Compreende-se, assim, diante do exposto, que a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, encontra-se alinhada com as proposições previstas no documento da UNESCO *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem*, que vem desenvolvendo várias ações educacionais como fator essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável previsto na Agenda 2030.

Durante a pesquisa em questão observou-se o desenvolvimento das Competências-chave, nos projetos desenvolvidos pela FCG, mesmo que não sendo de forma deliberada. Isto significa que a FCG não tem como premissa a utilização das EDS, mas que de forma intuitiva dialoga com os desafios propostos na Agenda 2030.

A FCG possibilita por meio dos projetos desenvolvidos espaços de aprendizagem que contribuem para o desenvolvimento de práticas sustentáveis, alicerçadas nos princípios da equidade e da inclusão.

Destaca-se que para potencializar os ODS da perspectiva da educação de qualidade, é imprescindível o desenvolvimento de tópicos temáticos, a saber: educação como um direito fundamental; aprendizagem ao longo da vida; diversidade e educação inclusiva; comportamentos necessários para promover o desenvolvimento sustentável; empoderamento dos grupos marginalizados e dos jovens; dentre outros (UNESCO 2017).

Os supracitados tópicos temáticos apresentam-se interligados com os programas desenvolvidos pela FCG, promovendo nos jovens e nas crianças habilidades e competências de sustentabilidades para formação de indivíduos dotados de senso crítico e capacidade criadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar uma conclusão para um trabalho de pesquisa não representa o término de um estudo, mas sim o abrir caminhos para novas perspectivas e iniciativas; representa antes um processo extenuante de muita pesquisa, descobertas, frustrações, ampliação de repertórios e construção, fio a fio, da complexa trama do conhecimento, que é muitas vezes árdua durante o processo, mas revela-se extremamente prazerosa face às potentes descobertas dos resultados.

Esta pesquisa é fruto de um percurso de cinco anos, no qual a pesquisadora se deparou com a força e a potência da cultura no Estado do Ceará, mais especificamente da região do Cariri; cultura essa, por vezes, desconhecida para os moradores da capital do Estado, Fortaleza. Talvez esse tenha sido um dos indutores do início de todo esse processo, conhecer e sentir de perto a força da transmissão dos saberes e fazeres tradicionais e vivenciar o fazer artístico dos mestres da cultura, dos reisados, das bandas cabaçais, do cordel, da xilogravura, dos bacamarteiros, entre tantos outros.

Dessa forma, atraída por este olhar inaugural sobre a própria cultura até então desconhecida, o que possibilitou uma ampliação do olhar, a pesquisadora se depara com uma Casa Azul, no sertão do Ceará, batizada em 1992 de Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, território de vivências de tantas crianças, jovens e adultos e nascedouro de infinitas possibilidades e transformações. Nesta direção, inicialmente, o que mais chamou atenção foi a forma como os jovens da FCG desenvolvem as suas capacidades nos âmbitos pessoais, sociais e profissionais, ampliando suas potencialidades e instigando o olhar.

Nesta configuração, a pesquisadora, provocada por essas afirmações, sentiu o desejo de realizar estudos aprofundados para compreender, a partir das práticas culturais e sociais desenvolvidas na Fundação Casa Grande, as experiências mais significativas de protagonismo sociocultural dos jovens da Casa.

O trabalho desenvolvido buscou analisar as representações sociais de experiências de Cultura e Protagonismo Sociocultural a partir do discurso dos “jovens” da ONG Fundação Casa Grande – Memorial do Homem do Kariri. A hipótese inicial, confirmada ao término da pesquisa, é a de que, por meio das atividades desenvolvidas na FCG, os jovens são desafiados e incentivados a desenvolver as suas potencialidades,

deixando de ser meros espectadores, mas convidados e instigados a expandir as suas capacidades realizadoras.

Para o desenvolvimento do estudo, foi necessário investigar as experiências mais significativas de protagonismo sociocultural dos jovens da FCG, levantar o perfil socioeconômico e delinear os contornos do capital cultural dos jovens e crianças participantes dos programas da referida Fundação e analisar, junto dos sujeitos da pesquisa, as implicações dos projetos de formação da Fundação Casa Grande no mundo vivido (cotidiano) desses sujeitos.

Sendo assim, o estudo se delineou envolvendo um percurso teórico-histórico-metodológico. O percurso teórico teve como escopo aprofundar e embasar, através da revisão de literatura acerca das categorias analíticas da pesquisa em estudo, subsídios para a análise da pesquisa realizada a partir de conceitos de alguns autores que relacionam a temática em questão em seus percursos.

Nesta perspectiva, foram utilizados alguns teóricos que mantêm proximidades epistemológicas quanto aos objetos de estudo, como o conceito de juventude, que devido à sua multiplicidade de significados exigiu uma reflexão acerca do panorama da população jovem brasileira; foram explanados os conceitos estruturais concernentes à elaboração de leis e políticas para a juventude, bem como um roteiro sintético dos principais documentos internacionais, a partir da pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Secretaria Geral da Presidência da República, intitulada Agenda Brasil.

No que concerne ao conceito de Protagonismo Juvenil, outra categoria analítica da pesquisa em questão, foi utilizado o trabalho do educador brasileiro Antonio Carlos Gomes da Costa (2006), pioneiro na sistematização desse conceito, que utilizou o termo como exercício da cidadania, a partir das regras básicas do convívio democrático, como forma de ajudar o jovem a construir a sua autonomia, por meio de espaços e situações propiciadoras da sua participação criativa, construtiva e solidária na solução de problemas reais, na escola, na comunidade e na vida social mais ampla. O conceito também foi explanado através dos estudos dos autores Juan Escámez & Ramón Gil (2003), os quais, embora não utilizando o termo protagonismo juvenil, analisam a questão da responsabilidade a partir de uma concepção muito aproximada do que Costa (2006) denomina protagonismo.

Por sua vez, o conceito de Cultura, devido à complexidade de significados, foi utilizado em uma visão antropológica à luz de autores como Edward Burnett Tylor

(2014), Franz Boas (2004), Denys Cuche (2002), Raymond Williams (1969), (1992), (2007) e Bernardo Kliksberg (2001), que utilizam o conceito referido como estratégia de desenvolvimento social. Em seguida, os conceitos foram explanados na perspectiva dos organismos sociais, especificamente a UNESCO, que concebe os referidos conceitos, principalmente nos países da América Latina, como é o caso do Brasil, como ferramenta para aliviar a pobreza e fortalecer a coesão social.

Sendo assim, para identificar e analisar a importância da cultura na contemporaneidade, como potencial transformador e como uma dimensão estratégica do desenvolvimento, identificou-se, nos estudos dos teóricos Celso Furtado (1964), (1974), (1980), (1984), Ignacy Sachs (2005) e Amartya Sen (2000), que a noção de desenvolvimento tem sofrido uma reformulação epistemológica, por meio do processo de globalização e das intempéries sociais ocasionadas pela lógica do desenvolvimento puramente economicista, o que significa que emergiram novas propostas de desenvolvimento mais voltadas para a inclusão social, a redução das desigualdades sociais, a ampliação das liberdades humanas e a justiça social.

Para compreender as transformações nas concepções de identidade cultural, ao longo do processo civilizatório, foi necessário recorrer ao conceito de identidade através dos estudos dos autores Stuart Hall (2000), (2003), Denys Cuche (2002) e Anthony Giddens (1991), (2002), proeminentes pensadores acerca dos estudos da identidade que preconizam que a identidade na pós-modernidade é formada e transformada continuamente; à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, o indivíduo se confronta com uma variedade fluída e cambiante de identidades.

Para compreender as contribuições do programa de educação patrimonial desenvolvido pela FCG, foi necessário realizar uma reflexão teórica das interfaces estabelecidas entre os conceitos de memória, identidade e patrimônio, e como esses conceitos são expressos nas iniciativas de valorização da identidade e do patrimônio cultural dos sujeitos pesquisados da presente pesquisa.

Portanto, conclui-se que a Educação Patrimonial realizada na FCG provoca uma aproximação entre os meninos e as meninas da FCG, a comunidade e o patrimônio cultural, possibilitando um processo de construção de identidade cultural e sentimento de pertencimento.

No âmbito do percurso histórico, foi necessário proceder, inicialmente, a uma análise teórico-reflexiva acerca do papel das Organizações Não-Governamentais no

contexto brasileiro, inserindo a criação da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri à época e o início das atividades desenvolvidas pela Fundação. Foi realizada uma extensa pesquisa documental, por meio de documentos disponíveis no site da Fundação, entrevistas, matérias de TV, artigos, e mediante um estudo do Estado da Arte de trabalhos já realizados (teses de doutoramento, dissertações de mestrado, monografias, artigos, livros-reportagem e livros), foi possível identificar que a FCG instiga pesquisadores de áreas de conhecimento diversos, mas evidencia-se um número maior de pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação. No entanto, as demais pesquisas, de alguma forma, abordaram nos seus estudos as temáticas da educação não formal e patrimonial e o protagonismo juvenil. Observaram-se também alguns conceitos recorrentes utilizados nos trabalhos investigados, entre os quais se destacam: Protagonismo Juvenil, Patrimônio Arqueológico, Cidadania, Memória, Herança Cultural, Identidade Cultural e Gestão Social.

Cabe destacar o percurso metodológico, que abrangeu pesquisa qualitativa na definição da amostra, seleção dos materiais disponíveis, organização dos dados e elaboração das análises. Em síntese, os achados mais importantes do estudo estão elencados a seguir.

Durante a trajetória investigativa, a pesquisadora retornou ao campo de pesquisa por nove vezes, entre o período de outubro de 2015 e dezembro de 2019, e os dados foram coletados a partir dos instrumentos utilizados, que foram os cadernos de campo, as entrevistas e a observação, além dos registros fotográficos. As entrevistas foram gravadas em campo e *a posteriori* transcritas e revisadas pela pesquisadora para posterior análise de conteúdo. Foi realizada a aplicação de um questionário com dez jovens da FCG, com idade entre 15 e 24 anos, com o objetivo de delinear o perfil socioeconômico dos sujeitos pesquisados, e uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas.

O perfil socioeconômico apontou que, dos dez jovens entrevistados, três eram do sexo masculino e sete do sexo feminino, todos estavam matriculados em escolas da rede pública, possuíam renda familiar que variava desde quatro salários mínimos (apenas um jovem), dois salários mínimos (seis jovens), um salário mínimo (um jovem) e dois não souberam informar, demonstrando pertencerem a uma classe social com baixo poder aquisitivo.

Considerando as afirmações e as observações elucidadas pelos jovens entrevistados acerca da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, lócus da

referida pesquisa, pôde-se verificar que os mencionados jovens possuem opiniões, na maiorias das vezes, similares em relação às questões atribuídas.

Pela observação dos aspectos analisados pôde-se perceber que a maioria dos jovens chegam à FCG ainda crianças, e que um dos pilares e condições da permanência dos meninos na Casa são as questões de hierarquia e responsabilidade, deduz-se também que os meninos da Casa sempre são estimulados a envolver-se com as questões de interesse coletivo da estrutura de funcionamento e tomada de decisões, havendo um empenho em construir coletivamente na perspectiva de identificar e superar situações problemas do cotidiano. Portanto, essas práticas observadas, durante o percurso investigativo, contribuem para o processo de construção de cidadãos mais autônomos, com senso crítico refinado comprometidos na compreensão e na mobilização de ações para além do seu entorno social; isso significa que exercitam a cidadania ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento da comunidade.

Levando-se em consideração esses aspectos, com o intuito de estabelecer classificações e para identificar os elementos das representações sociais e culturais dos sujeitos pesquisados, assinalaram-se, a partir do presente estudo, algumas categorias empíricas que apareceram com mais frequência nos discursos dos jovens nas temáticas: Espaço do Brincar, Aprendizagem, Responsabilidade, Protagonismo, Coletividade e Cidadania. Tais categorias emergiram como pensamentos, ações e sentimentos que expressam a realidade em que vivem os jovens da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, servindo para explicar, justificar e questionar seus cotidianos.

Na categoria Espaço do Brincar verificou-se, em virtude do que foi mencionado pelos jovens, que é na relação com a cidade, com o espaço, com as crianças brincando que o projeto Fundação Casa Grande começa a inscrever a sua história. O brincar é o meio mais relevante de expressão e aprendizados das crianças que por lá chegam; a fachada azul e suas portas vermelhas estão sempre abertas, convidando todos que queiram escutar as narrativas das lendas, das cantigas, dos mitos, dos artefatos e dos primeiros habitantes da Chapada do Araripe, os povos Kariris. É através da educação patrimonial que as crianças e os jovens são sensibilizados sobre a importância do reconhecimento, da valorização e da conservação do patrimônio cultural da região.

A categoria Aprendizagem na FCG é atividade perene. A Fundação Casa Grande impõem-se como campo fértil de múltiplas e ampliadas possibilidades de aprendizado. A aprendizagem acontece na convivência. Aprende-se a ser recepcionista do museu, ao mesmo tempo em que se aprende a fotografar, a editar vídeos, a contar e aprender sua

própria história. Identificou-se também nas atividades desenvolvidas na FCG forte consonância com os pilares da educação postulados em Delors (1994) e adotado pela ONU no limiar do século XXI, que tem como parâmetro o paradigma do desenvolvimento humano: o Aprender a Ser; o Aprender a Conviver; o Aprender a Fazer e o Aprender a Aprender, relacionados com as capacidades dos jovens de agir com responsabilidade, de interagir e decidir de forma coletiva, habilitar-se a adentrar no mundo profissional e despertar o senso crítico e a capacidade de discernimento, o que possibilitará o aprendizado contínuo ao longo da vida.

A categoria Responsabilidade desponta nas narrativas dos jovens como requisito obrigatório na permanência da Casa.

Constataram-se também as etapas de ações protagonistas durante as várias atividades desenvolvidas pelo sujeitos pesquisados nos seus cotidianos, um processo que se instaura pela iniciativa da ação, quando a ação é concebida por eles, passando pelo planejamento do que vai ser realizado, a execução do que foi planejado, a avaliação conduzida por eles mesmos e, por fim, a apropriação dos resultados. Fica claro, portanto, que há uma autonomia e um dinamismo peculiar, ao verificar crianças e jovens conduzindo as visitas ao Memorial ou às instalações da FCG, utilizando o cotidiano como terreno de atuação e invenção.

Por conseguinte, as categorias Coletividade e Cidadania, requisitos essenciais para garantir a participação, a aprendizagem e o fortalecimento da partilha nas relações sociais. Durante a estada em campo, em diferentes momentos, observou-se o desenvolvimento de habilidades nos jovens da FCG que transcendem as questões puramente de formação profissional, mas identificaram-se sentimentos de autoconfiança, autoestima e visão do futuro.

Por fim, pode-se inferir que os programas desenvolvidos pela Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, de forma muito clara, atuam na formação e na capacitação de crianças e jovens, e que a educação é compreendida como fator de desenvolvimento local, inclusão social e valorização da identidade, do patrimônio e da memória coletiva.

Em vista dos argumentos apresentados durante a trajetória investigativa, acredita-se que esta pesquisa possa contribuir para que outras instituições, escolas e ONG possam buscar subsídios e inspirações, criando pontes e encaixes, e propiciando novas trajetórias e percursos a partir dos caminhos apontados pela FCG. Na presente investigação, algumas implicações foram destacadas e a elas foram atribuídas a

relevância necessária, porém para os pesquisadores que desejem realizar suas pesquisas, seguindo o percurso aqui descrito ou escolhas similares a esta pesquisa doutoral, ainda há algumas lacunas deixadas pela escassez de tempo.

Se a ideia inicial da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri era preservar o patrimônio histórico e cultural da Chapada do Araripe, a instituição é hoje um espaço que possibilita trajetórias de transformação cultural, social e profissional, espaço de empoderamento, de formação e geração de renda para crianças, jovens e a comunidade. A experiência de ser um menino da Casa Grande significa o exercício da autonomia, a construção de responsabilidade e ações de protagonismos.

Como afirmou Rosiane Limaverde (2015: 430), “essa é uma história que não tem fim. Assim como não tem fim a utopia, o amor, o sonho”. Deixam-se, portanto, a partir deste estudo, algumas reflexões e caminhos a serem seguidos na certeza de estar apenas iniciando uma nova etapa de investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramo, Helena Wendel (2008): “Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo”. In: Abramo, Helena Wendel; Branco, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo.
- ____ (2008): “Espaços de juventude”. In: Freitas, M. V. de; Papa, F. de C. (orgs.). *Políticas públicas juventude em pauta*. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- Abric, Jean-Claude (1998): “A abordagem estrutural das representações sociais”. In: Moreira, Antônia Silva Paredes, Oliveira, Denise Cristina (orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB.
- Acioli, Socorro (2002): *Fundação Casa Grande: comunicação para a educação*. (Monografia). Fortaleza: UFC. Internet. Disponível em <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/8.pdf> (consultado em 13/02/2020).
- Alves, José Eustáquio Diniz & Bruno, Miguel (2007): *População e Crescimento Econômico de Longo Prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica*. Texto apresentado no Seminário de Pesquisa do Instituto de Economia da UFRJ. Disponível em http://wiki.dpi.inpe.br/lib/exe/fetch.php?media=ser457-cst310:alves_brun (consultado em 22/03/2020).
- Anjos, Maria de Fátima dos (2013): *A Juventude no Semiárido e o Desenvolvimento Regional Sustentável: O caso da Fundação Casa Grande*. (Dissertação de Mestrado). Juazeiro do Norte: UFCA. Internet. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupsira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1069133 (consultado em 13/02/2020).
- Araújo, Ítalo Anderson dos Santos (2017): *O Impacto da Governança em uma Experiência Turística de Base Comunitária: O Caso da Fundação Casa Grande*. (Dissertação de Mestrado). Recife: UFPE. Internet. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_0804aa579380d0608c9fad8ce9dbfff8 (consultado em 13/02/2020).
- Araújo, Maria Lianeide Souto (2017): *A Fundação Casa Grande (Nova Olinda/CE) no mapa do turismo regional: lugar de memória e salvaguarda do patrimônio cultural do povo Kariri*. (Tese de Doutorado). São Paulo, UNESP. Internet. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_55e2ac53dddfa372bdf15dd10c38790 (consultado em 13/02/2020).
- Assmann, Aleida (1999): “Espaços de Recordação – Formas e Mutações da Memória Cultural”. In: Alves, F., Soares, L., Rodrigues, C. (2016): *Estudos de Memória – Teoria e Análise Cultural*. Ribeirão-PT: Húmus.
- ____ (2008): “Cânone e Arquivo”. In: Alves, F., Soares, L., Rodrigues, C. (2016): *Estudos de Memória – Teoria e Análise Cultural*. Ribeirão-PT: Húmus.
- Assmann, Jan. (2006): “O Que é a Memória Cultural?” In: Alves, F., Soares, L., Rodrigues, C. (2016): *Estudos de Memória – Teoria e Análise Cultural*. Ribeirão-PT: Húmus.
- ____ (2008): “Memória Comunicativa e Memória Cultural”. In: Alves, F., Soares, L., Rodrigues, C. (2016): *Estudos de Memória – Teoria e Análise Cultural*. Ribeirão-PT: Húmus.
- Azevedo, Fábio Giorgio Santos (2005): *Tecnologias de transmissão cultural: a experiência da "Escola" de Comunicação Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA. Internet. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> (consultado em 13/02/2020).
- Barbosa, Carmem Débora Lopes (2010): *Experiências de vida e formação do educador popular Alemberg Quindins da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri*. (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: UFC. Internet. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_4e82dfb3b227beb7ba3cc6ee9e0e79a4 (consultado em 13/02/2020).
- Bardin, L. (1977): *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Barquero, A. V. (2001): *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.
- Bauman, Z. (1998): *O Mal-Estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- _____ (1999): *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- _____ (2001): *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- _____ (2003): *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- _____ (2004): *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- _____ (2005): *Identidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- _____ (2011): *44 Cartas do Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Bergson, Henri (2006): *Matéria e memória – ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bezerra, Josefa Alves (2019): *Fundação Casa Grande, Memorial do Homem Kariri e o turismo comunitário de Nova Olinda – Ceará – Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: UECE. Internet. Disponível em http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UECE_0_43fc04abfdeaa4c2f764b9cad0b7ddd0 (consultado em 13/02/2020).
- Boas, Franz (2004): *A formação da antropologia americana, 1883-1911*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Boisier, Sérgio (1999): “Post-Scriptum sobre Desenvolvimento Regional: Modelos reais e modelos Mentais”. Internet. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/96> (consultado em 10/09/2018).
- Bourdieu, P. & Darbel, A. (1995): *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp; Zouk.
- _____ (1972): *Esquisses d'une theorie de la pratique*. Genève, Genève.
- _____ (1983): “A juventude é apenas uma palavra”. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- _____ (1998): *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes
- _____ (2004): *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (2004): *Esboço de Autoanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (2007): *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brant, L. (2009): *O Poder da Cultura*. São Paulo: Peirópolis.
- Brasil (1979): *Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979*. Código de Menores. Internet. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-norma-pl.html> (consultado em 21/03/2020).
- _____ (1988): *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (consultado em 30/11/2019).
- _____ (1990): *Lei nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Internet. Disponível em <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/10/2017/06/Lei-8.069-Estatuto-da-Crian%C3%A7a-e-do-Adolescente.pdf> (consultado em 21/03/2020).
- _____ (1996): *Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB. Internet. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> (consultado em 22/03/2020).
- _____ (2000): *Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial. Internet. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm
- _____ (2004): *Projeto Lei nº 4.529, de 25 de julho de 2004*. Estabelece o Plano Nacional da Juventude, Internet. (consultado em 22/09/2020). Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271219> (consultado em 21 de março de 2020).
- _____ (2003): *Decreto nº 4.811, de 19 de agosto de 2003*. Aprova estrutura regimental do IPHAN. Internet. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98400/decreto-4811-03> (consultado em 21/03/2020).
- _____ (2004): *Projeto Lei nº 4.530, de novembro de 2004*. Estabelece o Plano Nacional da Juventude, Internet. Disponível em

- <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271233>
(consultado em 21/03/2020).
- ____ (2005): *Lei n° 11.129, de 30 de junho de 2005*. Institui o Programa Nacional de Inclusão dos Jovens. Internet. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm (consultado em 21/03/2020).
- ____ (2006): *Decreto n° 5.753, de 12 de abril de 2006*. Promulga a convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Internet. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm (consultado em 21/03/2020).
- ____ (2006): *Lei n° 13.842, de 27 de novembro de 2006*. Institui o registro dos Tesouros Vivos da Cultura no Estado do Ceará. Internet. Disponível em <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/5087-lei-13-842-de-27-11-06-d-o-de-30-11-06-proj-lei-n-6-871-06-executivo> (consultado em 21/09/2020).
- ____ (2007): *Decreto Presidencial n° 5.490, de 14 de julho de 2007*. Dispõe sobre o funcionamento do Conselho Nacional da Juventude (CNJ). Internet. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5490.htm (consultado em 21/03/2020).
- ____ (2010): *Emenda Constitucional n° 65, de 13 de julho de 2010*. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o art. 227. Internet. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm (consultado em 22/03/2020).
- ____ (2013): *Lei n° 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Institui o Estatuto da Juventude. Internet. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm (consultado em 22/03/2020).
- ____ (2013) Presidência da República, Secretaria nacional da Juventude (SNJ): *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional Sobre perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros*. Internet. Disponível em <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/91> (consultado em 17/03/2020).
- ____ (2014): *A Participação da Juventude nos Fóruns das Nações Unidas – Assembleia Geral*. Internet. Disponível em https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/consultoria_participacao_juventude.pdf (consultado em 17/03/2020).
- ____ (2017): *Lei n° 16.275, de 2° de junho de 2017*. Altera o art. 14 da Lei n° 13.842. Internet. Disponível em <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/5704-lei-n-16-275-de-20-06-17-d-o-22-06-17> (consultado em 17/03/2020).
- ____ (2019): *Medida Provisória n° 870, de 1° de janeiro de 2019*. Garante que a Secretaria Nacional da Juventude integre o Ministério da Mulher. Internet. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190288> (consultado em 17/03/2020).
- Buarque, S. C. (2004): *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Cabral, Clara Bertrand (2011): *Patrimônio cultural imaterial: Convenção da Unesco e seus contextos*. Lisboa: Edições 70.
- Calvino, Ítalo (1990): *Cidades Invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras.
- Canclini, N. G. (1987): “Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano”. In: Canclini, Néstor Garcia (org.). *Políticas culturales en América Latina*. México: Editorial Grijalbo, p. 13-59.
- ____ (1999): *La globalización imaginada*. Buenos Aires: Rio de Janeiro: URFJ.
- ____ (2003): *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: Edusp.
- ____ (2006): *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais a civilização*. Traduzido por Maurício Santana Dias. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora, URFJ.
- Candau, Joel (2006): *Antropologia de la memoria*. Trad. Paula Mahlher. Buenos Aires: Nueva Vision.
- ____ (2019): *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto.

- Carvalho, Ana (2011): *Os Museus e o Patrimônio Cultural Imaterial. Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Edições Colibri/CIDEHUS – Universidade de Évora.
- Carvalho, G. de (2005): *Tramas da Cultura: comunicação e tradição*. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.
- Castro, Celso (2010): Apresentação. In: Boas, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 7-23.
- Cavalcanti, M. L. V. C. & Fonseca, M. C. L. (2008): Patrimônio Imaterial no Brasil – Legislação e Políticas Estaduais. Internet. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Patrimonio_Imaterial_no_Brasil_Legislacao_e_Politicas_Estaduais\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Patrimonio_Imaterial_no_Brasil_Legislacao_e_Politicas_Estaduais(1).pdf) (consultado em 22/09/2020).
- CEPAL, UNESCO (2001): *Protagonismo Juvenil en Proyetos Locales: Lecciones Del Cono Sur*. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2263/1/S2001610_es.pdf (consultado em 14/12/2019).
- Chartier, R. (1991): “O mundo como representação”, *Estud. Av.*, São Paulo, v. 5, n. 11.
- Choay, Françoise (2001): *A alegoria do patrimônio*. Traduzido por Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP.
- _____ (2011): *O Patrimônio em Questão: antologia para um combate*. Traduzido por João Gabriel Alves Domingo. Belo Horizonte: Editora Fino Traço.
- Clemente, Adriana (2006): “Desarrollo local y ajuste estructural. Una suma base cero”. In: Roffman, Adriana; Villar, Alejandro (Orgs.). *Desarrollo Local: una revisión crítica del debate*. Buenos Aires: Espacio Editorial, p. 169-182.
- Coelho, T. (1997): *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras.
- _____ (2006): *O que é Ação Cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (2008): *A Cultura e seu contrário*. São Paulo: Iluminuras.
- CONJUVE (2006): Conselho Nacional de Juventude et al. (org.). *Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert.
- Coraggio, José Luis (2006): “Las políticas públicas participativas: obstáculo o requisito para el desarrollo local?” In: Roffman, Adriana; Villar, alejandro (orgs.). *Desarrollo Local: una revisión crítica del debate*. Buenos Aires: Espacio Editorial. p. 32-36.
- Costa, A. C. G. (2001): *Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo; um guia para o educador*. Belo Horizonte: Universidade.
- _____ (2006): *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. 2. ed. São Paulo: FTD; Salvador: Fundação Odebrecht.
- Coutinho, Joana A. (2005): “Às ONGs: Origem e (des)caminhos”. In: Lutas Sociais. *Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*, n. 13/14, p. 57-64.
- Creswell, J. (2007): *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Cuche, Denys (2002): *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru, SP: EDUSC.
- Cuéllar, Javier Pérez (1997): *Nossa diversidade criadora. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas: Papirus, Brasília: UNESCO.
- Cunha, A. G. (2010): *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. São Paulo: Lexikon.
- Cunha, M. J. S. (2009): *Investigação Científica: Os Passos da Pesquisa Científica no âmbito das Ciências Sociais e Humanas*. Chaves: Ousadias.
- Cunha Filho, F. H. (2000): *Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro*. Brasília: Brasília Jurídica.
- _____ (2014): “Tesouros humanos Vivos: os mestres da cultura cearense”. In: *Cultura, Política e Identidades: Ceará em perspectiva*, v. I, IPHAN-CE.
- Cury, M. (2005): *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume.
- Cunha, Antônio Geraldo da (2010): *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexigon.
- Cunha, M. J. dos S. (2009): *Investigação Científica; os passos da pesquisa científica no âmbito das Ciências Sociais Humanas*. Chaves: Ousadias.

- Delors, J. (1996): *Educação um Tesouro a Descobrir – Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. São Paulo: Cortez.
- Doise, W. (1992): 'L'ancrage dans les Études sur les Représentations Sociales', *Bulletin de Psychologie*, 45: 189-195.
- Durkheim, E. (1978): *As regras do método sociológico. Os pensadores*. São Paulo: Abril.
- _____ (1995): *A Evolução Pedagógica*. São Paulo: Martin Claret.
- Duven, Gerard. (2007): "Introdução: o poder das ideias". In: Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigação em psicologia social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- Escámez, J. & Gil, R. (2003): *O Protagonismo na educação*. Porto Alegre: Artmed.
- Escosteguy, A. C. (2001): *Cartografias dos Estudos Culturais: Uma versão Latino-Americana*. Belo Horizonte: Autêntica.
- _____ (2001): "Os estudos culturais". In: Holfeldt, Antonio, Martino, Luiz C., França, Vera V. (orgs.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____ (2018): Estudos culturais latinos-americanos e Jesús Martín-Barbero: mais afinidades do que disputas. *Revista Matrizes*, 12(1), p. 99-113.
- Falcon, F. J. C. "História e representação". In: Cardoso, C. F.; Malerba, J. (orgs.). (2000): *Representações: contribuições para um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus. p. 41-79.
- Farias, Hainer Bezerra de (2010): *Educomunicação Radiofônica: Uma Proposta de Formação de Jovens Comunicadores*. (Dissertação de Mestrado). Recife, UFPE. Internet. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_49866be3a8366f7e7379a46321ad027f (consultado em 13/02/2020).
- Farr, R. M. (1995): "Representações Sociais: A Teoria e sua História". In: Guareschi, P.; Jovchelovitch, S. (Org.). *Texto em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. p. 31-59.
- _____ (2004): *As raízes da psicologia social moderna*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fernández, Xan Bouzada (2007): "Acerca del origen y génesis de las políticas culturales occidentales: arqueologias y derivas". In: *O Público e o privado*. (9); p. 109-147. Fortaleza: janeiro/junho.
- Ferraz, Heloísa B. (2017): *O Sítio de Arte Rupestre em Santa Fé, Crato-Ceará: documentação e diagnóstico técnico de conservação*. (Dissertação de Mestrado). Piauí: UFPI. Internet. Disponível em <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/> (consultado em 13/02/2020).
- Ferretti, C. J. (2003): "A Reforma do ensino médio: uma crítica em três níveis". *Revista Linguagens, Educação e Sociedade*. Teresina: UFPI, n. 9, p. 41-49, jan./dez.
- Ferreti, C. J.; Zibas, D. M. L.; Tartuce, G. L. (2004): "O protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio". Internet. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742004000200007&script=sci_abstract&tlng=pt (consultado em 28/06/2019).
- Flick, U. (2004): *Uma introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Fonseca, Maria Cecília Londres (2005): *O Patrimônio em Processo: trajetória da política Federal de Preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN.
- Fraga, Paulo C. P. & Iulianeli, Jorge A. S. (orgs.) (2013): *O tempo real dos jovens: juventude como experiência acumulada*. São Paulo: Letra Capital.
- Freitas, Maria Virgínia de (org.) (2007): *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento*. Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa.
- Fundo de População das Nações Unidas – (UNFPA) (2007): *A Situação da População Mundial. Desencadeando o potencial do crescimento urbano*. Lisboa: Centro de Informações das Nações Unidas.
- _____ (2010): *Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento*. 2. ed. Brasília: UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas.
- Funari, P. P. & Pelegrini, S. C. A. (2006): *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1974): *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1980): *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque multidisciplinar*. São Paulo: Nacional.
- _____ (1984): *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (2000): *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha.

- Furtado, Celso (1964): *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A.
- Gallicchio, Enrique (2004): *Governo local y Desarrollo. Seminario el Desarrollo Económico Local en América Latina. Estrategia Económica o de Construcción de Capital Social?* Barcelona.
- Ganhem, Elie (2012): “Inovação Educacional em Pequeno Município – O Caso Fundação Casa Grande (Nova Olinda-CE, Brasil)”. *Educação em Revista*. BH. v. 28, n. 3, p. 103-124, set. 2012.
- Geertz, Clifford (1989): *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Giddens, Anthony (1991): *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP.
- _____ (2002): *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gil, A. C. (2007): *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Godoy, Arilda S. (1995): “Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades”. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63.
- _____ (1995): “Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais”. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29.
- Gohn, Maria da G. (2000): *Os Sem Terra, ONGs e Cidadania*. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- _____ (2005): *O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, ONGs e Redes Solidárias*. São Paulo: Cortez.
- Goldemberg, M. (2011): *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências Sociais*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record.
- Halbwachs, Maurice (2006): *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Hall, S. (1997): Stuart. “The work of representation”. In: Hall, Stuart (org.). *Representation. Cultural representation and cultural signifying practices*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University.
- _____ (2000): *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- _____ (2003): *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG.
- _____ (2014): “Quem precisa de identidade?” In: Silva, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (2016): *Cultura e Representação*. Apicuri: PUC-Rio.
- Hobsbawm, Eric (2011): *A Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Horta, M. de L. P., Grumberg, Evelina & Monteiro, A. Queiroz. (1999): *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial.
- Houaiss, A., Villar, M. & Franco, F. M. M. (2001): *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- IPHAN (1985): *Declaração do México sobre as políticas públicas*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf> (consultado em 25/05/2018).
- _____ (1990): Guia prático de Educação patrimonial. Internet. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf (consultado em 20/09/2020).
- _____ (2000): *Manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais*. Internet. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf (consultado em 20/09/2020).
- Jadé, Mariannick (2006): *Patrimoine immatériel: perspectives d'interprétation du concept de patrimoine*. Paris: L'Harmattan.
- Jodelet, Denise (2002): *Representações Sociais: um Domínio em Expansão*. In: Jodelet (org.). *As Representações Sociais*. Tradução Lilian Ulup. Rio de Janeiro: UERJ.
- Jovchelovitch, S. (1995) (org.): *Texto em Representações Sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, p. 261-293.
- _____ (1998): “Representações Sociais: Para uma Fenomenologia dos Saberes Sociais”. *Psicologia e Sociedade*, v. 10, n. 1, p. 54-68.
- _____ (2000): *Representações Sociais e Esfera pública: A Construção Simbólica dos Espaços Públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____ (2008): *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Kliksberg, B. (2001): *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social*. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Cobucci Leite. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.
- Kraisch, Adriana M. P. O. (2007): “O Patrimônio arqueológico como elemento do Patrimônio Cultural”. In: Anais da ANPUH, 2007.
- Kurin, Richard (2004): La salvaguardia del patrimoniocultural inmaterial en la Convención de la UNESCO de 2003: uma valoración crítica. *Museum Internacional*. v. 56, n. 221-222.
- Le Goff, Jacques (1982): *Memória*. Lisboa: Edições 70.
- _____ (1997): “Patrimônio Histórico, Cidadania e Identidade Cultural: O Direito à Memória”. In: Bittencourt, Circe (org.) *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto.
- _____ (2003): *História e Memória*. São Paulo: Unicamp.
- Lakatos, E. (2001): *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalho científico*. São Paulo: Atlas.
- Leitão, Cláudia Souza (2014): *Cultura em movimento: memórias e reflexões sobre políticas públicas e práticas de gestão*. Fortaleza: Armazém da Cultura.
- Lévi-Bruhl, L. (2008): *A mentalidade primitiva*. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus.
- Lima, Maria V. (2018): Casa Azul. (Livro Reportagem). Fortaleza: UNIFOR. Internet. Disponível em <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/> (consultado em 14/02/2020).
- Limaverde, Rosiane (2015): *Arqueologia Social Inclusiva: A Fundação Casa Grande e a Gestão do Patrimônio Cultural da Chapada do Araripe*. (Tese de Doutorado). Coimbra: Universidade de Coimbra. Internet. Disponível em <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/2017/06/05/conheca-a-tese-de-doutorado-de-rosiane-limaverde-sobre-arqueologia-social-inclusiva/> (consultado em 13/02/2020).
- Lobo, José Tancredo (2010): *A Produção de Sonhos dos Meninos da Casa Grande*. (Tese de Doutorado). Fortaleza: UFC. Internet. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_7d2b68da128bfd2aab7725dd7de59f4c (consultado em 13/02/2020).
- Lustosa da Costa, F. J. (2013): “Cultura, território e desenvolvimento: a bacia cultural como conceito e estratégia. In: *Política e gestão cultural: perspectiva Brasil e França*. Salvador: EDUFBA.
- Macêdo, Francisca Carminha de Lima (2017): *A Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri: Uma Referência para o Reordenamento das Políticas Públicas de Atendimento às Crianças e Adolescentes*. (Dissertação de Mestrado). Santa Cruz do Sul: UNISC. Internet. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4999173 (consultado em 13/02/2020).
- Machado, P. J. (1990): *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Confluência.
- Magalhães, André (2013): “Habitar no temo: Interações Estéticas na Produção de Arte”. Universidade Federal da Bahia – UFBA. *Revista Interdisciplinar de gestão Social (RIGS)*. Internet. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/8940> (consultado em 13/02/2020).
- Mattelart, Armand (2005): *Diversidade Cultural e Mundialização*. São Paulo: Parábola.
- _____ (2006). “Mundialização, Cultura e Diversidade”. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 31, p. 12-19.
- Marconi, M. (1996): *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman.
- _____ (2018): *Técnicas de pesquisa*. 8. ed. São Paulo: Atlas.
- Martin-Barbero, J. (2003): *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Martins, J. C. O. (2003): *O Patrimônio Cultural e Turismo com Responsabilidade Social*. Trabalho mimeografado. UFRN, 2004. 12p. _____. *Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Roca.
- _____ (2003): “Homem e identidade – O Patrimônio Humano no Desenvolvimento Local e no Turismo”. in: Coriolano, L. N. (org.). *Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local*. Fortaleza: FUNECE.

- Martins, Inês A. (2016): *Valor além do olhar: Fundação Casa Grande e o Valor social*. (Dissertação de Mestrado). Portugal: Universidade de Coimbra. Internet. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/32882> (consultado em 13/02/2020).
- Migues, Paulo (2008): “Alguns aspectos do processo de constituição do campo de estudos em Economia da Cultura”. In: Anais do IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador.
- _____ (2006): *Patrimônio Cultural: da Memória ao Sentido do Lugar*. São Paulo: Roca.
- Minayo, M. C. de S. (org.) (1994): *Pesquisa Social: teoria, métodos e criatividade*, 6. ed., Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____ (1995): “O Conceito de Representações Sociais Dentro da Sociologia Clássica”. In: Guareschi, Pedrinho; Jovchelovitch, Sandra (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- _____ (2007): “Trabalho de Campo: Teoria, Estratégias e Técnicas”. In: *O Desafio do Conhecimento*. São Paulo: Hucitec.
- _____ (2016). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Moreira, F. (2006): “Comunicação e Cultura”. In: *Revista de Letras* 6. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- _____ (2006): “Identidade Cultural Portuguesa: espaço de autonomia e diversidade”. In: *Revista de Letras* 2(5). Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Moreira, Tainah Pinheiro (2017): *Dimensões da inovação social: o caso da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri*. (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: UFC. Internet. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6179433 (consultado em 13/02/2020).
- Morin, E. (2001): *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Moscovici, S. (1995): Prefácio. In: Guareschi, P.; Jovchelovitch, S. (orgs.). *Texto em Representações Sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. p. 261-293.
- _____ (2001): “Das Representações Coletivas às Representações Sociais: Elementos para Uma História”. In: Jodelet, Denise (org.). *As representações sociais*. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- _____ (2010): *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nora, Pierre (1993): “Entre memória e história – a problemática dos lugares”. Trad. Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*, São Paulo – PUC-SP, n. 10, p. 7-28.
- Noronha, Isabelle de Luna Alencar (2008): *Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri: cotidiano, saberes, fazeres e as interfaces com a educação patrimonial*. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB. Internet. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> (consultado em 13/02/2020).
- Novaes, R. (2000): “Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política”. In: Abramo, H. W.; Freitas, M. V.; Sposito, M. P. (orgs.): *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez. p. 46-69.
- Novaes, R., Cara, T. D., Moreira, D. & Papa, F. (2006): *Política Nacional da Juventude: diretrizes e perspectivas*. Brasília: Fundação Friedrich Ebert. Internet. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf> (consultado em 13/02/2020).
- Oliveira, Catarina T. F. de (2002): *Escuta Sonora: educação não-formal. Recepção e Cultura Popular nas Ondas das Rádios Comunitárias*. (Tese de Doutorado). Campinas: Universidade estadual de Campinas. Internet. Disponível em http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/253439/1/Oliveira_CatarinaTerezaFari asde_D.pdf (consultado em 13/02/2020).
- Oliveira, M. (2007): *Como fazer pesquisa qualitativa*: Rio de Janeiro: Vozes.
- ONU (1945): Organização das Nações Unidas. *Carta das Nações Unidas*. Internet. Disponível em <https://nacoesunidas.org/carta/> (consultado em 25/05/2018).
- _____ (1948): *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Internet. Disponível em <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> (consultado em 25/05/2018).

- _____ (1990): *Convenção Internacional dos Direitos da Criança*. Internet. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> (consultado em 30/11/2019).
- Ortiz, R. (1988): *A Moderna Tradição Brasileira. Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- Pacheco, P. Silva (2019): *Fundação Casa Grande, Narrativas e Itinerâncias: oxi vamos caçar essas histórias por ai?* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UERJ. Internet. Disponível em <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/> (consultado em 13/02/2020).
- Pelegri, Sandra C. A. (2006): “Cultura e Natureza: Os Desafios das Práticas Preservacionistas na Esfera do Patrimônio Cultural e Ambiental”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140.
- _____ (2004): Cultura e Patrimônio Histórico. Estratégias de Preservação e Reabilitação da Paisagem Urbana. Latinoamérica. *Revista de Estudios Latinoamericanos*. Universidad Nacional de México.
- _____ (2009). *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense.
- Pereira, Luísa Cherém de Araújo (2017): *A Participação como Dimensão da Governança no TBC: O Caso da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri*. (Dissertação de Mestrado). Recife: UFPE. Internet. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_b256b4edf158509594b462bd32aba5de (consultado em 13/02/2020).
- Piaget, J. (1975): *A representação do mundo da criança*. Rio de Janeiro: Record.
- Pinheiro, D., Ribeiro, E., Venturi, G. & Novaes, R. (2003): *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. UNIRIO. Internet. Disponível em <https://polis.org.br/wp-content/uploads/AGENDAJuventudeBrasil.pdf> (consultado em 18/03/2020).
- Pinheiro, Irineu (2010): *O Cariri*. Fortaleza, Edições UFC.
- PNUD (1996): *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Informe sobre Desarrollo Humano. Madrid: Mundi Libros.
- _____ (2004): *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório para o Desenvolvimento Humano: Liberdade cultural num mundo diversificado*. Lisboa: mensagem. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. (consultado em 18/06/2018).
- Pírez, Pedro (2006): “Desarrollo Local e Ciudad Metropolitana”. In: Roffman, Adriana; Villar, Alejandro (orgs.). *Desarrollo Local: una revisión crítica del debate*. Buenos Aires: Espacio Editorial. p. 75-84, p. 32-36.
- Pitombo, Mariella (2009): “Cultura e Desenvolvimento: uma agenda para as políticas culturais”. *Revista Antropológicas*. Ano 20, 27(2): 215-239, 2016. Internet. Disponível em [file:///D:/Users/G42/Downloads/24029-47744-1-PB%20\(2\).pdf](file:///D:/Users/G42/Downloads/24029-47744-1-PB%20(2).pdf) (consultado em 20/11/2018).
- Pollak, Michael (1989): “Memória, Esquecimento e Silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15.
- _____ (1992): “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212.
- _____ (1976): “Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na vida contemporânea”. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf> (consultado em 25/05/2018).
- Reguillo, Rossana (2006): *Emergência de culturas juvenis: Estratégias del desancanto*. Bogotá: Norma.
- Reis, A. C. F. (2003): *Marketing Cultural e Financiamento da Cultura: Teoria e Prática em um Estudo Internacional Comparado*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- _____ (2007): *Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. São Paulo: Manole.
- Renan, Ernest (1997 [1882]): “Que é uma nação?”. Traduzido por Samuel Titan Jr. *Revista Plural; Sociologia USP*, S. Paulo, 4: 154-175, 1. sem. 1997.

- Rezende, Ricardo de Oliveira (2016): *Por Uma Geografia da Hospitalidade: O Lugar, a Racionalidade e a Hospitalidade em Comunidades que Recebem Visitantes*. (Tese de Doutorado). Brasília: UnB. Internet. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_e42c410d4756d7d48bfa04e139718773 (consultado em 13/02/2020)
- Ribeiro, Eder N. A. (2019): *A Hospedagem Familiar no Turismo Comunitário da Fundação Casa Grande, em Nova Olinda-CE*. (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: UECE. Internet. Disponível em <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=944> (consultado em 13/02/2020).
- Rivero, Oswaldo (2002): *O Mito do Desenvolvimento. Os Países Inviáveis No Século XXI*. Petrópolis: Vozes.
- Rosa, Safira M. L. (2017): *Design de Superfície como Ferramenta para Valorização Institucional: Um Estudo de caso da Fundação Casa Grande*. (Monografia). Recife: UFPE. Internet. Disponível em <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/> (consultado em 14/02/2020).
- Rubim, Antonio A. C. (2011): *Cultura e Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue.
- Sá, C. Pereira (1995): “Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria”. In: Spink, Mary Jane P. (org.). *O conhecimento no cotidiano: às representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.
- Sachs, Ignacy (2005): “Desenvolvimento e Cultura”. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento. In: *Revista O&S*, v. 12, n. 33, abril/junho. Salvador.
- Sampaio, Isabel C. de S. B. (2018): *Estudo da Decoração Cerâmica da Chapada do Araripe Cearense*. (Monografia). Recife: UFPE. Internet. Disponível em <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/> (consultado em 14/02/2020).
- Santaella, Lúcia (2004): *Cultura e Artes do Pós-Humano. Da Cultura das Mídias à Cibercultura*. São Paulo: Paulus.
- Santos, B. (2001): “Para uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos”. In: *Contexto Internacional* 23 (1), jan./jun. Rio de Janeiro.
- Santos, Ítalo A. T. dos (2017): *Próxima Parada, Nova Olinda/CE: justiça distributiva no turismo de base comunitária*. (Dissertação de Mestrado). Paraíba: UFPB. Internet. Disponível em https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9408?locale=pt_BR (consultado em 13/02/2020).
- Santos, J. L. (2006): *O Que é Cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Saraiva, E. (1982): *Perspectivas sobre a Identidade da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: EBAP/FGV.
- Saussure, F. (2006): *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- Schutz, Caroline M. (2018): “Representações Sociais da Psicologia para área da Saúde Pública do Litoral Norte Gaúcho”. In: *Revista de Divulgação da ULBRA Torres: Conversa Interdisciplinares*. POA: Torres, n. 15, v. 1 ago-dez. Disponível em <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ci/article/view/4711/pdf> (consultado em 25/05/2020).
- Sen, Amartya Kumar (2000): *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Schwarcz.
- Silva, Pedro P. F. (2019): *Memória e Mito*. (Livro Reportagem). Cariri: UFCA. Internet. Disponível em <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/> (consultado em 14/02/2020).
- Silva, Rosi Cristina da (2016): *Memória e Cultura Local: Estudos de Caso Sobre os Espaços Culturais no Contexto de ONGs Brasileiras*. (Tese de Doutorado). Ciências da Cultura. Vila Real, Portugal: UTAD.
- Silva, Tomaz Tadeu (2014): “A produção social da identidade e da diferença”. In: Silva, Tomas Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Silva, Vasco Pereira da (2007): *A Cultura a que Tenho Direito: Direitos Fundamentais e Cultura*. Coimbra: Almedina.
- Souza, Regina Magalhães de (2006): *O Discurso do Protagonismo Juvenil*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP. Internet. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_5b6036955ca4177c98288c446916dd6a (consultado em 13/04/2020).

- Stenou, Katerina (2007): *L'Unesco et la question de la diversité culturelle, 1964-2007. Bilan et stratégies*. Paris: UNESCO.
- Stocking Jr, George W. (2004): "Introdução". In: Boas, Franz. *A formação da antropologia americana, 1883 – 1911*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 15-38.
- Sunkel, Oswaldo; Paz, Pedro (1988): *El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. 22. ed. México: Siglo XX Editores.
- Teles, M. F. P. & Costa, R. V. (2007): "Direitos Culturais: aspectos jurídicos de que trata o decreto 3551/2000". Internet. Disponível em http://www.cult.ufba.br/enecult2007/MarioFerreiradePragmacioTelles_RodrigoVieiraCosta.pdf (consultado em 20/09/2020).
- Tylor, Edward B. (2014): *A ciência da cultura*. São Paulo: Zahar.
- UNESCO (1970): *Conferência Intergovernamental de Veneza*. Internet. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000928/092837SB.pdf> (consultado em 25/05/2018).
- _____ (1970): *Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property*, Paris, 12-14 Nov. Internet. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001606/160638por.pdf> (consultado em 25/05/2018).
- _____ (1971): *Convenção Universal Sobre Direito de Autor, Revista em Paris*, a 24 de Julho. Internet. Disponível em <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/decreto-76905.pdf> (consultado em 25/05/2018).
- _____ (1972): *Conferência Intergubernamental sobre las Políticas Culturales en Europa, Helsinki*, 19-28 de junio. Internet. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000014/001486SB.pdf> (consultado em 26/05/2018).
- _____ (1972): *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Internet. Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> (consultado em 25/05/2018).
- _____ (1973): *Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Asia, Yogyakarta, Indonésia*. Internet. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000090/009054SB.pdf> (consultado em 25/05/2018).
- _____ (1975): *Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Africa, Accra*. Internet. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000019056> (consultado em 25/05/2018).
- _____ (1976): *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na vida contemporânea*. Internet. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf> (consultado em em 25/05/2018).
- _____ (1978): *Conferência Intergubernamental sobre las Políticas Culturales en América Latina y el Caribe, Bogotá*. Internet. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000097476> (consultado em 26/05/2018).
- _____ (1982): *Conferência Mundial sobre las políticas Culturales: informe final*. Internet. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505_spa (consultado em 25/05/2018).
- _____ (1998): *Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales para el Desarrollo*. Estocolmo, Suecia, 30 de marzo – 2 de abril de 1998. CLT-98/CONF.210/5, Paris.
- _____ (2001): *Declaração Universal sobre Diversidade Cultural*. Internet. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127160> (consultado em 25/05/2018).
- _____ (2005): *Políticas Públicas de/para/com a Juventude*. Internet. Disponível em <https://fepj.files.wordpress.com/2007/12/unesco.pdf> (consultado em 14/12/2019).
- _____ (2004): *Guia para participação no IX Fórum da Juventude da UNESCO – Juventude e Política Internacional: subsídios para participação de jovens nos espaços da ONU*. Internet. Disponível em https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/guia_participacao_forum_juventude_unesco%20%281%29.pdf (consultado em 13/12/2019).
- _____ (2004): *Políticas Públicas de/para/com às juventudes*. Internet. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135923> (consultado em 14/12/2019).

- _____ (2005): *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> (consultado em 27/05/2018).
- _____ (2006): *Masterpieces of the Oral and Intangible Heritage*. Internet. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147344> (consultado em 20/09/2020).
- _____ (2007): *L'UNESCO et la question de la diversité culturelle: bilan et stratégies, 1946-2007: étude réalisée à partir d'un choix de documents officiels*. Internet. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154341> (consultado em 27/05/2018).
- United Nations (1990): *United Nations World Population Prospects, 1990*. Internet. Disponível em <http://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/4882/> (consultado em 17/03/2020).
- United Nations (2006): *United Nations World Population Prospects*. Internet. Disponível em http://pcsi.pa.go.kr/files/wpp2006_highlights.pdf (consultado em 17/03/2020).
- Vieira, M., Silva, R. & Rodrigues, M. (2010): *Cultura, Mercado e Desenvolvimento*. Porto Alegre: Da Casa.
- Vieira, Mariella Pitombo (2009): *Reinventando sentidos para a cultura. Uma leitura do papel normativo da UNESCO através da análise da Convenção sobre proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. Tese de Doutorado (Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.
- Villoro, Luis (1998): *Estado plural, pluralidade de culturas*. México: Paidós Mexicana.
- Vygotsky, L. S. (1984): *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Weber, Max (2002): *Conceitos Básicos de Sociologia*. Tradução de Rubens Eduardo F. Frias e Gerard Georges Delaunay. 5. ed. São Paulo: Centauro.
- Wenceslau, Ceci de Souza Lacerda (2014): *Brincadeira e Contexto: Um Estudo na Fundação Casa Grande*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA. Internet. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2229468 (consultado em 13/02/2020).
- Wilder, G. S. (2009): *Inclusão social e cultural: arte contemporânea e educação em museus*. São Paulo: UNESP.
- Williams, R (1969): *Cultura e sociedade*. Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg, Octany Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional.
- _____ (1992): *Cultura*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (2007): *Palavra-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo.
- Woodward, Kathryn (2014): "Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: Silva, Tomas Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ximenes, Márcia Maria (2005): *Discurso e Recepção no Rádio: um estudo sobre o programa submarino Amarelo na Casa Grande FM*. (Monografia). Fortaleza: UFC. Internet. Disponível em <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/> (consultado em 13/02/2020).
- _____ (2012): *TV casa Grande e as Práticas Educomunicativas audiovisuais: uma análise das formas de produção do vídeo popular Coco das Batateiras*. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero. Internet. Disponível em <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Marcia-Maria-Ximenes1.pdf> (consultado em 13/02/2020).
- _____ (2014): *Aqui, tudo se cria, nada se copia: um estudo etnográfico da ONG Fundação Casa Grande e a formação cultural de jovens moradores de Nova Olinda/CE*. (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: UFC. Internet. Disponível em http://btd.ibict.br/vufind/Record/UFC_7_53dfb1b4c2eee06ab8b7b0f9b963e34d (consultado em 13/02/2020).
- Yin, R. (2005): *Estudo de caso Planejamento e Métodos*: Porto Alegre: Bookman

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Questionário Perfil Socioeconômico e Cultural

APÊNDICE 2 – Entrevista Semiestruturada – Perguntas Abertas

APÊNDICE 1 – Questionário Perfil Socioeconômico e Cultural

1. Dados Pessoais e familiares:

2 – Sexo:

2.1 Feminino 2.2 Masculino

3 – Quantos anos você tem? (Faixa Etária):

3.1 de 12 – 14 anos

3.2 de 15 – 16 anos

3.3 de 17 – 18 anos

3.4 mais de 18 anos

4 – Qual o seu nível de escolaridade:

4.1 Ensino Fundamental I

4.2 Ensino Fundamental II

4.3 Ensino Médio

4.4 Ensino Superior

4.5 Ensino Superior – Pós

5 – Quantas pessoas residem na sua casa incluindo você:

5.1 1

5.2 2

5.3 3

5.4 4

5.5 5

5.6 6

5.7 7

5.8 outros

6 – Quantos irmãos mora na sua casa:

6.1 1

6.2 2

- 6.3 3
- 6.4 4
- 6.5 5
- 6.6 6
- 6.7 7
- 6.8 outros

7 – Quem é o responsável pela sua família:

- 7.1 Pai ou Padrasto
- 7.2 Mãe ou Madrasta
- 7.3 Irmão ou Irmã
- 7.4 Tia ou Tio
- 7.5 Avós
- 7.6 Esposo
- 7.7 Parente
- 7.8 outros

8 – Qual sua renda familiar?

- 8.1 até 1 salário mínimo (R\$ 907,77)
- 8.2 de 2 a 3 salários mínimos (R\$ 1.815,54 a R\$ 2.723,31,00)
- 8.3 de 4 a 5 salários mínimos (R\$ 3.631,08 a R\$ 4.538,85)
- 8.4 mais de 5 salários mínimos (acima de R\$ 4.538,85)
- 8.5 Não sei informar

9 – Escolaridade de seu pai e/ou responsável masculino:

- 9.1 Nunca estudou
- 9.2 Até 5º Ano do Ens. Fundamental
- 9.3 Ens. Fundamental Incompleto
- 9.4 Ens. Fundamental Completo
- 9.5 Ens. Médio Incompleto
- 9.6 Superior Incompleto
- 9.7 Superior Completo ou mais

10 – Escolaridade de sua mãe e/ou responsável feminina:

- 10.1 Nunca estudou
- 10.2 Até 5º Ano do Ens. Fundamental
- 10.3 Ens. Fundamental Incompleto
- 10.4 Ens. Fundamental Completo
- 10.5 Ens. Médio Incompleto
- 10.6 Superior Incompleto
- 10.7 Superior Completo ou mais

11 – Situação de atividade do seu pai e/ou responsável masculino:

- 11.1 Desempregado
- 11.2 Exerce atividade remunerada sem carteira
- 11.3 Exerce atividade remunerada com carteira
- 11.4 Aposentado
- 11.5 Do lar
- 11.6 Outra

12 – Situação de atividade da sua mãe e/ou responsável feminino:

- 12.1 Desempregado
- 12.2 Exerce atividade remunerada sem carteira
- 12.3 Exerce atividade remunerada com carteira
- 12.4 Aposentado
- 12.5 Do lar
- 12.6 Outra

APÊNDICE 2 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – PERGUNTAS ABERTAS

- 1- Desde quando você está na FCG?**
- 2- Atualmente, você pertence a qual programa?**
- 3- Quais os critérios para se tornar um menino da FCG?**
- 4- Quais as atividades da FCG que você mais se identifica?**
- 5- Você participa do processo de tomada de decisão das atividades desenvolvidas na FCG?**
- 6- Com relação a gestão da FCG, existe abertura para vocês participarem?**
- 7- Quem tem maior poder de decisão na FCG?**
- 8- Qual a contribuição das atividades desenvolvidas na FCG, para sua formação cultural/profissional?**
- 9- Qual a contribuição dos gestores mais antigos para sua formação cultural/profissional?**
- 10- Em que área você pretende atuar futuramente?**

ANEXOS

ANEXO 1 – Estado da Arte da Fundação Casa Grande

ANEXO 2 – Cooperação Cultural Internacional (CCI) nas Conferências Regionais da UNESCO

ANEXO 3 – Declarações emanadas da Assembleia Geral: conferências específicas de população jovem

ANEXO 4 – Documentos produzidos nas Conferências da ONU – referência a jovens

ANEXO 5 – Convenções Internacionais seus objetivos e principais conteúdos

ANEXO 6 – Ano de realizações de Assembleia, Conferência, Fórum, Sessão, Assembleia – UNESCO com a temática Juventude

ANEXO 7 – Fóruns de Juventude da UNESCO

ANEXO 8 – Lista dos Mestres da Cultura registrados de 2004 até 2019

ANEXO 9 – Lista dos Mestres da Cultura / Tesouros Vivos – Grupo

ANEXO 10 – Lista dos Mestres da Cultura / Tesouros Vivos – Coletividade

ANEXO 11 – Símbolo dos Museus Orgânicos

ANEXO 12 – Museu Orgânico Casa do mestre Antônio Luiz

ANEXO 13 – Museu Orgânico Oficina de Francisco Dias, o Mestre Françaúli

ANEXO 14 – Museu Orgânico Mestre Raimundo Aniceto

ANEXO 15 – Museu Orgânico Casa da Mestra Nena

ANEXO 16 – Museu Orgânico Mestra Zulene Galdino

ANEXO 17 – Museu Orgânico Casa dos Pássaros

ANEXO 18 – Museu do Couro Espedito Seleiro

ANEXO 19 – Memorial do Homem Kariri

ANEXO 20 – Uniforme da FCG

ANEXO 21 – Estatuto da FCG

ANEXO 22 – Organograma Institucional da FCG

ANEXO 23 – Tabelas de Atendimento de 2006 a 2016 da FCG

ANEXO 24 – Metas dos ODM de 2000 a 2015 e Metas dos ODS

ANEXO 1 – Estado da Arte da Fundação Casa Grande

Estado da Arte da Fundação Casa Grande–Memorial do Homem Kariri						
Autor	Título	Palavras-Chave	Ano	Tipo Documento	Programa e instituição	Fonte
Acioli, Socorro	Fundação Casa Grande: comunicação para a educação.	Comunicação Educação Educomunicação	2002	Monografia de Graduação	Curso de Comunicação Social UFC	SITE FCG
Anjos, Maria de Fátima	A juventude no semiárido e o desenvolvimento regional sustentável: o caso da Fundação Casa Grande	Juventude Significados Semiárido Desenvolvimento Humano	2013	Dissertação	Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Sustentável	CAPES
	A juventude no Semiárido – Contribuições para o Desenvolvimento Regional Sustentável	Desenvolvimento Regional Sustentável	2020	Livro	UFCA	Appris
Araújo, Ítalo Anderson dos Santos	O impacto da governança em uma experiência turística de base comunitária: o caso da Fundação Casa Grande	Turismo de Base comunitária Governança Participação Participação na Governança	2017	Dissertação	Programa de Pós – Graduação em Administração UFPE	BDTD
Araújo, Maria Lianeide Souto	A Fundação Casa Grande (Nova Olinda/CE) no mapa do turismo regional: lugar de memória e salvaguarda do patrimônio cultural do povo Kariri	Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri Patrimônio Cultural. Turismo Região Lugar	2017	Tese	Programa de Pós – Graduação em Geografia UNESP	BDTD
Azevedo, Fábio Giorgio Santos	Tecnologias de transmissão cultural: a experiência da “Escola” de Comunicação Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri	Educação Comunicação Cultura Transmissão	2005	Dissertação	Programa de Pós – Graduação em Educação UFBA	BDTD
Barbosa, Carmem Débora Lopes	Experiências de vida e formação do educador popular Alemberg Quindins da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri	Experiência Formação Narrativa Educação popular	2010	Dissertação	Programa de Pós – Graduação em Educação Brasileira UFC	BDTD
Bezerra, Josefa Alves	A Fundação Casa Grande, Memorial do Homem Kariri e o Turismo Comunitário da Cidade de Nova Olinda – Ceará – Brasil	Fundação Casa Grande Turismo de Base Comunitária Hospedagem Familiar Inovação	2019	Dissertação	Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados UECE	BDTD
Bitú, Heloisa	O sítio de arte rupestre Santa Fé, Crato-CE: documentação e diagnóstico técnico de Conservação	Registros Rupestres Sítio Santa Fé Conservação	2017	Dissertação de mestrado	Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí-UFPI.	Webinário
Equipe de Pesquisa – Memorial do Homem Kariri	Plano Museológico Memorial do Homem Kariri.	-	2016		Memorial do Homem Kariri	Site da FCG

Farias, Hainer Bezerra de	Educomunicação radiofônica: uma proposta de formação de jovens comunicadores	Rádio Educação Juventude Comunicação Educomunicação	2010	Dissertação	Programa de Pós – Graduação em Educação, Matemática e Tecnologia UFPE	BDTD
Ghanem, Elie	Inovação Educacional em pequeno município – o caso Fundação Casa Grande (Nova Olinda, CE, Brasil)	Inovação Educacional; Reforma Educacional; Ceará.	2012	Artigo	Educação	Site da FCG
Lima, Maria Vitória de	A Casa Azul	-	2018	Monografia Livro-reportagem	UNIFOR	Webinário
Limaverde, Rosiane	Arqueologia Social Inclusiva: a Fundação Casa Grande e a Gestão do Patrimônio Cultural da Chapada do Araripe Arqueologia social Inclusiva	Arqueologia Social Inclusiva	2015	Tese	Doutoramento em Arqueologia	Site da FCG
			2017	Livro	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	SESC
Lobo, José Tancredo	A Produção de sonhos dos meninos da Casa Grande	Sonhos Esperança Resiliência	2010	Tese	Programa de Pós – Graduação em Educação Brasileira UFC	BDTD
Macêdo, Francisca Carminha de Lima	A Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri: uma referência para o reordenamento das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente.	Criança Adolescente Políticas Públicas Fundação Casa Grande	2017	Dissertação	Programa de Pós – Graduação em Direito UNISC	CAPES
Oliveira, Lúcia Maciel Barbosa de	Ação e experimentação: o caso da Fundação Casa Grande	Ação cultural; Cultura; Desenvolvimento; Sociedade civil.	2009	Artigo	Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. USP	Site da FCG
Magalhães, André	Habitar no Tempo: Interações Estéticas na Produção de Arte	Musicalidade; Produção Artística; Gestão Cultural Participativa; Interações Estéticas.	2013	Revista Interdisciplinar de Gestão Social. Artigo	Gestão Social	Site da FCG
Martins, Inês Almeida	Valor além do olhar: Fundação Casa Grande e o Valor social.	Empreendedorismo Social Inovação Social Impacto social Participação Bricolagem Social	2016	Dissertação de Mestrado	Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo Universidade de Coimbra	Webnário
Moreira, Tainah pinheiro	Dimensões da inovação social: o caso da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri	Mudança Social Integração Social Desenvolvimento Social Nova Olinda – CE Fundação Casa Grande	2017	Dissertação	Programa de Pós – Graduação em Administração e Controladoria UFC	BDTD
Neif, Eder Alves Ribeiro	“A Hospedagem Familiar no Turismo Comunitário da	Fundação Casa Grande Turismo de Base	2019	Dissertação de Mestrado	Curso de Mestrado Profissional em	BDTD / CAPES

	Fundação Casa Grande, em Nova Olinda- CE”	Comunitária Hospedagem Família Inovação			Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados (UECE)	
Noronha, Isabelle de Luna Alencar.	Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri: cotidiano, saberes, fazeres e às interfaces com a educação patrimonial.	Educação não – formal Patrimônio cultural Fundação Casa Grande	2008	Dissertação	Programa de Pós – Graduação em Educação UFPB	CAPES
Oliveira, Catarina Tereza Farias de	Escuta Sonora: educação não-formal. Recepção e cultura popular nas ondas das rádios comunitárias. Escura Sonora – Recepção e cultura popular na ondas das rádios comunitárias	Rádios comunitárias, comunicação, cultura popular, recepção, educação não-formal	2002 2007	Tese de doutorado Livro	Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. UNICAMP Editora E-papers	Site da FCG
Oliveira, Catarina Tereza Farias de; Ximenes, Márcia Maria	100 Canal – o vídeo como representação da cultura popular	Mídia alternativa; cultura popular; identidade	2009	Artigo	UECE – UFC	Site da FCG
Pacheco, Patrícia da Silva	Fundação Casa Grande, Narrativas e Itinerâncias: “Ôxi, vamos caçar essas histórias por aí?”	Educação Inclusão Narrativas	2019	Tese de doutorado	UERJ	Webinário
Pereira, Luísa Cherem de Araújo	A participação como dimensão da governança no TBC: o caso da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri	Turismo de Base comunitária Governança Participação Participação na Governança	2017	Dissertação	Programa de Pós – Graduação em Administração UFPE	BDTD
Rezende, Ricardo de Oliveira	Por uma geografia da hospitalidade: o lugar, a racionalidade e a hospitalidade em comunidades que recebem visitantes	Hospitalidade Comunitária Geografia da Hospitalidade Turismo	2016	Tese	Programa de Pós – Graduação em Geografia UnB	BDTD
Rosa, Safira Maria de Lima	Design de Superfície como Ferramenta para a Valorização Institucional:	Design de superfície FCG	2017	Monografia	Curso de Design UFPE	Webnário
Sampaio, Isabel Callou de Sá Barreto	Estudo da Decoração Cerâmica da Chapada do Araripe Cearense.	Design Chapada do Araripe	2018	Monografia	UFPE	Webinário
Santos, Ítalo Anderson Taumarturgos dos	“Próxima parada, Nova Olinda/CE: justiça distributiva no turismo de base comunitária”	Macromarketing Justiça Distributiva Turismo de Base Comunitária	2017		Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba UFPB	BDTD / CAPES
Silva, Adriana Helena Santos Moreira	Representações Culturais e Protagonismo Sociocultural: Estudo de Caso na Fundação Casa Grande	Cultura e Desenvolvimento Protagonismo juvenil Representações Culturais e Sociais Memória e Patrimônio	2020	Tese	UTAD	Webnário
Silva, Pedro Philippe Ferreira da.	Memória e mito – Diálogos	Mitos Memórias	2019	Livro reportagem	UFCA	Webinário

	com Rosiane Limaverde e Alembert Quindins.					
Wenceslau, Ceci de Souza Lacerda	Brincadeira e Contexto: um estudo de caso na Fundação Casa Grande (CE)	Desenvolvimento Infantil Brincadeiras Reprodução Interpretativa Espaço da Brincadeira Fundação Casa Grande	2014	Dissertação	Programa de Pós – Graduação em Psicologia UFBA	BDTD
Ximenes, Marcia Maria	Discurso e Recepção no Rádio um estudo sobre o programa infantil Submarino Amarelo na Casa Grande FM TV Casa Grande e as práticas comunicativas audiovisuais Aqui, tudo se cria, nada se copia: um estudo etnográfico da ONG Fundação Casa Grande e a formação cultural dos jovens moradores de Nova Olinda/CE	Comunicação Comunitária. Vídeo Popular. Estudos Culturais Comunicação Cultura Organizações não-governamentais - Nova Olinda (CE) Comunicação e cultura - Etnologia	2005 2012 2014	Monografia Artigo Dissertação	Programa de Pós – Graduação em Comunicação UFC	Site da FCG BDTD
Silva, Rosi Cristina da	Memória e Cultura Local: Estudos de Caso Sobre os Espaços Culturais no Contexto de ONGs Brasileiras	Cultura Memória Desenvolvimento local Organizações não-governamentais Protagonismo juvenil	2016	Tese de Doutorado	Doutoramento em Ciências da Cultura	Repositório de Teses de Doutorado da UTAD

ANEXO 2 – Cooperação Cultural Internacional (CCI) nas Conferências Regionais da UNESCO

<p>EUROCULT Helsinque, 1972</p> <p>Conferencia Intergubernamental sobre las Políticas Culturales en Europa, Helsinki, 1972</p>	<p>A CCI constitui uma condição essencial de união entre os povos, não apenas na escala regional, mas também para o mundo inteiro. Recomendou – se aos Estados europeus que considerassem a CCI de todos como uma relevante contribuição à manutenção da segurança europeia e do entendimento mútuo.</p>
<p>ASIACULT Yogyakarta, 1973</p> <p>Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Asia, Yogyakarta, Indonesia, 1973.</p>	<p>Insistiu na imprescindibilidade de consolidar a cooperação cultural regional e de estimular a cooperação internacional, fundamentando – se no reconhecimento da diversidade das culturas. Esta deveria cooperar para a tolerância mútua a compreensão entre os povos e a paz entre os Estados.</p>
<p>AFRICACULT Accra, 1975</p> <p>Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Africa, Accra, 1975.</p>	<p>A CCI procura favorecer o enriquecimento mútuo das culturas e se fundamenta em uma justa reciprocidade, assim como no reconhecimento de sua idêntica dignidade.</p>
<p>AMERICACULT Bogotá, 1978</p> <p>Conferencia Intergubernamental sobre las Políticas Culturales en América Latina y el Caribe, Bogotá, 1978</p>	<p>Manifestou – se o interesse de fortalecer a cooperação sub – regional, regional e internacional. A CCI representa uma realidade e uma exigência entre os países de América Latina e o Caribe, cujas culturas devem se manter abertas aos aportes externos e desenvolver suas relações com as culturas africanas, árabes, asiáticas e europeias.</p>

Fontes: A Cooperação Cultural na Perspectiva da UNESCO. Trajetória e Expectativas. In: Revista Políticas Culturais em Revista, 1(8), 2015: 106-120. Disponível em: www.politicasculturaisemrevista.ufba.br (consultado em 20/03/2020).

ANEXO 3 – Declarações emanadas da Assembleia Geral: conferências específicas de população jovem

	DECLARAÇÕES RESULTANTES DE CONFERÊNCIAS	OBJETIVOS E METAS
1	<p><i>Declaração das Nações Unidas de Promoção dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos</i> (United Nations Declaration on the Promotion Among Youth Direitos da População Jovem 29 of the Ideals of Peace, Mutual Respect and Understanding Between Peoples), aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1965;</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Apontam a juventude como população – chave para a realização dos princípios da Nações Unidas. – Estabelece que a educação, em todos os níveis, deve reforçar os ideais de paz, humanidade, liberdade e solidariedade internacional.
2	<p><i>Guia das Nações Unidas para Planejamento em Matéria de Juventude</i> (United Nations Guidelines for Further Planning and Suitable Development in the Field of Youth), aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas durante as comemorações do Ano Internacional de Juventude em 1985;</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Afirma que a juventude deveria ser encorajada a contribuir com suas energias, entusiasmo e habilidades para a tarefa de construção das nações, à observância dos princípios da Carta das Nações Unidas e dos direitos humanos. – Enfoca a juventude não como uma entidade demográfica única, mas como uma categoria que abarca vários subgrupos. Dessa forma, o guia propõe medidas específicas para atender. – O guia propõe medidas específicas para atender às necessidades de subgrupos como jovens com deficiência, juventude urbana e rural e mulheres jovens.
3	<p><i>Programa de Ação da ONU para a Juventude até o Ano 2000 e Além</i> (United Nations World Programme of Action for Youth to the Year 2000 and Beyond), aprovado pela Assembléia Geral da Organização em 1995, ano de comemoração do cinquentenário das Nações Unidas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> – É o documento de maior fôlego das Nações Unidas sobre a juventude. – Incorpora a visão da juventude como promotora de paz e desenvolvimento, presente nos documentos anteriores, mas também enfatiza direitos específicos desse segmento. – O Programa estabelece em maior detalhe as políticas que devem ser adotadas, identifica dez áreas prioritárias e afirma que a implementação dessas políticas é responsabilidade dos governos, com o apoio da comunidade internacional e em cooperação, quando apropriado, com setores privado e não governamental.
4	<p><i>A Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas de Juventude</i> (Lisbon Declaration on Youth Policies and Programmes), aprovada durante a realização da Primeira Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, organizada pelas Nações Unidas em parceria com o Governo português em 1998;</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Reiteram os princípios estabelecidos no programa de ação, enfatizando a necessidade do estabelecimento de uma política nacional voltada para a juventude que atenda às necessidades desse grupo. – Esses documentos enfocam políticas nos campos de educação, emprego, saúde, fome e pobreza, paz, participação, promoção da equidade de gênero e combate à discriminação, entre outros, reforçando a necessidade da participação de jovens na formulação e implementação dessas políticas.

5	<p><i>Plano de Ação de Braga</i> (Braga Youth Action Plan), aprovado durante a realização do III Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, organizado pelas Nações Unidas em parceria com o Governo português e com o Conselho Nacional de Juventude Português.</p>	<p>– Reiteram os princípios estabelecidos no programa de ação, enfatizando a necessidade do estabelecimento de uma política nacional voltada para a juventude que atenda às necessidades desse grupo.</p>
6	<p><i>A Estratégia de Empowerment da Juventude de Dacar</i> (Dakar Youth Empowerment Strategy), aprovada durante o IV Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, organizado pelas Nações Unidas em parceria com o Governo do Senegal em 2001.</p>	<p>– Enfocam políticas nos campos de educação, emprego, saúde, fome e pobreza, paz, participação, promoção da equidade de gênero e combate à discriminação, entre outros, reforçando a necessidade da participação de jovens na formulação e implementação dessas políticas.</p>

Fonte: *Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento*, UNFPA, 2010: 28–29.

ANEXO 4 – Documentos produzidos nas Conferências da ONU – referência a jovens

	DOCUMENTOS	OBJETIVOS E METAS
1	<p><i>Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento</i> (United Nations Conference on Environment and Development) – Rio de Janeiro, 1992</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Aponta a contribuição de jovens na preservação do meio ambiente. – Destaca a necessidade de participarem em todos os níveis do processo decisório, contribuindo com perspectivas únicas para a resolução de problemas que afetam suas vidas e têm implicações para seu futuro. – Aponta, além disso, a necessidade de combater o abuso dos direitos humanos de jovens, especialmente das jovens, e de dar o apoio necessário para que elas e eles realizem suas aspirações e potenciais pessoais, econômicos e sociais. – A Agenda também recomendava aos países assegurar que mais de 50% da juventude, com igual participação dos gêneros, estivesse inscrita ou tivesse acesso à educação secundária ou equivalente ou treinamento vocacional até o ano 2000.
2	<p><i>o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento</i> (International Conference on Population and Development) – Cairo, 1994;</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Teve como princípios gerais a igualdade e equidade entre os sexos, empowerment da mulher, incorporação da população às políticas e programas de desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza, acesso a serviços de saúde reprodutiva e planejamento familiar, atenção às crianças, direitos humanos com ênfase no direito à educação e aos direitos sexuais e reprodutivos, e necessidades em matéria de população e desenvolvimento dos povos indígenas, o documento é um dos referenciais contemporâneos na área de população e desenvolvimento. – Recomenda aos países que formulem políticas visando à conscientização pública da importância das meninas, o combate aos estereótipos, e a necessidade de se assegurar às meninas e mulheres jovens o acesso à alimentação, educação e aos serviços de saúde. A promoção da saúde reprodutiva. – Recomenda aos países que formulem políticas visando à conscientização pública da importância das meninas, o combate aos estereótipos, e a necessidade de se assegurar às meninas e mulheres jovens o acesso à alimentação, educação e aos serviços de saúde. – Recomenda que se estimule a participação social de jovens. – Acesso universal à educação de qualidade, com ênfase na educação primária e técnica e no treinamento profissional. – Acesso universal à educação de qualidade, com ênfase na educação primária e técnica e no treinamento profissional. – Recomenda políticas específicas para jovens nos campos da educação sexual, prevenção de gravidez não planejada, da transmissão do HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. – É enfatizada a necessidade de realização de pesquisas para subsidiar a formulação e implementação das políticas públicas recomendadas.

3	<p><i>o Programa de Ação da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social (World Summit for Social Development) – Copenhagen, 1995.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> – Aponta o emprego pleno como prioridade básica das políticas econômicas e sociais, com especial atenção Direitos da População Jovem 35 aos problemas de desemprego estrutural e de longo termo dos jovens. – Recomenda aos países desenvolver programas voltados para juventude vivendo em pobreza para melhorar suas oportunidades econômicas, educacionais, sociais e culturais de forma a quebrar o ciclo da pobreza. – Estabelece a necessidade de acesso a uma variedade de atividades de ensino formais e informais ao longo da vida, assegurando o acesso igual das meninas a todos os níveis de educação, inclusive vocacional. – Recomenda que os países estabeleçam parcerias com organizações não governamentais e organizações comunitárias para reabilitação e reintegração de jovens infratores. – Recomenda a participação de jovens em discussões e decisões que os afetam; no desenho, implementação e avaliação de políticas.
4	<p><i>A Plataforma de ação da IV Conferência Mundial da Mulher (Fourth World Conference on Women) – Pequim, 1995;</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> – A plataforma traz recomendações para a juventude nas áreas de educação, saúde, proteção contra violência e abuso, inserção econômica e participação política. Afirma, além disso, a necessidade dos países eliminarem atitudes e práticas culturais negativas contra meninas. – Afirma a necessidade de se garantir às jovens treinamento acadêmico e profissional, planejamento de carreira, habilidades sociais e de liderança e experiência de trabalho de forma a prepará – las para participar de forma plena na sociedade. – Defende o acesso das mulheres ao treinamento vocacional, à ciência e tecnologia, e à educação continuada, especialmente das jovens, e eliminar barreiras à educação de adolescentes grávidas e jovens mães. – Recomenda aos países preparar e disseminar informação acessível de forma que homens e mulheres, em particular jovens, adquiram conhecimento sobre sua saúde, especialmente sobre sexualidade e reprodução. – Recomenda rever leis e combater práticas que possam contribuir para a suscetibilidade de mulheres à infecção pelo HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis e impedir a discriminação de jovens devido ao HIV/Aids. – Afirma a necessidade de garantir o acesso à nutrição adequada e aos serviços de saúde às meninas e mulheres jovens. – Recomenda aos países adotar medidas preventivas para proteger mulheres, jovens e crianças de todo tipo de abuso. – Recomenda que os países devem desenvolver programas de atenção integral, que incluam assistência integral à saúde, aconselhamento e apoio jurídico e psicossocial para recuperação de meninas, adolescentes e mulheres jovens que estiveram ou estão envolvidas em relacionamentos abusivos. – Devem também combater o turismo sexual e o tráfico de mulheres, enfatizando a proteção de mulheres adolescentes, jovens e crianças. – Indica que os países desenvolvam programas que aumentem a capacidade das jovens de construir autonomia econômica e financeira para si próprias.

		<ul style="list-style-type: none"> – Afirma a necessidade de se eliminar a segregação ocupacional e a discriminação no emprego, especialmente aquelas às quais estão submetidas as jovens. – Afirma ainda a necessidade de se garantir o acesso a treinamento numa variedade de habilidades técnicas, de negócios e de administração financeira, de modo que elas possam participar da formulação das políticas públicas no geral, e econômicas em especial. – A Plataforma explicita a necessidade dos países garantirem às mulheres, especialmente às jovens, a formação para o acesso igualitário às estruturas de poder e de tomada de decisões.
5	<i>Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância – Durban, 2001.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Aponta as e os jovens como população – chave no combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância. – Destaca a educação como instrumento fundamental para a garantia de participação efetiva de jovens nos processos de transformação e enfrentamento. – Os países devem, portanto, trabalhar para garantir o direito à educação de qualidade para todos os grupos étnicos e raciais, ainda que estes sejam minoritários. – A Declaração enfatiza a importância da participação da população jovem na elaboração, planejamento e implementação de atividades de combate ao racismo. – Afirma que o desenvolvimento de uma rede internacional de jovens contribuirá para a construção de respeito, entendimento intercultural, eliminação de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância em todo o mundo.
5	<i>Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância – Durban, 2001.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Aponta as e os jovens como população – chave no combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância. – Destaca a educação como instrumento fundamental para a garantia de participação efetiva de jovens nos processos de transformação e enfrentamento. – Os países devem, portanto, trabalhar para garantir o direito à educação de qualidade para todos os grupos étnicos e raciais, ainda que estes sejam minoritários. – A Declaração enfatiza a importância da participação da população jovem na elaboração, planejamento e implementação de atividades de combate ao racismo. – Afirma que o desenvolvimento de uma rede internacional de jovens contribuirá para a construção de respeito, entendimento intercultural, eliminação de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância em todo o mundo.

ANEXO 5 – Convenções Internacionais, seus objetivos e principais conteúdos

	CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	PRINCIPAIS CONTEÚDOS
1.	<i>Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial</i> (1965)	<ul style="list-style-type: none"> – Repudia doutrinas sobre superioridade baseada em diferenças raciais, consideradas moralmente condenáveis e socialmente injustas, além de perigosas. – Define discriminação racial como toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica que resulte, ou tenha por objetivo, anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em igualdade de condições dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em todos os campos da vida pública.
2.	<i>Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos</i> (1966)	<ul style="list-style-type: none"> – Afirma o direito à autodeterminação dos povos. Estabelece o direito à vida, à integridade física, à liberdade, à igualdade, à vida privada, à intimidade, à segurança pessoal e à participação dos cidadãos na condução dos assuntos públicos. Garante, além disso, o direito das crianças a um nome e a uma nacionalidade. – Em relação à juventude, destaca – se uma recomendação do Comitê sobre Direitos Civis e Políticos (CCPR), formado a partir do pacto, presente no Comentário Geral n. 28, de 2000, sobre igualdade de direitos entre homens e mulheres. O CCPR estabelece, nesse documento, a proibição do casamento forçado de menores estipulando, ainda, que os países devem estabelecer uma idade mínima para casamento, baseando – se em critérios iguais para homens e mulheres.
3.	<i>Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais</i> (1966)	<ul style="list-style-type: none"> – Afirma o direito à autodeterminação dos povos. – Reconhece a dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis, que constituem o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. – Reconhece, ainda, que a realização do ideal dos seres humanos livres, libertos do temor e da miséria só pode ser concretizada caso se garanta a todos, de forma equânime para homens e mulheres, condições que lhes permitam gozar dos direitos econômicos, sociais e culturais, além dos civis e políticos.
4.	<i>Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres</i> (1979)	<ul style="list-style-type: none"> – Reconhece que a discriminação contra as mulheres viola os princípios de igualdade de direitos e respeito à dignidade humana, sendo um obstáculo ao aumento do bem – estar da família e ao desenvolvimento das potencialidades e ampliação das liberdades fundamentais das mulheres. – Reconhece, entre outros, direitos relativos à capacidade civil, seguridade social, saúde – em especial a saúde reprodutiva –, habitação e condições de vida adequadas, bem como à liberdade de escolha quanto ao casamento. – Estipula, ainda, que os países adotem medidas para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração sexual para fins comerciais. – Em 2007, o Comitê abordou, em resposta ao relatório da Nicarágua, o direito à educação das jovens. <p>Entre as recomendações ao Estado estão: a adoção de medidas</p>

		para assegurar o acesso igual de meninas e jovens mulheres a todos os níveis educacionais e para reter meninas na escola; a melhoria dos níveis de alfabetização e a inclusão no relatório seguinte de informação sobre a educação de mulheres e meninas.
5.	<i>Convenção Internacional Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos e Degradantes</i> (1984)	<ul style="list-style-type: none"> – Estabelece que todos os países devem tomar medidas legislativas, administrativas e judiciais efetivas para prevenir atos de tortura em qualquer território sob sua jurisdição. – Estabelece ainda que nenhuma circunstância excepcional, nem uma ordem de um oficial superior ou de uma autoridade pública podem ser invocadas como justificativa para tortura. – O Comitê contra a Tortura (CAT), em resposta ao relatório do Equador de 2006, ressaltou avanços legislativos importantes para a garantia dos direitos de crianças e jovens. Entre eles estavam a adoção, em 2002, do Código de Crianças e Jovens e a introdução definitiva de juízes para a infância no Judiciário do país.
6.	<p><i>Convenção sobre os Direitos da Criança</i> (1989), A Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990, introduziu no plano normativo internacional aspectos inovadores, novos paradigmas orientadores das relações pessoais e sociais com este segmento, tais como:</p> <p>(O reconhecimento pelas Nações Unidas da criança e do adolescente como sujeitos sociais portadores de direitos e garantias próprias, independentes dos direitos de seus pais e/ou familiares e do próprio Estado, foi a grande mudança de paradigma. Essa mudança estabeleceu obrigações diferenciadas para os Estados, a família e a sociedade em geral, no âmbito das relações com a criança e adolescente, assegurando políticas públicas não excludentes ou repressivas que favoreçam o pleno exercício da cidadania desse segmento).</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Define de forma genérica criança como o indivíduo até 18 dezoito anos. – O conceito de adolescência e juventude incorporado nos documentos internacionais adota a definição da Organização Mundial de Saúde que circunscreve cronologicamente a adolescência ao ciclo de vida de 10 a 19 anos e a juventude dos 15 aos 24 anos. – Esses conceitos comportam desdobramentos, identificando – se adolescentes jovens (15 a 19 anos) e adultos jovens (20 a 24 anos). Essas faixas etárias são as mais utilizadas para o delineamento das políticas e, portanto, para as definições legais em geral. – O valor intrínseco da criança e do adolescente como ser humano; – A necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; – Seu reconhecimento como sujeito de direitos; – Sua prioridade absoluta nas políticas públicas.
7.	<i>Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência</i> (2006)	<ul style="list-style-type: none"> – Define deficiência como um conceito em evolução, resultante da interação entre pessoas com deficiências e barreiras atitudinais e ambientais que prejudicam sua participação plena e efetiva na sociedade. – Afirma que questões ligadas à deficiência devem ser tratadas

		<p>como parte integral de estratégias relevantes de desenvolvimento sustentável, dadas as contribuições existentes e potenciais feitas por portadores de deficiência para o bem – estar e diversidade de suas comunidades.</p> <p>– Reconhece que a discriminação contra qualquer pessoa com base em deficiência é uma violação da dignidade da pessoa humana e que é fundamental que portadores de deficiência mantenham sua autonomia individual e independência, inclusive a liberdade de fazer suas próprias escolhas.</p>
--	--	--

Fonte: Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento, UNFPA, 2010: 44-48.

ANEXO 6 – Ano de realizações de Assembleia, Conferência, Fórum, Sessão, Assembleia – UNESCO com a temática Juventude.

ANO	Assembleia, Conferência, Fórum, Sessão, Assembleia – UNESCO
1991	Primeiro Fórum da Juventude do Sistema ONU, em Viena, Áustria.
1993	A 27ª. sessão da Conferência Geral da UNESCO adota uma série de recomendações para melhor integrar às necessidades da população jovem e suas capacidades de contribuir para um desenvolvimento pacífico e democrático das sociedades.
1995	A Assembleia Geral adota o Programa de Ação para a Juventude para o ano de 2000 e anos posteriores. Ao mesmo tempo, a 28ª. sessão da Conferência Geral da UNESCO estabelece os jovens como grupo prioritário da Organização.
1996	II Fórum Mundial da Juventude para o Sistema ONU em Viena, Áustria.
1997	A 29ª. sessão da Conferência Geral reafirma o papel fundamental dos jovens como uma temática prioritária e transversal das políticas da UNESCO.
1998	III Fórum Mundial da Juventude em Braga, Portugal. Criação da Unidade de Coordenação de Juventude (hoje, Setor para Juventude da UNESCO).
1999	I Fórum de Juventude da UNESCO.
2001	IV Fórum Mundial da Juventude em Dakar, Senegal; II Fórum de Juventude da UNESCO
2003	III Fórum de Juventude da UNESCO.
2005	Década de revisão do Programa de Ação para juventude na 60ª. Sessão da Assembleia Geral; IV Fórum de Juventude da UNESCO
2007	V Fórum de Juventude da UNESCO.
2009	VI Fórum de Juventude da UNESCO.
2011	VII Fórum de Juventude da UNESCO.
2012	Conferência Internacional de Populações e Desenvolvimento, Fórum de Juventude de Bali
2013	VIII Fórum de Juventude da UNESCO
2015	IX Fórum de Juventude da UNESCO
2017	X Fórum de Juventude da UNESCO
2019	XI Fórum de Juventude da UNESCO

Fonte: Guia para Participação do IX Fórum de Juventude da UNESCO, 2014: 28-29

ANEXO 7 – Fóruns de Juventude da UNESCO

Edição	Ano	Principais Temas	Subtemas	Participantes	Principais Resultados
I	1999	Juventude		20 participantes de Estados – membros e, observadores, organizações ativas no tópico de juventude.	Institucionalização de um canal de diálogo entre a UNESCO e os jovens.
II	2001	Juventude		– 31 participantes de 83 Estados – Membros e observadores de organizações da sociedade civil ativas no tema da Juventude.	A maioria dos debates ocorreu em grupos de discussão, que eram iniciados por apresentações de jovens delegados e representantes técnicos da UNESCO.
III	2003	UNESCO e jovens: um engajamento mútuo.		154 participantes de 105 Estados – membros e observadores de 22 organizações da sociedade civil.	Resolução adotada com unanimidade na Conferência Geral da UNESCO, institucionalizando o Fórum de Juventude como uma parte integral da Conferência Geral.
IV	2005	Pessoas jovens e o diálogo entre civilizações, culturas e pessoas: ideias para ação, educação, ciências, cultura e comunicação.		89 delegados de 129 Estados – membros e 48 organizações observadoras.	Organização dos Fóruns Regionais de Juventude da UNESCO como seguimento ao Fórum (2006 – 2007).
V	2007	Ciência e tecnologia para desenvolvimento sustentável e “Educação para o Desenvolvimento Econômico”.		74 delegados de 116 Estados – membros e 87 observadores de organizações da sociedade civil.	Oportunidade para jovens delegados para contribuir com o trabalho de duas mesas redondas ministeriais da Conferência Geral, nos tópicos do Fórum.
VI	2009	Participação Juvenil no Fórum da UNESCO – uma abordagem de longo prazo		128 delegados de 89 países e 84 representantes de 68 organizações juvenis e de ONGs como	Foi estabelecido um grupo de trabalho intersetorial pela Diretoria – Geral da UNESCO a fim de

				observadores.	assegurar que todos os setores da Organização trabalhem juntos para preparar o Fórum e para contribuir com o programa. Adicionalmente, cada setor da UNESCO apresenta sua área de trabalho dos jovens delegados para facilitar as discussões em sete sessões paralelas. Os resultados das sessões, além das plenárias, foram incluídos no relatório final.
VII	2011	Como a Juventude pode produzir mudanças?	Cidadãos em ação: juventude na vida pública e política; 2. Eliminando a exclusão juvenil, vulnerabilidade e a violência; 3. Superando os desafios do emprego.	211 delegados de 127 Estados – membros.	Por meio de suas ações, a juventude provou que pode ser considerada parceira ativa na sociedade e que quer ser considerada nos parceiros ativos na sociedade e que pode ser reconhecida como fonte de solução para muitos dos problemas.
VIII	2013	Juventude e inclusão social: engajamento cívico, diálogo e desenvolvimento de habilidades	Formulação de políticas e revisão da participação da juventude; Desenvolvimento de capacidades para a transição à vida adulta e o engajamento cívico democrático, participação e inovação social.	500 participantes de 130 Estados – membros e observadores	Foram selecionados 15 projetos de jovens com foco na juventude (três por região), que apoiam o processo de intercâmbio de experiências dentro do Fórum, criando outra forma de operacionalizar o conhecimento dos participantes.
IX	2015	Jovens pela mudança			

X	2017	Repensando o envolvimento dos jovens com a UNESCO	Analisou maneiras pelas quais a UNESCO pode se envolver com os jovens para garantir que eles sejam tratados como atores e parceiros, e não apenas meros beneficiários de nosso trabalho.	Nesta edição os participantes não puderam mais se candidatar como indivíduos ou ser nomeados como representantes dos Estados – Membros. Em vez disso, foi pedido a UNESCO, agências da ONU e parceiros de ONG que nomeasse aquelas mulheres e homens jovens que já lideraram mudanças inovadoras em suas comunidades, relacionadas aos campos de competência da UNESCO.	Foram selecionados 60 dos jovens mais engajados com igual distribuição temática, de gênero e regional, e enfatizado aqueles com experiência em primeira mão das questões abordadas pelos programas. O Fórum será usado para iniciar um engajamento de longo prazo com este grupo.
XI	2019	Espaços da Juventude em Ação.		Reuniu os 193 Estados – Membros além dos 10 Membros Associados da UNESCO	Ainda sem registros.

Fonte: Guia para Participação do IX Fórum de Juventude da UNESCO, 2014: 33-36 e dados da pesquisa da autora.

ANEXO 8 – Lista dos Mestres da Cultura registrados de 2004 ate 2019 no Ceará

2004 – Mestre Aldenir, Mestre Bigode, Maria Cândido, Dona Zacarias, Mestre Biro, Mestre Juca do Balaio, Lúcia Pequena, Margarida Guerreira, Mestre Miguel, Panteca;

2005 – Antônio Hortêncio, Dona Branca, Dona Dina, Dona Edite, Dona Francisca, Dona Gerta, Dona Zilda, José Pedro, Mestre Cirilo, Mestre Piauí, Mestre Zé Pio, Mestre Chico;

2006 – Mestre Antônio, Gilberto Calungueiro, João Mocó, Joaquim de Cota, Seu Oliveira, Seu Zé Matias, Mestre Joviniano, Mestre Graciano, Dona Tatai, Mestre Pedro, Sebastião Chicute, Mestra Zulena;

2007 – Totonho, Getúlio Colares, Lucas Evangelista, Assunção Gonçalves, Dona Nice, Dona Maria do Horto, Odete Uchôa, Mestre Moisés, Sebastião Cosme, Mestre Vino, Tereza Lino, Vicente Chagas;

2008 – Maria da Conceição, Espedito Seleiro, Fransquinha Félix, Cacique João Venâncio, Luciano Carneiro, Pajé Luís Caboclo, Maria do Carmo, Mundô, José Stênio;

2009 – Mestra Francisca, Chico Paes, Mestre Netinho, Mestre Joaquim, José Maurício, D. Maria do Carmo, Seu Severino;

2012 – Mestre Bibi, Mestra Dona Raimundinha;

2013 – Mestre Palhaço Pimenta, Mestra Dona Zefinha;

2015 – Mestre Françuli, Mestre Tico, Mestre Geraldo Ramos, Mestre Deca Pinheiro, Mestra Cacique Pequena, Mestra Dona Deusa, Mestra Dona Mazé, Mestra Dona Tarina, Mestre Pedro Coelho;

2018 – Mestre Antônio Rafael, Mestra Dona Zenilda, Mestre chico Bento Calungueiro, Mestre Geraldo Amâncio, mestre Geraldo Gonçalves, Mestre Hugo, Mestre Jaime, Mestre João Paulo, Mestre Zé Carneiro, Mestre Macaúba, Mestre rainha Almeida, Mestre Zé Renato, Mestre Paulão Ceará, Mestre Pedro Bandeira, Mestra Rita de Cássia, Mestra Mãe Zimá;

2019 – Mestre Cabaceiro Siará, Mestre Aécio de Zaira, Mestre Antônio, Mestra Dona Edite do Côco, Mestre Expedito Caboco, Mestre Chico Belo, Mestre Gil Chagas, Mestre João Pedro do Juazeiro, Mestre Cacique Sotero, Mestra Maria de Tiê, Mestra Pajé Raimunda Tapeba (SECULT, 2019).

ANEXO 9 – Lista dos Mestres da Cultura / Tesouros Vivos – grupos registrados

2008- Reisado da Comunidade de São Joaquim de Senador Pompeu sob o comando de André Nascimento; e o Reisado dos Irmãos Discípulos de Mestre Pedro de Juazeiro do Norte, que tem Maria Auxiliadora como responsável

2009 – Grupo de São Gonçalo da Comunidade do Horto de Juazeiro do Norte;

2012 – Grupo de Incelências de Barbalha, Grupo Pastoral Nossa Senhora de Fátima;

2013 – Boi Coração, Reisado Nossa Senhora de Fátima;

2015- Grupo de Caretas Reisado Boi Coração, Penitente do Genezaré;

2018- Maracatu Az de Ouro, Reisado da Família Ramos;

2019- Maracatu Reis de Paus, Reisado Mirim santo Expedito.

Por fim, a coletividade insere-se a partir de 2013, a saber:

2013 – Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde; **2018** – Associação da Mãe das Dores do padre Cícero; **2019** – Associação União dos Moradores do Jatobá.

ANEXO 10 – Lista dos Mestres da Cultura / Tesouros Vivos – Coletividade

2013 – Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde

2018 – Associação da Mãe do Padre Cícero

2019 – Associação União dos Moradores do Jatobá

ANEXO 11 – Metas dos Objetivos do Milênio de 2000 a 2015 e Metas do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODM – 2000 a 2015	ODS –2015 a 2030
1- Erradicar a pobreza e a fome;	1- Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2- Alcançar o ensino primário universal;	2-Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3- Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres;	3-Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4- Reduzir a mortalidade infantil;	4-Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5- Melhorar a saúde materna;	5-Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6- Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;	6-Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7- Garantir a sustentabilidade ambiental;	7-Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8- Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.	8-Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
	9-Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
	10-Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
	11-Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
	12-Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
	13-Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
	14-Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
	15-Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
	16-Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável;
	17-Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Quadro 20: Metas dos Objetivos do Milênio de 2000 a 2015 e Metas do Objetivos de Desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado pela autora da ONU, 2015.

ANEXO 12 – Símbolo dos Museus Orgânicos



ANEXO 13 – Museu Orgânico Casa do Mestre Antônio Luiz



ANEXO 14 – Museu Orgânico Oficina de Francisco Dias, o Mestre Françuli



ANEXO 15 – Museu Orgânico Mestre Raimundo Aniceto



ANEXO 16 – Museu Orgânico Casa da Mestra Nena



ANEXO 17 – Museu Orgânico Mestre Zulene Galdino



ANEXO 18 – Museu Orgânico Casa dos Pássaros



ANEXO 19 – Museu do Couro Espedito Seleiro



ANEXO 20 – Memorial do Homem Kariri



ANEXO 21 – Uniforme da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri



ANEXO 22 – Estatuto da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO CASA GRANDE MEMORIAL DO HOMEM KARIRI, REALIZADA NO DIA 17 DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, às 9h, na Sede da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, situada a Av. Jeremias Pereira, Nº 444, Centro, na cidade de Nova Olinda, Ceará, os integrantes da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri, para deliberarem sobre a pauta constante no Edital da Convocação: Alteração do Estatuto da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri, conforme descrição abaixo. O Diretor-Presidente da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri deu início à Assembleia, dando as boas vindas a todos os presentes, em seguida colocando em pauta a ordem do dia para discussão e aprovação a proposta de Alteração do Estatuto, que aceita pelos presentes é aprovada por unanimidade pela Assembleia, ficando o novo estatuto com a redação transcrita em anexo.


Francisco Alembert de Souza Lima
Diretor - Presidente




José Vieira da Silva
ADVOGADO
OAB-CE 10.155



Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri
Fone: +55(88)3546-1333 Fax: 35218133
E-mail: fundacaocasagrandemh@gmail.com
Av. Jeremias Pereira, Nº 444, Centro, CEP: 03.165-000
Nova Olinda – Ceará


Emiliene Lopes da Silva
CPF: 071.372.003-58
Escritorinha Substituta



FUNDAÇÃO CASA GRANDE- MEMORIAL DO HOMEM KARIRI

ESTATUTO

CAPÍTULO I

NATUREZA E OBJETIVO

Art. 1º – A FUNDAÇÃO CASA GRANDE MEMORIAL DO HOMEM KARIRI é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com autonomia administrativa e financeira, sediada na Avenida Jeremias Pereira, 444, centro, município de Nova Olinda, Estado do Ceará, regerá-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação pertinente que lhe for aplicável.

Art. 2º – A FUNDAÇÃO CASA GRANDE MEMORIAL DO HOMEM KARIRI, tem por objetivo:

- I- Ser uma Instituição autônoma, apolítica, permanente, desprovida de fins lucrativos, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento.
- II- Ser aberta ao público e demais instituições.
- III- Pesquisar, preservar, coletar, juntar em acervo, comunicar, exibir e publicar para fins científicos, de estudo e recreação, a cultura material e imaterial do homem Kariri e de seu ambiente.
- IV- Estabelecer registro e cadastramento do patrimônio cultural da região do homem kariri, com fins de cuidar do acervo arqueológico e ecológico.
- V- Servir de instrumento de evolução para as artes e a cultura do homem kariri.
- VI- Oferecer um ponto de apoio para pesquisadores.
- VII- Formular e incentivar projetos nas áreas de arte e cultura, educação, meio ambiente, esporte, políticas públicas, saúde, patrimônio cultural, arqueologia, comunicação, turismo, desenvolvimento social, ciência e tecnológico, gestão social e economia.
- VIII- Fica criado o projeto comunitário popular "Casa Grande FM", com o objetivo do serviço de Radiodifusão e com as seguintes resoluções:
 - a) de servir a comunidade, através de informações sociais, educativas, culturais, econômicas, de saúde, etc. Sem distinção de raça, cor, sexo, religião ou política.
 - b) A Casa Grande FM funcionará na localidade da Avenida Jeremias Pereira, 470, no Município de Nova Olinda.

Handwritten signature in blue ink.



José Vieira da Silva
ADVOGADO
OAB-CE 18.155

Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri
Fone: +55(88)2546-1333 Fax: 35218133
E-mail: fundacaocsgmrdh@igmail.com
Av. Jeremias Pereira, Nº 444, Centro, CEP: 63.165-000
Nova Olinda – Ceará

Handwritten signature in blue ink.
Ewicleide Lopes da Silva
CPF: 011.372.803-56
Escritora Substituta



Fundação Casa Grande

- c) Fica permanentemente proibida a utilização de palavras, incentivo ao consumo de drogas, uso de violência e músicas de sentido pejorativo;
 - d) Fica assegurado o direito de opinião desfavorável, de crítica literária, científica, política e cultural, salvo inequívoca intenção de injúria ou difamação, nestes casos, fica assegurado o direito de resposta conforme determina o art. 29 da lei 5.250 de 09.02.67;
 - e) Os casos omissos serão resolvidos através de portarias de competência do Conselho Comunitário, sancionado pelo presidente desta fundação;
- IX- Fica criado o projeto comunitário popular "TV Casa Grande", com o objetivo do serviço de telecomunicação e com as seguintes resoluções:
- a) de servir a comunidade, através de informações sociais, educativas, culturais, econômicas, de saúde, etc. Sem distinção de raça, cor, sexo, religião ou política.
 - b) A TV Casa Grande funcionará na localidade da Avenida Jeremias Pereira, 470, no Município de Nova Olinda;
 - c) Fica permanentemente proibida a utilização de palavras, incentivo ao consumo de drogas, uso de violência e músicas de sentido pejorativo;
 - d) Fica assegurado o direito de opinião desfavorável, de crítica literária, científica, política e cultural, salvo inequívoca intenção de injúria ou difamação, nestes casos, fica assegurado o direito de resposta conforme determina o art. 29 da lei 5.250 de 09.02.67;
 - e) Os casos omissos serão resolvidos através da portaria de competência do Conselho de Comunicação Social, sancionado pelo presidente desta fundação

Parágrafo Primeiro: O Conselho Comunitário será composto de 5 (cinco) membros - instituições da Sociedade Civil, reunir-se-á uma vez por ano, para aprovar a grade de programação.

Parágrafo Segundo: Para consecução dos seus objetivos a Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri trabalhará nas diversas áreas do conhecimento, desenvolvendo as seguintes atividades:

- a) Educação;
- b) Arte;
- c) Cultura;
- d) Políticas Públicas;
- e) Saúde;

José Vianna da Silva
ADVOGADO
OAB/CE. Nº 155



Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri
Fone: +55(85)3546-1333 Fax: 35218133
E-mail: fundacaocasaquandemh@brtur.com
Av. Jeremias Pereira, Nº 444, Centro, CEP: 63.165-000
Nova Olinda - Ceará

Emiliano Lopes da Silva
CPF: 071.312.803-58
Escritor de Substituta



- f) Patrimônio Cultural;
- g) Arqueologia;
- h) Comunicação;
- i) Esporte;
- j) Meio ambiente;
- k) Turismo;
- l) Ciência e Tecnologia;
- m) Economia;
- n) Gestão Social;

CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO

Art. 3º - O patrimônio da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri é constituído do bem indicado na escritura pública de constituição e pelos que ela vier a possuir sob as formas de doações, legados e aquisições, livres e desemborçados de ônus.

Art. 4º - O patrimônio da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri, bem como os recursos e rendas obtidas poderão ser utilizadas para a consecução dos objetivos definidos no art. 2º do presente estatuto.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS E SUA UTILIZAÇÃO

Art. 5º - Constituirão recursos da Fundação Casa Grande- Memorial do Homem kariri:

- I - Os provenientes de convênios, acordos, auxílios, doações *et cetera* dotações.
- II-As remunerações recebidas por serviços prestados;
- III-As rendas próprias dos bens que possua ou administre;
- IV-As rendas dos títulos, ações e papéis financeiros de sua propriedade;
- V-As rendas destinadas de terceiros e seu favor;
- VI- Os juros de capital e outras receitas da mesma natureza;
- VII- Os usufrutos que lhe forem conferidos.

Art. 6º - Os recursos da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri somente poderão ser utilizados para a realização dos objetivos previstos no Art. 2º deste Estatuto, em investimentos e custos das despesas técnicas e administrativas essenciais.

Art. 7º - Não recebem seus Diretores, Conselheiros, Sócios, Instituidores, Benefetores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer

José Vieira da Silva
ADVOGADO
OAB-CE Nº 155



Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri
Fone: +55(85)3546-1333 Fax: 35218133
E-mail: fundacaocasagrandemh@ig.com
Av. Arremat Pereira, Nº 444, Centro, CEP: 63.165-000
Nova Olinda - Ceará

Emiliano Lopes da Silva
CPF: 071.372.803-58
Escritorato Substituto



Fundação Casa Grande

forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

CAPÍTULO IV
DO REGIME FINANCEIRO E SUA FINALIDADE

Art. 8º – O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 9º – O orçamento da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri será ano, anual e compreenderá todas as receitas e despesas, compondo-se de:

- I- Estimativa de receita e discriminada por verbas;
- II- Discriminação analítica da despesa;

Parágrafo único- Na elaboração do orçamento da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri, serão observadas as normas gerais do Direito Financeiro.

Art. 10º – A prestação anual de contas contará entre outros os seguintes elementos:

- I- Balanço Patrimonial, evidenciando analiticamente a composição do ativo e do Passivo;
- II- Quadro comparativo entre a despesa realizada e a fixada;
- III- Relatório pormenorizado da Diretoria, abrangendo e discriminando o movimento da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri, no exercício.

Art.11- No Caso de um programa de investimento cuja execução exceda a um exercício, serão obrigatoriamente consignadas verbas, nos exercícios seguintes, necessárias para ocorrer as despesas com seu prosseguimento de acordo com respectivo cronograma.

CAPÍTULO V
DOS INTEGRANTES

Art. 12 – A fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri tem estas categorias de integrantes:

- a) FUNDADOR;
- b) BENFEITOR;
- c) MANTENEDOR;
- d) COLABORADOR.

José Vieira da Silva
ADVOGADO
OAB-CE 10.155



Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri
Fone: +55(88)3546-1333 Fax: 35218133
E-mail: fundacaocsg@rednet.br@gmail.com
Av. Jenynas Pereira, Nº 444, Centro, CEP: 61.165-000
Nova Olinda - Ceará

Emília Lago da Silva
CPF: 071.372.803-58
Escritura Substituta



Art.13 - FUNDADOR - Atribuída às pessoas signatárias da escritura de Instituição e constituição da Fundação;

Art. 14 - BENFEITOR - Atribuída às pessoas que contribuem permanentemente com prestação em dinheiro ou em serviço, ou doação patrimonial, estabelecidas pela Diretoria;

Art. 15 - MANTENEDOR - Atribuída às pessoas que, por proposta da Diretoria, tenha assinado compromisso de contribuição para a manutenção da FUNDAÇÃO por um período não inferior a dois anos;

Art. 16 - COLABORADOR - Atribuída à toda pessoa física ou jurídica que, identificada com os objetivos da Fundação, compromete-se a contribuir financeiramente, ou por qualquer outra forma, para que ela possa alcançar suas finalidades. O ingresso do integrante à Fundação será gratuito.

Parágrafo Segundo: São requisitos para ser Integrante da Fundação:

a) Ser pessoa de reconhecida idoneidade moral, interessada na arte e cultura, educação, meio ambiente, esporte, políticas públicas, saúde, patrimônio cultural, arqueologia, comunicação, turismo, desenvolvimento social, ciência e tecnológico, gestão social e economia

Parágrafo Terceiro - Os Integrantes Fundadores, são integrantes natos e têm direito a Voz e à voto;

Parágrafo Quarto - Os Integrantes Benefitor, Mantenedor e Colaborador são integrantes efetivos tendo direito à voz e à voto. E poderão ser excluídos, perdendo todos os direitos que lhe são atribuídos, nas seguintes situações:

- a) A pedido do mesmo, por escrito;
- b) Ter cometido atos que coloquem em risco a continuidade da instituição;
- c) Estar ausente por mais de 03 (três) Assembleias Gerais Ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativas por escrito, aceitas pela Assembleia Geral e consignadas em Ata;
- d) Ter procedimentos contrários à Carta de Princípios e Regimento Interno da Instituição;

SEÇÃO I



José Vieira da Silva
ADVOGADO
OAB-CE: 10.195

Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri
Fone: +55(81)3546-1332 Fax: 35218133
E-mail: fundacaocagrandevhb@gmail.com
Av. Jeremias Pereira, Nº 444, Centro, CEP: 55.165-000
Nova Olinda - Ceará

Ewílano Lopes da Silva
CPF: 071.372.803-58
Escritor Substituto



DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 17 - A Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri será administrada por:

- I- ASSEMBLÉIA GERAL
- II- DIRETORIA
- III- CONSELHO FISCAL

Parágrafo Único: A Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri tem dois conselhos consultivos que são:

- I- CONSELHO CULTURAL
- II- CONSELHO CIENTÍFICO

Art. 18 - Compete a Assembléia Geral:

- I- Eleger a diretoria e o conselho fiscal;
- II- Decidir sobre a extinção da Fundação, nos termos do art. 34;
- III- Aprovar o regimento interno;
- IV- Decidir sobre qualquer alteração ao estatuto da Fundação Casa Grande.

Parágrafo Primeiro: Os integrantes terão direito a voz e voto na Assembleia Geral, podendo votar e serem votados para os cargos eletivos da Fundação;

Parágrafo Segundo: As decisões serão tomadas por maioria simples de voto.

Art. 19 - A Assembléia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I- apreciar o relatório anual da diretoria;
- II- discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo conselho fiscal;
- III- Eleger a diretoria quando for o caso;

Art. 20 - A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição, com antecedência de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único: Qualquer assembleia se instalará em primeira convocação com a maioria dos integrantes, em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 21 - A Diretoria é o órgão deliberativo que planeja, executa e administra a Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri;


José Vieira da Silva
ADVOGADO
OAB-CE 10.155



Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri
Fone: +55(88)3546-1333/Fax: 35218133
E-mail: fundacaocsgmshk@igral.com
Av. Jeremias Pereira, Nº 444, Centro, CEP: 63.165-000
Nova Olinda - Ceará


Emiliano Lopes da Silva
CPF: 071.372.803-98
Escritório Substituta



Parágrafo Primeiro- A diretoria é composta por:

- 1 (um) Diretor-Presidente
- 1 (um) Diretor-administrativo,
- 1 (um) Diretor-Financeiro.

Parágrafo Segundo: O mandato da diretoria será de 2 (dois) anos, podendo ser reeleita, por mais uma vez, desde que satisfaça os objetivos da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri;

Parágrafo Terceiro: Os integrantes da Diretoria têm direito à voz e à voto, sendo as decisões tomadas por maioria simples de voto;

Art. 22 –Compete ao Diretor-Presidente:

- I- Dirigir e administrar a Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri;
- II- Celebrar convênios, ajustes, acordos e contratos;
- III- Representar a instituição, ativa e passiva, com poderes para constituir mandatários;
- IV- Convocar e presidir a Diretoria ;
- V- Contratar e dispensar empregados;
- VI- Autorizar e assinar cheques com o Diretor Financeiro;
- VII- Preparar e submeter à consulta e apreciação da Assembleia.
 - a) Até o dia 1º (primeiro) de Dezembro de cada ano, a proposta orçamentária e o plano de trabalho para o exercício seguinte;
 - b) Até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano a prestação de contas relativa ao exercício passado, devidamente instituída com o com o Balanço Geral e Relatório pormenorizado.
 - f) Apresentar, o balanço acompanhado de informações sumárias sobre as atividades da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri; Proposta de alteração orçamentária no decorrer do exercício;

Art. 23 – Compete ao Diretor Administrativo:

- I- Administrar a Fundação Casa Grande, fazendo o acompanhamento do desenvolvimento das atividades;
- II- Substituir o Diretor Presidente nas suas ausências e impedimentos;

Art. 24 – Compete ao Diretor Financeiro:


José Vieira da Silva
ADVOGADO
OAB-CE 10.155



Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri
Fone: +55(88)3546-1333 Fax: 35218133
E-mail: fundacaocasingmemorial@ig.com
Av. Jeremias Pereira, Nº 444, Centro, CEP: 63.165-000
Nova Olinda – Ceará


Emília Lopes da Silva
CPF: 071.372.003-58
Escritora Substituta



Fundação Casa Grande

- I- Fazer o acompanhamento das finanças da Fundação, mantendo as informações atualizadas;
- II- Apresentar até o dia 30 (trinta) de abril a prestação de contas do exercício anterior, acompanhada do Balanço Patrimonial da Instituição;
- III- Apresentar até o dia 30 (trinta) de abril a prestação de contas do exercício anterior, acompanhada do Balanço Patrimonial da Instituição;
- IV- Assinar cheques juntamente com o diretor presidente;
- V- Entregar ao diretor-presidente os balancetes mensais atualizados.

Art. 25- O conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos eleitos e 3 (três) membros suplentes, eleitos em Assembleia, dentre os integrantes da Fundação;

Parágrafo Único: A vigência do mandato dos membros do conselho fiscal, será de dois anos, e coincidirá com o mesmo período de mandato da diretoria;

Art. 26 - Composição do Conselho Fiscal

- I- 01 (um) presidente
- II- 02 (dois) conselheiro
- III- 03 (três) membros suplentes;

Art.27- Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Reunir-se para aprovação da Prestação de Contas do exercício anterior;
- II- Emitir parecer aprovando o Balanço Patrimonial;

SESSÃO II DO CONSELHO CULTURAL

Art. 28 - O conselho cultural é constituído de 5 (cinco) membros indicados pela diretoria, dentre os jovens beneficiados pelo trabalho da Fundação Casa Grande, e que tenham acima de 18 anos;

Parágrafo Primeiro: os membros do Conselho Cultural terão mandato de dois anos, e poderão ser indicados quantas vezes a diretoria achar necessário;

Art. 29- Compete ao Conselho Cultural:

José Vieira da Silva
ADVOGADO
OAB-CE 10.155



Fundação Casa Grande Metrópoli do Herson Karin
Fone - 55(88)3546-1333 Fax: 35218133
E-mail: fundacaocasagrandemh@ig.com.br
Av. Jeremias Pereira, Nº 444, Centro, CEP: 65.165-000
Nova Olinda - Ceará

Emiliane Lopes da Silva
CPF: 071.312.803-58
Escritora Substituta



Fundação Casa Grande

- I- Zelar pelo efetivo cumprimento do objetivo da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri;
- II- Ser consultado sobre as linhas gerais e programáticas nos assuntos pedagógico-culturais a serem adotadas pela instituição;

SEÇÃO III DO CONSELHO CIENTÍFICO

Art. 30 – O Conselho Científico será composto por 3 (três) membros dentre profissionais de diversas áreas do conhecimento, indicados pela diretoria, e a ele compete:

- I- Elaboração de notas de orientação, sugerir linhas de trabalho e operações, quando solicitado pela diretoria;
- II- Ser consultado sobre as linhas programáticas no âmbito científico a serem adotadas pela instituição;

Parágrafo Único: os membros do Conselho Científico terão mandato de dois anos, e poderão ser indicados quantas vezes a diretoria achar necessário.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 - Para alterar o estatuto da fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri, será necessário que a reforma:

- I- Seja proposta por dois membros da Fundação Casa Grande;
- II- Seja aceita pela maioria em Assembleia Geral;
- III- Não contrariar os objetivos da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri.

Art. 32- É indeterminado o prazo de duração da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri;

Art. 33 - Não deverão participar como Diretor ou conselheiro nenhum tipo de estrangeiro;

Art. 34- Em caso de dissolução da instituição, a destinação dos bens e eventual patrimônio remanescente deverão ser transferidos à entidade que tenha objetivos e finalidades semelhantes à Fundação Casa Grande, preferencialmente aquelas que estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social - CNAS.



CASA GRANDE
Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri

José Vieira da Silva
ADVOGADO
OAB-CE 110.155

Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri
Fone: (55) 0813516-1333 Fax: 35218133
E-mail: fundacaocasagrande@ig.com
Av. Jeremias Pereira, Nº 444, Centro, CEP: 03.165-000
Nova Olinda - Ceará

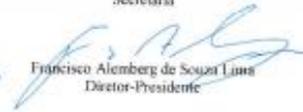

Ewilton Lopes da Silva
CPF: 071.572.803-58
Escritório Substituído



Art. 35 - O presente Estatuto subordina-se ao pronunciamento do Ministério Público do Estado do Ceará, e inscrição no registro público, entrando em vigor na data de seu registro. Nada mais havendo a ser tratado, o Diretor-Presidente encerrou a assembleia e eu, Rosiane Lima Verde Vilar Mendonça, lavrei a presente ata que lida e considerada correta é aprovada pelos presentes e contém assinatura dos integrantes presentes em pasta própria de presença que faz parte integrante desta Ata. Nova Olinda-Ceará, 17 de Fevereiro de 2017.

Nova Olinda-Ceará, 17 de Fevereiro de 2017


Rosiane Lima Verde Vilar Mendonça
Secretária


Francisco Alembert de Souza Lima
Diretor-Presidente



Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de
Rosiane Lima Verde Vilar
Mendonça e Francisco Alembert
de Souza Lima
O referido é verdade e dou fé.
Nova Olinda (CE), 09/03/17

Emílio Lopes da Silva
CPF: 071.372.803-68
Escrivente Substituto


José Vieira da Silva
ADVOGADO
OAB-CE: 10.155



Fundação Casa Grande Memorial do Homem Ceará
Fone: +55(88)3546-1333 Fax: 35218133
E-mail: fundacaocasagrandedh@grmhc.com
Av. Jansen Pereira, N° 444, Centro, CEP: 61.165-000
Nova Olinda - Ceará


Emílio Lopes da Silva
CPF: 071.372.803-68
Escrivente Substituto



RELAÇÃO DOS INTEGRANTES PRESENTES À ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO CASA GRANDE – MEMORIAL DO HOMEM
KARIRI

1. Rosa Bernal
2. Valia Afonso de Brito Diniz
3. Francisco de Assis da Rocha Filho
4. Francisca Gonçalves Teixeira de Sá
5. Helena Estela Ferraz
6. Antônio de Jesus da Cunha de Almeida
7. Luiz Carlos Pereira Figueiredo
8. Moacir Meirivam Rodrigues de Carvalho
9. Antônio Gomes Pessoa de Lima
10. Sérgio Louro da Silva Nunes
11. Francisco Assis Gonçalves de S. e
12. F. P. S.



CERTIDÃO
CERTIFICADO QUE O DOCUMENTO FOI REGISTRADO SOB
N.º 12466827/0001-74
DE
REGISTROS DE PESSOAS JURÍDICAS, O referido
documento encontra-se registrado em
N.º 12466827/0001-74
João Pessoa do Brasil - 01/10/2018
CPF: 016.165.000
Promotoria Municipal de João Pessoa - Estado da Paraíba
Escritório Setorial de João Pessoa - Paraíba

12466827/0001-74
CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Anísio Alves, 214
CENTRO - CEP: 63.118
NOVA OLINDA - CE



José Vieira da Silva
ADVOGADO
OAB-CE: 10.155

Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri
Fone: +55(88)3546-233 Fax: 35218133
E-mail: fundacaocasagrandemh@igral.com
Av. Jeremias Pereira, Nº 444, Centro, CEP: 63.165-000
Nova Olinda - Ceará
Emiliano Lopes da Silva
CPF: 071.372.803-98
Escritório Substituto



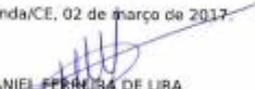
MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA OLINDA

APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA FUNDAÇÃO CASA GRANDE

Encaminhado ao Ministério Público da Comarca de Nova Olinda/CE, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2017, Ata de Assembleia Extraordinária da Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri. CNPJ nº 41.947.569/0001-24, realizada em 17 de fevereiro de 2017, observou-se ausência de alterações estatutárias que comprometam as finalidades e o acervo da referida fundação.

Registre-se que as alterações encetadas foram aprovadas por UNANIMIDADE. Desse modo, o Ministério Público do Estado do Ceará, por este Órgão de Execução, nos termos da Lei nº 13.151/2015, c/c o art. 67, inciso III, do Código Civil Brasileiro, não se opõe ao seu regular registro para todos os fins legais, pelo que atesta APROVAÇÃO.

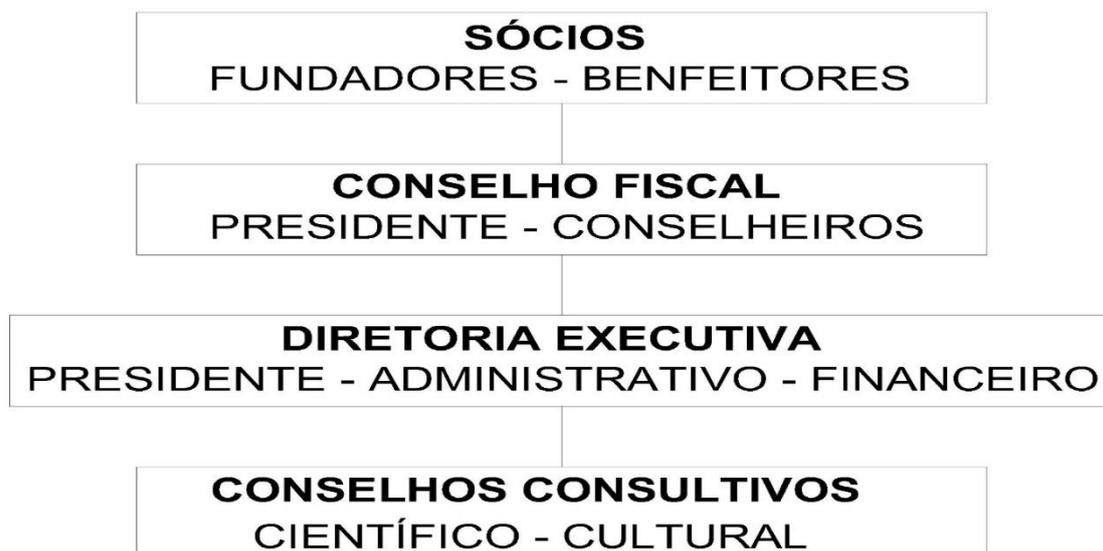
Nova Olinda/CE, 02 de março de 2017.


DANIEL FERREIRA DE LIRA
Promotor de Justiça
Titular da Comarca de Nova Olinda/CE


Emília Lopes da Silva
CPF: 071.372.803-58
Sacramento Substituta

MPE - Procuradoria Geral de Justiça
Rua Associação 11B - José Bonifácio - Fortaleza-Ce. FONE: (85) 3432-3799. CEP: 60050-011

ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL



ANEXO 24 – Tabelas de atendimento de 2006 a 2016

Atendimento 2006								
CINEMA	ESPETÁCULO	MUSEU	PARQUINHO	INTERNET	*GIBITECA	*BIBLIOTECA	*DVDTECA	TOTAL
6.999	5.456	9.995	4.872	767	0	0	0	28.089

* Laboratório em construção.

Atendimento 2007								
CINEMA	ESPETÁCULO	MUSEU	PARQUINHO	INTERNET	*GIBITECA	*BIBLIOTECA	DVDTECA	TOTAL
5.011	6.100	9.569	2.672	1.973	0	0	489	25.814

* Laboratório em construção.

Atendimento 2008								
CINEMA	ESPETÁCULO	MUSEU	PARQUINHO	INTERNET	GIBITECA	BIBLIOTECA	DVDTECA	TOTAL
1.774	5.591	9.094	3.415	885	1.446	1.545	1.360	25.110

Atendimento 2009								
CINEMA	ESPETÁCULO	MUSEU	PARQUINHO	INTERNET	GIBITECA	BIBLIOTECA	DVDTECA	TOTAL
3.016	11.854	8.507	5.985	564	755	665	758	32.104

Atendimento 2010								
TEATRO	MUSEU	PARQUINHO	INTERNET	GIBITECA	BIBLIOTECA	DVDTECA	ESPORTE	TOTAL
11.707	11.432	8.870	797	723	353	418	16.027	50.327

Atendimento 2011								
MUSEU	TEATRO	BIBLIOTECA	GIBITECA	DVDTECA	INTERNET	PARQUINHO	ESPORTE	TOTAL
16.114	14.357	831	540	164	6.545	5.527	16.071	60.159

Atendimento Público da Fundação Casa Grande - 2012													
Atividades /Meses	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Museu	440	253	541	580	747	1.733	484	481	1.947	947	1.453	1.072	10.705
Teatro	385	497	1.040	565	371	788	1.044	1.650	2.413	2.202	2.307	1.495	14.757
Biblioteca	0	21	47	37	30	37	0	78	19	12	16	8	305
Gibiteca	52	43	46	18	29	27	44	25	23	34	21	16	378
Dvdteca	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Internet	450	485	507	665	696	710	685	690	683	712	738	748	7.769
Parquinho	243	487	664	549	749	1.057	485	822	712	816	622	306	7.512
Esporte	1.034	635	774	1.228	1.138	799	530	1.871	1.887	2.035	1.702	951	14.584
Total Mensal	2.607	2.421	3.619	3.642	3.760	5.151	3.272	5.617	7.684	6.643	6.596	4.596	56.013

Atendimento Público da Fundação Casa Grande - 2013													
Atividades/Meses	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
TEATRO	904	1.034	2.264	584	810	980	482	913	435	899	3.224	1.179	13.708
MUSEU	571	421	423	1.373	1.990	1.177	454	700	1.763	1.350	1.717	1.335	13.274
PARQUINHO	302	395	383	305	420	587	538	434	502	620	1.350	820	6.656
INTERNET	735	698	714	728	726	690	701	259	293	570	421	507	7.042
GIBITECA	0*	0*	0*	0*	0*	0*	29	267	252	237	281	271	1.337
BIBLIOTECA	32	0*	0*	0*	0*	0*	11	39	49	45	120	100	396
DVDTECA	0**	0*	0*	0*	0*	0*	46	210	142	64	34	38	534
ESPORTE	500	1.475	1.785	1.875	1.861	2.640	1.408	1.509	1.461	1.223	942	723	17.402
TOTAL	3.044	4.023	5.569	4.865	5.807	6.074	3.669	4.331	4.897	5.008	8.089	4.973	60.349

Atendimento Público da Fundação Casa Grande - 2014													
Atividades/Meses	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
TEATRO	873	328	245	344	1.280	376	380	1.258	930	560	2.980	703	10.257
MUSEU	800	324	1.350	998	519	854	786	1.562	2.090	2.891	2.678	501	15.353
PARQUINHO	420	345	432	487	512	593	645	569	809	786	897	450	6.945
INTERNET	567	345	439	569	890	658	515	398	567	690	752	201	6.591
GIBITECA	45	13	22	35	61	35	64	56	67	145	291	101	935
BIBLIOTECA	66	34	64	77	93	87	47	107	187	345	303	76	1.486
DVDTECA	34	118	39	65	46	32	54	39	74	123	131	56	811
ESPORTE	2.034	1.459	1.980	1.567	2.233	1.890	1.945	457	709	1.097	1.907	609	17.887
TOTAL	4.839	2.966	4.571	4.142	5.634	4.525	4.436	4.446	5.433	6.637	9.939	2.697	60.265

Atendimento Público da Fundação Casa Grande - 2015													
Atividades/Meses	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
TEATRO	234	398	1.530	937	1.327	285	1.439	2.678	2.830	1.380	2.469	1.908	17.415
MUSEU	587	1.961	2.372	3.798	4.078	1.762	1.209	1.981	1.630	1.890	2.181	1.967	25.416
PARQUINHO	459	581	601	709	691	798	874	567	678	508	491	350	7.307
INTERNET	350	498	343	567	543	476	509	456	456	509	450	676	5.833
GIBITECA	22	16	43	168	105	109	121	101	108	122	114	98	1.127
BIBLIOTECA	151	60	112	111	145	102	69	48	56	61	20	21	956
DVDTECA	279	135	121	139	92	56	750	87	2.589	101	114	125	4.588
ESPORTE	160	129	486	245	466	655	391	789	985	450	607	789	6.152
TOTAL	2.242	3.778	5.608	6.674	7.447	4.243	5.362	6.707	9.332	5.021	6.446	5.934	68.794

ATENDIMENTO FUNDAÇÃO CASA GRANDE 2016													
ATENDIMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
MUSEU	2.520	1.799	1.760	2.093	1.989	3.016	1.451	1.973	1.758	2.154	1.183	1.607	23.303
TEATRO	535	107	528	134	244	3.703	687	553	820	1.616	2.343	1.116	12.386
BIBLIOTECA	130	189	259	178	145	191	187	209	224	173	182	198	2.265
GIBITECA	149	172	148	109	122	108	87	178	136	169	173	159	1.710
DVDTECA	108	187	158	171	182	128	1.024	186	120	163	136	135	2.698
GALERIA DE ARTE	108	98	74	92	87	173	272	150	52	163	123	130	1.522
INTERNET	589	789	762	567	781	628	654	751	723	651	810	981	8.686
PARQUINHO	861	639	754	892	739	896	652	674	703	701	1.023	982	9.516
ESPORTE	479	598	763	467	789	651	623	673	762	817	803	387	7.812
TOTAL MENSAL	5.479	4.578	5.206	4.703	5.078	9.494	5.637	5.347	5.298	6.607	6.776	5.934	69.898